



CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

LISBOA

**DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: SEGURANÇA E DEFESA.**

CHRISTOPHE ANTOINE MARIE BÉRAUD

**UMA VISÃO SOBRE A IDEOLOGIA LIBERAL NO BRASIL:
O PENSAMENTO E A AÇÃO DO EMBAIXADOR ROBERTO CAMPOS,
1917 – 2001.**

Lisboa

2023

Christophe Antoine Marie Béraud

UMA VISÃO SOBRE A IDEOLOGIA LIBERAL NO BRASIL:
O PENSAMENTO E A AÇÃO DO EMBAIXADOR ROBERTO CAMPOS,
1917 – 2001.

Tese apresentada ao Instituto de
Estudos Políticos da Universidade
Católica Portuguesa como requisito
para obtenção do grau de Doutor em
Ciência Política e Relações
Internacionais: Segurança e Defesa,
sob a orientação do Professor Dr.
JOSÉ JOÃO FREITAS BARBOSA
PEREIRA COUTINHO.

DEDICATÓRIA.

Ao querido pai, em seu justo repouso, à adorada mãe, à amada esposa e à filha tão querida.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço, primeiramente, à Santíssima Trindade, por ter me concedido a graça da vida, mantendo-me com saúde e em Paz. À Nossa Senhora de Fátima e à Santa Bárbara pelas graças alcançadas. A quem louvo em minhas orações.

Aos meus pais por terem dado tudo de si para que eu chegasse até onde cheguei.

Às minhas esposa e filha pela paciência e pelo amor incondicional.

Agradeço, também, aos parentes que deixei no Brasil pelo carinho sempre presente.

Ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, representado pelo Prof. Dr. Carlos Espada, e à Coordenação do Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais do IEP, na pessoa da Prof. Dra. Mónica Dias, por meio dos quais agradeço a todos os profissionais de escol, docentes e administrativos, que mobíliam esse nobre e muito querido estabelecimento de ensino superior.

Ao Prof. Dr. João Pereira Coutinho, pela orientação e pela amizade.

Ao Cel/Av R1 e *MSc/MBA* Ricardo Wagner Roquetti, ao Embaixador e Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, ao Ex-Ministro de Estado da Educação do Brasil e Prof. Dr. Ricardo Vélez Rodriguez e ao Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez pela deferência na atenção que deram a esse trabalho.

Aos colegas de sala, um agradecimento pelos bons momentos que passamos juntos.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO.

Segundo Bobbio *et al* (cf. 1998, p.164), a Ciência Política, em sua expressão original, foi elaborada por autores preocupados com a sistematização do entendimento dos processos da vida em sociedade, bem como de seus valores morais. O estudo dos valores morais conduziu à elaboração de conceitos sobre a relação de poder entre indivíduos e grupos. Nesse sentido, a Ciência Política se caracteriza pela reflexão sobre factos, pensamentos e instituições, dentro dum método sistemático e racional. Uma constituição que foge do dogmatismo, consolidando uma questão de direcionamento epistemológico. Nessa perspectiva, variando os arquétipos da pesquisa em Ciência Política, abre-se um leque amplo entre grupos e subgrupos. Dentre estes, destaca-se a Teoria Política como uma apreciação sobre a atualidade, com reflexões prospectivas à luz da tradição do próprio Pensamento Político. Isso posto, ao se constituir uma pesquisa normativa de Teoria Política focada no Brasil, emerge um conjunto temático que abrange a produção científica local, as correntes políticas passadas e presentes, os seus discursos e suas doutrinas. Dessarte, ao lançar o debate no direcionamento apresentado, o presente texto traz um aprofundamento sobre a ideologia liberal dentro do Pensamento Político Brasileiro (PPB). Uma abordagem com foco no pensamento e na ação do Embaixador Roberto Campos como um dos cânones da ideologia liberal no Brasil. Criado no remoto Pantanal e, mais tarde, educado em seminários católicos em Minas Gerais, ocuparia cargos cruciais em sua carreira diplomática e política. Testemunhou o desenvolvimento acelerado do Brasil no século XX; do “Estado Novo”, em sua juventude, à “Nova República”, na maturidade. No plano externo, fez parte da delegação brasileira em *Bretton Woods*, participou da estruturação da ordem internacional do pós-Segunda Guerra e observou o nascimento e a morte da “Guerra Fria”. Segundo o Embaixador Paulo Roberto de Almeida (cf. 2017, pp. 29 e 76), Roberto Campos foi quem pensou o Brasil visando a opulência e a Liberdade da Nação. Mesmo o Liberalismo no Brasil mostrando-se um ente fugidio, os avanços promovidos por Roberto Campos marcaram importantes etapas na maturação dessa linha na sociedade brasileira. Trata-se duma observação que emerge do estudo dirigido do PPB e, conseqüentemente, caracteriza um reflexo da Teoria Política em sua melhor forma.

QUANTIDADE DE PALAVRAS: aproximadamente 73 000 palavras.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política, Teoria Política, Liberalismo, Pensamento Político Brasileiro, Embaixador Roberto Campos.

ABSTRACT.

According to Bobbio *et al* (*cf.* 1998, p.164), The Political Science, in its original expression, was developed by authors concerned with systematizing the understanding processes of life in society, as well as their moral values. The study of moral values led to the elaboration of concepts about the power relationship between individuals and groups. In this sense, Political Science is characterized by the reflection on facts, thoughts, and institutions, within a systematic and rational method. A constitution that escapes dogmatism and skepticism, consolidating an issue of epistemological direction. In this perspective, Political Science covers different areas that aim to specialize in the study of its object. Also, varying the archetypes of research in Political Science, opens a wide range of groups and subgroups. Among these, Political Theory stands out as an appreciation of the present, with prospective reflections in the light of the tradition of Political Thought itself. That said, when constituting a normative research on Political Theory focused on Brazil, emerges a thematic set that encompasses local scientific production, the actual political currents, their speeches, and doctrines. Thus, when launching the debate in the presented direction, this text brings an in-depth look at Libertarianism within the Brazilian Political Thought (BPT). An approach focusing on the thought and action of Ambassador Roberto Campos as one of the canons of libertarian ideology in Brazil. Raised in remote Pantanal and later educated in Catholic seminaries in Minas Gerais, he would occupy crucial positions in his diplomatic and political career. He witnessed Brazil's accelerated development in the 20th century; from the “Estado Novo” in his youth to the “New Republic” in his maturity. Externally, he was part of the Brazilian delegation in Bretton Woods, participated in the structuring of the post-war international order and observed the birth and death of the “Cold War”. According to Ambassador Paulo Roberto de Almeida (*cf.* 2017, p.19, 29 and 76), Roberto Campos was the one who thought about Brazil aiming at the opulence and Freedom of the Nation. Even though Libertarianism showed itself to be a fugitive being, the advances promoted by Roberto Campos marked important stages in the maturation of this political line in Brazilian society. It is, therefore, an observation that emerges from the directed study of the BPT and, consequently, characterizes a reflection of Political Theory at its best.

WORD COUNT: approximately 73 000 words.

KEYWORDS: Political Science, Political Theory, Libertarianism, Brazilian Political Thought, Ambassador Roberto Campos.

SUMÁRIO.

DEDICATÓRIA.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	XI
SUMÁRIO.....	XIII
1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	17
1.2. METODOLOGIA.....	23
1.3. NOTAS.....	33
2. A IDEOLOGIA LIBERAL E ESTA, NO BRASIL.....	45
2.1. INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	45
2.2. A IDEOLOGIA.....	48
2.3. O LIBERALISMO.....	57
2.4. A IDEOLOGIA LIBERAL.....	75
2.5. A IDEOLOGIA LIBERAL NA IBERO-AMÉRICA.....	97
2.6. O CASO DO BRASIL.....	105
2.7. O LIBERALISMO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO.....	115

2.8.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	125
2.9.	NOTAS.....	135
3.	ROBERTO CAMPOS.....	155
3.1.	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	155
3.2.	A FORMAÇÃO E O FOMENTO LIBERAL.....	157
3.3.	APROFUNDAMENTO DA VISÃO ECONÔMICA NO BRASIL.....	165
3.4.	O “PLANO DE METAS” E O NAUFRÁGIO LIBERAL NO BRASIL....	172
3.5.	O GOVERNO CASTELLO BRANCO.....	191
3.6.	DO GOVERNO COSTA E SILVA AO FIM DO REGIME.....	220
3.7.	VELHOS PROBLEMAS NA NOVA REPÚBLICA.....	238
3.8.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	258
3.9.	NOTAS.....	263
4.	CONCLUSÃO.....	297
4.1.	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	297
4.2.	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	300
4.3.	AValiação DE RESULTADOS.....	303
5.	BIBLIOGRAFIA.....	315
6.	ANEXOS.....	335
6.1.	ANEXO 1.....	335

6.2.	ANEXO 2.....	339
6.3.	ANEXO 3.....	346
6.4.	ANEXO 4.....	362

1. INTRODUÇÃO.

1.1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.

A Ciência Política, como é conhecida hoje, deriva de um longo processo de maturação. Segundo Bobbio *et al* (cf. 1998, p.164), o estudo da Política com um método formal, data do início do Século XIX. Suas expressões originais foram elaboradas por autores preocupados com a sistematização do entendimento dos processos da vida em sociedade, bem como de seus valores morais. Trata-se da reflexão sobre factos, pensamentos e instituições, dentro dum método sistemático e racional. Uma visão teórica que tende à generalização e à repetitividade, além de estar sujeita à falseabilidade ⁰¹ (cf. Popper, 1972, p.129). Algo que, *in fine*, foge ao dogmatismo e consolida uma questão de direcionamento epistemológico ⁰² (cf. IUM-IESM, 2016, pp.13 e 20; cf. Popper, 1972, pp.41 a 44).

Isso posto, dentro do espectro de suas Áreas Temáticas ⁰³ (AT), a Ciência Política abrange diferentes focos que visam especializações no estudo de seu objeto. Segundo Bobbio *et al* (cf. 1998, p.974), variando os arquétipos, abre-se um leque amplo entre grupos e subgrupos ⁰⁴. Assim sendo, a Ciência Política se divide, entre outros, nos campos da Política Comparada, das Políticas Públicas, das Relações Internacionais e da Teoria Política.

Relativo à Teoria Política, ao longo dos anos, o debate sobre seu foco evoluiu. De acordo com a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, c2018b, cienciapolitica.org.br), trata-se duma AT que soma o estudo sobre as ideias políticas à

pesquisa histórica. Um agregado relativo à apreciação sobre a atualidade do ambiente de debate, com reflexões prospectivas à luz da tradição do próprio pensamento político ⁰⁵ (cf. Lynch, 2016, p.81). Quanto a este, tornam-se objeto de investigação os conceitos levantados por autores clássicos e seus argumentos centrais. Cada vertente sendo colocada em seu contexto, com seus antecedentes, seus desdobramentos, suas consequências práticas e suas ramificações teóricas.

Tendo em vista o que foi enunciado, quando a Teoria Política é orientada à temática brasileira, percebe-se a necessidade de mais uma estratificação. Assim sendo, ainda conforme a ABCP, um novo campo de estudo emergiu do debate intelectual pela complexidade e pelo volume de seu objeto. Dessarte, convencionou-se levantar a AT do Pensamento Político Brasileiro (PPB) como uma especialização, ou uma cadeira em si. Um conjunto que abrange a produção científica local, as ideologias passadas e presentes ⁰⁶ e as suas doutrinas ⁰⁷ (cf. Bobbio *et al*, 1998, p.585; cf. Lynch, 2016, p.81). Conforme Lynch (cf. 2016, p.81), a consolidação do PPB como ramo da Teoria Política ainda se encontra em aberto. Apesar de divergências, entende-se que o PPB se fundamenta numa síntese de áreas do conhecimento na busca por um conceito que possa explicar os temas políticos do Brasil. Uma demanda surgida, entre os anos de 1960 e de 1980 ⁰⁸, da perceptível incompatibilidade de modelos políticos arquetípicos tradicionais à realidade nacional (cf. Lynch, 2016, pp.78 e 81).

Nessa abordagem do tema, numa visão *lato sensu*, o PPB remete a ideias e valores que orientam os comportamentos políticos coletivos legais e ordeiros representativos da cultura brasileira, com um enfoque originalmente marcado por uma expressão periférica da América Latina ⁰⁹ (cf. Cardoso, 1981, pp.83 e 84; cf. Lynch, 2016, p.80; cf. Valério, 2012, p.148). Já o PPB, *stricto sensu*, como um campo de pesquisa, conduz ao estudo da obra de autores que empregaram o método científico ¹⁰

na descrição da realidade brasileira. Dessa maneira, entende-se o PPB como uma ramificação própria da Teoria Política, quando esboçada a sua institucionalização acadêmica (cf. Lynch, 2016, p.80). O PPB, *stricto sensu*, em sua configuração contemporânea, segundo Vélez-Rodríguez, divide-se, para fins de estudo, em autores que se reúnem ao redor das grandes tendências de cultura política ¹¹, dentre as quais se destaca, para o trabalho em pauta, o Liberalismo (cf. Vélez-Rodríguez, 2012, pp.7 e 8).

De acordo com Bobbio *et al* (cf. 1998, pp.687 a 701), o Liberalismo é um fenômeno histórico dificilmente definível num conceito abrangente, uma vez que consiste em diferentes interpretações de acordo com o local e o momento. Porém, para a presente problematização, em linhas generalíssimas a serem aprofundadas adiante, entende-se o Liberalismo, principalmente, como a luta contra a opressão estatal e social, a defesa da iniciativa econômica, o fortalecimento da participação política e a possibilidade de autorrealização. “Muito mais que uma fórmula política, o liberalismo é uma convicção” (Campos, 1991, p.78), um conjunto integrado, muitas vezes, por uma abertura à multiplicidade intelectual e por garantias sociais, em que se espera do Estado a preservação de direitos individuais e a não interferência. Completando-se ao se afirmar que existe uma forte relação entre o Liberalismo e a Democracia, mas não se trata dum elo obrigatório, uma vez que são conceitos estanques entre si. (cf. Bobbio, 2000, pp.37 a 39; cf. Campos, 1991, pp.77 e 78). Uma vez que: “o liberalismo é uma concepção relativa aos fins e à limitação do poder, e a democracia é uma concepção relativa ao modo de designação daqueles que exercem o poder” (Aron, 2021, p.122).

A Liberal-Democracia, assim, torna-se a abertura do direcionamento público ampliada por um sistema de representação¹². Uma providência que visa a influência dos eleitores no rumo da nação por meio de políticas públicas coerentes com sua vontade.

Nesse sentido, a política passa a ser realizada de maneira análoga a um mercado, com suas vantagens e seus vícios (*cf.* Perez, 1999, p.203; *cf.* Schumpeter, 2016, p.320).

Segundo Paim (*cf.* 2018, p.250), o pensamento liberal no Brasil não emergiu como uma posição consolidada. Sob pressões de heranças do autoritarismo ¹³, do castilhismo ¹⁴ e do patrimonialismo ¹⁵, os pensadores liberais não conseguiram aplicar plenamente suas propostas no cenário nacional. O dilema no Brasil repousou, e ainda hoje repousa, na impossibilidade da constituição dum sistema político e econômico plenamente livre numa sociedade “parental, clânica e autoritária” (*cf.* Paim, 2018, p.250; *cf.* Santos, 1998, p.34). Dessarte, apesar de raramente incorporados ao *establishment*, mas parte integrante do ambiente político, segundo Vélez-Rodríguez (*cf.* 2012, p.10), no Brasil “é variada a gama dos pensadores de inspiração liberal” e de acordo com Paim (2018, p.305), “o país conta [...] com expressivo grupo de intelectuais que se ocupam da elaboração do que foi denominado de Agenda Teórica dos Liberais Brasileiros”. Dentre esses debatedores, destaca-se Roberto Campos (1917-2001).

Ainda conforme Paim (*cf.* 2018, pp.306 e 307), Roberto Campos exerceu funções centrais para determinar a modernização do Brasil. Nascido em Cuiabá/MT, em 17 de abril de 1917, foi criado no remoto Pantanal, e, mais tarde, educado em seminários católicos em Minas Gerais. Após o afastamento voluntário da vida eclesiástica, foi aprovado com louvor no concurso para o serviço diplomático, em 1939. Numa longa passagem pela representação do Itamaraty nos Estados Unidos, Roberto Campos se especializou em Economia, vindo a ser membro dessa pasta no segundo Governo Vargas, de 1951 a 1954. Ao ganhar tónus político e maiores responsabilidades, foi Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1955 a 1959, sob o Governo de Juscelino Kubitschek (“JK”). Em seguida, ilustrou-se como Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, de 1961 a 1964 e como Ministro do

Planejamento do Governo Castello Branco, de 1964 a 1967. Seguido a uma etapa na iniciativa privada, Campos assumiu a Embaixada do Brasil no Reino Unido, de 1975 a 1982. Oportunidade em que acompanhou as medidas econômicas implementadas por Margaret Thatcher. Na sua fase político-partidária, foi Senador pelo Estado de Mato Grosso, de 1983 a 1991 e Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, de 1991 a 1999. Foi membro da Academia Brasileira de Filosofia e da Academia Brasileira de Letras até seu falecimento, em 2001. Foi casado com a Sra. Stella, com quem teve dois filhos, Sandra e Roberto Jr.

Com essa profícua e dedicada carreira pública, Roberto Campos se consagrou como um dos grandes expoentes do Pensamento Político Brasileiro. Pelas suas opiniões e realizações, como será apresentado, tornou-se um “paladino” do liberalismo no país. Como tal, afirmava peremptoriamente que o pensamento liberal se encontra consolidado como factual e necessário desde a edição de “*A Riqueza das Nações*” (Smith, 1996a; Smith, 1996b – cf. Campos, 1963, pp.11 e 12; cf. Vélez-Rodríguez, 2012, p.13). Sempre presente na retórica do Embaixador, essa obra basilar inspirou o próprio como partícipe ou elaborador de diversos planos de governo. Dessa maneira, preferiu atuar em estratégias macroeconômicas para a geração de riqueza do que em políticas sociais diretas (cf. Castello Branco in Almeida, 2017, p.120; cf. Neto, 2019, p.317). Simultaneamente, agiu em prol de direitos individuais inalienáveis, como a propriedade e a herança. Para a sustentação dessas garantias econômicas e sociais, foi partidário dum “Estado suficiente” como uma demanda incontornável para a superação de obstáculos para o desenvolvimento do Brasil (cf. Vélez-Rodríguez in Almeida, 2017, p.75). Tratou-se dum conjunto de iniciativas estratégicas de matriz liberal, como planos e metas, que atingiram um grande nível de sucesso ao reorganizar as contas públicas, sanar o

mercado e domar a inflação, enquanto foram aplicados (*cf.* Castello Branco *in* Almeida, 2017, p.121).

Segundo Paim (2018, p.346), “preocupado, sobretudo, com o rigor da formulação conceitual, Roberto Campos contribuiu de modo notável para a constituição de uma elite culta”. Segundo o Embaixador Paulo Roberto de Almeida (*cf.* 2017, pp. 29 e 76), como um homem de Estado, mas contra o Estado, Roberto Campos foi quem pensou o Brasil visando a “opulência e a liberdade” da Nação.

Em nenhum momento consegui a grandeza. Em todos os momentos procurei escapar da mediocridade. Fui um pouco um apóstolo, sem a coragem de ser mártir. Lutei contra as marés do nacional-populismo, antecipando o refluxo da onda. Às vezes ousei profetizar, não por ver mais que os outros, mas por ver antes. Por muito tempo, ao defender o liberalismo econômico, fui considerado um herege imprudente. Os acontecimentos mundiais, na visão de alguns, me promoveram a profeta responsável (Campos, 1994, p.20).

1.2. METODOLOGIA.

Com os antecedentes apresentados, como o desenvolvimento de um relance em Teoria Política, aflora o interesse de se aprofundar o conhecimento sobre a ideologia liberal e sua manifestação no Brasil. Nessa direção, tido como um Excelsior dessa vertente no país, o estudo do pensamento e da ação do Embaixador Roberto Campos em economia e em política se torna incontornável. Uma passagem que aborda uma atualização do discurso por meio da força das ideias e das realizações do personagem, trazendo uma proposta que encontra raízes num passado que já parece distante no tempo, mas presente no facto. No cruzamento da apresentação teórica com a realização histórica, a ser materializada na avaliação de resultados da pesquisa, encontra-se uma possível leitura renovada sobre a ocorrência do fenômeno. Assim, do entusiasmo suscitado pela expansão da consciência na síntese do diálogo da teoria com a prática, *tal qual a expressão da ideologia liberal no Brasil, como ela se caracteriza no pensamento e na ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política?*

Do desdobramento dessa pergunta mais ampla, encontram-se questões de estudo que representam etapas intermediárias na construção do conhecimento. Como paragens numa longa viagem, são pontos que permitem o transbordo do desenvolvimento rumo a uma apreciação original. Desse modo, na tipificação de conceitos e seu desdobramento dentro de um limite espacial, (a.) *como se caracteriza a ideologia liberal e esta, no Brasil?* Todavia, do destaque dado ao debatedor em pauta, justifica-se a demanda do descortinamento de seu pensamento e de sua ação. Dessa forma, o outro lança da pesquisa, evitando-se, contudo, um aprofundamento biográfico, trata de focar em (b.)

como se caracterizam o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política?

Correlatos à questão de partida e às questões de estudo, simples e diretas, encontram-se o objetivo geral e os objetivos específicos. O objetivo geral delinea o foco da pesquisa a ser realizada e os objetivos específicos representam as etapas dessa caminhada. Nesse delineamento, para além de aumentar o volume de material de pesquisa sobre o PPB, o objetivo geral desse trabalho, a ser atingido por meios e métodos que serão abordados a seguir, é de: *analisar como se caracteriza a ideologia liberal no Brasil por meio do estudo do pensamento e da ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política*. Buscando-se atingir o objetivo geral, norteado pela questão de partida, seguem, atrelados às questões de estudo, os objetivos específicos. Na análise do que se pretende com o presente trabalho, entende-se que sejam fases incontornáveis (a.) *Caracterizar a ideologia liberal e esta, no Brasil*; e (b.) *apresentar o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política*. Com isso constituir um arcabouço suficiente para a resposta à questão de partida na avaliação de resultados, como conclusão final do exposto.

Pertinente com a questão de partida e as questões de estudo, a bibliografia no Estado da Arte se coleciona pela aderência ao objetivo geral e aos objetivos específicos dele decorrentes. Como principal obra abrangente ligada ao objetivo geral, encontra-se o livro de memórias do Embaixador Roberto Campos, “*A Lanterna na Popa*” (Campos, 2019). Síntese da produção intelectual do Embaixador, essa obra representa a chave de pesquisa que inspirou o presente o trabalho. Como um compêndio preciso e referenciado, ao longo das mais de 1400 páginas, o Embaixador oferece pormenores de sua visão de mundo e de seus feitos, enquanto homem de Estado e agente político. O autor apresenta, entre outros pontos pertinentes, no Capítulo XII (*cf.* Campos, 2019,

pp.555 a 815), sua atuação como Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco e no Capítulo XIX (cf. Campos, 2019, pp.1063 a 1263), sua fase parlamentar.

No enfoque dado e em diálogo com “*A Lanterna na Popa*”, destacam-se, igualmente, cânones da Teoria Política como Benjamin Constant de Rebecque, Isaiah Berlin, James Madison, John Locke, José Guilherme Merquior, Michael Freedon e Stuart Mill, principalmente. Dentre outros que serviram de base para o presente trabalho, ressalta-se a coleção de ensaios organizados por Javier F. Sabastián, “*La Aurora de la Libertad. Los primeros liberalismos en el mundo ibero-americano*” (Sabastián, 2012), particularmente nos argumentos do Professor Christian E. C. Lynch. Ressaltam-se, também, os textos do pesquisador e professor Paul Drake, “*Between Tyranny and Anarchy: A History of Democracy in Latin America, 1800-2006*” (Drake, 2009), para entendimentos mais amplos e integrativos sobre o liberalismo na Ibero-América. Bem como, a coletânea “*Desenvolvimento. O debate pioneiro de 1944-1945*” (Gentil *et al*, 2010), reunindo ensaios sobre o modelo econômico ideal para o desenvolvimento do Brasil. No apoio ao estudo *stricto sensu* do PPB, encontram-se a “*Formação do Pensamento Político Brasileiro*” (Weffort, 2011), com os grandes nomes para a construção do Brasil do período colonial até a década de 1950 e “*O Pensamento Político Brasileiro*” (Lynch *et al*, 2019), que trata de questões específicas à evolução da política partidária no Brasil. Por sua vez, em linhas abrangentes, apoia-se na “*Evolução Histórica do Liberalismo*” (Paim, 2019), com ponderações do Prof. Antônio Paim sobre o fenômeno liberal e com “*História do Liberalismo Brasileiro*” (Paim, 2018), numa obra tida, por vezes como panfletária, mas pertinente, pois focada e assertiva.

Constam como principais obras de apoio em economia para o presente trabalho: “*A Ordem do Progresso*” (Abreu, 2014), com ensaios que descrevem a evolução econômica brasileira de 1822 a 2010. Soma-se a essa, a “*Economia Brasileira*

Contemporânea (1945 – 2010)” (Giambiagi et al, 2011), com textos encadeados cronologicamente que abarcam, de maneira técnica, a economia política do Brasil. Igualmente, encontram-se estudos basilares em “*PAEG e Real*” (Moura, 2007), com destaque para as grandes linhas do “Plano de Ação Econômica do Governo”, o “PAEG”, suas consequências imediatas e sua comparação com o “Plano Real”.

Para explicações e comentários sobre o pensamento e a ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política, ressalta-se “*O Homem que Pensou o Brasil*” (Almeida, 2017). Título organizado pelo Embaixador Paulo Roberto de Almeida, com ensaios que transmitem opiniões sobre as relações de Roberto Campos com os diferentes ambientes públicos que frequentou. Obra que se completa com “*O Pensamento Político de Roberto Campos: da razão de Estado à razão do mercado*” (Perez, 1999), onde o Professor Reginaldo Teixeira Perez discute a evolução da cosmovisão de Roberto Campos sobre as questões econômicas e políticas do país, como um marco para o entendimento do pensamento e da ação do Embaixador nessas áreas.

Como apoio ao estudo, entende-se igualmente importante um mergulho em outras obras de Roberto Campos que se listam a seguir e em ordem alfabética: “*A Moeda, o Governo e o Tempo*” (Campos, 1964a); “*Antologia do Bom Senso*” (Campos, 1996); “*Do outro lado da cerca: três discursos e algumas elegias*” (Campos, 1968); “*Economia, Planejamento e Nacionalismo*” (Campos, 1963); “*Ensaio Contra a Maré*” (Campos, 1969a); “*Ensaio de História Econômica e Sociologia*” (Campos, 1964b); “*Ensaio Imprudentes*” (Campos, 1987); “*Guia para os perplexos*” (Campos, 1988); “*Na Virada do Milênio*” (Campos, 1999); “*O Mundo que Vejo e Não Desejo*”, (Campos, 1976); “*O Século Esquisito*” (Campos, 1990); “*Reflections On Latin American Development*” (Campos, 1967); “*Reflexões do Crepúsculo*” (Campos, 1991); “*Temas e Sistemas*” (Campos, 1969b); além das duas obras escritas em coautoria com Mário

Henrique Simonsen: “*A Nova Economia Brasileira*” (Campos & Simonsen, 1975); e “*Formas Criativas no Desenvolvimento Brasileiro*” (Campos & Simonsen, 1976).

Outros títulos foram selecionados, constam da bibliografia, mas, para evitar um desgaste prematuro do leitor, não foram elencados nessa presente lista. Obras que discutem assuntos correlatos ao objetivo geral do presente trabalho, mas que não o abordam como foco, ou apresentam quesitos importantes de forma pontual.

Vencida a apresentação do arcabouço teórico, quanto à natureza e à estratégia de pesquisa, entende-se que o método científico se caracteriza, entre outros fatores, pela replicabilidade dos raciocínios, pela utilização de formas sistemáticas de pesquisa e pela formulação de teorias. *In fine*, uma produção intelectual que resulta num conhecimento original e não dogmático (cf. IUM-IESM, 2016, pp.13 e 20). Nesse sentido, o presente trabalho aborda um tema, “a ideologia liberal”, e o insere num contexto particular, “o Brasil”. Isso posto, para dar corpo à proposta requerida, recolhem-se informações sobre fenômenos específicos, “o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política”. Ao se verificarem o tema, o contexto e o fenômeno, quanto à natureza do trabalho, nota-se a caracterização de um estudo de caso em Teoria Política com aspectos histórico-biográficos (cf. IUM-IESM, 2016, p.39).

Relativo à forma sistemática de pesquisa ou a estratégia de abordagem, ela é de base qualitativa, pois debruçada sobre uma literatura especializada, apresentando uma natureza essencialmente empírica e descritiva. Possui, igualmente, uma característica analítica, no sentido em que se opera o questionamento de uma situação, confrontando-a a um arcabouço existente (cf. IUM-IESM, 2016, p.29 e 39). Assim, pela estratégia qualitativa, a recolha de dados foi efetuada recorrendo-se à exploração documental dirigida. Constituiu-se, esta, numa técnica de investigação em que o trabalho se centrou na coleta de fontes específicas na literatura física e digital. Uma coletânea na qual se

encontram registrados dados correlatos aos objetivos geral e específicos propostos. Dessa maneira, a estratégia se denota, também, pelo método dedutivo, levado do abrangente ao detalhado (cf. IUM-IESM, 2016, p. 21).

Trata-se, portanto, duma pesquisa bibliográfica com sondagem documental clássica. Um recurso prático que tem por método a leitura seletiva para sua consecução. A esta, segue-se uma revisão integrativa, de forma a consubstanciar um corpo lógico e atual. Assim sendo, uma parte da bibliografia selecionada foi apresentada com sua respectiva justificativa. Contudo, não se excluíram entrevistas exploratórias com autores da Referência ou personalidades de notório saber sobre o assunto. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com o Embaixador e Professor Paulo Roberto de Almeida, o Ex-Ministro de Estado e Professor Ricardo Vélez-Rodríguez e o Professor Reginaldo Teixeira Perez.

Para conseguir apreciar a ocorrência ou não de padrão entre conceitos e factos, o “esquema mental” utilizado ou o “desenho da pesquisa” foi entendido como o caminho para a construção do conhecimento (cf. IUM-IESM, 2016, p.34). Tendo em vista o Objetivo Geral de: *“analisar como se caracteriza a ideologia liberal no Brasil por meio do estudo do pensamento e da ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política”*, o *Research Design* transversal se fez mais adequado, pois integrativo e relacional (cf. IUM-IESM, 2016, p. 35). Em outras palavras, refere-se a uma estrutura de raciocínio que autoriza o liame intelectual de diversas áreas do Conhecimento. Afirmação que se consolida, uma vez que, no presente trabalho, alude-se à apreciação do pensamento político-econômico no PPB, em Teoria política, e da ação prática de Roberto Campos, com seus antecedentes, desdobramentos e consequências. Dessa forma, a perspectiva da transversalidade do desenho de pesquisa e a maneira como a investigação foi realizada, reforça a natureza analítico-descritiva

dos resultados obtidos, como já mencionado, ao se abordar a caracterização dum estudo de caso. Assim, ao se conseguir uma apreciação para a etapa do desenvolvimento, consubstancia-se uma conclusão que encaminha ao resultado desejado (cf. IUM-IESM, 2016, p.35).

Para cumprir com o conjunto metodológico apresentado, elaborou-se, inicialmente, uma fase heurística numa abordagem ampla do tema com base na questão de partida e no objetivo geral. Essa aproximação se materializou e se pormenorizou nas questões de estudo e nos objetivos específicos delas decorrentes. Sob esse enfoque, realizaram-se as leituras exploratórias e a reunião de material específico. Terminadas as pesquisas, foram analisados os dados obtidos e se construiu uma síntese conclusiva.

De acordo com o Instituto Universitário Militar (IUM, antigo IESM – Portugal), em suas “*Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalho de Investigação*”, encontra-se na sua tabela 34, a “Estrutura Tipo dos Trabalhos de Investigação” (IUM-IESM, 2016, p.148). Ao seguir essa referida tabela, o presente estudo se compõe numa parte pré-textual, numa textual e numa pós-textual. Em sua etapa pré-textual, notam-se a capa e a folha de rosto que acompanham as instruções específicas do IEP-UCP. Prossegue-se com a “Dedicatória”, os “Agradecimentos”, o “Resumo” e o “*Abstract*”, com suas respectivas “Quantidade de Palavras”, “Palavras-Chave”, “*Word Count*” e “*Key-Words*”. Fecha-se esse primeiro compartimento com o “Sumário”. Na fase textual estão a “Introdução”, no “Número (Nr) 1.”, os capítulos do trabalho – à guisa de desenvolvimento – “Nr 2. e Nr 3”. e a “Conclusão” no “Nr 4.”. Na parte Pós-textual, encontra-se, no “Nr 5.”, a “Bibliografia”, essa, citada e organizada de acordo com o método de Chicago (UC, c2017, chicagomanualofstyle.org) e no “Nr 6.”, estão os “Anexos”, textos e imagens que ilustram e completam as informações apresentadas ao longo do desenvolvimento.

Pormenorizadamente, na “Introdução”, colocam-se as “Considerações Iniciais” – com o enquadramento e a apresentação do tema –, o objeto de estudo e sua delimitação, dos quais decorrem, a “Questão de Partida” e as “Questões de Estudo”. Segue-se com o “Objetivo”, dividindo-se, o mesmo, no “Objetivo Geral” e nos “Objetivos Específicos”, visando responder às questões levantadas. A parte introdutória do trabalho ainda contempla o “Marco Teórico”. Neste, estão reunidas as obras no estado da arte, numa bibliografia com o que se pretende de mais completo e de mais atual sobre o tema, tal um *benchmark* da pesquisa. *A posteriori*, dão-se, também, as principais obras de apoio, que reforçam a coleta de dados realizada, esclarecendo ou ilustrando os argumentos elencados. Fechando a “Introdução”, apresenta-se a “Metodologia” utilizada para a estruturação do texto, como a “Natureza e a Estratégia de Pesquisa” e pautas que mapeiam os passos realizados para a montagem do argumento do trabalho. Igualmente, depara-se com a “Estrutura” e com o “Conteúdo”, numa visão geral da organização do trabalho e uma abordagem resumida dos assuntos levantados em cada capítulo apresentado.

Nos capítulos do corpo do texto se desdobra o argumento de investigação. Cada capítulo constitui uma estrutura individualizada com uma introdução, um desenvolvimento – dividido em secções e subsecções conforme a necessidade – uma conclusão e notas. A introdução dos capítulos se inicia com uma abertura que encaminha ao objetivo específico correlato e, à guisa de índice, uma breve descrição do que será abordado no corrente enfoque, lançando-se a exposição. Isso posto, no desenvolvimento dos capítulos, apresentam-se os assuntos levantados para se atingir o objetivo específico proposto. Esse corpo de texto é modelado de acordo com o que se busca descrever ou apresentar. Desse modo, no caso dos “Nr 2. e Nr 3.”, são meia dúzia (seis) tópicos cada, fora a “Introdução”, a “Conclusão” e as “Notas” de ambos.

Assim sendo, na conclusão de cada capítulo, ao relembrar a questão de estudo, realiza-se uma síntese parcial do trabalho de onde se extraem aspectos factuais, princípios teóricos e a correlação entre ambos. Com isso, caminha-se em direção ao “Objetivo Geral” e à resposta conveniente à “Questão de Partida”. As notas, por sua vez, reúnem-se ao final dos capítulos. Nestas, são integradas observações e outros dados complementares aos estudos realizados. Uma forma de ilustrar e de enriquecer a pesquisa, evitando-se confundir o leitor ou alongar em demasia o corpo do texto.

Relativo ao desenvolvimento, no “Nr 2.”, abordam-se conceitos prementes nos termos “ideologia” e “liberalismo”, inserindo-se o cruzamento de ambos no contexto histórico e sociopolítico brasileiro. Foca-se, assim, em “Nr 2.2.”, o que se entende, no presente trabalho, por “ideologia”. Prossegue-se, em “Nr 2.3.”, com uma descrição do que venha a ser o “Liberalismo”, como uma evolução de um pensamento político abrangente. Num terceiro momento, em “Nr 2.4.”, apresenta-se o Liberalismo como uma ideologia, fazendo-se a síntese dos pontos anteriores ao se trazer, por meio da literatura explorada, o que se entende como uma “ideologia liberal”. Numa abordagem mais histórica, tem-se, em “Nr 2.5.”, a ideologia liberal na Ibero-América, aprofundando-se, em “Nr 2.6.”, na evolução desse pensamento político no Brasil. Por fim, em “Nr 2.7”, o “debate” do Liberalismo com o Nacional-desenvolvimentismo, na definição histórica do modelo econômico coerente com a jornada política brasileira.

Numa fase seguinte, aproveitando-se o “gancho” do enfoque histórico dado no último ponto do “Nr 2.”, no “Nr 3.”, entra-se na análise do pensamento e da ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política, sem deixar de lado uma breve contextualização biográfica. Inicia-se, em “Nr 3.2.”, com sua formação intelectual e profissional e como essa se refletiu na consolidação de seu pensamento liberal. Em “Nr 3.3.”, prossegue-se na sua carreira no Brasil, com sua passagem pela Comissão

Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) e pelo BNDE. Em “Nr 3.4.”, coloca-se sua dedicação às questões brasileiras de “JK” a 1964. Sua relação com o Governo Castello Branco se perfaz em “Nr 3.5.”, de sua nomeação à sua participação na redação da parte econômica da “*Constituição Brasileira de 1967*”. Em “Nr 3.6.”, dá-se sua trajetória ao longo do governo Costa e Silva ao fim do Regime Militar, em 1985. Por fim, em “Nr 3.7.”, apresenta-se a sua vida parlamentar ao longo da “Nova República”.

Aprecia-se, na “Conclusão”, “Nr 4.”, em que medida se apresenta a ocorrência de padrões consonantes entre conceitos e factos, para se finalizar sobre os resultados do estudo. Desse quociente, em desenlace, elabora-se uma teoria que se quer original e validada pelo método empregado. Assim sendo, pretende-se levantar os resultados consequentes da análise do pensamento e da ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política e correlacionar etapas relevantes da exposição ao desdobramento da ideologia liberal no Brasil. Entra-se na última fase do trabalho, com as “Considerações Conclusivas”, em “Nr 4.1.”, à guisa de resumo sobre o que se propôs realizar com o corrente trabalho. Relembra-se, em “Nr 4.2.”, o “Procedimento Metodológico” utilizado. Sem ser repetitivo, essa fase apenas ressalta o caminho percorrido em cada estágio da investigação. Na sequência, e como fechamento, realiza-se, em “Nr 4.3.”, a “Avaliação de Resultados”. Nesta, coadunam-se as conclusões de cada capítulo sob uma perspectiva integrativa orientada pelo “Objetivo Geral” e se chega à resposta à “Questão de Partida” que deu rumo à presente pesquisa, fechando-se, o trabalho. Por fim, os Anexos que ilustram e reforçam a apresentação feita, com a Circular de Castello Branco de março de 1964, o “*Documento de Trabalho Nr 1*”, de abril de 1964 e os pronunciamentos de Roberto Campos de junho de 1983 e de janeiro de 1999, realizados em Plenário.

1.3. NOTAS.

01. Um dos ingredientes mais importantes da civilização ocidental é o que poderia se chamar de “tradição racionalista”, que herdamos dos gregos: a tradição do livre debate – não a discussão por si mesma, mas na busca da verdade. A ciência e a filosofia helênicas foram produtos dessa tradição, do esforço para compreender o mundo em que vivemos; e a tradição estabelecida por Galileu correspondeu ao seu renascimento. Dentro dessa tradição racionalista, a ciência é estimada, reconhecidamente, pelas suas realizações práticas, mais ainda, porém, pelo conteúdo informativo e a capacidade de livrar nossas mentes de velhas crenças e preconceitos, velhas certezas, oferecendo-nos em seu lugar novas conjecturas e hipóteses ousadas. A ciência é valorizada pela influência liberalizadora que exerce – uma das forças mais poderosas que contribuiu para a liberdade humana (Popper, 1972, p.129).

02. Entende-se a epistemologia, nesse caso e muito resumidamente, como a forma de se elaborar o conhecimento (*cf.* Menegat, 2014, pp.9 a 12).

03. Segundo a Associação Brasileira de Ciência Política, as Áreas Temáticas (AT) “representam diferentes disciplinas ou subáreas da Ciência Política, estruturando a divisão temática dos encontros da associação (ABCP, c2018a, cienciapolitica.org.br).

04. Trata-se de um compêndio que “oferece uma explicação e uma interpretação simples e possivelmente exaustiva dos principais conceitos que fazem parte do universo

do discurso político, expondo sua evolução histórica, analisando sua utilização atual e fazendo referência aos conceitos afins ou contrastivamente antitéticos, indicando autores e obras a eles diretamente ligados (Bobbio *et al*, 1998, p.III).

05. A expressão “pensamento político” é empregada, aqui, no sentido admitido na literatura internacional para designar um conjunto de autores ou obras pertencentes a uma determinada nacionalidade. Entende-se, nesse caso, que, sem o pensamento político, a comunidade política não poderia ser organizada e tampouco existir. Por isso, toda comunidade organizada possui necessariamente alguma modalidade de pensamento político (Lynch, 2016, p.81).

06. No seu significado fraco, “Ideologia” designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (Bobbio,1998, p.585).

07. Doutrinas são conjuntos de “ideias, crenças, opiniões e valores que exibem um padrão recorrente; que possuem grupos significativos como seus portadores; competem pelo fornecimento e controle das políticas públicas, com o objetivo de justificar, contestar ou alterar os processos e arranjos políticos e sociais de uma comunidade política” (Freedon, 2003, p. 32). Por meio do discurso político essas doutrinas assumem função de metáforas, símbolos e temas prenhes de significados, que pretendem ordenar a sociedade por meio de determinadas narrativas sobre o passado, o presente e o futuro (*cf.* Lynch, 2016, p.81).

08. Na verdade, (estudiosos) já se dedicavam ao assunto antes de irem para os Estados Unidos e se tornarem “cientistas políticos”. Debruçaram-se sobre um acervo de obras que, recorrendo à sociologia, à economia, à história, não se encaixavam retrospectivamente na definição de Ciência Política que traziam de Stanford e da Universidade da Califórnia (Lynch, 2016, p.78).

09. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo brasileiro, junto com outros intelectuais, desenvolveu uma abordagem que adequou a estrutura do pensamento frankfurtiano às relações económicas mundiais. O que foi feito por meio de conceitos gramscianos interpretados à luz da Economia Política (*cf.* Valério, 2012, p.150). Assim, dentro de uma relação de “centro e periferia”, como opressor e oprimido, há a criação de uma dependência entre atores não tecnológicos e os detentores de tecnologia, que denota um “desenvolvimento-associado”. Um ordenamento de poder que se delineia sob a hegemonia de grandes grupos de países desenvolvidos (imperialistas), sobre nações que lhes são vassalas (*cf.* Cardoso, 1981, p.83 e 84; *cf.* Valério, 2012, p.148).

10. Por essa expressão, deve-se entender qualquer estudo de fenômenos conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais (*cf.* Bobbio, 1998, p. 164).

11. Segundo Vélez-Rodríguez (*cf.* 2012, pp.7 e 8) esses ramos são compostos pela Escola Weberiana Brasileira, pelo Liberalismo, pelo Conservadorismo e Tradicionalismo, pela Escola de Frankfurt, pela Socialdemocracia, pela Teologia da Libertação e Doutrina Social da Igreja Católica, pelo Socialismo e Movimentos Sociais Marxistas e pela Escola de Pensamento Estratégico.

12. No conceito de representação se encontra no hiato entre o povo e o poder e, como tal, constitui o princípio organizador da política. Sua centralidade decorre principalmente da dificuldade de figuração da sociedade, que é essencial para a identidade e continuidade de qualquer comunidade política. Por comunidade política entendo aqui o grupamento de indivíduos no qual as relações entre governantes e governados envolvam compreensões compartilhadas concernentes à seguinte permuta: os governantes asseguram certos direitos aos governados, que por sua vez correspondem com obediência. Há, portanto, uma relação de poder assegurada por um mínimo de consentimento. [...] Mais genérica e fundamental, a primeira dimensão da representação política opera num registro social e simbólico pelo qual a sociedade é representada pelo poder – é aquela da representação-personificação. A exigência de visibilidade da autoridade social, endereçada pela comunidade (espaço do político), impõe àquela que se instale num plano fora e superior à desta, dependente dela, mas relativamente autônoma, na forma de uma cena política (espaço da política). A partir desse lugar apartado e superior, o poder pode refratar a imagem do mundo social como uma unidade, conferindo-lhe inteligibilidade e articulando-lhe uma identidade. [...] Ora, uma vez que a comunidade se reconhece como tal, a representação pode se aprimorar como técnica de autogoverno, o que dá origem a uma segunda dimensão sua, desdobrada como aperfeiçoamento da primeira: trata-se da representação-mandato, por intermédio da qual a sociedade é representada junto ao poder. Uma vez que a comunidade passa a se reconhecer como a única fonte legítima do poder político, ela promove o estreitamento dos vínculos que a conectam com o príncipe, reduzindo o seu grau de autonomia e se valendo de técnicas de mediação e instrumentalização. [...] Resultado da generalização do sufrágio e da ampliação da atuação do Estado, a terceira e última fase, a democrático-representativa, é sustentada por um espaço público plural

em que prevalece um discurso democrático social que tem por cerne os valores da igualdade e da dignidade humana, que são assegurados por um atuante poder judiciário (Lynch, 2014, pp.21, 22 e 29).

13. O adjetivo “autoritário” e o substantivo autoritarismo, que dele deriva, empregam-se especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. Em sentido psicológico, fala-se de personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade. As ideologias autoritárias, enfim, são ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária (Bobbio *et al*, 1998, p.94).

(Por sua vez), o totalitarismo deita suas raízes no medo à liberdade. [...] O totalitarismo é movido pela vontade de apagar a individualidade. Apela para a absorção de cada um “numa totalidade mística indiferenciada, na qual já não há lugar para a tragédia da decisão e da escolha”. Como a conquista da liberdade tomou corpo nos regimes inspirados pelo liberalismo, o totalitarismo é uma reação violenta contra este e, paradoxalmente, brota do seu seio, ora como tendência político-filosófica que contesta a “metafísica liberal”, ora como fruto de um adormecimento do povo na procura do bem-estar, risco previsto por Tocqueville, ora a partir da limitação às liberdades e do fortalecimento do Estado na luta contra o próprio totalitarismo (Vélez-Rodríguez, 2000, p.274).

14. Júlio de Castilhos (1860-1903) terminou a Faculdade de Direito de São Paulo muito jovem, em 1881, quando tinha apenas 21 anos de idade, formando seu espírito segundo os cânones positivistas. Começa na década anterior a difusão da sociologia de Comte, antes conhecido sobretudo por matemáticos na Real Academia Militar. Segundo aquela sociologia, a evolução social era determinada e previsível. Preparar o advento do estado positivo, etapa final da humanidade, seria obra de uns quantos apóstolos, mestres de uma nova Igreja, profundos conhecedores da ciência. Nessa obra, a família tem igualmente lugar de destaque, sobretudo as mulheres. O novo sistema político será uma ditadura republicana. Da doutrina de Comte, Castilhos retirou a ideia básica de que o governo passava a ser uma questão de competência (em vez de vir de Deus, como imaginavam alguns monarcas, ou da representação, como ensinou Locke e, entre nós, Silvestre Pinheiro Ferreira e os grandes artífices do Segundo Reinado, o poder vem do saber). Ora, se estou de posse desse saber, porque preciso passar a fase do que entre nós chamou-se de positivismo pedagógico ou ilustrado, isto é, de algo que poderia ser

denominado de “educação das consciências” como etapa prévia à implantação do estado positivo? Espírito prático, dotado de grande poder de liderança, combativo, tenaz e obstinado, Castilhos decidiu-se por uma experiência original: utilizar o poder político para transformar a sociedade, ao invés de esperar pela transformação desta e só então marchar na direção do regime perfeito. Em síntese, optou por exercer diretamente a tutela da sociedade (Paim *in* Vélez-Rodríguez, 2000, p.14).

[...] enquanto para o pensamento liberal o bem público resultava da preservação dos interesses dos indivíduos que abrangiam basicamente a propriedade privada e a liberdade de intercâmbio, bem como as chamadas liberdades civis, para Castilhos o bem público ultrapassa os limites dos interesses materiais dos indivíduos, para tornar-se impessoal e espiritual. O bem público se dá na sociedade moralizada por um Estado forte, que impõe o desinteresse individual em benefício do bem-estar da coletividade (Vélez-Rodríguez, 2000, p.157).

Embora encontremos no castilhismo vários aspectos que o aproximam de um sistema totalitário, não podemos, entretanto, caracterizá-lo propriamente como tal. [...] O autocratismo castilhistas não entrou em jogo ao acaso ou como simples transposição de uma teoria estrangeira. Preencheu um vazio no pensamento da elite dirigente brasileira, desobrigando-a da má consciência de haver contestado radicalmente a monarquia, sem dar solução ao problema fundamental colocado por ela: a representação. Ao instituir a tutela e a cooptação como base da ordem social e política, ao mesmo tempo que dava à nova elite um bom argumento para se perpetuar no poder, Castilhos exonerava-a dos freios morais e políticos da sociedade liberal, expressados no parlamento e nas liberdades. De um universo moral e social baseado na autoconsciência e na responsabilidade do indivíduo, passou-se a uma nova ordem fundada na entidade anônima da coletividade, com sério detrimento para a afirmação da pessoa. Tinha-se dado um passo atrás no esclarecimento alcançado pela consciência brasileira durante o Império, acerca da liberdade e da representação (Vélez-Rodríguez, 2000, pp.274 e 275).

Em outras palavras, o Castilhismo consiste na legitimidade dos governantes por meio da pureza moral comtiana, com a virtude assumindo o lugar da política partidária e o Estado se tornando o motor da modernização da sociedade. Júlio de Castilhos foi governador do Rio Grande do Sul a partir de 1893 e manteve uma linha de sucessores ideológicos que culminou na ascensão de Getúlio Vargas em 1930. Vargas, com o “Estado Novo”, elevou o castilhismo a uma esfera nacional (*cf.* Vélez-Rodríguez, 2000, pp.102 a 114).

Vargas formou seu espírito na república positivista do Rio Grande do Sul. Quando veio para o Rio de Janeiro no exercício de atividade parlamentar achava-se perfeitamente enquadrado no jargão positivista, vigente em sua terra natal. Comte para ele é o “genial filósofo de Montpellier”. Reconhece ser o regime sul-rio-grandense centralizador e rigorosamente alicerçado num Executivo forte (Paim *in* Vélez-Rodríguez, 2000, p.19).

15. O Capitalismo nunca existiu no Brasil. [...] somos um país pré-capitalista ou até mesmo anticapitalista. Isso se traduz em nossa notória incompreensão da função do “lucro” e da concorrência. Somos uma sociedade patrimonialista. O patrimonialismo não é mais que uma forma ibérica do mercantilismo europeu do começo da idade moderna, isto é, o mercantilismo piorado pela influência cultural da contrarreforma, dos confiscos da Inquisição e dos resquícios do despotismo árabes. Há quatro características essenciais ao capitalismo: reconhecimento da propriedade privada, sinalização mediante o sistema de preços, livre acesso ao mercado pelos agentes econômicos e regras estáveis no jogo do estado de direito. O Brasil preenche apenas a primeira dessas condições e assim mesmo com ressalvas (Campos, 1996, p.206).

Vindo duma dificuldade de construir modelos compartilhados de zelo pelo bem comum (cf. Schwarcz, 2019, p.65), o patrimonialismo no Brasil, segundo Faoro (cf. 2001, p.33) é uma ordem burocrática soberana sobreposta ao cidadão. Algo realizado mediante a confusão entre as esferas públicas e privadas por parte dos membros da administração do Estado. Nesse ambiente de dominação, o capitalismo é dirigido pela burocracia estatal e impedido à autonomia. Uma condição que se concretiza na anulação das liberdades civis e públicas, desconsiderando-se o livre contrato, a livre concorrência e a livre profissão. É uma derivação do Estado Patrimonial delineado pelo sociólogo Max Weber (1864-1919 – cf. 1995, p.70), apresentado abaixo. Uma herança do período colonial, ampliado no Império e consolidado na “República Oligárquica” (ou Velha). Nesse sentido, o Estado não é considerado como uma estrutura voltada para servir aos interesses da nação, mas destinada ao aumento do patrimônio pessoal de burocratas e políticos (cf. Campos, in Almeida, 2018, p.108). Dessa forma, a corrupção não é entendida como algo anormal, mas a confirmação do aparelhamento do Estado por grupos de interesse. O “coronelismo” do nordeste brasileiro ilustra essa situação que, ao longo da história republicana do Brasil, tendeu a se agravar. “A prática republicana criou uma situação inteiramente nova. Passa a primeiro plano o conflito entre grupos cujo interesse próprio resume-se em apossar-se do patrimônio constituído pelo Estado” (Paim, 2018, p.90).

(No entanto), [...] é equivocada a visão de que o [...] patrimonialismo é uma tentativa de privatizar o que é público. Se fosse isso, os agentes do patrimonialismo cuidariam daquilo que entendem ser seu por *direito*, como era durante o feudalismo, quando o poder político nascia da riqueza baseada na propriedade. O que acontece no Brasil é diferente de privatizar o que é público. “O que se faz [...] é usar o Estado como um

instrumento de concessão de benefícios e de privilégios para si e para terceiros de uma maneira predatória. Isso acontece porque a maioria não identifica o que é público como se fosse seu patrimônio, mas como pertencente a um terceiro, a uma entidade fictícia a que se dá o nome de sociedade, de povo, que ninguém sabe quem é, mas que a soma de seus indivíduos financia coletivamente e que o patrimonialista pretende desfrutar sem se preocupar com escassez ou exaurimento” (Garschagen, 2018, p.301).

Segue a definição de Max Weber anunciada acima: “Do ponto de vista teórico, é necessário atribuir a esse modo de cobertura das necessidades comunitárias um caso particular importante: trata-se, nas suas formas extremamente variadas, do sistema ‘feudal’ ou ‘patrimonial’ de cobertura das necessidades nos órgãos da autoridade política, estando essas formas elas próprias ligadas a situações de autoridade que permitem a certos indivíduos assumir as tarefas próprias da sociedade que dominam [...]. Nesse método de cobertura das necessidades da comunidade, trata-se principalmente de *royalties* e benefícios em espécie (cobertura das necessidades feudais, naturais e privilegiadas). Mas processos bastante semelhantes, também destinados a atender às necessidades, podem existir em uma estrutura capitalista: por exemplo, o poder político pode, expressa ou indiretamente, garantir um monopólio a um grupo de empresários, em troca do qual ele os subjuga [...]. Essa forma de exercício de privilégios, muito difundida na era ‘mercantilista’, voltou a ter um papel crescente na era atual”.

(Il faut, du point de vue théorique, rattacher à ce mode de couverture des besoins communautaires un important cas particulier: c'est, sous ses formes extrêmement variées, le système « féodal » ou « patrimonial » de couverture des besoins en organes d'autorité politique, ces formes étant elles-mêmes liées aux situations d'autorité qui permettent à certains individus de se charger des tâches propres à la sociation qu'ils dominant [...]. Dans ce mode de couverture des besoins communautaires, il s'agit

surtout de redevances et de prestations en nature (couverture des besoins de caractère féodal, naturel et porteur de privilèges). Mais des processus tout à fait analogues, destinés également à la couverture des besoins, peuvent exister dans une structure capitaliste: par exemple, le pouvoir politique peut garantir expressément ou indirectement un monopole à un groupe d'entrepreneurs, en échange de quoi il les assujettit [...]. Cette forme de charge porteuse de privilèges, qui fut fort répandue à l'époque "mercantiliste", a recommencé à jouer un rôle croissant à l'époque actuelle – Weber, 1995, p.70).

2. A IDEOLOGIA LIBERAL E ESTA, NO BRASIL.

2.1. INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.

A modelagem intelectual da realidade conduz a que se dê interpretação ao que se vê, ao que se sente e ao que se pensa. Por essa razão, da construção racional feita na experiência, adequam-se necessidades e recursos, se possível, num ajuste coerente e satisfatório. O ser humano, organizado e civilizado, tende a agir no sentido de estabelecer vínculos para o fomento de condições que sejam favoráveis para si e seus afins, seguindo a mencionada construção racional. Nessas interações, na cata pela realização pessoal e pelo desenvolvimento conjunto, adapta-se o discurso ao ouvinte, no convencimento das partes para a ação. Argumentos que podem gerar atitudes favoráveis a condições mais adequadas na harmonização dos desejos, das necessidades e das vontades com as possibilidades reais ou sugeridas. Dessa relação entre um e muitos, emergem conceitos e factos na coesão de grupos em torno da proteção dos interesses particulares de seus membros, numa condição que tende a substanciar o termo “Política”. Ao se estudar essas interações, assume-se que cada grupo formado em torno de um certo objetivo pode ser entendido de modo pormenorizado. A forma conceitual das características típicas de cada um dos conjuntos tende a ajudar na determinação do grau de aderência a uma escola de ideias.

Quando se contextualiza o debate político na Ibero-América, nota-se que o juízo do mundo nem sempre é afável. Das apreciações feitas em meados do século XIX

surgiu o termo “República de Bananas” que sobreviveu ao tempo. Algo que deprecia por generalizar, sem levar em conta a riqueza de experiências e a própria História. De acordo com autores e homens políticos da esfera anglo-americana, a implantação de governos estáveis em países ibero-americanos seria difícil. Um transplante que veria obstáculo imposto pela prevalência, segundo o próprio General Simon Bolívar (1783-1830), da “ignorância, da tirania e do vício”, como males oriundos da continuidade de três séculos duma violenta dominação colonial (cf. Drake, 2009, Kindle: Loc.87 e 88; cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, pp.09 e 10).

Por conseguinte, fica a dúvida de como essa cultura política, que autores de meados do século XIX chamaram de “liberal”, poderia ser aplicada em territórios povoados, principalmente, por indígenas autóctones e escravos africanos, administrados por uma minoria europeia presa a um “medievalismo tardio”. E de que forma equilibrar sistemas teoricamente comprometidos com a isonomia jurídica, em sociedades divididas por profundas disparidades socioeconômicas. Uma vez que, mesmo presentes na semântica da “jovem intelectualidade”, os ideais de liberdades civil, comercial e política dificilmente faziam sentido num arranjo social marcado pela ferocidade de seus membros (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, p.12).

Dentro desse espectro, o presente capítulo visa atingir o objetivo específico de *caracterizar a ideologia liberal e esta, no Brasil*. Para isto, divide-se em etapas bem distintas. Na primeira, delinea conceitos prementes nos termos “ideologia” e “liberalismo”, fechando na apresentação do que se entende por uma “ideologia liberal”. Apenas uma fresta de abertura sobre um vasto universo de debate entre opiniões e valores que se agregam ou que se dividem. Na segunda etapa, demarca-se o desdobramento Ibero-Americano dessa cultura política, aprofundando-se no caso brasileiro. Por fim, visando a continuidade histórica da apresentação no “Nr 3.”, expõe-

se o debate entre dirigistas e liberais, em meados do século XX, na adequação do melhor modelo econômico para o Brasil.

Seria leviano pensar que a pesquisa realizada fecharia algum ponto de vista de forma definitiva. Longe disto, apenas reflete uma discussão tão viva quanto as controvérsias que suscita. Uma apresentação que não esgota o assunto, mas que, eventualmente, pode servir de trampolim para debates posteriores.

2.2. A IDEOLOGIA.

A origem do termo ideologia é atribuída ao filósofo iluminista francês Antoine Destutt De Tracy (1754-1836). No rescaldo da Revolução Francesa, De Tracy pretendia criar um ramo apropriado de estudo relacionado com as ideias políticas. Uma forma de compreender as dinâmicas sociais por meio das ferramentas científicas disponíveis à época (cf. Freeden, 2003, pp.09 e 10; cf. Head, 1985, p.32; cf. Tracy, 1798, p.324).

Na leitura alemã sobre as relações sociais, inspirada por De Tracy, emergiu a visão marxista da ideologia. Segundo Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), a ideologia seria uma forma de controlar e de consolidar a exploração numa sociedade de classes, garantindo e promovendo a divisão do trabalho. Em outras palavras, um conjunto de princípios tácitos desenvolvidos pela classe burguesa para enganar e submeter a classe operária. Um ponto de vista afastado dos estudos de De Tracy, uma vez que Engels e Marx, criaram uma dinâmica de ideias independente da percepção da realidade. Uma tentativa de reler o Mundo segundo a interpretação do que seria uma “verdadeira” abordagem das relações sociais, afastando aquilo que se vê, realidade, daquilo que se quer ver, utopia ou narrativa (cf. Chauí, 2008, p.25; cf. Freeden, 2003, pp.10 e 11). Desse modo, inicialmente em “*Ideologia Alemã*” (Engels & Marx, 2007) e em seguida em “*O Capital*” (Marx, 2013), colocou-se a ideologia como uma forma de transformar uma moral social anormal por meio da fetichização totêmica de banalidades. Uma circunstância que se verifica, principalmente, na valorização desmedida do lucro, tido como o abuso da mais valia, no desprezo pelo trabalho da classe operária, explorada e submissa, além de outras franjas decorrentes da lógica de aprofundamento da luta de classes (cf. Freeden, 2003, pp.11 a 12).

Filósofos de linha marxista propõem novas abordagens sobre ideologia, uma vez que a observação da concretude do real questionava a “pureza” do entendimento teórico sobre a mesma realidade. Um estreitamento filosófico que afastava as boas escolhas na interpretação da Política como tal. Destacam-se, para o presente estudo, Karl Mannheim (1893-1947), Antônio Gramsci (1891-1937) e Louis Althusser (1918-1990).

Mannheim, filósofo marxista húngaro, contrariando Engels e Marx, apresentou uma nova raiz social da ideologia. Uma “fórmula” não imposta, mas emergente de forma intrínseca, como uma maneira de se entender a realidade e de se projetar uma utopia ou uma narrativa. Em outras palavras, a concepção total de ideologia seria uma *Weltanschauung* ou uma cosmovisão modelada pela interpretação da realidade tangível quando formada na troca de impressões entre os indivíduos de mesma veia social (cf. Freeden, 2003, pp.13 e 14).

Uma sociedade que em sua divisão de trabalho e diferenciação funcional não pode oferecer a cada indivíduo um conjunto de problemas e campos de operação nos quais a iniciativa plena e o julgamento individual podem ser exercidos, também não pode realizar uma *Weltanschauung* individualista e racionalista completa que pode aspirar a se tornar uma realidade social efetiva (Mannheim, 1954, p.32).⁰¹

Nesse caso, o próprio marxismo, que denuncia as ideologias, tornar-se-ia uma ideologia em si. Essa abordagem consistindo no “paradoxo de Mannheim”, de maneira que não se pode expor um ponto de vista como ideológico sem adotar uma postura ideológica *per se*. Possibilitou-se, desse modo, um estudo científico das ideologias, numa busca pelo entendimento sem julgamento valorativo. Não sendo possível determinar qual seria a melhor das ideologias, mas apenas aquelas que permitiriam um “estado social ótimo” mais duradouro (cf. Freeden, 2003, pp.15 e 16).

Por sua vez, Gramsci, filósofo comunista italiano, modificou paradigmas dentro da tradição marxista com o seu conceito de “hegemonia”, fazendo evoluir a interpretação de Mannheim. Tratar-se-ia, para Gramsci, da aceitação voluntária duma

Weltanschauung, ou cosmovisão dominante, não somente por meio da coerção estatal, mas, sobretudo, por formas mais sutis, como a academia, a cultura de massa e a religião.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (Gramsci, 1999, p.103).

Nessa linha, Gramsci afastou do Estado, ou “sociedade política”, o monopólio dos meios de hegemonia, colocando essas ferramentas dentro das possibilidades dos diferentes grupos não-estatais, chamados, por ele, de “sociedade civil”. Desta, emergem os intelectuais responsáveis pela condução do debate, na medida em que orientam as preferências e as tendências na construção de “consensos”. Uma influência que coloca um “novo normal” como surgido de forma espontânea no corpo social, num “senso comum” filosoficamente dirigido. Uma aproximação mais ligada ao espírito de cooperação voluntária, ao livre arbítrio e na procura pelo “saldo positivo” da relação entre “o custo e o benefício” nas relações sociais. Algo mais percebido nas artes, no comércio e nos hábitos hodiernos que na esfera de domínio estatal (*cf.* Freedon, 2003, pp.19 a 21). Contudo, o Estado se rende a uma lenta ocupação, ou “aparelhamento”, por indivíduos “ideologicamente coesos”, admitindo, no decurso do tempo, uma visão política, *in fine*, totalitária. Passando, essa “situação hegemônica” a ser cultivada, preservada e imposta de forma coerciva pela administração pública conforme o “bom senso” da elite dirigente e da massa dirigida (*cf.* Freedon, 2003, pp.23 e 24).

Por outro lado, ainda na tradição marxista, o filósofo francês Louis Althusser resgatou a perspectiva “ideológica ortodoxa” como a ferramenta de domínio da burguesia sobre o proletariado, numa abordagem inversa à de Gramsci. Poder-se-ia considerar essa ideologia como uma mensagem de garantia do *Status Quo* fortalecida

pelos formadores de opinião e protegida pelo poder de coerção do Estado. Nada mais direto que a repressão para a manutenção do sistema econômico, independentemente de qual seja (cf. Freeden, 2003, p.25). Porém, Althusser diferiu de Marx na sua valoração sobre a ideologia em si. Não se trataria, exclusivamente, dum instrumento de controle perverso, mas duma maneira de se construir uma “outra realidade”. Mesmo o Estado repressivo representando a força política dominante, ele constitui um promotor ideológico em si, enquanto detentor do controle simbólico, com a multiplicidade do aparato estatal se propagando para a esfera do privado. Novamente, valendo-se ressaltar, que Althusser alinha-se com Gramsci, mas em sentido contrário, ao invés da “sociedade civil” aparelhar a “sociedade política”, seria a “sociedade política” a controlar a “sociedade civil” (cf. Freeden, 2003, p.26).

[...] a escola (mas também outras instituições do Estado como a Igreja, ou outros aparatos como o Exército) ensina “*know-how*”, mas em formas que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. Todos os agentes de produção, exploração e repressão, para não falar dos “profissionais da ideologia”, devem de uma forma ou de outra ser “imersos” nessa ideologia para cumprir suas tarefas “conscientemente” – as tarefas dos explorados (os proletários), dos exploradores (os capitalistas), dos auxiliares dos exploradores (os administradores) ou dos altos sacerdotes da ideologia dominante (seus “funcionários”) etc. (Althusser in Žižek, 2012, pp.124 e 125).⁰²

Aprofundando-se, Althusser declarou que, divergente da perspectiva marxista da vinculação exclusiva da ideologia a seu local e a seu momento, essa ideologia teria um alcance permanente. Uma persistência recorrente, não exclusivamente no ambiente concreto das relações humanas, mas no imaginário coletivo de diferentes grupos de pertença, tal e qual uma mentira aceita como verdade. Para Althusser, o senso ideológico é um amálgama social fornecido pela simbologia de eventos que forma uma ordem maior alocada no Estado. O ponto tangente entre todas as percepções, a confluência das crenças, dos significados, do imaginário e da realidade, o todo desaguando na Política. A ideologia, dessa forma, como uma ilusão, constituir-se-ia

numa inverdade ou num autoengano, para preencher a lacuna existente entre o que realmente é e o que se imagina ser, amenizando a tensão entre o tangível e o intangível. Uma forma de ritual que garante a aderência do privado ao público, mais pelo seu significado que pelo seu ato (cf. Freedon, 2003, pp.27 a 30).

Sob outro enfoque, no decorrer da evolução das Ciências Sociais, nos idos de 1960, nos EUA, aplicando-se o pragmatismo ao estudo, tendeu-se a um retorno a De Tracy. As ideologias poderiam ser descritas, medidas, categorizadas e generalizadas. Uma visão isenta de marxismo que abriu um abismo entre si e as preocupações teóricas europeias apresentadas (cf. Freedon, 2003, p.39). Conforme o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926), as ideologias se caracterizariam num sistema ordenado de símbolos culturais complexos e equivalentes a uma fé, mas ao invés de religiosa, política. Metáforas de significado social flexível que, como mapas, orientam indivíduos e grupos dentro da sociedade, permitindo uma adesão a um ideário comum de pertença (cf. Freedon, 2003, pp.40 e 41). Nessa abordagem, mapas ideológicos, sim, mas com características especiais. Crenças concorrentes para as mesmas percepções sociais que ordenam as identidades coletivas. Da soma desses símbolos emergem os atributos típicos de diferentes grupos sociais e o seu conjunto, dando forma à nacionalidade. Em outras palavras, a organização desses grupos humanos em um tronco cultural comum e contida num espaço geográfico definido, que, *in fine*, leva à construção de Estados Nacionais (cf. Freedon, 2003, p.41).

O que quer que as ideologias digam [...] elas são, bem distintamente, mapas de uma realidade social problemática e matriz para a criação da consciência coletiva. Se o mapa é correto ou a consciência é digna de crédito em cada caso particular, é outra questão, à qual não se pode dar uma mesma resposta [...] (Geertz, 2008, pp.125 e 126).

Igualmente fora da esfera marxista, o filósofo Austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) foi além de Geertz no estudo simbólico, mas através de um prisma

diferente. Ele caracterizou a própria linguagem como portadora de significado lógico e como símbolo ideológico maior. Na interpretação de sua “teoria pictórica do significado”, as palavras carregam um conhecimento específico: seus sinais indicam algo a mais do que elas mesmas. Os significados das palavras são interdependentes e por meio de uma “chave interpretativa” criam redes de relacionamentos peculiar a cada uma (cf. Freeden, 2003, p.43).

Imaginemos uma história pictórica com imagens esquemáticas e, assim, mais como a narrativa em uma linguagem que como uma série de imagens realistas. Usando tal linguagem pictórica poderíamos, em particular, por exemplo, manter nosso domínio sobre o curso das batalhas. E uma sentença da nossa linguagem de palavras aproxima-se de uma imagem nessa linguagem pictórica muito mais do que pensamos (Wittgenstein, 2010, p.129).

Dessa abordagem decorre que a estrutura ideológica se assemelha a um *puzzle* de componentes linguísticos cujos arranjos dão linhas filosóficas peculiares. Desse modo, mudanças na linguagem não significam alteração ideológica, mas a fluidez natural dentro de um mesmo conjunto. Essa posição permite levantar o véu dos discursos, de forma a apresentar as intenções por detrás da semântica (cf. Freeden, 2003, pp.43 e 44).

Em uma linha próxima à de Wittgenstein, no pós-Segunda Guerra, o filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) apresentou a “premência inconsciente da validade ideológica” (cf. Ricoeur, 1976, pp.35 a 37). Para Ricoeur, a relativa atomização do indivíduo em relação à sociedade faz com que os governantes prefiram deixar seus súditos num estado de infantilismo político (cf. Ricoeur, 1997, p.180).

O apagar da referência ostensiva e descritiva liberta um poder de referência a aspectos do nosso ser no mundo que não podem ser ditos de forma descritiva direta, mas apenas aludidos, graças aos valores referenciais das expressões metafóricas e, em geral, simbólicas (Ricoeur, 1976, p.37).⁰³

Uma determinada ideologia pode se opor à ideologia em geral, que não é uma forma histórica, mas uma estrutura permanente [...]. É a capacidade de criar essa situação intermediária e artificial que dá à experiência [...] sua eficácia. [...]. A memória permanente dos homens e dos acontecimentos fundadores é, portanto, uma estrutura ideológica que pode funcionar positivamente como uma estrutura de integração (Ricoeur, 1997, pp.180, 328 e 345).⁰⁴

Nesse ambiente de retenção, ideologias tendem a se enraizar por meio da formação de grupos de debate invisíveis ao conjunto. Como as frases contêm palavras com uma certa interdependência, o mesmo ocorre com as ideologias. Na sua construção, palavras encapsulam conceitos diversos e variam de acordo com a filosofia do grupo de pertença. Com o “excesso de significado” Ricoeur sugeriu que as ideologias, como formas de comunicação, ecoam mais expressão do que seus próprios autores poderiam imaginar. Trata-se dum arranjo abrangente que atribui sentido a uma variedade de conceitos políticos mutuamente definidos. Consequentemente, as ideologias formam sistemas de pensamento em que um significado específico é conferido a cada conceito político em seu domínio. A competição pela “hegemonia” (num sentido similar ao de Gramsci) é conduzida, principalmente, por meio do controle da linguagem, retiram-se de contexto lógico e cultural os termos à disposição, instrumentalizando-os a serviço de uma cosmovisão, de uma narrativa, ou de uma utopia (*cf.* Freedon, 2003, pp.46 a 55).

Não obstante, para a análise comparativa, esse enquadramento da ideologia e da linguagem trazido por Mannheim, Gramsci, Althusser, Geertz, Wittgenstein e Ricoeur, remete ao conceito esquemático dos quatro “P” da composição ideológica: a proximidade, a prioridade, a permeabilidade e a proporcionalidade (*cf.* Freedon, 2003, p.60). A *proximidade* se relaciona com a interdependência de conceitos políticos. Eles costumam ser decodificados se apreciados num ambiente formado pela comparação de discursos. Uma vez que se analisados de forma isolada, perdem a sua carga extra semântica. A *prioridade* informa que a simbologia ideológica e seus argumentos gerais dependem de atribuições de significância. Alguns símbolos e argumentos assumem posições centrais e outros são relegados à periferia (*cf.* Freedon, 2003, p.61). A *permeabilidade* indica que as ideologias não são exclusivas ou excludentes, mas possuem pontos de contato. Elas são representações inexatas de ideários próximos e

repetidas reconstruções de símbolos fragmentados. Comparações concorrentes, mas reflexos de valores existentes numa base comum concreta (*cf.* Freedon, 2003, p.63). A *proporcionalidade*, por fim, se refere ao espaço relativo dentro de cada ideologia alocada a um tema particular. Tal uma questão de como se deseja apresentar argumentos para o público em geral, procurando respostas quase “pavlovianas” de estímulos e de respostas (*cf.* Freedon, 2003, p.64).

As ferramentas de interpretação sobre as grandes linhas do pensamento ideológico levam a uma separação em correntes principais, ou macroideologias. De forma ampla, esse ordenamento, de inspiração “cliffordiana” dá uma direção sobre o que se pensa, o que se quer e o que se pode ter com cada uma dessas correntes. O Século XX, nesse sentido, foi o grande laboratório das ideologias. Amadurecidas ao longo do século XIX, elas encontraram condições ótimas de aprimoramento por ocasião das convulsões sociopolíticas após a Primeira Guerra Mundial. Num ambiente pós-cataclísmico, as ideologias predominantes ofereceram “soluções” às questões que afligiam as sociedades e desde então, rivalizam, competem ou se aliam, conforme a situação, o local e a atuação de suas redes de influência.

Na atualidade, macroideologias buscam a hegemonia política nacional, como internacional. Essas macroideologias são reconhecidas como os Conservadorismos, os Liberalismos e os Socialismos, todas herdeiras do debate entre as diferentes cosmovisões e organizações humanas delas decorrentes. Elas representam os troncos principais dos quais se ramificam interpretações partidárias no ambiente do debate político e das disputas pelo mando local, regional ou mundial. Junto com os extintos tipos de “fascismos”, essas macroideologias foram as mais determinantes nos rumos das políticas públicas nos últimos cem anos (*cf.* Freedon, 2003, p.78).

Dessarte, ideologias caracterizam formas típicas de expressão e influência do pensamento político. Precisam ser comunicáveis e atraentes para as massas, pouco específicas, mantidas em sistema aberto e participativo, além de fornecerem argumentos para debates gerais. Uma ideologia política representa ideias, crenças, opiniões e valores que exibem padrões recorrentes mantidos por grupos significativos. Esses grupos competem para fornecer e para administrar políticas públicas visando o controle de arranjos sociais em uma dada comunidade. Desse modo, são meios diretos e indiretos para a conquista e para a manutenção do Poder (*cf.* Freedon, 2003, pp.126 a 128).

2.3. O LIBERALISMO.

Feita essa sucinta apresentação sobre as ideologias, acompanhando a proposta do presente trabalho, entra-se no debate sobre o que seja o “Liberalismo”. Não se trata de uma questão fechada, pois essa macroideologia, em constante evolução, possui tantas variações quanto percepções do que possam ser suas ideias, crenças, opiniões e valores. Assim sendo, uma vez que seu fundamento etimológico central, a liberdade, representa uma oposição a todas as variações históricas de tirania, mesmo ao utilizar o singular, ao se reportar ao termo, entende-se, muitas vezes, que sejam “Liberalismos”, quando se abordam conceitos mais amplos.

Não importando a versão a que se refira, sugere-se, por vezes, que o Liberalismo é a macroideologia vencedora do debate político contemporâneo. Mas, como apresentado, a sua proporcionalidade é tão ampla e flexível que o arquétipo liberal transita por ideias, crenças, opiniões e valores que abarcam argumentos de praticamente todo o espectro ideológico. “O Liberalismo, diferente das utopias radicais, comporta uma variedade de valores e crenças” (Campos, 1991, p.77), conseqüentemente, “os liberais (compartilham) elementos de seu pensamento com extensas famílias ideológicas vizinhas, como conservadorismos, socialismos ou anarquismos” (Freeden, 2015, p.57)⁰⁵. Logo, abre-se uma dúvida sobre o que se quer dizer ao se afirmar que existe uma “hegemonia liberal” atualmente (*cf.* Freeden, 2015, pp.23 a 26).

Pelo princípio da proximidade, conservadores e liberais primam pela estabilidade social, como o Liberalismo e a Socialdemocracia se preocupam com o bem-estar, o desenvolvimento individual e a igualdade de oportunidades. Já pela permeabilidade, os socialistas e os liberais assumem o compromisso de melhorar as

condições de vida dos indivíduos e, por sua vez, os anarquistas, de maneira semelhante aos liberais, adotam como primordial a luta contra o controle estatal. O que diferencia essas macroideologias são seus meios e seus fins últimos, mesmo existindo alguma afinidade ou ponto de contato (*cf.* Freedden, 2015, pp.57 e 58).

Pelos princípios da prioridade, os Liberalismos possuem conceitos centrais indispensáveis às suas manifestações mais atuais. Inicialmente, tem-se como ponto de partida que o indivíduo adulto e aquinhado de todas as suas faculdades mentais é a unidade social primária e o único tomador de decisões para si. O individualismo, nesse sentido, garante às pessoas uma singularidade qualitativa que assegura a autoexpressão e o florescimento, reforçando a individualidade (*cf.* Campos, 1996, p.203; *cf.* Freedden, 2003, pp.81 e 82; *cf.* Freedden, 2015, p.60).

O racionalismo, como a expressão da racionalidade, entende uma capacidade razoável de escolha numa reflexão com clareza de propósitos e em sintonia com semelhantes. A empatia, desse modo, deve ser fiadora do cálculo, de maneira a equilibrar os ganhos por meio do respeito às leis e ao próximo. Evita-se, assim, que interesses competitivos decomponham o tecido social, mesmo esses interesses sendo igualmente centrais por meio do debate, da diplomacia, da expressão econômica e dos negócios (*cf.* Freedden, 2015, pp.60 e 61).

Calcado na individualidade, na racionalidade e na empatia, pressente-se a esperança no desenvolvimento humano e social. Tendo em vista que os postulados contemporâneos mais aceitos se baseiam na sociabilidade e na benevolência, indicam-se a afinidade e a interdependência como pontos incontornáveis, de forma a se conduzir à percepção do aprimoramento multimodal pessoal e coletivo como uma missão civilizatória. Dessa maneira, pressupõem-se criatividade e esforço para a evolução tecnológica e a melhoria contínua do padrão de vida, como resultados duma atitude

voluntária da ordem social (*cf.* Freedon, 2015, p.61; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, p.363).

Com esses conceitos básicos em mente, estimula-se um chamado pelo bem comum em detrimento a arranjos de cartel. Uma pretensão inclusiva de todos os seres humanos, sem exceção, na partilha dos benefícios civilizacionais. Uma identidade abrangente que se reflete nas esperanças de igualdade de oportunidades e de fraternidade na benevolência, mediante a decência e a razoabilidade, num desejo de promoção benéfica difusa (*cf.* Freedon, 2003, pp.81 e 82; *cf.* Freedon, 2015, pp.60 e 61).

Para tal, são exigidos controles e limitações de poder, mediante restrições e responsabilidades sobre agentes públicos e cidadãos. Não obstante, as decisões devem ser circunscritas por “freios e contrapesos” garantidos em compensações, em regras constitucionais e em severas justificativas para o uso da força. Nesse intuito, considera-se a distribuição do poder do Estado na sociedade mediante a mais abrangente representação política possível. Uma solução que dociliza os agentes públicos e estimula uma organização social de responsabilidade compartilhada (*cf.* Freedon, 2015, pp.62 e 63). Além desse *core*, persiste a motivação e a presteza para reorganizar os diferentes sistemas e práticas visando maiores eficiência e eficácia. Desse modo, mantém-se a tolerância e a aceitação da crítica por meio do livre debate, de modo a estimular a dúvida sobre a escolha do melhor caminho (*cf.* Freedon, 2003, pp.81 e 82).

A perpetuação do Estado Liberal, por sua vez, é favorecida, como referido acima, pelo princípio da representação. Ou seja, governo executivo e corpo legislativo escolhidos, preferencialmente, por sufrágio universal, controlados e limitados por cidadãos livres, outros legisladores em diferentes esferas e juízes independentes. Todos com direito a expressão de suas ideias graças a uma imprensa livre, ao sistema de

partidos e demais assessorios necessários para a consolidação do livre arbítrio, da ampla defesa e do contraditório (cf. Bobbio, 2000, p.44).

Dentro de uma abordagem histórica, entende-se que, inicialmente, os sentimentos morais conducentes à germinação do Liberalismo foram decorrentes de reivindicações contra a influência da Igreja na administração do Estado. Mesmo que, paradoxalmente, as Cruzadas tenham sido o fator precípua da ressurreição do comércio na Europa Ocidental. Um movimento militar católico que, na reabertura do Mar Mediterrâneo às marinhas mercantes europeias, despersonalizou “as relações de mercado” e fomentou “o crédito comercial” (cf. Campos, 1964b, p.27). Decorrente desse “renascimento”, a força das cidades italianas do Século XV trouxe críticas políticas das relações do imane com o exercício religioso. Na dissolução das premissas transcendentais da literatura do “Espelho do Príncipe” e de suas virtudes cardeais (prudência, fortaleza, temperança e justiça), Maquiavel (1469-1527) desenvolveu uma metodologia para a conquista e a manutenção do poder. Sem preocupações de ordem moral, apresentou ferramentas de gestão política dispostas no que chamou de *virtú* (ou aquilo conducente ao sucesso do “Príncipe”). Em outras palavras, a ação por interesse, indo-se além da lei e dos valores cristãos, se assim convier (cf. Campos, 1964b, p.28; cf. Freedman, 2015, pp.20 a 23).

E, embora entre eles houvesse alguns líderes capazes de criar tumulto, duas coisas os impediram de agir: a primeira, o poder da Igreja, que os intimidava; a segunda, não terem nenhum cardeal, os quais estão na origem [...], em Roma e fora dela, os partidarismos que os barões locais são obrigados a defender — e assim, da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões (Maquiavel, 2010, p.91).

No Século XVI, em paralelo à ampliação de horizontes provocada pelas Grandes Navegações e a inflação da Revolução de Preços gerada pelo ouro trazido da América Espanhola, acirrou-se a contestação do monopólio sociopolítico e religioso da Igreja Católica na Europa. Na renovação de ritos instigada pela publicação das “95 *Teses*

Sobre a Indulgência” de Martinho Lutero (2017, pp.31 a 48) e sua ampla divulgação por meio da imprensa nascente, emergiu uma postura em favor do direito de consciência contra qualquer tipo de domínio. Nesse ensejo, a Reforma Protestante, particularmente o Calvinismo, marcou o impulso de emancipação da fé e serviu de estímulo para ideias voltadas à autonomia do cidadão nos campos econômicos, políticos, religiosos e sociais (cf. Campos, 1964b, pp.28 a 32, 108 e 109; cf. Ryan in Goodin *et al*, 2007, pp.368 e 369).

Como evento político, não como termo, no século XVII, o Liberalismo se consolidou na “Revolução Gloriosa” de 1688, na Inglaterra. As lutas levadas contra os abusos absolutistas do Rei Jaime II (1633-1701) impulsionaram esforços de respeito à memória da “*Magna Carta*” de 1215 e o reforço do Parlamento como fonte de leis. Com o “protoliberalismo” britânico, os pilares da tolerância religiosa e do governo constitucional inspiraram convenções similares na Europa continental (cf. Campos, 1996, pp.201 e 202; cf. Merquior, 2016, p.33). Esse ideal de liberdade se amparou na defesa de supostos direitos naturais do ser humano anteriores à própria sociedade, o *jus naturalis*. “Um estado, também, de igualdade, onde a reciprocidade determina todo o poder e toda a competência, ninguém tendo mais que os outros” (Locke, 2001, p.83). Dessa forma, se a organização dos seres humanos se aprouve da salvaguarda do indivíduo contra uma morte violenta, por um lado (cf. Hobbes, 1998, pp.78, 136 e 438), por outro, visou a proteção da vida, da liberdade e da propriedade (cf. Locke, 2001, pp.132 e 218).

Se para Hobbes se delineia um governo absolutista onde se preserva a vida, mas se retiram todos os demais direitos:

Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros [...] o fim dessa instituição, é a paz e a defesa de todos; e quem tem direito ao fim, tem direito aos meios; [...] e fazer tudo o que julgar necessário ser feito, de antemão, para a preservação da paz e da segurança (Hobbes, 1998, pp.115 e 118).⁰⁶

Para John Locke (1632-1704), esboça-se o governo consensual, no qual só se exige que a justiça saia da alçada do indivíduo e passe para a do Estado, assim, todos os outros direitos se preservam:

Por isso, todas as vezes que um número qualquer de homens se unir em uma sociedade, ainda que cada um renuncie ao seu poder executivo da lei da natureza e o confie ao público, lá, e somente lá, existe uma sociedade política ou civil [...]. Os homens passam, assim, do estado de natureza para aquele da comunidade civil. [...] Mas, embora os homens ao entrarem na sociedade renunciem à igualdade, à liberdade e ao poder executivo que possuíam no estado de natureza, que é então depositado nas mãos da sociedade, para que o legislativo deles disponha na medida em que o bem da sociedade assim o requeira, cada um age dessa forma apenas com o objetivo de melhor proteger sua liberdade e sua propriedade [...] e não se pode jamais presumir que o poder da sociedade, ou o poder legislativo por ela instituído, se estenda além do bem comum. E tudo isso não deve visar outro objetivo senão a paz, a segurança e o bem público do povo (Locke, 2001, pp.134 e 159).

Contudo, ambas as interpretações vincularam um respaldo a condições políticas e civis num suposto “contrato”, ou acordo entre governantes e governados na construção das sociedades (cf. Bobbio, 2000, p.47; cf. Freedon, 2015, p.44; cf. Merquior, 2016, pp.55 e 112).

Em França, mesmo Montesquieu (1689-1755) teorizando a distribuição da autoridade com “*O Espírito das Leis*” (Montesquieu, 2000), o “contratualismo”, ao atravessar o Canal da Mancha, sofreu “o efeito de álcool num estômago vazio” (Espada, 2008, p.145). A fase do Terror Jacobino da Revolução Francesa, de setembro de 1793 a julho de 1794, veio mostrar que o império da “Vontade Geral” de Rousseau (1712-1778), numa “democracia total”, pouco acrescentava ao senso do que se pretendia buscar. De acordo com o filósofo e estadista Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), Rousseau em nada defendia liberdades. Ele entendia que o Estado deveria submeter o indivíduo, no intento de se buscar uma situação de benefícios partilhados. Dessa maneira, portava um ódio a direitos individuais, em favor dum Estado de penetração total na vida do cidadão (cf. Constant, 1874, pp.272 a 274).

Conforme Rousseau, “*O Contrato Social*” pregava que se dar de todo ao todo, é receber de volta aquilo que se concedeu. Assim, a “Vontade Geral” retribui a cada um o que cedeu, na medida em que se entrega ao sistema (cf. Rousseau, 1999, p.55).

[...] se deixarmos de lado tudo o que não é essencial ao contrato social, descobriremos que ele pode ser reduzido aos seguintes termos: cada um de nós coloca sua pessoa e todo o seu poder em comum sob a direção suprema da vontade geral; e nós, como um corpo, recebemos cada membro como uma parte indivisível do todo (Rousseau, 1999, p.55).⁰⁷

Segundo Constant de Rebecque, trata-se de uma grossa mentira. Porquanto exista um corpo estatal de gestão que se sirva prioritariamente sobre os resultados do sacrifício social, aquele que se doou jamais receberá algo em retorno na medida de sua entrega (cf. Constant, 1874, p.05). Assim sendo, mesmo apresentando o “povo” como soberano, Rousseau inspirou a concentração de poder nas mãos de poucos “escolhidos” e a escravização de muitos “enganados”. Tentou se redimir ao escrever que o exercício desse poder era impossível, mas essa parte do argumento foi ignorada pelos revolucionários franceses.

Para a proteção de leis “cientificamente perfeitas”, o Estado esmagou a liberdade em nome da igualdade por meio de centenas de milhares de sacrifícios humanos na ritualística macabra da guilhotina e dos fuzilamentos em massa. Em nome do povo, instaurou-se uma tirania assassina e imoral como raríssimamente visto antes (cf. Constant, 1874, pp.272 a 274). Desse modo, quando o poder do Estado não é limitado, não há dispositivo que proteja os cidadãos de seus governantes. É em vão que se pretende a submissão de mandatários à “Vontade Geral”. Serão sempre eles, os mandatários, que ditarão essa suposta “Vontade Geral” e todas as precauções civis se tornam ilusórias (cf. Constant, 1874, p.08).

Um desequilíbrio que alguns dos “pais fundadores” dos Estado Unidos da América, em “*The Federalist*”, tentaram evitar ao se equacionarem democracia,

deveres, direitos, e separação de poderes (*cf.* Hamilton & Jay & Madison, 2001, pp.269). Uma intenção claramente materializada na arquitetura inédita da Constituição daquele país. Com o maior alargamento possível da representação na elegibilidade de postos chave, visou-se o equilíbrio de interesses dentro da Nação. Ao passo que a distribuição dos poderes dentro do Estado caracterizou o “sistema de freios e contrapesos”, no qual apenas o poder pode limitar o poder, como uma forma de se ajustar a gestão da República à imperfeição humana (*cf.* Merquior, 2016, p.86; *cf.* Samões *in* Ferreira & Rosas, 2013, p.127).

O interesse do homem, deve estar ligado aos direitos constitucionais do lugar. Pode ser uma reflexão sobre a natureza humana, que tais dispositivos sejam necessários para controlar os abusos do governo. Mas o que é o próprio governo, senão a maior de todas as reflexões sobre a natureza humana? Se homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário. Se os anjos governassem os homens, nem controles externos nem internos sobre o governo seriam necessários. Ao formular um governo que deve ser administrado por homens sobre os homens, a grande dificuldade reside nisto: primeiro você deve permitir que o governo controle os governados; e em seguida obrigá-lo a se controlar. A dependência do povo é, sem dúvida, o controle primário do governo; mas a experiência ensinou à humanidade a necessidade de precauções auxiliares (Madison *in* Hamilton & Jay & Madison, 2001, p.269).⁰⁸

Isso posto, quando se usou pela primeira vez a palavra “liberal” como “generoso” ou “amplo”, no início do século XIX, pouco se podia dizer sobre sua associação a uma mente “aberta” e “tolerante”. Todavia, desde que o termo com sua conotação política surgiu, na Espanha oitocentista, designando um partido político próximo do “sistema inglês”, emancipou-se, definitivamente, um clamor em busca de liberdades individuais em oposição a um Estado opressor (*cf.* Freedon, 2015, p.20; *cf.* Merquior, 2016, p.33). Tal e qual um sistema ideológico, o Liberalismo foi validado pelo reconhecimento e pela implementação. Da mesma forma, muitas vezes, foi condenado pelo próprio debate público que tendeu a defender, mostrando, assim, sua capacidade de resiliência e de autoajuste (*cf.* Freedon, 2015, p.20; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al.*, 2007, p.380).

Na atualidade, visando facilitar a abordagem acadêmica, considera-se, em regra, que as ideias, crenças, opiniões e valores do Liberalismo se desenvolveram linearmente ao longo do tempo, como uma esperança do amadurecimento da sociedade rumo a um patamar mais evoluído. Entretanto, não foi assim que transcorreu o desdobramento do pensamento liberal, tão pouco o da civilização. Seu amadurecimento por solavancos, ora convergentes, ora divergentes, foi a consequência de interpretações variadas, com pensadores oriundos de locais diversos e de objetivos, por vezes, conflitantes. Dessarte, independentemente do sucesso político, esse desafio da autocrítica é o que o Liberalismo enfrenta e o faz evoluir (*cf.* Freedon, 2015, p.37; *cf.* Freedon & Stears, 2013, pp.450 e 451). Embora exista um núcleo reconhecível de valores, as variantes do Liberalismo ainda inspiram uma plêiade de movimentos políticos. Numa interpretação mais “Mannheimiana”, em que se pode discutir uma ideologia mediante uma percepção histórica da realidade e adaptada a cada grupo social, é mais coerente abordar a evolução dos Liberalismos como uma construção complexa e em constante rearranjo. O Liberalismo, desse modo, pode ser interpretado em “camadas” temporais que, atualmente, coexistem de forma tensional (*cf.* Freedon, 2003, pp.13 e 14).

Destarte, a primeira camada se revela na restrição de poder do Estado para a proteção de direitos individuais como a garantia dum espaço livre de opressão. Esse Liberalismo surgiu contra tiranias, numa defesa dos indivíduos como parte do corpo político. No “*Segundo Tratado de Governo Civil*” de John Locke, distingue-se a liberdade como a disposição do livre arbítrio nas ações relativas a suas posses, dentro da lei e ausente de vontades despóticas (*cf.* Freedon, 2015, pp.13 e 40). Nesse mesmo sentido, Constant de Rebecque venceu, na exposição feita em “*De la Liberté des Anciens Comparée à celle des Modernes*” (Constant, 1874, pp.258 a 286), as características da liberdade para o homem contemporâneo. Para Constant de Rebecque,

o processo das complexas práticas comerciais da sociedade do século XIX significou um declínio da autoridade central e sua substituição por uma sociedade independente e móvel. Outro argumento destacado por Constant de Rebecque, em ensaios diversos, foi a igualdade perante a lei, a paz e a liberdade promovidas por um governo representativo e pelo sistema de partidos. Este sendo o melhor caminho para a participação indireta do cidadão na vida do Estado, liberando-se a pessoa para o seu desenvolvimento civilizacional (*cf.* Freedon, 2015, pp.82 e 83).

No desdobramento desses valores naturais da primeira camada do liberalismo, a segunda trata das interações econômicas em livre-mercado em oposição ao mercantilismo, permitindo que indivíduos racionais possam se beneficiar mutuamente com trocas de bens e de serviços. Ser liberal, dessa forma, é ser capaz de se relacionar com semelhantes, visando o autoaperfeiçoamento material e o desenvolvimento difuso. Com as obras basilares de Adam Smith (1723-1790), “*Teoria dos Sentimentos Morais*” (Smith, 2005) e “*A Riqueza das Nações*” (Smith, 1996a; Smith, 1996b), essa transformação, na prática, elevou os mercados à arena principal. Sustentou-se que a atividade econômica estimula a riqueza, difunde o conhecimento e promove as virtudes. O Estado, respaldado na respeitabilidade de seus membros, passa a ser a garantia do bom funcionamento das relações econômicas e das trocas comerciais. Caso contrário, esse mesmo Estado se torna o algoz do sistema que deveria proteger (*cf.* Freedon, 2015, pp.13 e 41 a 43).

Assim que nos vemos no mundo, por algum tempo perseguimos ardentemente o impossível projeto de conquistar a boa vontade e aprovação de todos [...]. Para nos defendermos desses julgamentos parciais, logo aprendemos a instalar em nossos próprios espíritos um juiz entre nós e aqueles com quem convivemos. Concebemo-nos agindo na presença de uma pessoa que não tem relação particular, nem conosco, nem com aqueles cujos interesses são afetados por nossa conduta; e nos empenhamos para agir de modo a obter a aprovação desse suposto espectador imparcial. É somente consultando-o que podemos ver o que se refere a nós, segundo uma forma e dimensões adequadas (Smith, 2005, pp.30 e 31).

[...] orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (Smith, 1996a, p.438).

Friedrich August von Hayek (1899–1992), membro influente da Escola Austríaca de Economia do início do século XX, filósofo e pensador político, Prêmio Nobel de Economia em 1974, em consonância com a “segunda camada”, afirmou que a liberdade sob a lei simplesmente implicava liberdade econômica para os indivíduos. O Liberalismo para Hayek envolve o agrupamento de liberdade, de lei e de propriedade. A centralidade da liberdade para o trabalho resultando do que se acredita ser a iniciativa natural dos seres humanos numa ordem socioeconômica espontânea (*cf.* Freedon, 2015, pp.90 e 91; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.17). Tendo como dado de facto que a direção centralizada de atividades econômicas elimina a intencionalidade e a racionalidade dos indivíduos inovadores, empobrece a troca de ideias e desfalca a sociedade de sua criatividade, a liberdade individual é essencial para o desenvolvimento econômico a longo prazo. Cada indivíduo, assim, deve ser responsável pelo seu próprio destino, levando-se em conta, igualmente, que, ao contrário do que se possa pensar, o bem-estar não é um fim em si, mas uma das consequências de bons resultados alcançados (*cf.* Freedon, 2015, pp.90 e 91; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, pp.362 e 363).

A etapa de transição, entre a segunda e a terceira camada, foi promovida pela falta de unanimidade na relação do Estado e do Mercado com as questões de ordem cultural e moral. Mesmo a evolução dos “espíritos”, sendo a característica das sociedades comerciais (*cf.* Hume, 1987, p.270), Alexis de Tocqueville (1805-1859) duvidava que sociedades democráticas continuariam livres com seu antropocentrismo ateu, conhecendo o grau da falibilidade humana. Uma vez que, para ele, a tirania da maioria sob a proteção do paternalismo político conduziria à escravidão (*cf.*

Tocqueville, 2002, pp.146 e 148). Entre outras razões, o que levou Hayek a pensar, um século depois, que o Liberalismo somente se sustenta por meio duma “moral forte e ética intransigente” (cf. Gray, 1984, pp.129 a 131; cf. Ryan in Goodin *et al*, 2007, p.363). De acordo com Constant de Rebecque, em “consonância” com Tocqueville e com Hayek, o destino da espécie humana deve ser protegido por um amparo existente no âmago dos indivíduos e nunca lançado numa fatalidade materialista e cega. Se a vida se torna uma aparição bizarra sem futuro ou passado, qual o mal em se viver no imediatismo do facto, proscrevendo-se a virtude e se recompensando o crime? Embebedar-se de cada prazer mundano, fechando-se os olhos ao abismo do inevitável, coloca o ser humano numa postura que o faz chafurdar como escravo quando deveria ser sublime e mestre. Nesse sentido, aqueles que ignoram o transcendente, abrem as portas de si à possibilidade da inépcia e da ferocidade. Uma condição peculiar que os torna capazes dos piores abusos sem qualquer freio ou remorso. Delata-se para não ser delatado, torna-se assassino para não ser vítima. Os laços sociais se desfazem e a humanidade se decompõe numa massa de pequenos seres covardes, egoístas, invejosos e submissos (cf. Constant, 1874, p.186).

Por isso, um outro facilitador para a preservação da liberdade individual é a premência da moralidade por meio do respeito a um transcendente que prime pela salvação por meio da benevolência ao próximo e do consentimento do outro. Uma vez que, como exposto, a ausência de fé religiosa, com o viés apresentado, favorece todas as pretensões tirânicas. Pois, nessa condição, são diluídos os sentimentos morais que estruturam as instituições de moderação e de temperança nas relações entre o Estado e o cidadão e entre os próprios cidadãos. No momento em que o respeito e a afinidade desaparecem dos corações, dá-se a abertura para a escravidão. Consequentemente, é

cabível se dizer que povos religiosos podem ter sido escravizados, mas nenhum povo ateu permaneceu livre (cf. Constant, 1874, p.187).

Quero imaginar sob quais novas características o despotismo poderia ocorrer no mundo: vejo uma multidão de homens semelhantes e iguais que se voltam incansavelmente sobre si mesmos para buscar pequenos e vulgares prazeres, com os quais preenchem suas almas. [...] Acima deles se eleva um imenso poder tutelar, o único responsável por garantir sua fruição e zelar pelo seu destino. É absoluto, detalhista, regular, previdente e suave. Seria semelhante ao poder paternal se, como ele, seu objetivo fosse preparar os homens para a era viril; mas, ao contrário, ele busca apenas conservá-los irrevogavelmente na infância; [...] É assim que a cada dia ele torna o uso do livre arbítrio menos útil e mais raro; [...] Depois de ter assim tomado cada indivíduo por sua vez em suas mãos poderosas, e o tendo formatado como lhe agrada, o soberano estende seus braços sobre toda a sociedade; [...] enfim reduz cada nação a nada mais que um rebanho de animais tímidos e industriais, dos quais o governo é o pastor (Tocqueville, 2002, p.146).⁰⁹

Em séculos de incredulidade (descrença e ateísmo), é sempre de se temer que os homens se entreguem incessantemente à oportunidade diária de seus desejos e que, renunciando inteiramente a obter o que não pode ser adquirido sem longos esforços, nada encontrarão de grande, pacífico e duradouro (Tocqueville, 2002, p.148).¹⁰

Nessa linha apresentada por Constant de Rebecque, Hayek e Tocqueville, a terceira camada se apresenta como a proteção do desenvolvimento humano, na medida em que as condições sociopolíticas devam ser favoráveis para uma evolução segura de potencialidades individuais. Incentiva-se o desenvolvimento cultural e moral, em que a vontade se desdobra por meio de um *continuum* ao longo do tempo. Sendo John Stuart Mill (1806-1973), com “*Sobre a Liberdade*” (Mill, 2017, pp.47 a 156), um grande promotor do ambiente sociopolítico, cultural e moral em que se estaria focado no esforço para a capacitação humana (cf. Freedman, 2015, p.43; cf. Ryan in Goodin *et al*, 2007, p.364). Stuart Mill destacou a fronteira entre as esferas pública e privada como algo que se tornou uma das suas marcas para o autodesenvolvimento. Em sua premissa, ações voltadas para si se caracterizam por serem isentas de interferência, com a razão individual evocada como preferível (cf. Merquior, 2016, pp.105 e 106). O argumento de Stuart Mill reforça as liberdades de pensamento, de expressão e de associação como

indicadores de uma sociedade aberta. Sem essas, nem o indivíduo nem a sociedade podem prosperar, pois se paralisam no erro e na mentira (*cf.* Freedon, 2015, pp.72 a 75).

Não que seja somente, ou principalmente, para formar grandes pensadores que se requer a liberdade de pensar. Pelo contrário, ela é tão ou até mais indispensável para permitir a seres humanos medianos que atinjam a estatura mental que sejam capazes de atingir. Já houve, e pode haver novamente, grandes pensadores individuais num ambiente geral de escravidão mental. Mas nunca houve, nem haverá jamais, em tal ambiente, um povo intelectualmente ativo (Mill, 2017, p.78).

O filósofo alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835), com a publicação de seu tratado sobre “*Os Limites da Ação do Estado*” (Humboldt, 1969), influenciou profundamente Stuart Mill. A liberdade e a autonomia são para Humboldt e Mill, pré-requisitos para o desenvolvimento individual. Dessa forma, a educação (*Bildung*) é considerada central para uma vida plena, com uma postura que favorece a espontaneidade das faculdades culturais e morais. Uma questão que se aprofunda na formação da personalidade, no sentido de se “educar para a liberdade” (*cf.* Freedon, 2015, p.84; *cf.* Merquior, 2016, pp.45 e 106). Por essas razões, Humboldt demonstrou a necessidade do recuo das intervenções políticas na educação do cidadão a fim de favorecer a abertura do leque de escolhas individuais livres e autônomas para um avanço civilizacional constante (*cf.* Freedon, 2015, p.84).

[...] se há um aspecto do desenvolvimento mais do que qualquer outro que deve sua mais alta beleza à liberdade, é precisamente o cultivo do caráter e da moral; então a justiça do seguinte princípio será suficientemente óbvia: que o Estado deve abster-se totalmente de qualquer tentativa de operar direta ou indiretamente sobre a moral e o caráter da nação (Humboldt, 1969, p.81).¹¹

Na evolução das ideias sugeridas pelos filósofos da terceira camada, a quarta entende que, ao contrário, a presença do Estado é necessária nas interações da vida social, justamente, para promover o desenvolvimento pleno do cidadão. Na visão da interdependência mútua, configurada na gestão estatal, credita-se à administração pública a responsabilidade dum compartilhamento de prosperidade e de bem-estar. Uma

conveniência que reforça o controle governamental e diminui consideravelmente a impenetrabilidade da esfera privada (cf. Ryan in Goodin et al, 2007, p.364). Enfatiza-se a interdependência social, sugerindo que não se pode viver sem o apoio de outros, como uma ajuda essencial para a promoção da individualidade e da liberdade. Uma postura realizada na arena econômica pela visão de que é função do Estado a garantia da liberdade dos indivíduos, evitando que sejam “escravizados” pela pobreza, ou pela escassez de recursos (cf. Ryan in Goodin et al, 2007, p.364). A obra de John Maynard Keynes (1883-1946), “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (Keynes, 1996) ¹² e o “Relatório Beveridge” de William Beveridge (1879-1963) dão sustentação para o alívio da pobreza e a promoção do bem-estar social por ação estatal. Desse modo, em “*Essays in Persuasion*” (Keynes, 1963), Keynes informou que:

O problema político da humanidade é combinar três coisas: Eficiência Econômica, Justiça Social e Liberdade Individual. O primeiro necessita de crítica, precaução e conhecimento técnico; o segundo, um espírito altruísta e entusiasta que ama o homem comum; a terceira, tolerância, amplitude, valorização das excelências da variedade e da independência, que prefere, acima de tudo, dar oportunidade desimpedida ao excepcional e ao aspirante (Keynes, 1963, p.344). ¹³

Para atender a essas exigências, combinam-se empreendimentos privados com apoio público e o Estado se torna um importante agente socioeconômico no alívio da pobreza econômica do indivíduo. Uma forma de emancipar o cidadão na tentativa de ajudar os membros das sociedades industriais modernas a florescer da maneira que Stuart Mill e von Humboldt desejavam, mas por outros meios (cf. Freedon, 2015, pp. 13, 46 a 48; cf. Merquior, 2016, p.171; cf. Ryan in Goodin et al, 2007, p.364).

Leonard Trelawny Hobhouse (1864-1929) foi um dos expoentes desse novo Liberalismo do século XX. Orientou a opinião pública no sentido de abraçar o “Liberalismo Social”. Ele afirmou que a civilização substituiu a competição pela sociabilidade racional e que, desse modo, os seres humanos poderiam direcionar sua

própria evolução. Um indivíduo livre e uma comunidade harmoniosa guiados por um Estado benevolente seriam o motor para essa nova condição.

A liberdade que é boa não é a liberdade ganha às custas de outros, mas a liberdade que pode ser desfrutada por todos os que vivem juntos e essa liberdade depende e é medida pela perfeição com que, por lei, costume ou seus próprios sentimentos, impede o sofrimento mútuo (Hobhouse, 1945, p.25).¹⁴

Hobhouse defendeu o direito público ao trabalho e a um salário digno, apoiou o seguro-desemprego, o seguro saúde e foi um dos primeiros entusiastas das pensões para idosos. Para ele, o Estado, mesmo não competindo com a iniciativa privada, deveria corrigir os arranjos sociais injustos. Somente, então, uma sociedade liberal teria cumprido a sua função com seus membros (*cf.* Freedon, 2015, pp.77 a 79).

No mesmo sentido, John Rawls (1921–2002) viu que a essência do Liberalismo reside em dois componentes, um libertário e outro igualitário. O componente libertário se apoia em escolhas individuais livres, refletidas e sensatas. O componente igualitário se sustenta na possibilidade de se dotarem os indivíduos com os recursos necessários para a sua autonomia, amenizando-se a escassez.

A interpretação liberal dos dois princípios busca, então, mitigar a influência das contingências sociais e da fortuna natural nas participações distributivas. Para alcançar esse fim, é necessário impor outras condições estruturais básicas ao sistema social. Os arranjos de livre-mercado devem ser definidos dentro de uma estrutura de instituições políticas e jurídicas que regulem as tendências gerais dos eventos econômicos e preservem as condições sociais necessárias para a igualdade justa de oportunidades (Rawls, 1999, p.63).¹⁵

Trata-se de uma condição que implica não apenas na garantia da liberdade para todos, mas numa redistribuição de patrimônio particular (recursos) destinada a beneficiar os menos favorecidos. Uma concepção voltada para o reforço do senso de justiça e da concepção do bem comum. Atributos, que determinam o que cada um deseja para si e para os outros, visando-se uma sociedade onde exista o menor grau de sofrimento possível (*cf.* Freedon, 2015, pp.95 a 98).

Por fim, até o presente momento, indo-se além no sentido de autonomia do Liberalismo Social, uma última camada se apresenta no reconhecimento e valorização da variedade de estilos de vida mediante uma sociedade plural e tolerante. Um mapa mais permanente da diversidade humana emergiu no qual as categorias de raça e de biologia foram parcialmente substituídas. Questões de etnia, de religião e de preferência sexual foram assumidas como características normais e adicionadas ao ideal de liberdade (cf. Freedman, 2015, pp.13, 48 a 51). Isaiah Berlin (1909–1997), em “*Two Concepts of Liberty*” (Berlin, 2002, pp.166 a 217) expôs o que entende como liberdades negativa e positiva. Estabeleceu a liberdade negativa como a ausência de coerção, constrangimentos ou limitações, “liberdade de”, no revés da opressão. A liberdade positiva, por sua vez, sendo a presença de opções, a “liberdade para”, num anseio de autonomia (cf. Campos, 1991, p.77; cf. Merquior, 2016, pp.40 e 181).

Chamarei de sentido “negativo”, o que está envolvido na resposta à pergunta “Qual é a área dentro da qual o sujeito - uma pessoa ou grupo de pessoas - é ou deveria ser deixado para fazer ou ser o que é capaz de fazer ou ser, sem interferência de outras pessoas?” O segundo, que chamarei de sentido “positivo”, está envolvido na resposta à pergunta “Qual ou quem é a fonte de controle ou interferência que pode determinar que alguém faça, ou seja, isso em vez de aquilo?” As duas questões são claramente diferentes, embora as respostas a elas possam se sobrepor (Berlin, 2002, p.169).¹⁶

Na sua busca pelo sentido de liberdade, Berlin afirmou que a liberdade positiva deveria proteger a maior abertura possível da liberdade negativa, de forma a deixar ao ser humano um amplo leque de oportunidades. Um cabedal cuja marca de escolha se delineia apenas pelos valores morais que cada um carrega em si. Ao se conceder igual respeito a valores individuais, contorna-se a possibilidade de classificação moral. Sem um meio para classificar valores, nenhuma decisão política pode ser tomada a respeito, retraindo-se o Estado da vida privada do cidadão. Como uma observação filosófica, a incomensurabilidade dos valores abriu uma competição pelo controle do discurso. Nesse sentido, Berlin antecipando o conflito, em seu desdém por toda forma de

totalitarismo e de monismo, expressou a forte preferência pela liberdade de ser diferente, em detrimento de verdades racionais universais sobre a harmonia e a ética. Um ponto que fez emergir o desejo de abrir o campo da expressão humana sem obstáculos, mesmo se gerando tensões frente a valores e preferências tradicionalmente aceitos. Uma vez que o molde único das soluções universais desconsidera a imperfeição humana, sendo a “liberdade de”, ou a “liberdade negativa”, uma esfera impenetrável, mesmo diante de escolhas equivocadas (*cf.* Freedon, 2015, pp.105 a 107).

Feito esse panorama, como afirmado anteriormente, o que quer que se possa pensar sobre os Liberalismos e suas tensões, a abordagem morfológica existe para esboçar as possibilidades, não a valorar seus conteúdos. Os diferentes argumentos favorecem, em geral, a intenção do alívio do sofrimento individual pela limitação da escassez, bem como o bom agouro coletivo por meio da abundância. A premissa desse parâmetro reside na valoração moral para a contenção natural de abusos de uns sobre outros, bem como do Estado sobre os cidadãos, de forma a garantir a sustentabilidade social. Do respeito mútuo surge o ambiente virtuoso da premência das conquistas equânimes sobre a ganância, mesmo esta, acelerando a expansão da sociedade e o progresso da tecnologia. Nesse ambiente, a livre concorrência e a autogestão dos mercados pela “lei natural da oferta e da procura”, são as melhores juízas para a seleção de soluções otimizadas. Apesar do sistema, algumas vezes, parecer cruel, não se deixa de lado a proteção dos desvalidos, na medida em que a caridade e o resgate da dignidade da pessoa humana fazem parte das estruturas básicas no fomento e na manutenção da própria organização das relações interpessoais. Uma vez que o desvio desses princípios levaria ao esgarçamento do tecido social e a própria falência da razão de ser de uma sociedade aberta, qual seja, o bem-estar de seus membros (*cf.* Freedon, 2015, pp. 05 a 07, 16, 40, 41, 69 e 70).

2.4. A IDEOLOGIA LIBERAL.

O triunfo hegemônico do Liberalismo, apresentado acima não é cristalino, tão pouco monista. Como citado, trata-se de um sistema amorfo e intelectualmente inseguro, em que se propaga um secularismo antropocêntrico visando um equilíbrio entre a singularidade dos indivíduos e a solidariedade dos grupos. Uma condição de ajuste em que escolhas majoritárias se refreiam mediante estruturas de contenção de poder, com uma economia de mercado supervisionada pelo Estado. Equilibra-se a aceitação do sucesso do outro *pari passu* à inveja e à rivalidade, na opção pelo silêncio em ocasiões em que outras soluções políticas buscariam o escândalo ou a violência. Tende a apresentar oportunidades iguais na “partida”, na medida em que sua promoção não interfira com a liberdade alheia. Na “chegada”, os fracassos costumam ser percebidos como temporários, porquanto a possibilidade de recuperação seja assegurada pelo esforço individual. Paralelamente, a maneira como o Liberalismo institucionaliza a autocrítica é uma esperança de progresso, mesmo que também seja a fonte duma insatisfação permanente. Como afirmado, portanto, o Liberalismo, na forma da ideologia liberal, não expressa um polo único de conceitos. Para apresentar três de suas versões mais prementes, ressaltam-se o “Liberalismo Clássico”, o “Liberalismo Social” e o “Neoliberalismo”, diferentes uns dos outros, porém, tidos como matizes da mesma macroideologia (*cf.* Freedon & Stears, 2013, pp.450 e 451; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, p.380).

Na escala histórica apresentada por Freedon (2015), as duas primeiras camadas temporais se revelam mais ligadas ao Liberalismo Clássico, mesmo possuindo, como visto, um grande apelo para os neoliberais. Todas as outras camadas, que apresentam

preocupação com as condições de educação, bem-estar e costumes, aderem melhor ao Liberalismo Social. Contudo, ressalta-se que, atualmente, com a diluição de características do Liberalismo Clássico nas demais ramificações, todas as camadas estão presentes no debate político em simultâneo e em intensidades variadas. Desse modo, dentro da ordem cronológica, serão expostos o Liberalismo Clássico, o Liberalismo Social e o Neoliberalismo como a própria ideologia liberal em seus dados momentos históricos. Cabendo uma ênfase nas características principais de cada uma dessas tendências e se aprofundando nas do Neoliberalismo, por se tratar do movimento mais vivo atualmente.

O Liberalismo Clássico se destaca na luta pela liberdade individual, no império da lei, na restrição e no controle dos poderes estatais, na manutenção do Estado de Direito e na repulsão à arbitrariedade. Foi resultado do movimento iluminista dos séculos XVII e XVIII, ressaltando a racionalidade como o pilar da individualidade (*cf.* Freedon, 2015, p.01; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, pp.362 e 363). Sustentado por teorias afetas ao “estado de natureza”, com John Locke (1632-1704), no Liberalismo Clássico, entendem-se todos os homens livres e iguais, dotados de direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a propriedade (*cf.* Locke, 2001, pp.82, 173, 218). Sua organização política legítima deve ser limitada, resumida a proteger os direitos individuais fundamentais ligados à vida privada. (*cf.* Roy & Steger, 2010, p.05; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, pp.362 e 363).

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e coorganizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para lhe realizar a segurança e a felicidade (USA, c2020, ourdocuments.gov).¹⁷

As ideias liberais clássicas, por meio das obras de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), representam o impulso da livre iniciativa e do “*laissez-faire*” contra o Estado Mercantil. Uma relação entre pares que se reconhece na proteção dos contratos feitos livremente e na responsabilidade dos indivíduos pelos seus próprios destinos (cf. Ryan in Goodin *et al*, 2007, pp.362 e 363). “A ciência econômica, pelo menos em seu ramo mais avançado que é indiscutivelmente o anglo-saxônico, atingiu a puberdade científica com Adam Smith e a maioria com Ricardo” (Campos, 1963, p.11).

Smith explicou perfeitamente os efeitos perniciosos do sistema mercantilista. O principal objetivo daquele sistema era elevar o preço das mercadorias no mercado interno, proibindo a concorrência estrangeira. Mas esse sistema não era mais prejudicial às classes agrícolas do que a qualquer outra classe da sociedade. Forçando os capitais a tomarem outra direção que de outra maneira não tomariam, tal sistema reduz a soma total das mercadorias produzidas. O preço, embora permanentemente elevado, não era causado pela escassez, mas pela dificuldade de produção, e, portanto, embora os vendedores de tais mercadorias as vendessem a um preço elevado, considerando o montante total de capital utilizado na sua produção, não o faziam com lucros elevados (Ricardo, 1996, p.230).

Do ponto de vista político, pensadores iluministas e liberais fomentaram as revoluções ocidentais do século XVIII e XIX. Motivados por essas ideias de liberdade, derrubaram reis, estimularam a independência das Américas, afastaram o dogma religioso dos assuntos do Estado e ampliaram os horizontes do comércio. Desse modo “as ações econômicas dos indivíduos, ao promoverem sua prosperidade, convergem para uma distribuição social *ótima* dos recursos e fatores [...] (em que) forças imanes tendem a corrigir sempre os desequilíbrios econômicos resultantes da incoerência das decisões individuais [...]” (Campos, 1963, pp.11 e 12).

Com o tempo, o sistema mostrou os seus limites e, ao longo da segunda metade do século XIX, os liberais clássicos passaram a culpar governos mal-intencionados pelas sucessivas crises socioeconômicas ocorridas. Em geral, distorções do livre comércio e da vantagem comparativa de produtos e serviços promovidas por trustes e

carteis apoiados por membros corruptos da alta administração pública (*cf.* Roy & Steger, 2010, p.04).

Após todas as convulsões revolucionárias dos séculos XVIII e XIX e o fim dos impérios centrais na Europa, sucedendo à Primeira Grande Guerra (1914-1918), o fim da hegemonia do Liberalismo Clássico se deu com a crise de 1929. Bastante deteriorado pelas demandas sociais, a lógica do livre-mercado foi trocada pelo intervencionismo do Estado, quando o sistema financeiro provocou o desmoronamento das principais economias do Mundo (*cf.* Campos, 1987, p.150; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.04). “[...] a recorrência das depressões econômicas forneceu a base para uma aceitação prática e teórica da intervenção corretiva do Estado, (por meio) de formas variadas de planejamento” (Campos, 1963, p.12).

Com o enfraquecimento do Liberalismo Clássico, o Liberalismo Social, surgido na Grã-Bretanha no final do século XIX, apoiou medidas para o desenvolvimento e crescimento individual mediante redes de assistência. Entendia-se que de nada adiantava o cidadão ser livre se ele não detivesse os meios para seu sustento e para seu aprimoramento (*cf.* Campos, 1987, pp.150 e 151; *cf.* Freedon, 2015, p.01 e 02). “Como quer que seja, (nesse período) é indiscutível que o grupo antiplanificador se torna rapidamente uma minoria na atribulada fraternidade dos economistas” (Campos, 1963, p.13).

A “Grande Depressão”, como ficou conhecida a crise que sucedeu ao “crash de 1929”, no desafio ao princípio clássico de autocorreção do mercado, fez emergir pensadores como John Maynard Keynes (1883-1946) e Karl Polanyi (1886-1964). Vinculou-se o desemprego a uma escassez de investimento de capital privado e se viu, no intervencionismo estatal, a solução para a reversão do colapso econômico. Assim, os “socioliberais”, orientados por Keynes, defenderam gastos públicos maciços para injetar

dinheiro no mercado e reativar a economia (cf. Campos, 1987, p.151; cf. Landauer, 1947, pp. 5 a 14; cf. Polanyi, 2000, p.230; cf. Roy & Steger, 2010, p.05). “Nos países de economia desenvolvida, o planejamento governamental, na medida em que é aceito, incide predominantemente sobre medidas para a manutenção do pleno emprego” (Campos, 1963, p.13)

Ao contrário do marxismo, aplicado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que defendia a revolução proletária e o fim do mercado, o “keynesianismo” é profundamente comprometido com os princípios de autonomia do indivíduo e de propriedade privada. Evitando-se, desse modo, o sacrifício da diversidade de produção, das preferências de consumo e da liberdade de escolha (cf. Lange *in* Lange & Taylor, 1956, pp.78 e 79). Contudo, “os adeptos do plano”, como Clement Atlee (1883-1967) e Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), exigiam regulamentação econômica e um certo grau de estatização em serviços vitais como transporte ou energia (cf. Roy & Steger, 2010, pp.05 e 06).

Ao contrário do que acontece em regimes socialistas, o planejamento tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento do ocidente, sofre limitações severas resultantes da predominância do setor privado na atividade econômica, da soberania do consumidor e da não-arregimentação do trabalho, assim como da formulação de decisões econômicas por compromissos e barganha política e não pelo poder normativo de uma autoridade planejadora central (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.49).

Dentro desses princípios, no pós-segunda guerra, estabeleceu-se uma nova ordem econômica internacional com as instituições decorrentes das conferências de *Bretton Woods*, em 1944. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*GATT* – sigla em inglês), sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), reordenaram e regulamentaram as economias dos Estados aderentes às citadas instituições (cf. Campos, 1987, p.358; cf. Aliber & Kindleberger, 2011, pp.304 a 306; cf. Roy & Steger, 2010, p.08).

Ao longo de trinta anos, os objetivos desse rearranjo planetário de base keynesiana foram plenamente atingidos. A Europa se encontrou estabilizada, reconstruída e próspera e a economia do “mundo livre”, plenamente recuperada. Mencionam-se “o fim das ideologias” e o “Estado de bem-estar social” como marcos dessa fase de economia regulada (cf. Roy & Steger, 2010, p.09). Todavia, esse sistema mostrou sinais de desgaste como consequência do primeiro “choque do petróleo” em 1973¹⁸. Os efeitos mais marcantes dessa crise foram a escalada em flecha dos déficits públicos e a estagnação do crescimento econômico mundial a partir de 1974. “A pressão inflacionária resultante do excesso de demanda de consumo, com simultâneo esmorecimento do ritmo de crescimento pela incapacidade de investir” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.78), a “estagflação”, incapacitou qualquer reação do mercado regulado. À vista dessa situação, emergiram exigências de retração do Estado, de liberdade para os empreendedores e de um “*laissez-faire*” globalizado (cf. Roy & Steger, 2010, pp.09 e 10; cf. Wapshott, 2011, p.270).

A transição do keynesianismo para o “livre-mercado” seria uma situação plenamente conhecida e apoiada pelo próprio Keynes. Atingida a condição de pleno emprego e de aceleração econômica, o Estado se retiraria, principalmente, por meio da desburocratização e da desregulamentação. De outro modo, os gastos públicos falseariam o mercado, impedindo a sua reatividade... como foi o caso após a primeira crise do petróleo (cf. Keynes, 1996, p.345; cf. Keynes *in* Moggridge & Robinson, 2012a, p.462; cf. Wapshott, 2011, pp.171 e 185).

[...] se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição. Se considerarmos dado o volume da produção, isto é, se o supusermos determinado por forças alheias à concepção da escola clássica, nada há a opor à análise clássica concernente à maneira como o interesse pessoal determinará o que se produz especificamente, em que proporção se associarão os fatores para tal fim e como se distribuirá entre eles o valor da produção obtida (Keynes, 1996, p.345).

Assim sendo, produto da segunda metade do século XX, o Neoliberalismo argumentou em favor do benefício da livre competição como estímulo ao desenvolvimento pessoal e do bem-estar como resultado natural do processo e não um fim em si, em completo contraponto ao Liberalismo Social. Ressaltaram-se, nesse novo ambiente de negócios, os valores empresariais de competitividade, de interesse próprio e de descentralização. Finalmente, exigiu-se a retração do Estado por meio da desestatização e a devolução do poder político ao indivíduo racional e livre (*cf.* Freedem, 2015, pp.01 e 02; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.10).

Neoliberalismo não é senão a economia de mercado com face humana: todos os indivíduos devem ter liberdade para usar suas faculdades e delas tirar proveito, e ser felizes à sua maneira, e não à maneira do burocrata de plantão ou do partido hegemônico. O Estado deve intervir para estabelecer as regras do jogo, preservar a concorrência e socorrer os desvalidos (por processos que respeitem a escolha dos indivíduos e minimizem a burocracia). É a isso que se destinam as propostas dos grandes liberais: a “garantia de renda mínima” para os mais pobres, de Milton Friedman, e a “rede de segurança para os desvalidos”, de Hayek (Campos, 1996, p.199).

Mesmo o Neoliberalismo tendo diferentes raízes, a formulação consolidada de seus princípios se encontra na Sociedade *Mont Pèlerin*. Fundada em 1947 por Friedrich August von Hayek (1899-1992), esse grupo de discussão defendeu virtudes de sistemas econômicos de livre-mercado como uma ferramenta para a abertura política da sociedade. Considerava-se, dessa forma, refrear a “onda coletivista” marxista e socioliberal extrema, ao reviver princípios do Liberalismo Clássico e evitar a tragédia humana descrita em “*The Road to Serfdom*” (“*A Estrada para a Servidão*”) (Hayek, 2006; *cf.* Merquior, 2016, p.186; *cf.* Roy & Steger, 2010, pp.13 e 14).

A maioria dos planejadores que analisaram em profundidade os aspectos práticos de sua tarefa está certa de que uma economia dirigida deve seguir linhas mais ou menos ditatoriais. Para ser submetido a um controle consciente, o complexo sistema de atividades interrelacionadas que constitui uma economia terá de ser dirigido por uma única equipe de especialistas, devendo a responsabilidade e o poder último ficarem a cargo de um chefe supremo, cujos atos não poderão ser tolhidos pelos processos democráticos [...] (Hayek, 2006, p.91).¹⁹

Numa leitura mais política que econômica, “*A Estrada para a Servidão*” aponta a ligação entre o intervencionismo excessivo do Estado na vida em sociedade – o que engloba a economia – e a recrudescência duma tirania. Às vésperas de *Bretton Woods*, Keynes concordou com o argumento de Hayek, apesar da ampla e da ostensiva divergência que ambos mantinham sobre questões econômicas (cf. Wapshott, 2011, pp.221). Remetendo à “*Teoria dos Sentimentos Morais*” de Adam Smith (2005), Keynes reforçou que o planejamento estatal, até mesmo moderado, deveria ser aplicado, se e somente se, conduzido por agentes públicos de elevados padrões morais (como aqueles encontrados na administração pública britânica, segundo o próprio). Caso contrário, como Hayek afirmou, e Keynes subscreveu, esse intervencionismo estatal conduziria a um autoritarismo burocrático crescente e esse ao totalitarismo (cf. Hayek, 2006, p.27; Keynes in Moggridge & Robinson, 2012b, pp.385 e 387; cf. Wapshott, 2011, pp.219 e 223).

Na minha opinião, é um livro grandioso (“*A Estrada para a Servidão*”). Temos as maiores das razões para lhe estarmos agradecidos por dizer tão bem o que necessita tanto ser dito. Não espere (Hayek) que eu aceite todas as afirmações econômicas nele contidas. Mas moralmente e filosoficamente dou por mim a estar de acordo com praticamente todo o livro; e não só de acordo, mas em um acordo profundamente comovido [...]. Um planejamento moderado será seguro se os que o fazem estiverem corretamente orientados nas suas mentes e corações relativamente à questão moral. De facto, isto já é verdade para alguns deles. Mas a maldição é que há também uma secção importante de quem quase se poderia dizer que quer o planejamento não para gozar os seus frutos, mas porque moralmente eles têm ideias exatamente opostas às suas (Hayek) e desejam servir não a Deus, mas ao demônio [...] aquilo de que necessitamos é da restauração do pensamento moral – um regresso a valores morais corretos na nossa filosofia social (Keynes in Moggridge & Robinson, 2012b, pp.385 e 387).²⁰

Nessa linha, em “*Law, Legislation and Liberty*” (Hayek, 2013), o economista e filósofo austríaco apresenta a sustentação teórica duma “sociedade aberta” e sua correlação com a autonomia econômica do indivíduo. Retornando a uma base “smithiana”, considera-se que o mercado se sustenta naturalmente no sucesso daqueles que fazem as melhores escolhas para si mesmos (cf. Smith, 1996a, p.74). Visto que a determinação autocrática da infinidade de melhores arranjos é impossível, cada indivíduo deve ser capaz de expressar seus interesses e ter um espaço de escolha ilimitado. Nesse sentido, refrear todos os meios de coerção ao mínimo possível é uma solução eficaz dentro duma organização social estável. A opção que possui uma

probabilidade de maior sucesso, nessa proposta, reside num sistema de governo representativo amplo e de poderes limitados. O Estado reduzido às funções de defesa nacional, à segurança interna, à justiça e ao investimento em obras públicas desinteressantes ou impossíveis ao capital privado (*cf.* Smith, 1996b, p.170). Desse modo, promovem-se as liberdades políticas na garantia das liberdades civis, visando-se as liberdades econômicas, num arranjo de ajustes mútuos, de freios e de contrapesos (*cf.* Samões *in* Ferreira & Rosas, 2013, p.128).

Um raciocínio que acompanha o que Constant de Rebecque expôs quando afirmou que a liberdade de empreender é aquela que sustenta todas as outras. Saber que o provento é possível pela livre iniciativa, dá a base para que a sociedade se regule por si. Uma estrutura de vida que estimula e pede as outras liberdades, civis e políticas. Dessarte, o livre empreendimento fundamenta a nação e fomenta sua própria busca por mais liberdade (*cf.* Constant, 1874, p.241). Ainda segundo Constant de Rebecque, de suas observações no Ocidente oitocentista, a repressão ao livre-comércio escancara a quem o poder político está servindo. Uma situação que demanda, de imediato, que muitas outras liberdades caiam junto com a do livre-mercado. A imprensa deve camuflar a injustiça, bem como a política se contorcer para dar justificativas ao injustificável. Caso não seja mais necessária a retórica para atenuar a vergonha do ato, mostra-se que as liberdades civis e políticas já foram há muito perdidas e a derrocada da liberdade econômica é apenas mais um sintoma da falência social (*cf.* Constant, 1874, p.243).

Isso posto, políticas radicalmente interventoras, com seus pensadores acreditando ser possível arbitrar os desejos, as necessidades e as vontades individuais, depositam na administração pública a esperança de se viver bem. Ao se reduzir o conjunto de cidadãos à dependência do Estado, atrela-se a prosperidade individual à

compleição frente a regulações e a ritos coercivos, suprimindo-se o livre arbítrio. Trata-se duma condição de complexidade crescente que confere poderes discricionários a burocratas em todos os níveis, levando-os a assumir posições autoritárias, uma vez que são seres humanos falíveis e sujeitos às tentações do poder. No término dessa escalada, encontram-se a arbitrariedade, a corrupção, o abuso, a intromissão do Estado na esfera privada, a supressão de todas as formas de liberdade, a reeducação para um “novo normal” e a eliminação física dos opositores (*cf.* Hayek, 2007, p.162; *cf.* Merquior, 2016, p.186; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.15; *cf.* Ryan *in* Goodin *et al*, 2007, pp.362 e 363). Desse modo, jamais uma utopia revelada por uma intelectualidade afastada do mundo concreto e desejosa de tudo resolver nos moldes de suas limitadas visões deu bons resultados. Nenhum governo, nessa abordagem, tem o direito de se prover de poderes ilegítimos, mesmo se em nome das melhores causas. Deve-se evitar trocar a estabilidade, ainda que imperfeita, mas livre, pelo julgamento despótico (*cf.* Constant, 1874, p. 280). Uma percepção já descortinada por John Locke, na medida em que a arbitrariedade de membros da administração pública se mostra mais perversa que o próprio “estado de natureza” do qual se visava sair ao se organizarem as sociedades.

O poder arbitrário, ou governo sem leis estabelecidas e permanentes, é absolutamente incompatível com as finalidades da sociedade e do governo, aos quais os homens não se submetem à custa da liberdade do estado de natureza, senão para preservar suas vidas, liberdades e bens; e graças a regras que definissem expressamente o direito e a propriedade. Não se pode supor que eles pretendessem, caso tivessem um poder para isso, conceder a uma ou mais pessoas um poder arbitrário absoluto sobre suas pessoas e bens, ou colocar as forças nas mãos do magistrado para que ele arbitrariamente fizesse valer sua vontade sobre eles. Isto significaria colocarem-se em uma situação pior do que no estado de natureza, onde tinham a liberdade de defender seus direitos contra as injustiças dos outros e se encontravam em igualdade de forças para mantê-los contra as tentativas de indivíduos isolados ou de grupos numerosos. Pois, supondo-se que eles houvessem se entregado ao poder e à vontade arbitrários e absolutos de um legislador (ou magistrado), estariam eles próprios desarmados e o teriam armado para que ele fizesse deles sua presa quando assim o quisesse (Locke, 2001, p.165).

Observações que ecoam na posição do filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903), que apresenta toda legislação voltada ao bem-estar social como atrelada a um

crescimento do Estado e a um conseqüente alargamento da burocracia. Essa, intrinsecamente corrupta, fonte de arbitrariedade e de despotismo, deveria ser, portanto, reduzida ao mínimo para se preservar a liberdade do cidadão (cf. Merquior, 2016, pp.120 e 121).

Toda a extensão da regulamentação administrativa implica a nomeação de novos agentes reguladores, um maior desenvolvimento da burocracia e aumento de poder dos corpos de funcionários [...]. Julgai o que será, em tais condições, o despotismo de uma burocracia graduada e centralizada, dona dos recursos da comunidade, e tendo atrás de si toda a força que cria necessária para fazer executar os seus decretos e manter o que ela chame de ordem (Spencer, 1960, pp.35 e 49).²¹

Da mesma forma, a análise do sociólogo alemão Max Weber (1804-1920) desafia a racionalização estatal. Segundo ele, a complexidade dos processos burocráticos leva, obrigatoriamente, ao predomínio dos “meios sobre os fins”, podendo prender a sociedade numa lógica de servidão (cf. Merquior, 2016, pp.138 e 139).

Onde quer que a burocratização da administração tenha sido levada conseqüentemente a cabo, cria-se uma forma praticamente inquebrantável das relações de dominação. [...] E também cabe ter em conta, a este respeito, que a burocracia, puramente como tal, é um instrumento de precisão que pode colocar-se à disposição de interesses de dominação muito diversos, tanto puramente políticos ou econômicos, quanto outros quaisquer. [...] Deixaremos aqui em aberto, por isso, a questão de se precisamente os Estados modernos, cuja burocratização progride por toda parte, mostram sem exceção, também, um aumento universal do poder da burocracia dentro do Estado. [...] Quanto mais desenvolvido está o setor da escritura e dos cálculos, tanto mais forte é o poder central (Weber, 2004, pp.222, 224, 225 e 305).

Voltando a Constant de Rebecque, como tal, fica mais claro que cada uma das liberdades se apoia e se estimula. De modo que a deterioração de uma conduz ao desestímulo da outra, não importando a ordem ou o vigor. No Ocidente, a restrição de liberdade econômica leva a perdas na esfera política e civil, a impossibilidade de se ver representado no universo político, acarreta a fragilização de liberdades civis de um grupo em favor de outro e nesse mesmo destino se encontra a faculdade de se garantir a distribuição de riqueza de forma justa pela sociedade. De maneira similar ocorrem os reflexos das perdas de liberdades civis sobre as liberdades econômicas e políticas. Uma tríade que estabiliza ou deteriora a ordem social. Assim sendo, o grau de liberdades se

torna o barômetro da pressão econômica e sociopolítica de uma nação (*cf.* Constant, 1874, p.244).

Esses princípios compartilhados pela *Mont Pèlerin* influenciaram definitivamente Milton Friedman (1912-2006), Nobel de economia de 1976 e membro da “Escola de Chicago”. Com a autorregulação do mercado e sua política anti-inflacionária, Friedman obteve grande sucesso no ambiente de debate econômico dos EUA. Sua força de convencimento foi tão grande que a “agenda” neoliberal, de minoritária na década de 1950, tornou-se hegemônica na década de 1990 (*cf.* Campos, 1987, pp.151 e 152; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.17).

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo; é, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política (Friedman, 2002, p.08).²²

Reunidos no “Consenso de Washington” pelo economista estadunidense John Williamson (1937), destacam-se como pontos principais dos programas neoliberais, as políticas públicas de: desburocratização dos sistemas, descentralização do governo, desestatização do mercado e desregulamentação da economia (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.135 e 136; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.14). Para isso, entendeu-se realizar, na prática, a proteção da propriedade privada, cortes maciços de impostos, a diminuição de serviços sociais, a contração da máquina administrativa do Estado, a redução da influência política sindical, a flexibilização das leis trabalhistas, a integração regional e global das economias e a criação de novos órgãos de gestão política (*cf.* Campos, 1996, pp.187 e 209; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.14).

As décadas de cinquenta e sessenta constituíram o ápice do intervencionismo keynesiano e o prestígio do socialismo como doutrina econômica. Já a partir da década de setenta, quando o problema da inflação se delineou mais tenaz [...] começa a haver maior respeito pela economia de mercado. “*Exit Keynes. Intra Hayek*” (Campos, 1987, p.130).

Essa agenda neoliberal se consolidou, outrossim, em “programas de ajustes estruturais” (*Structural Adjustment Programs – SAP*) para o equilíbrio fiscal do Estado e acordos internacionais, bilaterais ou multilaterais. Instituições econômicas como o Banco Mundial, o FMI e a OMC expandiram o novo sistema a países altamente endividados, geralmente do “sul planetário”, em troca de renegociação de dívidas e de novos empréstimos. Uma ascensão também consolidada no coração do “Mundo Livre”, com os governos de Ronald Reagan (1911-2004), nos EUA, de 1981 a 1984, e de Margaret Thatcher (1925-2013), de 1979 a 1990, no Reino Unido (RU). Ambos os governos assumiram os conceitos neoliberais de maneira a recuperar seus países da crise socioeconômica em que se encontravam e agravada com o “Segundo Choque do Petróleo”, em 1979 ²³ (*cf.* Campos, 1996, p.208; *cf.* Roy & Steger, 2010, pp.19 e 20). Lutando contra a burocracia keynesiana arraigada no Estado, o Presidente Reagan e a “Dama de Ferro” lançaram reformas calcadas na redução de impostos, na diminuição do Estado, na desregulamentação econômica, na quebra do poder de sindicatos e na requalificação da mão de obra. Não exatamente na mesma dosagem ou no mesmo *timing*, mas com fundamentos similares (*cf.* Campos, 1991, p.32; *cf.* Campos, 1996, p.339).

A “Reaganomia” ou “*Reaganomic*”, como foi “batizada” a política econômica do Governo dos EUA, via a estabilidade monetária e fiscal como fundamentais para a recuperação da economia. Mesmo não atingindo suas metas relativas aos gastos do Estado, calcou-se, como dito, na desregulamentação do mercado e na redução da carga tributária. Por outro lado, a Defesa foi a pasta que viu suas despesas escalarem ao ritmo da “Guerra nas Estrelas”. Um programa militar que visava a desestabilização do equilíbrio de poder da “Guerra Fria” e o fim da União Soviética (*cf.* Campos, 1987, pp.340 a 346; *cf.* Campos, 1996, pp.340 a 346). Dessa forma, a *Reaganomic* acabou por

abandonar as metas superavitárias de gastos públicos (cf. Campos, 1996, p.210). A vista disso, fixou-se na retomada do “giro” do mercado e na geração de riqueza pela diminuição do peso do Estado no “bolso” de empreendedores e de consumidores. Desse modo, obteve-se uma aceleração econômica e uma arrecadação crescente, mesmo se insuficiente frente aos gastos (cf. Roy & Steger, 2010, pp.25 a 27).

Por sua vez, o “thatcherismo”, como ficaram conhecidas as medidas da *Premier Britânica*, se organizava ao redor de uma política anti-inflacionária “draconiana”. Esta, “rezando a cartilha neoliberal”, estruturava-se no controle de gastos do Estado, na redução de serviços sociais, na diminuição da base monetária e na alta taxa de juros para conter o crédito e o consumo (cf. Campos, 1987, pp.208 e 381; cf. Roy & Steger, 2010, pp.38 a 40). Outra marca do “thatcherismo” foi sua lucrativa política de privatizações; um efeito colateral positivo de seu objetivo principal que era a venda de empresas sistematicamente deficitárias e ineficientes. Objetivou, dessa maneira, a redução de gastos para a manutenção de “dragas” de recursos do Estado, a modernização do parque industrial e a melhora na *performance* de serviços básicos (cf. Roy & Steger, 2010, p. 41). No entanto, da mesma forma que o Governo Reagan extrapolou sua agenda econômica com gastos em Defesa, Margaret Thatcher se viu imersa na campanha das Falklands/Malvinas (1982). Um embate duro, travado num local inóspito e sem representatividade geopolítica substantiva, todavia, percebido como uma oportunidade de injeção “moral” no Reino Unido e que acabou por salvar o país como unidade em Si.

Em ambos os casos, nos EUA como no RU, a dificuldade de manter um equilíbrio nas contas do Estado foi composta, principalmente, por uma justificada intervenção. Uma vez que a Defesa Nacional está na esfera de gastos públicos perfeitamente tolerados pelo Liberalismo Clássico, bem como pelo Neoliberalismo. Uma questão que não coloca em dúvida a validade dos citados programas, mesmo

agindo “*Excepio Firmat Regulam*”, como a “exceção que confirma a regra” (cf. Roy & Steger, 2010, p.14).

“O Estado não é a solução e sim parte do problema”, dizia Reagan. “É preciso fazer recuar as fronteiras do Estado”, dizia Margaret Thatcher. Ambos queriam reduzir a tributação, para que os indivíduos guardassem mais os frutos de seu trabalho. Ambos defendiam a liberalização comercial, Thatcher com mais coerência que Reagan. Thatcher foi a grande promotora da privatização de empresas, desnecessária nos Estados Unidos, que se limitaram à privatização de serviços. Ambos advogaram a desregulamentação, com resultados menos animadores, pois a desregulamentação financeira foi substituída pela regulamentação ecológica. A verdade é que ambos esses líderes na década dos oitenta mudaram, talvez irresistivelmente, a agenda mundial (Campos, 1996, p.208).

As políticas neoliberais da década de 1980 desferiram um severo revés aos defensores de um estado “tentacular” keynesiano. A “reaganomia” e o “thatcherismo” focaram na desobstrução do mercado com medidas bem peculiares a suas políticas. Concomitantemente, as oportunidades promovidas pela globalização e pela aceleração do mercado mundial, garantiram, em certa medida, os sucessos alcançados pelos citados programas. Ressalta-se, assim, que essas iniciativas, para favorecer o mercado e o empreendedorismo, paradoxalmente ao que pregava Hayek, tiveram que ser desencadeadas por medidas governamentais enérgicas. Provando, dessa maneira, que, apesar de se colocar na condição de “vigia noturno”, o Estado ainda representa uma peça fulcral na organização econômica (cf. Roy & Steger, 2010, p.49). “Sem dúvida, mesmo nas economias chamadas de mercado, há substancial orientação *pública* da economia, com a diferença, entretanto, de que a ação direta se faz através de agentes econômicos privados, sensíveis às forças do mercado” (Campos, 1987, p.130).

Nesse contexto, o fim da URSS, em 1991, e as reformas de mercado na China Comunista conduziram o Neoliberalismo à hegemonia completa. Rodas de negociações entre chefes de Estado e empresários, como “Doha”, “Davos”, G7, G20 e outras, passaram a dominar o panorama das Relações Internacionais visando ajustes ágeis (cf. Roy & Steger, 2010, p.10). A aceleração econômica do mundo “globalizado” elevou os níveis de riqueza a patamares raramente vistos na história, extrapolando largamente as

fronteiras do Ocidente. Na Ásia, além da forte retomada japonesa nos anos de 1970, ocorreu a “explosão” econômica na China, na Coreia do Sul, na Índia, no sudeste asiático e no Oriente-Médio, nos anos de 1980 e de 1990. Desse modo, centenas de milhões de pessoas saíram da condição de miséria absoluta em que se encontravam, para um patamar mínimo de bem-estar. Nunca se viu uma tamanha geração de riqueza por meio de programas de trocas comerciais e “*supply chains*” planetárias (cf. Roy & Steger, 2010, p.75).

Dois eventos dramáticos assinalam o crepúsculo do século XX:

- o colapso do comunismo;
- a modernização da Ásia.

Esses dois eventos erodiram a nitidez das duas confrontações anteriores – o conflito Leste-Oeste, e o conflito Norte-Sul – pois que a tradicional coligação do mundo socialista com os países subdesenvolvidos se esboroou ante a rápida ascensão industrial de alguns países de Terceiro Mundo (Campos, 1996, p.197).

O sucesso asiático se fundamentou em governos autônomos e fortes o suficiente para desmontar grupos de pressão política. Dessa forma, puderam ser assumidas medidas socioeconômicas de longo prazo como: a cooperação industrial público-privada direcionada para a exportação em escala, as medidas de proteção do mercado de capitais para a geração de fundos, o empenho público em ensino profissionalizante para o fomento da competitividade produtiva e os investimentos em infraestrutura física para a redução de custos de transporte. Numa segunda fase, alinhado com a *Mont Pélerin*, visando dar sustentação política às conquistas econômicas, na maioria dos países asiáticos, realizou-se o trânsito para sistemas de governo democráticos. Assim foi feito na Coreia do Sul, nas Filipinas, na Malásia e em Taiwan. Transição que ainda se aguarda na China e nos países exportadores de petróleo do Oriente Médio (cf. Campos, 1996, p.197; cf. Roy & Steger, 2010, p.77). Conseqüentemente, muitos desses países não só alcançaram, como superaram o Ocidente em importantes vertentes da indústria, como a naval, a automobilística e a eletroeletrônica (cf. Campos, 1987, p.148; cf. Roy &

Steger, 2010, p.79). O impacto neoliberal sobre a economia do Oriente foi determinante na sua integração global. Além disso, as reformas introduzidas provocaram novas abordagens administrativas e práticas de produção que alteraram profundamente paradigmas anteriores (cf. Roy & Steger, 2010, p.83).

Os Tigres Asiáticos – Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan – demonstraram que é possível passar da pobreza à riqueza no curso de uma só geração [...] O desenvolvimento econômico não depende de recursos naturais e sim de recursos artificiais como a educação e a tecnologia (Campos, 1996, p.225).

Nesse ambiente, a China decolou com suas “Zonas Econômicas Especiais”, em que persistiu a política de “um país e dois sistemas” lançada pelo Primeiro Secretário do Partido Comunista Chinês, o líder Deng Xiaoping (1904-1997). Situação concreta que prova, como afirmado por Aron, por Bobbio e por Campos, que o liberalismo aceita outros sistemas de governo além do democrático, mas exige cautelas para isso (cf. Aron, 2021, p.122; cf. Bobbio, 2000, pp.37 a 39; cf. Bobbio *et al*, 1998, pp.687 a 701; cf. Campos, 1996, pp.197, 198, 211 e 326 a 335). O sistema econômico liberal não é visto, nesse sentido, como dependente dum Governo Democrático, mas dum organização social em que existam limites bem definidos para a participação da Administração Pública na esfera privada. Um mínimo necessário que garanta o bom desenvolvimento socioeconômico, com a salvaguarda de certos direitos individuais. Como um “Leviatã hobbesiano que é ao mesmo tempo absoluto no mais pleno sentido da palavra e liberal em economia” (Bobbio, 2000, p.17). Porém, como vastamente comprovado ao longo da História, esse sistema, em seu limite, acaba por se degradar num autoritarismo *tout court*, “devorando” as liberdades, supostamente, invioláveis. Uma desarticulação montada, geralmente, sobre exigências da esfera burocrática estatal no cumprimento de disposições políticas radicalizadas, geralmente de ordem ideológica e/ou militar. Por isto, entende-se o trânsito para a democracia como algo natural e necessário, visando-se

a manutenção da prosperidade e a promoção contínua de bem-estar (*cf.* Bobbio, 2000, pp.50 e 51; *cf.* Hayek, 2007, p.162; *cf.* Wapshott, 2011, p.217).

A dificuldade que surge habitualmente é que os planos são formulados por uma elite tecnocrática do tipo “weberiano”, orientada no sentido do desempenho, enquanto sua execução tem de ser feita por uma “burocracia prismática”, essencialmente tradicionalista, mais preocupada com os problemas imediatos do seu “status” social e promoção pessoal (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.28).

Impulsionada a taxas médias de crescimento anual do PIB nominal de 9,7% nas últimas duas décadas, a China é, hoje, a segunda maior economia do mundo, rivalizando, ainda que de longe, com a dos EUA. Uma nova perspectiva que abriu questionamentos relativos à persistência de modelos multilaterais centrados nas potências ocidentais, bem como reforçou a presença de um *player* importante no panorama de Segurança e de Defesa no Mundo (*cf.* Roy & Steger, 2010, p.83).

Outra nação que se destacou nessa nova conjuntura foi a Índia. Com uma proporção demográfica comparável à da China, a Índia, desde 2003, tem registrado uma taxa média de crescimento econômico anual na ordem de 8,8%. Uma condição que a coloca como a 12ª potência mundial em PIB nominal. Uma mudança de padrão que foi implementada pelo abandono de propostas filomarxistas e a introdução da “cartilha neoliberal” na década de 1990. O grande diferencial no valor comparativo indiano se deu na indústria de informática e nos serviços de alta tecnologia. Os resultados alcançados repercutiram no crescimento econômico em geral e no fortalecimento do país como um ator estratégico regional (*cf.* Roy & Steger, 2010, pp.90 e 91).

Ancorados nesses resultados sem par, concomitantemente a avanços socioeconômicos, alguns neoliberais lançaram políticas de ética de consumo como forma de apelo comercial. Calcaram suas novas metas em estratégias atentas a padrões mínimos de direitos humanos e de preservação do meio ambiente. Nessa nova postura,

surgiu o que foi chamado de “neoliberalismo de segunda onda”. Destacou-se, novamente, o protagonismo dos EUA e do Reino Unido, quando o Presidente Bill Clinton (1946), e o Primeiro-Ministro Tony Blair (1953) encabeçaram iniciativas de integração das economias do Mundo mediante uma retórica mais preocupada com o ser humano e o planeta. O “globalismo de mercado” inspirado pela política estadunidense e a “Terceira Via” realizada pela Grã-Bretanha, mostraram que o tempo das economias fechadas havia sido superado e que a integração comercial deveria ser a maior possível (*cf.* Campos, 1996, pp.210 e 211; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.75). Mesmo atuando de forma gradual, as propostas anglo-americanas de equalização mercadológica e de proteção ambiental ainda ecoam em âmbito internacional por meio de fóruns comerciais e de conferências climáticas (*cf.* Roy & Steger, 2010, p.75).

Isso posto, a mudança global de paradigma marcou uma “nova ordem”, reorganizando o tabuleiro das potências mundiais. A opção pelo mercado surtiu um efeito inegável quando somada a iniciativas sociais e ambientais. Um conjunto que superou o argumento duma economia mundial centrada, exclusivamente, nos interesses “ocidentais”. Independentemente do sucesso difuso dos apelos humanitários e ambientais, o livre-comércio continuou a sua escalada espontânea em busca de melhores resultados, mantendo-se, basicamente, as mesmas metas da década de 1980. Uma lógica que garantiu a prosperidade dos EUA, da Europa e da Ásia e permitiu uma melhora geral na qualidade de vida no Mundo, apesar de mitigada, nos países do “Sul Planetário” (*cf.* Roy & Steger, 2010, pp.96 e 97).

As políticas econômicas dirigidas pelo FMI para a África e para a Ibero-América, dentro dos limites regionais, buscaram a reorganização de Estados falidos ou semifalidos. As “implosões” recorrentes dessas economias costumam ser provocadas, principalmente, por consequências da miséria social, dos sucessivos planos de

desenvolvimento malsucedidos e da corrupção generalizada em todos os níveis de gestão do Estado (*cf.* Roy & Steger, 2010, p.98). Nesse contexto, muito da capacidade de influência dos órgãos internacionais de administração econômica se deu, indiretamente, pelo endividamento de nações do Sul e pela necessidade de negociação para novos empréstimos. Sendo que, não raras vezes, as linhas de crédito abertas foram destinadas a pagamentos de atrasados do serviço de dívidas antigas, sobretudo juros acumulados.

Dentre as medidas neoliberais contidas nos “SAP” propostos, encontram-se, essencialmente, a ênfase na produção para exportação, os cortes severos de gastos públicos em programas sociais, as medidas de privatização de indústrias e de serviços, a desregulamentação sobre atividades de empresas multinacionais e, em muitos casos, a desvalorização cambial. O sucesso desses programas, entretanto, costuma ser minorado pela renitência da corrupção sistêmica e pelo desinteresse político na execução das metas planejadas. A manutenção de macroprojetos de desenvolvimento ligados ao controle estatal sobre bens de produção, a falta de segurança jurídica, a completa desorganização tributária e programas sociais populistas destinados a beneficiar a influência de líderes locais, foram, e continuam sendo, causas dos recorrentes desmoronamentos econômicos nessas regiões. “De longe, o mais importante fator de descontinuidade de desenvolvimento e a principal causa de colapsos, após a ‘arrancada’, é a instabilidade política” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.29).

Em muitos casos, o descontrole de indicadores macroeconômicos é apenas a “ponta do *iceberg*” de uma situação muito mais arraigada na organização social desses países e até mesmo nas suas próprias culturas políticas. Pautas que estão fora da “jurisdição” dos órgãos econômicos internacionais, ficando mais a cargo do discernimento dos cidadãos na escolha dos seus dirigentes e na fiscalização de seus atos.

Em outras palavras, uma questão localizada na racionalização administrativa, na maturidade institucional e na participação política (*cf.* Campos, 1987, pp.79 a 81; *cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.29 e 30; *cf.* Roy & Steger, 2010, p.99).

Ainda que o sucesso acima apresentado, em geral, seja inquestionável, na década de 2010, o Neoliberalismo foi alvo de sérias críticas. A crise econômica global de 2008-2009 representou um verdadeiro desafio à livre iniciativa, ainda dominante, e um efeito pendular para um crescente retorno do intervencionismo do Estado, com todas as suas consequências de crescente autoritarismo. A causa primária da crise foi encontrada na lógica da desregulamentação excessiva do mercado. Tratou-se da reação a sucessivos abusos realizados por especuladores predatórios que geraram valorizações abusivas de títulos hipotecários, “*subprime mortgages*” (*cf.* Aliber & Kindleberger, 2011, pp.321 e 322; *cf.* Reinhart & Rogoff, 2009, pp.216 e 217; *cf.* Roubini & Mihm, 2010, p.28). Sem entrar em detalhes do funcionamento do mercado de capitais, o retorno desses títulos supervalorizados a seu valor real provocou um “estouro da bolha”. Com a insolvência de grupos investidores, em 15 de setembro de 2008, a “segunda-feira negra”, devido ao grau de perdas, o Banco *Lehman Brothers Holdings* declarou falência (*cf.* Roubini & Mihm, 2010, p.139). Concomitantemente, ao se chocar com a insolvência de uma dívida próxima de 700 mil milhões de dólares, o sistema financeiro Norte Americano iniciou um ciclo de crise falimentar. Com a ligação entre os mercados financeiros e sistemas bancários, como a queda de dominós em série, lançou-se a espiral de desequilíbrio financeiro com um efeito de “contágio” em escala global (*cf.* Aliber & Kindleberger, 2011, pp.319 a 321; *cf.* Reinhart & Rogoff, 2009, pp.256 e 275; *cf.* Roubini & Mihm, 2010, pp.149 e 150). Pela falta de investimentos no mercado de capitais, a perda de valor das empresas provocou um corte no fluxo de crédito. Nessa etapa, a crise se transmitiu ao setor produtivo, levando à falência indústrias e milhares de investidores.

Com a queda do giro econômico mundial, ocorreu o freio do consumo e novas falências (cf. Roy & Steger, 2010, p.10).

Ao contrário de 1929, mediante as lições aprendidas com os sucessivos tropeços da década de 1970 e de 1980, com os choques do petróleo e a alta de juros internacionais, as crises da década de 1990, no México (1994-1995), na Ásia (1997) e na Rússia (1998) o sistema financeiro mundial se tornou mais resiliente (cf. Aliber & Kindleberger, 2011, pp.312, 313, 341 e 345; cf. Reinhart & Rogoff, 2009, pp.56 e 272). Todavia, a extensão dos danos provocados pela crise dos *subprimes* só se atenuou ao se romperem alguns paradigmas neoliberais. Estatizaram-se bancos e empresas de investimentos, fazendo os cofres públicos – os contribuintes – absorverem grande parte dos prejuízos. Empréstimos de emergência foram feitos pelo Banco Mundial e pelo FMI a países menos estruturados e a crise foi aplacada com a retomada da confiança e do consumo, auxiliado pela queda dos juros sobre empréstimos nos mercados dos países ricos (cf. Aliber & Kindleberger, 2011, p.365; cf. Roubini & Mihm, 2010, p.191). Porém, ainda pairam alguns maus hábitos especulativos de alavancagem excessiva, que poderiam provocar novas crises de insolvência. Além disso, a dívida gerada pela emissão de moeda e pelo crédito barato nos mercados para estimular a retomada econômica permanece como “adormecida” por um “acordo de cavalheiros” entre países economicamente fortes e outros mais fracos. Uma situação que pode provocar uma crise inflacionária em toda a economia planetária se não for gerida com cautela e com previsão. “Dada a tendência para o aumento dos incumprimentos soberanos, no rastro tanto das crises financeiras globais como das quedas bruscas nos preços dos bens primários, a sequela [...] pode bem ser um número elevado de incumprimentos, reescalamentos e/ou resgates maciços do FMI” (Reinhart & Rogoff, 2009, p.262).

2.5. A IDEOLOGIA LIBERAL NA IBERO-AMÉRICA.

As guerras napoleônicas marcaram uma época, dando início ao que se conhece historiograficamente como a “Era das Revoluções Liberais” e que se refletiu na separação política e econômica das colônias ibero-americanas de suas metrópoles. Conjuntura que leva a dizer que a consolidação de princípios de liberdade e de direitos individuais na Europa coincidiu com movimentos de emancipação de territórios ultramarinos (*cf.* González-Ripoll *in* Sebastián, 2012, p.223).

Para o estudo do que pode ser chamado de “Liberalismo” na região ibero-americana, o ciclo de independência marca uma das principais etapas de sua construção. Em que pese a incessante tecelagem e desenrolamento de projetos e de reformas, esse período promoveu a conversão dos países que surgiam em “laboratórios de experimentação institucional” (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.79 e 80; *cf.* González-Ripoll *in* Sebastián, 2012, p.223). Pela sua diversidade e pela sua complexidade, a Ibero-América conheceu variados processos de emancipação e de independência, ora mais belicosos, como na Argentina ou na Bolívia, ora mais pacíficos, como no Brasil ou na Guatemala. Tratou-se dum movimento de transformação continental que se aprobeu de interpretações locais de projetos elaborados pela intelectualidade da época. A ação, nesse caso, caracterizou uma “vanguarda” em favor de questionamentos ligados a liberdades civis, comerciais e políticas, num conjunto em oposição direta ao despotismo e ao mercantilismo marcado pelo “Pacto Colonial” (*cf.* Acuña-Ortega *in* Sebastián, 2012, pp.117 e 118).

Por sua vez, o lançamento do debate sobre a validade ou a necessidade de independência ecoou argumentos em voga na imprensa e na literatura metropolitana da

época. Levantou-se, inclusive, a possibilidade ou não da coabitação de um sistema colonial mercantil sob tutela administrativa de Estados constitucionais e representativos (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, p.19). Desse modo, antes e durante guerras e movimentos pela independência, ideias estrangeiras vindas dos Estados Unidos da América (EUA), da França e do Reino Unido se infiltraram nos continentes ao Sul do *Rio Grande*. O Iluminismo e as revoluções do final do século XVIII influenciariam os colonos espanhóis e portugueses e incorporariam a tintura de distinção entre as visões “moderadas” e “radicais” de governo (cf. Drake, 2009, Kindle: Loc.789 a 792).

A organização política dos EUA, e as instituições dela decorrentes, motivaram intelectuais ibero-americanos na forma de se ordenar um desenvolvimento político e socioeconômico para si. Um esboço do que poderia ser um “liberalismo panamericano”, na medida em que os movimentos ultraconservadores pós-napoleônicos, liderados por von Metternich (1773-1859), pouco se importavam com o “futuro dos povos” ibero-americanos. O que se leva a dizer que o “verdadeiro liberalismo” deveria, teoricamente, encontrar-se no “Novo Mundo” e não na “Velha Europa”. Um momento marcado pela simbologia da “alvorada”, ou do “amanhecer”, numa referência à “luz da liberdade” contra o “obscurantismo” ou a “sombra da arbitrariedade”. Uma forma de interpretar a situação política vivida à época e que ainda ressoa de modo similar quando se fala na conquista de “liberdades” (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, pp.16, 17 e 23).

Com a independência das nações ibero-americanas, foram caracterizados muitos matizes desse “júbilo da aurora”. De sistemas de tendência radical de inspiração “jacobina”, a outros moderados e próximos do “modelo britânico”. Mesmo se chamando de “liberais” apenas de maneira mais tardia, entendia-se o ímpeto daqueles que lutavam pela independência como aderentes a um pensamento transatlântico e panamericano simultaneamente. Um rótulo “liberal” que lhes foi dado, muitas vezes,

anos após a conclusão dos movimentos de emancipação, ponto que demonstrou a abertura do debate sobre o que seria ou representaria esse conceito (*cf.* Sebastián *in* Sebastián, 2012a, p.19).

Apesar dessa aura de esperança, à revelia dos sonhos de liberdade, a remoção da pressão colonial europeia, ao contrário do que se buscava, gerou anos de fratricídio em grande parte dos territórios emancipados. As contendas entre exércitos públicos e privados recaíram sobre as populações de muitos países nascentes. Algo similar aconteceu com as tensões entre as capitais e as províncias e as diferentes refregas pelo poder. Foram décadas de discórdia civil antes que a maioria das nações recém independentes pudesse se organizar com Estados e com governos funcionais (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.265 a 267; *cf.* Caetano & Ribeiro *in* Sebastián, 2012, p.411). Contudo, não se descredita as iniciativas de emancipação dos direitos do indivíduo pelo pequeno alcance da representatividade nas diversas instituições recém estabelecidas. Deve ser levado em consideração a instalação duma Administração Pública em territórios vastos, inóspitos e com escassas linhas de comunicação. Soma-se, a essas imposições físicas, uma constante interferência de representantes da Igreja nos assuntos de Estado por meio de sua influência sobre populações incultas. Condições que favoreceram um autoritarismo corporativo e um centralismo, muitas vezes, violento (*cf.* Sebastián *in* Sebastián, 2012a, p.11).

Dessarte, o “Liberalismo” tem sido entendido, na memória histórica ibero-americana, mais como a formação de coletividades ou de “democratização social” do que a conquista de direitos individuais inalienáveis. Um processo de fomento que foi privilegiado em detrimento da “democratização política”, visto as dificuldades geográficas e sociais já citadas. De certo modo, essas características replicavam as que se encontravam nas respectivas metrópoles, Espanha e Portugal. Países que, de partida,

não reuniam um “escopo liberal” suficiente, tendo em vista a sua burguesia ser refreada pela organização despótica do Estado e pelo misticismo religioso. Uma condição geral que leva a dizer que os movimentos metropolitanos peninsulares e ibero-americanos ligados ao “Liberalismo”, muitas vezes não representaram mais que uma “camuflagem” ideal para interesses de grupos de mando na luta pelo poder (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.318 a 320).

A Ibero-América, tradicionalmente, havia sido governada por sua aristocracia, no sentido que os antigos davam ao termo, ou seja, o “governo dos melhores e mais aptos”. Mas essa aristocracia se agarrou ao exercício do poder de tal forma que se tornou, com o tempo, uma oligarquia, ou o “governo de poucos e para poucos”. Oligarcas, chamados de “caudilhos” na Hispano-América, ou de “barões” e de “coronéis”, no Brasil, dominariam a narrativa das disputas políticas à frente de partidos e de exércitos privados (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.92 e 93; *cf.* Guerrero *et al in* Sebastián, 2012, pp.483 e 484). Assim sendo, nos primeiros decênios do século XIX, o “léxico liberal” serviu, principalmente, para mandatários mobilizarem e motivarem as populações e suas tropas para a luta. Uma forma de “propaganda política” que fez trocar de mãos o poder, mas pouco melhorou a condição de vida da população, em geral. O “Liberalismo” se materializou, enfim, em discursos para se obter o controle de pessoas e de territórios, numa condição peculiar que levou à quase inexistência de preocupação sincera de líderes com o destino do “homem comum”. Uma característica que se arraigou ao longo do século XIX e que ainda se mantém em grande parte dos países de cultura ibérica, mesmo se mascarada por uma “cosmética” institucional (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.92 e 93; *cf.* Sebastián *in* Sebastián, 2012a, pp.11 e 13).

No colapso político de meados do século XIX, na América Espanhola, como na Espanha, acentuara-se a fragmentação entre um “liberalismo moderado” e um mais

“radical”. O primeiro enfatizava o equilíbrio entre “liberdade e ordem”, o segundo, ligava-se a princípios de “igualdade alargada”. A diferença entre oligarcas, “liberais moderados” e “liberais radicais”, misturando-se ao “caudilhismo”, costumou lançar os países hispano-americanos em longas lutas, conduzindo as construções nacionais, preferencialmente, no espectro militar (*cf. Guerrero et al in Sebastián, 2012, p.485*). De territórios rebeldes, constituíram-se regiões separatistas e, do arranjo entre caudilhos, organizaram-se os Estados. Os combates, que eram internos, tornaram-se internacionais, até se encontrar uma estabilização relativa por meio dum equilíbrio de forças. As “Guerras de Independência” forjaram as identidades de cada nova república num desenvolvimento muito distante do sonho provido pela “aurora liberal” (*cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, pp.24 e 25*).

A América Portuguesa conheceu uma trajetória diferente da América Espanhola, mesmo existindo pressões internas de “barões” e de “coronéis”. A Independência do Brasil não se deu mediante uma convulsão generalizada, mas com uma dinâmica construída ao longo de anos, por meio da ação da própria Família Real Portuguesa e de sua corte. As justificativas para a independência vieram por motivações mais comerciais que bélicas, e o Brasil se emancipou dentro dum espectro mais político que militar. Uma condição peculiar que favoreceu os esforços para a manutenção territorial e administrativa do país (*cf. Wehling in Ferreira, 2012, pp.9 a 32*).

Nessa leitura dos acontecimentos, uma vez assumida a emancipação na expressão política dos desejos, das necessidades e das vontades de diferentes grupos sociais, entende-se a diversidade das “opções liberais” na Ibero-América. Ramificações de um mesmo tronco de ideias, mas que se refletiram em direções, não raras vezes, divergentes. Apesar disso, levando-se em consideração a lógica política de cada Estado nascente, a convergência da perspectiva das grandes lideranças locais promoveu a

coincidência e a sobreposição de programas de políticas públicas entre macro correntes antinômicas (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, p.26). Pode-se dizer que, em muitos casos, a tensão entre “conservadores” e “liberais”, nos países centro e sul-americanos recém independentes, descolava-se do que se podia verificar na Europa nessa mesma época. Destaca-se, com raras exceções, a variação entre gestões “liberais (radicais)-conservadoras (moderadas)” e “conservadoras-liberais”, mas com um rumo comum bem definido na formação de uma administração tipicamente oligárquica. Algo peculiar, numa realidade imperfeita e multifacetada, que formou a conjuntura política da Ibero-América sem um corpo doutrinal definido (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, pp.26 a 28). Um verdadeiro “laboratório” para a “experiência liberal” que não se deu por simples transferência de modelos anglo-americanos ou europeus, mas por uma miscigenação característica da realidade física e cultural da região ²⁴. A renovação de perspectivas que, em pouco tempo, criou soluções *sui generis* a questões típicas, como o individualismo, os matizes da liberdade e a organização do Estado (cf. Calderón & Villamizar in Sebastián, 2012, p.187; cf. Drake, 2009, Kindle: Loc.79 e 80). Em destaque, cabem as diferenças entre movimentos liberais no Brasil, ligados a motivações mais econômicas que políticas, desaguando numa solução pacífica, e seus congêneres no restante do continente, de adesão mais política que econômica, desaguando numa solução militar. Uma perspectiva variada ao se visualizar um paralelismo entre os movimentos liberais metropolitanos, de Espanha e de Portugal, com os de suas ex-colônias (cf. Sebastián in Sebastián, 2012a, p.30).

Cronologicamente²⁵, na Ibero-América, e de forma abrangente, a explosão inicial do “liberalismo” ao longo do ciclo de independência deu lugar a uma fase de guerras e de despotismo nas décadas de 1830 e de 1840. Então, em meados do século XIX, a ascensão das economias de exportação trouxe maior tranquilidade político-institucional,

favorecendo uma estabilização sociopolítica do continente. Contudo, à medida que os oligarcas afirmavam seu controle sobre o poder central, eles organizaram Repúblicas de governo forte ou “democracias controladas”, de meados do século XIX ao início do século XX ²⁶. Uma situação que fez reviver um “republicanismo”, no decorrer da década de 1870, e culminar numa segunda onda de “reformismo liberal” violento após uma era de prevalência autocrática. Os “liberais” se levantaram novamente e podaram os poderes dos caudilhos, da Igreja e dos militares, ao mesmo tempo que libertaram os escravos. Consequentemente, como efeito da “institucionalização” do poder público, superando-se, em parte, o “patrimonialismo”, as receitas do Estado aumentaram. Por meio da organização tributária, as Forças Armadas se subordinaram ao poder civil, um número crescente de funções públicas se tornou eletiva e a política partidária ficou mais competitiva. (cf. Drake, 2009, Kindle: Loc.1242 a 1247). Das primeiras décadas do século XX à década de 1960, a “democracia controlada” cedeu temporariamente espaço à “democracia de massa”, muitas vezes comandada por populistas de “esquerda” ²⁷. No geral, porém, nenhuma tendência de regime político se consolidou, uma vez que democracias se alternavam com ditaduras, com a anarquia e a tirania dilacerando as nações ²⁸ (cf. Drake, 2009, Kindle: Loc. 2736 a 2738).

No contexto da escalada da “Guerra Fria”, nas décadas de 1960 e de 1970, diferentes matizes do espectro político se voltaram contra os processos democráticos na Ibero-América. Inspirados por Fidel Castro (1926-2016) e, não raras vezes, patrocinados pela URSS, alguns representantes políticos admitiram que métodos antissistêmicos poderiam trazer mais igualdade de condições e de direitos aos povos oprimidos. Todavia, com o apoio dos EUA, outros temiam que a democracia fosse a antecâmara e não o antídoto para a anarquia. Assim, mesmo em ofensa à ordem constitucional, ditaduras pareceram opções racionais, numa lógica que, apesar de

desgastada, perdurou até meados da década de 1980 (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 2745 a 2747). Dos meados da década de 1980 em diante, a Ibero-América alcançou um ápice “liberal”, apesar de deficiências persistentes. Passou de uma das regiões mais ditatoriais a uma das mais democráticas do planeta, com constituições relativamente bem assentadas (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 3327 a 3329). Os reformadores buscaram melhorar a administração judicial e sua atenção aos abusos estatais contra os direitos humanos, ao inculcar boas práticas no acesso à justiça e na conduta policial e carcerária. No entanto, os tribunais, em um olhar mais amplo, pouco fizeram para servir ao “cidadão comum” da mesma maneira que serviram aos oligarcas (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 3333 a 3336). Do ponto de vista econômico, com raras exceções, a situação ainda cavita, com um grave intervencionismo estatal por meio de regulamentações excessivas e uma tributação abusiva, sem contar a influência negativa de empresas estatais e de cartéis que distorcem o mercado (*cf.* Campos, 1987, pp.204 a 206; *cf.* Campos, 1990, pp.24 a 26).

Como em todas as sociedades liberais, o trabalho nunca foi realmente concluído. Uma situação que abre o debate do que se esperar de um projeto que se adapta às flutuações dos desejos, das necessidades e das vontades de seus conformadores e de seu público. A história recente de muitos desses países ibero-americanos vem comprovar a volatilidade política da região, principalmente no embate entre opções partidárias que acabam conduzindo ao mesmo cenário de corrupção generalizada e de grande sofrimento dos desvalidos. A esperança de dias melhores reside, como em tantos outros países do “Sul Global”, na construção de instituições sólidas e no amadurecimento político das populações (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 3355 a 3361).

2.6. O CASO DO BRASIL.

O estudo do desenvolvimento da ideologia liberal no Brasil exige que se considerem suas características peculiares em relação às dos demais países da Ibero-América. Inicialmente, ao contrário dos vice-reinados hispano-americanos, até o ano de 1808 não existia imprensa no Brasil-Colônia. As publicações que conseguiam entrar no território, ou passavam pela forte censura oficial ou eram trazidas de maneira ilegal. Um efeito direto desse controle sobre a circulação de obras impressas foi a completa ignorância sobre as correntes políticas mais modernas da época. As referências bibliográficas se resumiam a escritores que defendiam governos absolutistas ou eram de origem religiosa. Uma condição que explica a limitação do entendimento político da época ao permitido pela Coroa e pela Igreja (*cf.* Acuña-Ortega *in* Sebastián, 2012, pp.117 e 118; *cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, pp.75 e 76). Aqueles que tinham a oportunidade de prosseguir em estudos superiores, o faziam na universidade de Coimbra, em Portugal ²⁹. Ao absorverem a forma de pensar do Estado mercantil, os “letrados” replicavam essa visão na administração do Império e nos negócios privados (*cf.* Paim, 2018, pp.32 e 33; *cf.* Santos, 1998, pp.13 e 14).

Dentro desse contexto, o termo “liberal”, como entendido na Europa Continental, no mesmo período, sob a perspectiva da defesa de direitos individuais, não fazia qualquer sentido. Somente nos principais centros urbanos se conhecia alguma referência à forma “liberal” de comércio ou às profissões ditas “liberais”, como aquelas ligadas à manufatura ou ao serviço administrativo privado (*cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, p.78). Esse ponto se refletiu nos diferentes movimentos nativistas brasileiros inspirados pela Independência dos EUA, tal a Inconfidência Mineira (1789), que

consistia em demandas oligárquicas no afrouxamento do mercantilismo por meio de redução tributária e maior liberdade comercial. Por outro lado, os movimentos ligados aos ímpetus da Revolução Francesa, como a Conjuração Baiana (1798-1799), rapidamente perderam força, uma vez que colocavam em causa a própria estrutura socioeconômica do território (*cf.* Paim, 2018, pp.42 e 43); sobretudo, se inflamassem insurreições ligadas aos “direitos do homem”, a exemplo do que havia ocorrido no Haiti e sua “revolução de escravos” (*cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, p.79).

A chegada da Corte ao Brasil, em 1808, modificou significativamente a vida do “território elevado a reino”. A aparição duma imprensa, a criação de manufaturas de Estado, a inauguração de universidades e, sobretudo, a abertura dos portos ao comércio estrangeiro foram as evoluções que transformaram as perspectivas dos luso-brasileiros. No período que transcorreu de 1808 a 1822, a circulação de periódicos e de livros impressos no país fez com que se atualizasse o conceito de “Liberalismo” (*cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, p.79; *cf.* Paim, 2018, p.61). Um aprimoramento que foi despertado pela atração do segmento comercial aos princípios ligados a Adam Smith e a David Ricardo, na ordem da liberdade de trocas com potências da época. Um estímulo levado a cabo junto à Corte no Rio de Janeiro, permitindo o fim do “Pacto Colonial”, uma vez que a “metrópole” se encontrava disfuncional. Uma medida que, pelo retraimento da intervenção do Estado no mercado, garantiu trocas diretas com os Estados Unidos e com o Reino Unido (*cf.* Lisboa, 2001, p.194; *cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, p.80).

O salto da influência das tendências “liberais”, do espectro dos “negócios” para o âmbito político, foi realizado cerca de dez anos após a integração do território luso-brasileiro ao panorama das relações comerciais internacionais. Entendeu-se que para garantir as conquistas proporcionadas pelo “Mercado”, deveriam ser franqueados ao cidadão o direito à propriedade e à liberdade, permitindo-se que indivíduos racionais

pudessem se beneficiar mutuamente com trocas de bens e de serviços (cf. Freedon, 2015, pp.13 e 41 a 43; cf. Lynch in Sebastián, 2012, p.80). Esse entendimento ligado a um “despotismo ilustrado” foi aprimorado por uma imprensa mais aberta, com periódicos utilizados pelo próprio Rei D. João VI como uma forma de mensurar a aceitação de suas ações e ajustar suas políticas públicas. O “*Correio Brasiliense*”, publicado em Londres pelo jornalista luso-brasileiro Hipólito da Costa (1774-1823), destacava-se na sede da Corte. Um compêndio de circulação livre no Rio de Janeiro que, mesmo a favor do “Congresso de Viena”, apoiava a expansão do parlamentarismo de linha britânica (cf. Lynch in Sebastián, 2012, pp.81 e 82; cf. Paim, 2018, p.65).

Do ponto de vista político, ainda que os termos “liberal” e “liberalismo” fossem preteridos a outros, como “constitucional” ou “governo representativo”, o núcleo de seus princípios ressoava da mesma forma dos dois lados do Atlântico. Contudo, autoridades ligadas a ação política em nada se ajustavam a impulsos antissistêmicos. Abordavam a questão “liberal” com muita prudência, na medida em que promoviam a demanda pelo equilíbrio de poderes do Estado, mas dentro de uma “cautela conservadora”³⁰. Tudo na forma de se evitar as convulsões sociais que se haviam produzido na França Revolucionária, bem como se espalhavam por toda Hispano-América (cf. Lynch in Sebastián, 2012, pp.83 a 85).

O grupo heterogêneo formado pelos grandes proprietários rurais no território luso-brasileiro, em geral, percebiam que o modelo estadunidense se haveria melhor para eles, que os exemplos europeus. Simultaneamente, militantes dum “liberalismo mais filosófico”, geralmente publicistas, visualizavam a possibilidade duma formação governativa fora do constitucionalismo, regrada apenas pela “vontade geral”. De toda forma, esses agentes de diferentes expressões do “movimento liberal”, sentiam a ameaça representada pelo unitarismo e defendiam um federalismo³¹ que lhes desse

espaço econômico e político (*cf. Lynch in Sebastián, 2012, pp.86 a 89*). Paradoxalmente a essas demandas, permanecia a defesa do sistema escravagista, colocando em causa toda a base humanista dos princípios “liberais” que eram defendidos. Assim sendo, pode-se referenciar esse pensamento “liberal” mais como oligárquico que popular, de maneira que pouco se queria saber de “direitos do homem e do cidadão” para escravos negros, ou mesmo o fim do próprio tráfico humano. Uma condição que representava um forte entrave a qualquer perspectiva de igualdade jurídica entre os diferentes estratos sociais (*cf. Lynch in Sebastián, 2012, p.90*).

Por outro lado, as demandas ligadas ao livre comércio e à redução de tributos agudizaram-se conforme o Estado Português intensificava a volta ao sistema mercantil. Uma questão agravada pela discordância do regente D. Pedro, filho de D. João VI, e as Cortes de Portugal, no sentido de se recusar esse retorno de uma ordem constrangedora aos interesses luso-brasileiros. Uma divergência crescente que empurrava e estimulava as veias nativistas em direção à independência (*cf. Lynch in Sebastián, 2012, pp.91 e 92*). Dentro dessa linha, muitos burocratas reformistas metropolitanos pretendiam manter um sistema mais aberto. O respeito a um ordenamento jurídico comum entre lusos e luso-brasileiros, evitaria a dissolução da unidade formada pelo Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve. Porém, os grupos “conservadores” em Portugal pouco queriam compreender as propostas dadas. Num movimento “reacionário”, voltaram o controle despótico de todos os assuntos luso-brasileiros às Cortes. Uma conjuntura que forçou o Território do Brasil, outrora elevado a reino, a retornar à condição de colônia, sob uma nova roupagem (*cf. Paim, 2018, p.65*). Nesse ínterim, notou-se claramente que o Território do Brasil representava a parte socioeconômica mais ativa do Império e que possuía plenas condições de se estabelecer como um Estado autônomo. Ao passo que a metrópole se encontrava numa posição mais frágil, dando muito pouco em retorno aos

tributos pagos e aos esforços despendidos pelo setor produtivo luso-brasileiro ³² (cf. Lynch *in* Sebastián, 2012, p.92; cf. Paim, 2018, p.65; cf. Santos, 1998, p.17).

A situação sociopolítica que transformaria o Príncipe Regente D. Pedro em Imperador do Brasil estava pronta e consolidada entre os grandes proprietários e os principais administradores públicos. O retorno de D. João VI a Portugal foi o evento ignitor do processo de independência. A recrudescência do rigor das Cortes em nada abrandou os ânimos e empurrou o Brasil para sua emancipação.

[...] eu como Príncipe Regente do Reino do Brazil (sic), e seu Defensor Perpetuo: Hei por bem declarar todos os Decretos preteridos dessas facciosas, horrorosas, machiavelicas (sic), desorganizadoras, hediondas e pestilentas Cortes, que ainda não mandei executar, e todos os mais, que fizerem parar o Brazil (sic) nullos (sic), írritos, e inexecuáveis, e como taes (sic) com um Veto absoluto, que he (sic) sustentado pelos Brasileiros todos, que unidos a Mim me ajudão (sic) (D. Pedro I *in* Egas, 1916, p.154).

O Imperador, em 1822, não se constituiu desse modo por ser, também, o herdeiro da Coroa Portuguesa, mas por encarnar a própria Nação que liderava. Uma condição que garantia a D. Pedro I a legitimidade para outorgar uma Constituição que afastava o descontrole social (cf. Lynch, 2014, pp.49 e 50; cf. Santos, 1998, pp.20 a 22). Em 1824, promoveu-se um texto que integrava as principais demandas de cada um dos grupos em oposição, de maneira a arrefecer as opiniões e acalmar os anseios. Uma Constituição reconhecidamente equilibrada, como atesta sua longevidade até 1889, a manutenção, não sem atritos regionais, da coesão territorial do país e de sua estabilidade institucional ³³. Algo que se conseguiu com o bicameralismo exigido pelo setor mais vanguardista, dito “liberal”, ao passo que o Imperador adquiria um “Poder Moderador” solicitado pelo grupo mais “conservador” ³⁴ (cf. Lynch *in* Sebastián, 2012, p.95; cf. Santos, 1998, p.22). Todavia, mesmo quando parlamentares “liberais” se voltavam a uma abertura política, eles se contradiziam em suas opções econômicas; na medida em que se opunham à industrialização, à entrada de estrangeiros no país, ao fim do tráfico

negreiro, como ao abolicionismo. Uma posição que reforçava a paradoxalidade do “Liberalismo” no Brasil, em constante oposição às posturas do Imperador sobre esses temas. Uma disputa que, entre outros fatores, levaria à abdicação de D. Pedro I e o estabelecimento do Período Regencial (1831-1840), até a declaração de maioria de D. Pedro II (1825-1891) (cf. Lynch, 2014, p.57; cf. Lynch in Sebastián, 2012, p.99).

Na ausência de quem exercesse de facto o “Poder Moderador”, com modificações no texto constitucional em 1834, as tendências federalistas assumiram uma influência mais premente, de modo a dar ao Brasil instituições de uma república. Uma condição caracterizada pela autonomia administrativa, judiciária e policial das Províncias e a eleição direta do Regente (cf. Lynch, 2014, p.58; cf. Lynch in Sebastián, 2012, pp.100 a 102; cf. Paim, 2018, pp.86, 98 e 99; cf. Santos, 1998, p.22). Uma solução que ampliou as forças de secessão e redundou em sucessivos fracassos de estabilização política. A morte do Imperador D. Pedro I, então Pedro IV de Portugal, em 1834, concomitantemente a rebeliões separatistas no norte e no sul do Brasil, levou a um descontrole da situação política, ao passo que “todo o período regencial significou crise” (Saldanha, 2001, p.160). Segundo Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1807-1866), o verdadeiro “espírito liberal” se encontrava entre os “conservadores” ou “saquaremas”, uma vez que somente na “ordem” se poderiam exercer os direitos civis e realizar o “progresso” do país. Ao passo que os que se diziam “liberais”, os “Luzias”, constituíam-se em verdadeiros tiranetes, pois se queriam perpetuar no poder mediante rebeliões financiadas por desvio de verbas públicas (cf. Lynch in Sebastián, 2012, p.111).

Na busca pelo retorno ao texto original da “*Constituição de 1824*”, o “regresso”, como ficou conhecido esse movimento “saquarema”, entendia-se o restabelecimento da normalidade sociopolítica, mas se buscando uma ação de força que não deteriorasse os

avanços democráticos relativos à representatividade do Parlamento. “Costurou-se” um acordo entre as diferentes bancadas parlamentares regenciais que declarariam a maioria de D. Pedro II, então com quatorze anos (*cf.* Lynch, 2014, pp.59 e 60; *cf.* Paim, 2018, p.94; *cf.* Saldanha, 2001, pp.126 a 128; *cf.* Santos, 1998, p.22).

Com a “maioridade”, aprofundou-se a integração entre o Parlamento e o Imperador, por meio da imposição de reformas bastante radicais para a época. Medidas que garantiam a formação de governos, mesmo sem o consenso da maioria parlamentar, bem como a redução de tensões de grupos opostos ao projeto de Estado Imperial. A formação dum sistema que apresentava características equilibradas constituía a modalidade mais adequada para o país naquele momento: proteger a ordem, ampliando-se a liberdade. Assim, os gabinetes de governo de D. Pedro II conseguiram conciliar as forças antinômicas e inaugurar um período de quarenta anos de estabilidade sociopolítica no país e de gigantesca expansão econômica (*cf.* Lynch, 2007, pp.235 a 237; *cf.* Lynch, 2014, pp.60 e 61; *cf.* Lynch in Sebastián, 2012, pp.104 e 105; *cf.* Paim, 2018, pp. 96, 101 e 109; *cf.* Santos, 1998, pp.22 e 23).

No caminho para o fim do Império, o rompimento do Monarca com os Parlamentares “Liberais”, no ano de 1868, devido a pressões geradas pela Guerra contra o Paraguai, fez nascer o Partido Republicano (PR) em 1870. Essa nova sigla se constituiu duma coesão de representantes políticos oligárquicos que se opuseram às instituições do Império, como ao próprio D. Pedro II. Um embate aprofundado pelo “positivismo comtiano”, em que se propunha esvaziar a instância Moderadora do Executivo Imperial e a transferir ao Exército ³⁵ (*cf.* Campos, 1987, p.363; *cf.* Lynch, 2014, p.74; *cf.* Lynch in Lynch *et al*, 2019, p.31; *cf.* Paim, 2018, pp. 145 e 146; *cf.* Saldanha, 2001, pp.238 a 240; *cf.* Santos, 1998, p.31). Dessa maneira, o Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), originalmente afastado de qualquer postura

revolucionária antimonárquica, foi levado a proclamar a República em 15 de novembro de 1889. Facto que materializou o cume duma série de acertos de gabinete entre “conservadores”, “liberais” e “positivistas” (cf. Santos, 1998, p.32). Mais uma vez emergia a paradoxalidade política brasileira, na medida em que essa ação “liberal” advinha de uma retaliação oligárquica à “Lei Aurea”, que abolia a escravidão no Brasil, assinada em 1888 pela Princesa Isabel, herdeira do trono imperial. Essa nova situação política controversa, que tendia ao totalitarismo, foi mitigada parcialmente pelo esforço negocial de liberais moderados. Rui Barbosa (1849-1923) “[...] tentou assim manobrar para que a ditadura fosse, dentro do possível, um breve interregno para a organização democrática e liberal da nova República” (Lynch, 2014, p.220). Realização concretizada na promulgação da “*Constituição de 1891*”, tida como “*A Liberal*” que eliminava o “Poder Moderador” e os títulos nobiliários; promovia a separação do Estado e da Igreja, além de reforçar o Parlamento. Por outro lado, manteve praticamente todas as demais cautelas ligadas às liberdades civis constantes na “*Constituição de 1824*” (cf. Lins, 1964, pp.388 a 398; cf. Paim, 2018, pp.161 e 165; cf. Saldanha, 1978, pp.111 e 112; cf. Saldanha, 2001, pp.243, 244, 260 e 265). Naquele momento do nascimento da República, mesmo Rui Barbosa, “liberal” e antimilitarista, sustentou a percepção de que a qualidade de bem governar estava ligada à competência técnica e não ao melhor ajuste entre antinomias políticas. Um ponto de vista que, de certo modo, justificou as práticas dos primeiros trinta anos da República no Brasil e transformou a governança num “autoritarismo doutrinário” (cf. Lynch, 2014, p.95; cf. Paim, 2018, p.186). Porém, as leis ideais e perfeitas de nada adiantaram, uma vez que foram promovidas por homens coligados para subvertê-las (cf. Santos, 1998, pp.33 e 34). Como afirmava Oliveira Vianna (cf. 1999, pp.498 a 506), não existiria um “sistema político liberal”, sem uma “sociedade liberal”. Erguiam-se opções despóticas, elevadas ao patamar de doutrina

nacional, restringindo o espaço do “liberalismo” ao ambiente de negócios e a consolidação duma “República Oligárquica” (1889-1930) socialmente convulsiva, a posteriori denominada de “República Velha” (cf. Paim, 2018, pp.159 e 232).

Com a evolução do debate político no Mundo, na década de 1930, o Brasil não se encontrou mais dividido entre “conservadores” e “liberais”, mas entre autoritários de toda sorte (cf. Paim, 2018, p.198). O “Liberalismo” no Brasil, como em grande parte do Globo, tornou-se o derrotado do início do século XX (cf. Paim, 2018, pp.203 e 210). Nesse contexto, as principais críticas ao “sistema liberal” se sustentaram na impossibilidade dessa corrente fazer frente às demandas econômicas e sociais lançadas pela crise de 1929. Uma avaliação embasada na convicção de que os “liberais” estariam dedicados à salvaguarda das camadas superiores da sociedade e indiferentes às massas (cf. Paim, 2018, pp.223 e 229). Após a “Revolução de 1930”, iniciou-se uma desconstrução desse “sistema liberal”, num desmonte que se consolidou, em 1937, no “Estado Novo” de Getúlio Vargas (1882-1954). Regime de forte inspiração “Salazarista” que visava o desenvolvimento nacional mediante a imposição dum “autoritarismo corporativista” (cf. Campos, 1969a, p.22; cf. Paim, 2018, p.221).

Com o retorno vitorioso das tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) da frente italiana, em 1945, perdeu sentido a sustentação dum regime político similar àqueles derrotados na Europa (cf. Villa, 2011, p.54). Nessa situação, oficiais das três Forças Armadas se alinharam à Igreja e derrubaram pacificamente o governo de Vargas. De imediato houve a restituição de “instituições liberais” como os Partidos, o Parlamento e o voto, ao passo que a economia atenuava sua característica dirigista e estatista (cf. Villa, 2011, p.54). Com a “*Constituição de 1946*” e a eleição para a Presidência da República do General Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) – antigo Ministro da Guerra de Getúlio Vargas – a Igreja Católica e as Forças Armadas,

lideradas pelo Exército, assumiram o papel de representantes dos “Liberalismos” no Brasil. Uma condição *sui generis*, uma vez que nenhuma dessas instituições possuía um “*ethos* liberal” na origem. Uma particularidade que deformou consideravelmente a percepção do “Liberalismo” no Brasil e seu afastamento de padrões anglo-americanos e europeus (*cf.* Campos, 1969a, p.19; *cf.* Paim, 2018, p.233).

2.7. O LIBERALISMO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO.

O debate sobre a industrialização do Brasil remonta ao início do século XX com a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para aqueles que detinham os recursos econômicos no país, a renovação da matriz produtiva não era algo bem-visto. Mesmo em crise, o Brasil continuava como o maior produtor e exportador mundial de café e toda a sua economia girava ao redor desse mercado ³⁶ (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.41 e 42). O café representava uma verdadeira “cultura” socioeconômica que fazia com que os estímulos à indústria passassem pelos oligarcas da produção cafeeira. A queda da demanda por café em decorrência da Primeira Guerra Mundial, fez com que se repensasse como superar crises similares no futuro. Uma situação que transformou a cidade de São Paulo, “capital dos Barões do café”, no maior polo industrial do país na década de 1920 (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.43).

Superadas as dificuldades trazidas pela Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, com o “crash da Bolsa de Nova York” provocou um choque sem par. “O impacto imediato da Grande Depressão foi a queda substantiva da nossa receita cambial, de 445,9 milhões de dólares em 1929, para 180,6 milhões em 1932” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.3 e 4). Ao modificar paradigmas econômicos no Brasil e no Mundo, três modelos se desafiavam na busca por soluções aos impasses. Eram eles: o sistema “hermético” da União Soviética; a economia planificada dos países autoritários e totalitários europeus; e o dito “liberalismo” do mundo anglo-americano (cf. Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al*, 2010, p.13). Nesse último grupo, o ambiente de “livre-mercado”, calcado em teorias ligadas ao “*laissez-faire*”, enfraquecia-se, abrindo espaço para um maior controle do Estado. A obra de referência deixava de ser “*A Riqueza das*

Nações” (Smith, 1996a; 1996b), para que a “*Teoria Geral*” (Keynes, 1996) ganhasse relevo. A preocupação não residia mais nas “livres trocas”, mas no “comportamento do sistema econômico como um todo” (Keynes, 1996, p.38), dando voz à nova ciência da Macroeconomia por meio do “keynesianismo”.

O Brasil, como qualquer outro país à época, enfrentou a crise de 1929 da forma que pareceu possível. Como já vivido no período da Primeira Guerra Mundial, o sistema econômico baseado em exportação de *commodities* se encontrava numa situação pouco favorável. O preço do café desmoronara e, junto com ele, todo um setor agrícola coordenado e controlado por gerações desde o Império. Porém, o fortalecimento do mercado interno promovido pela industrialização, iniciada no “pós-Primeira Guerra”, fez com que, a partir de 1933, medidas protecionistas fossem suficientes para uma lenta recuperação econômica do país. A crise de 1929 era superada paulatinamente pela estruturação do consumo e por uma produção que se voltava “para dentro”. A força do estímulo provocado por esse desempenho, bem como a depreciação cambial, impulsionou os investimentos. A importação de maquinário da Europa Central garantiu bons preços para a estruturação de plantas de transformação e o início da consolidação dum modelo de produção mais amplo baseado na iniciativa privada (*cf.* Campos, 1996, p.203; *cf.* Furtado, 1964, pp.220 a 226; *cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.46 e 47).

Assim, entre 1929 e 1931, a queda real do produto (nacional bruto) foi de 9,7%, percentagem relativamente suave no quadro internacional da época; e em 1934, todos os principais índices de atividade econômica já superavam os de 1929. Por outro lado, as dificuldades de suprimento externo, resultantes da queda da capacidade para importar, estimularam o desenvolvimento da indústria nacional em ritmo sem precedentes – numa primeira fase pelo aproveitamento das instalações ociosas existentes, numa segunda etapa pela efetiva ampliação do parque manufatureiro. [...] Em conjunto, o Brasil não só parece ter contornado satisfatoriamente a Grande Depressão, como nela ter encontrado motivação para a mudança de sua estrutura econômica no sentido da industrialização (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.4).

Apesar desses sinais fortemente promissores, dentro da “juventude intelectual” e nos grupos de “vanguarda política”, no mesmo ímpeto da mudança de matriz econômica, encontrava-se o estímulo para o rompimento da República Oligárquica (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.44 e 45; cf. Saldanha, 2001, pp.300 a 302). O “Estado Novo” de Getúlio Vargas, a partir de 1937, respondeu a essa demanda, na instalação de um regime de força. Com essa proposta governativa, abriu-se um debate sobre como superar os desafios presentes. Ainda à esteira da crise de 1929, a salvaguarda da produção de café atingira seu limite ao consumir as reservas do Estado, abrindo ciclos inflacionários incontroláveis. A proposta modernizadora nacionalista do autoritarismo varguista conduzia, forçosamente, à industrialização que já se encontrava em um estágio de aceleração considerável (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.45 e 46; cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.26; cf. Saldanha, 2001, pp.304 e 305). A substituição de importações se marcou como o maior estímulo para o fomento da produção no país, entretanto, muito ainda estava por ser feito. Não havia qualquer alicerce para o desenvolvimento de indústrias voltadas a bens de consumo em escala nacional, apenas regional, mesmo porque o mercado consumidor era bastante restrito. Conseqüentemente, a opção escolhida pelo “Estado Novo” foi a de se focar nas indústrias de base para uma evolução rápida para patamares mais elevados de capacidade fabril (cf. Perez, 1999, p.15; cf. Syvrud, 1974, pp.12 e 13).

Apesar dos nítidos sinais de que a “Grande Depressão” já estava superada desde 1934, o “varguismo”, à revelia do que pretendiam os paulistas, “ferira de morte o liberalismo”. Num ambiente de nacionalismo extremado, viu-se uma adesão à estatização do direcionamento econômico com propostas de inspiração nazifascista (cf. Villa, 2011, p.32). Pouco depois de dissolver as últimas representações do regime anterior, Getúlio Vargas formou gabinetes ministeriais exclusivos para as questões

comerciais, industriais e trabalhistas. Desses nichos do Poder Executivo saíam os projetos para a reformulação da dinâmica fabril e da relação capital-trabalho, o que foi chamado de “nacional-desenvolvimentismo” (cf. Moreira & Saroldi, 1984, p.26).

Um dos grandes nomes dessa etapa foi Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), “o mais combativo e o mais importante industrialista que o Brasil já teve” (Lima, 1976, p.159), um dos grandes “Líderes industriais” e ideólogo do desenvolvimentismo nacional (cf. Bielschowsky, 1988, p.96; Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al*, 2010, p.13). Carioca criado em São Paulo, Roberto Cochrane Simonsen descendia duma família de longa tradição no país. Sua formação em engenharia lhe dera o conhecimento técnico para trabalhar em multinacionais e para constituir suas próprias empresas em diversos ramos. Em 1928, foi membro fundador do Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp), assumindo a vice-presidência da instituição liderada por Francesco Matarazzo (1854-1937). Grupo que agiria em acordo com o governo no direcionamento industrial do país na década seguinte ³⁷ (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.43).

Revolucionário constitucionalista em 1932, Roberto Simonsen apoiou e dirigiu frentes armadas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Desde então, assumiu uma linha política que o colocou como deputado constituinte em 1933, com mandato até 1937. Com o fim do “Estado Novo”, em 1945, foi eleito senador em 1946, função que exerceu até seu falecimento, em 1948 (cf. Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al*, 2010, pp.13 e 14). Simonsen está na origem dos centros de ensino técnico no Brasil, bem como na formação acadêmica de nível superior para quadros administrativos do comércio e da indústria. Manteve-se como professor e diretor desses polos de irradiação de sua visão empreendedora até falecer, em 1948. Roberto Simonsen foi considerado uma referência para o pensamento educacional e industrial à época e seus esforços se refletem amplamente ainda hoje (cf. Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al*, 2010, p.14).

As ideias de Simonsen voltadas para o protagonismo estatal no impulso de industrialização couberam bem no modelo ligado ao “Estado Novo”. A “mão de ferro” do regime caiu sobre os movimentos populares e afastou a ameaça da revolução comunista. Contornado o medo dos investidores nacionais, o dirigismo estatal apontou o caminho para os empreendedores oriundos das oligarquias cafeicultoras. Roberto Simonsen, nesse sentido, representando os interesses de organizações patronais industriais, ajudou a formar essa corrente “ideológica industrial” sob vigoroso fomento do Estado. Protecionismo e incentivos formaram pilares de segurança para a consolidação de um parque produtivo moderno ³⁸. “Entre 1941 e 1947 o produto real pôde crescer de 5,1% ao ano, a componente industrial aumentando, em média, de 6,5% anuais” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.5).

As ideias inovadoras de Roberto Simonsen, para o Brasil dos anos de 1930, vinham de estudos prolongados de filósofos industrialistas, muitas vezes citados pelo próprio, como o alemão Georg Friedrich List (1789-1846) e o romeno Mihail Manoilescu (1891-1950). List, cuja obra consiste em “desmontar o liberalismo smithiano”, focava na construção dum “sistema nacional de desenvolvimento”. Defendia a produção industrial como uma das mais fortes expressões de nacionalismo e entendia que ao Estado cabia um papel fundamental na proteção da “indústria infante”. Termo que forjou para designar os primeiros momentos de transição da matriz agrícola para a industrial (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.49). “Toda minha estrutura está baseada na natureza da nacionalidade, a qual é o interesse intermediário entre o indivíduo e a humanidade inteira” (List, 1983, p.5). Em outra abordagem, contemporâneo de Roberto Simonsen, Manoilescu assumiu a liderança no discurso pelo planejamento industrial em seu país. Com base em observações estatísticas, apresentou o descompasso entre a força comercial de nações de indústria forte e aquelas que se

encontravam em fase industrial incipiente. Um fator de desequilíbrio que não poderia ser superado sem uma forte intervenção do Estado por meio de protecionismo e incentivos. “O protecionismo representa um dos mais consideráveis fenômenos da vida moderna [...] é um ato de vontade, decorrente de medidas conscientes do Estado” (Manoiesco, 1931, pp.11 e 12). No Brasil, Manoiesco teve sua obra traduzida pelo Ciesp, muito provavelmente por iniciativa do próprio Roberto Simonsen, que se identificava com seu correlato romeno (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.51).

Para Roberto Simonsen estava claro que o Estado possuía uma função essencial para o desenvolvimento da “indústria infante”. Mais além, deveria garantir um mercado estável para que essa indústria pudesse se consolidar. O Brasil apresentava características favoráveis para o estabelecimento dessa linha, uma vez que, desde 1933, dava sinais positivos de recuperação e de consolidação de mercado. Em 1946, por meio dum planejamento econômico de longo prazo, o “Plano Salte”, pela primeira vez, o rendimento da produção industrial ultrapassava o da produção agrícola no Produto Interno Bruto nominal (PIBn). “O ‘Plano Salte’, preparado durante 1946 e 1947 e apresentado ao Congresso pelo Presidente Dutra em 1948, foi de longe o mais significativo desses esforços (de planejamento)” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.53). Uma marca histórica que mostrava que o programa, iniciado havia mais de quinze anos por Roberto Simonsen e seus “correligionários”, havia dado frutos (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.63).

Entre 1947 e 1956, dentro dessa política de desenvolvimento liderada pela industrialização substitutiva de importações, o produto real cresceu de 6,4% ao ano em média. A taxa de expansão da agricultura não foi particularmente brilhante – 3,9% ao ano – mas a do setor secundário atingiu a média anual de 8,8%. Dessa feita a industrialização não mais se limitou à ampliação das atividades tradicionais, mas se aprofundou na produção de matérias-primas e bens de capital que até então eram exclusivamente supridos por importações (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.5).

Grande crítico de Roberto Simonsen, Eugênio Gudin Filho (1886-1986) afirmava que o controle estatal deveria “deixar espaço” para se acelerar a modernização do país. Os sucessos alcançados pelas políticas públicas nacional-desenvolvimentistas, segundo Gudin, eram “ridículos” frente às forças do livre-mercado (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al.*, 2010, p.67). Gudin era engenheiro de formação, especializado em economia, ficou para a História como o “pai do monetarismo” no Brasil, “[...] o mais conhecido e mais reputado de nossos cientistas sociais” (Campos, 1987, p.358). Igualmente oriundo de uma grande família, sua ascendência francesa não escondia seu caráter vincado e sua leitura mordaz do cotidiano “capaz de combinar a um tempo a intensidade do raio *laser* e a alegria cromática do arco-íris” (Campos, 1987, p.359). Trabalhou por mais de trinta anos em grandes empresas multinacionais de origem anglo-americana e foi, desde a década de 1920, um publicista de opinião em jornais cariocas. Como acadêmico, em 1941, foi o responsável direto pela criação do primeiro curso de economia no Brasil e, com o professor Octavio Gouveia de Bulhões (1906-1990), foi o redator da lei que estabeleceu essa cadeira junto ao Ministério da Educação no Governo Vargas.

Em 1944, Gudin chefiou a representação do Brasil na “Conferência de *Bretton Woods*” e, no mesmo ano, participou da criação da “Fundação Getúlio Vargas” junto com o Professor Luiz Simões Lopes (1903-1994). Instituição de ensino superior da qual Gudin foi o Vice-presidente por dezesseis anos ³⁹ (*cf.* Campos, 1987, pp.358 e 359; *cf.* Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al.*, 2010, p.16). Como Ministro da Fazenda de 1954 a 1955, Gudin constituiu políticas monetaristas focadas no equilíbrio econômico por meio da redução de gastos públicos, da retração da base monetária e da restrição ao crédito. Medidas que levaram a uma crise no setor produtivo, mas que corrigiram distorções mantidas com recursos públicos. “Estabeleceu duas rígidas prioridades – combater a

inflação e corrigir a insolvência cambial” (Campos, 1968, p.147). Ao sanar os “maus hábitos” do mercado interno, angariou respeito de agências internacionais de crédito e, concomitantemente, realizou alterações na legislação relativa à entrada de investimentos estrangeiros. Ao reduzir o protecionismo e a burocracia, permitiu a instalação de novas multinacionais que não tardaram a se interessar pelo mercado brasileiro (cf. Campos, 1969a, p.322). As novas linhas de investimento e a desburocratização promovidas por Gudin, resultaram em recursos que seriam utilizados pelo Governo Kubitscheck (1956-1961) na consolidação industrial do Brasil. Um governo contra o qual Gudin fez oposição sistemática, ao repudiar a construção de Brasília e ao condenar o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (cf. Gentil & Teixeira *in* Gentil *et al*, 2010, p.17).

Mesmo a maioria dos economistas brasileiros tendo admitido o keynesianismo nos idos de 1940, a obra literária de Gudin se destacou por ir na direção contrária. Denunciou a intervenção do Estado na Economia e apontou a necessidade do equilíbrio fiscal como forma de controlar pressões inflacionárias ⁴⁰ (cf. Campos, 1987, p.363; cf. Bielschowsky, 1988, p.44). A teoria econômica de Gudin se calca, entre outras, nas obras do francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), do canadense Jacob Viner (1892-1970) e do austríaco Gottfried von Haberler (1900-1995). O economista francês se denota, para Gudin, como um dos “pais fundadores” do liberalismo. Na linha de Adam Smith, vai além do escocês, ao demonstrar a “Lei de Say” em que a oferta cria sua própria demanda. Um axioma que enfraquece a ideia de “valor trabalho” (teoria criada por Smith e explorada por Marx) na composição agregada de preços ao consumidor, sendo esse “valor trabalho” substituído pelo “valor utilitário” de bens e serviços, numa linha mais “ricardiana” (cf. Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.74). “Depois de compreender que a demanda dos produtos em geral é tão maior quanto mais alta for a produção,

verdade estabelecida, não obstante seu aspecto paradoxal, não deve exigir muito esforço saber para que ramo da indústria é desejável que a produção se dirija” (Say, 1983, p.142). Viner, por sua vez, membro da “Escola de Chicago”, foi um economista com notórias contribuições à história do pensamento econômico e à “teoria da firma”, constituindo as bases do estudo da microeconomia. Especializou-se no comportamento do comércio internacional, argumentando a favor do livre-mercado e do ajuste harmônico das economias (cf. Gentil & Teixeira in Gentil et al, 2010, p.18). “[...] o livre-mercado opera sempre, portanto, para aumentar a renda real nacional” ([...] *free trade always operates, therefore, to increase the national real income*) (Viner, 2017, p.534). Já o economista austríaco, von Haberler, apresentado a Gudin após “Bretton Woods”, em 1944, aprofundou-se, da mesma forma que Viner, na área de estudo do comércio internacional. Desenvolveu a teoria das vantagens comparativas em termos de custo de oportunidade (benefício perdido por uma determinada escolha) (cf. Gentil & Teixeira in Gentil et al, 2010, p.18). “A única teoria realmente sistemática do comércio internacional que possuímos é a chamada ‘teoria clássica’” (“*The only really systematic theory of international trade we possess is the' so-called classical*”) (von Haberler, 1936, p.3). Não ecoando diretamente suas fontes, Gudin adaptou os textos de Say, de Viner e de von Haberler à realidade brasileira. Sendo assim, levou teorias econômicas “liberais” a uma abordagem mais adequada a “países em via de desenvolvimento”, à época chamados de “terceiro mundo” ou de “subdesenvolvidos” ⁴¹ (cf. Campos, 1963, pp. 9 e 10; cf. Gentil & Teixeira in Gentil et al, 2010, p.19).

Em duas ocasiões, Gudin teve a oportunidade de exercer uma forte influência sobre a economia brasileira. Diretamente sob o governo Café Filho (1954-1955), e indiretamente, por intermédio de Otávio de Bulhões e de Roberto Campos, ao longo do governo Castelo Branco (1964-1967). Participações que deram bases para a aceleração

econômica do Governo Kubitscheck de 1956 a 1961 e para o “Milagre Brasileiro” de 1968 a 1974 (*cf.* Paim, 2018, p.198). Gudin apoiava o Keynesianismo nos momentos de forte crise, entretanto, sabia que em fase de prosperidade, o Estado deveria se retrair ⁴² (*cf.* Bielschowsky, 1988, p.51).

O choque entre as duas linhas de pensamento econômico, o “Nacional-Desenvolvimentismo” de Roberto Simonsen e o “Liberalismo” de Gudin, é parte importante de um grande debate ainda promovido no Brasil. Argumentos marcantes, em que não se vê com exatidão qual é o vencedor. Entre palestras e trocas de correspondência, os dois pensadores da economia brasileira se digladiaram abertamente na defesa de seus argumentos (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.80 e 81). Do ponto de vista da aplicação, da República Oligárquica até a Nova República (a partir de 1985), fica claro que o Nacional-Desenvolvimentismo se manteve como uma opção preferencial. Praticamente todos os governos, de 1930 a 1985, apoiaram-se na lógica desenvolvimentista para sustentar seus programas econômicos. Os liberais, nesse mesmo período, sempre presentes nos círculos de poder, tiveram voz de contraponto aos argumentos em voga (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.129). Mesmo dentro duma lógica bem clara tangente aos princípios de boa gestão do Estado e de combate à inflação, quase sempre o “Liberalismo” foi um “voto vencido” na decisão sobre os rumos do país. Porém, quando teve a oportunidade de assumir o protagonismo, como nos governos Café Filho e Castello Branco apesar das soluções recessivas e impopulares, corrigiu desvios e criou condições mais favoráveis para uma aceleração econômica posterior.

2.8. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.

O presente capítulo responde à questão de estudo de *como se caracteriza a ideologia liberal e esta, no Brasil?*

Nascido da busca de De Tracy para entender, cientificamente, os movimentos políticos do final do século XVIII, o termo “ideologia” foi apropriado pela teoria de Marx e Engels, tornando-se um sinônimo do controle de classes para a organização do trabalho. Contudo, a definição foi desafiada por outros filósofos marxistas que deveriam, *a priori*, defendê-la. Juntando as perspectivas de Mannheim, Gramsci e Althusser, a ideologia seria uma cosmovisão ligada a um grupo de pertença, como instrumento de domínio por meio da busca pela hegemonia política, representando uma forma de pensar atemporal e ilusória.

Na década de 1960, num retorno a uma abordagem mais científica que filosófica, o pensamento ideológico foi apresentado, segundo Geertz, como um “mapa” para a orientação política. Sendo, conforme Wittgenstein, portado pelo vocabulário escolhido, bem como, com Ricoeur, por significados peculiares dados de acordo com um sentimento de pertença. Um conjunto de características que influencia pela proximidade de temas, pela prioridade a assuntos dentro desses temas, pela permeabilidade das ideologias umas com as outras e pela proporcionalidade de cada assunto em seu ambiente.

Nessa abordagem, pode-se dizer que o século XX permitiu muitos experimentos ideológicos que amadureceram dos longos períodos de efervescência revolucionária dos séculos XVIII e XIX. Após a Primeira Grande Guerra, emergiram as macroideologias na reorganização europeia. Dessas, as quatro grandes tendências ao redor das quais se

formou o debate político, o conservadorismo, o fascismo, o liberalismo e o socialismo, deram as tonalidades dos discursos. Após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, o fascismo foi banido, ao passo que o liberalismo e o socialismo se fortaleceram.

Com suas características de atratividade, de comunicabilidade e de simplicidade, as ideologias ressignificam ideias, crenças, opiniões e valores; elas permitem uma maior fluidez na compreensão de propostas e padronizam arranjos sociais. Numa competição pelo domínio político, as ideologias correspondem a lentes de compreensão do mundo à disposição de diferentes grupos sociais. Desse modo e sendo bastante direto, a panóplia ideológica se converte num arsenal de argumentos na luta pelo poder político.

No embate “macroideológico”, atualmente, o Liberalismo se apresenta como o vencedor hegemônico. Não por ser feroz, mas por ser flexível em proximidade e em permeabilidade. Dentro da proporcionalidade, o Liberalismo se converte em tantas variantes quanto forem necessárias para cobrir, praticamente, todo o espectro de debate. Dessa forma, não se trata do “Liberalismo”, mas de “Liberalismos”, em versões que vão do livre-mercado, ao intervencionismo estatal, do conservadorismo moral de linha cristã, à pluralidade de costumes. No entanto, conforme sua prioridade, existe um núcleo duro na “nuvem ideológica” liberal que possibilita um alinhamento de discursos. Inicialmente, que o indivíduo adulto e racional é a fonte de suas próprias decisões. Em seguida, que no respeito às leis e à propriedade privada, entende-se que a empatia é um motor de estabilidade. Dentro dessa linha, a prosperidade para o bem comum civilizacional, mediante a criatividade e o esforço, é um objetivo permanente, na medida em que se torna permeável à toda humanidade. Para esse propósito, os cidadãos devem ter voz ativa no Estado, a fim de se sentirem realmente ligados ao sistema de governo. Por outro lado, para garantir essa representatividade, o Poder Público deve ser limitado por um sistema de controle que docilize os debates internos e a relação do Estado com o

cidadão. Nesse ponto, ainda como meio de vigilância para o aprimoramento do sistema, encontram-se a livre opinião e a liberdade de imprensa, que garantem a crítica sobre oportunidades de melhoria e a publicidade das melhores práticas.

De um ponto de vista histórico, a semente da vontade liberal pode ser delineada no cruzamento da valorização do secular sobre o transcendente católico apontada por Maquiavel, com a demanda por flexibilidade ritualística cristã de Lutero. Assim sendo, as críticas sobre a interferência política da Igreja em assuntos de Estado e a Reforma Protestante despertaram sentimentos voltados à autonomia da pessoa. Para o nascimento do conceito, entende-se que a Revolução Gloriosa de 1688 concedeu ao “protoliberalismo” suas características mais marcantes no constitucionalismo e na liberdade religiosa. Da fusão do contratualismo com o respeito aos direitos naturais que todo ser humano carrega, vislumbrou-se, com Locke, a construção de uma sociedade equilibrada e pautada na defesa da vida, da liberdade e da propriedade. Uma percepção que se espalhou pela Europa Continental, mas nem sempre com a mesma escala de valores. Provas dessa variação se encontram nos resultados questionáveis do Terror Jacobino da Revolução Francesa. Uma experiência republicana calcada na Vontade Geral, que deu ao Estado poderes totalitários assassinos na defesa de uma suposta democracia. Situação já contornada nos EUA, uma década antes, pela visão que abarcava a representação, a separação de poderes e o sistema de freios e de contrapesos.

O “Liberalismo”, assim, é um conceito que carrega uma conotação ideológica como poucos. Com o tempo a carga semântica do termo “liberal”, passou duma referência a algo generoso, à definição política mais próxima da atual colocada pela primeira vez na Península Ibérica, na década de 1810. Ao atravessar o Atlântico, as lutas emancipatórias das possessões continentais americanas determinaram as variações

do conceito de “Liberalismo”, tendo sido antecipada a sua prática e decorrente dela, o seu léxico.

Isso posto, o termo “Liberalismo”, no início do século XIX, condensava a perspectiva mais moderna do conceito, à época, na luta por direitos individuais contra a opressão do Estado. Um embate, desde então, reconhecido como válido, mediante os resultados de sua aplicação, bem como pela sua adaptabilidade no constante desafio a críticas. Além disso, os conceitos “Liberal” e “Liberalismo” foram usados para se referir a correntes de pensamento, a instituições, a partidos, a personagens, e a princípios; elementos cujos conteúdos, lógicas de operação e temporalidades diferiam muito uns dos outros. Como qualquer “conceito-matriz”, o “Liberalismo” foi carregado, desde sua origem, de polissemias e de ambiguidades.

Essa evolução, por meio de estímulos ora convergentes, ora divergentes, fez com que os liberalismos evoluíssem em camadas que conviveram “tensionalmente” e ainda hoje se relacionam. Desse modo, denotam-se cinco principais camadas que servem de modelo didático para se organizar a evolução da ideologia liberal. As duas primeiras caracterizam o Liberalismo Clássico. Com Locke e os Pais Fundadores dos EUA, a primeira se vinca pela luta do indivíduo frente ao poder despótico. Na segunda, com o protagonismo de Smith e de Ricardo, denota-se o livre-mercado em oposição ao intervencionismo estatal na economia. A terceira camada, com destaque a Humboldt e Mill, pode ser considerada “de transição”, em que a preocupação liberal se voltou ao desenvolvimento cultural e moral da pessoa. Demandando-se, assim, a recuperação de valores humanísticos pela separação completa do Estado e da esfera privada. Dessa abordagem, percebeu-se que o usufruto da liberdade só poderia ser considerado satisfatório se compartilhado pelo maior número possível de indivíduos e de preferência, por toda a humanidade. Porém, ao contrário do que se pensava, essa

expansão não poderia se privar dos meios estatais e nesse espírito surgiu a quarta camada com o Liberalismo Social. Este, na esperança de promover o bem comum, colocou o Estado a serviço da pessoa na tentativa de erradicar os “males sociais”. Numa escalada desse conceito, a crise de 1929, com o aprofundamento da escassez, demandou um reforço intervencionista do Estado, na medida em que as ideias de Keynes se tornaram um padrão para o “Mundo Livre”. Após a Segunda Guerra Mundial, os socioliberais expandiram suas políticas públicas a todo o planeta por meio das agências de *Bretton Woods* e em desafio ao sistema rival premente na União Soviética. No desdobramento dessa busca pelo desenvolvimento pleno do indivíduo, de inspiração na quarta camada, a quinta camada elevou o compromisso do Estado com a liberdade de costumes a um novo patamar. Na medida em que se deve promover uma expansão do senso de livre pensar, o pluralismo repercute de maneira a gerar uma esfera de proteção completa às escolhas individuais. Uma vez que se entende o benefício social e criativo dessa pluralidade como uma vantagem frente a qualquer versão de monismo filosófico. Atualmente, no sentido do avanço cultural e moral, vive-se a fase das liberdades de todo tipo frente à vida.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, após trinta anos de pleno sucesso, o modelo socioliberal conheceu seus limites. Os choques do petróleo, em 1974 e em 1979, desafiaram o estado de bem-estar-social do Mundo Livre. Isso, na medida em que o endividamento público e a eficiência dos meios de produção se tornaram entraves para a evolução positiva de diversos indicadores econômicos e de gestão. Dessa constatação, sentiu-se a necessidade de um retorno a conceitos da segunda camada do modelo apresentado, com o movimento “Neoliberal”. Nos princípios da *Mont Pèlerin* e de seu fundador, Hayek, a preocupação com os potenciais de criatividade e com o empreendedorismo gerou uma demanda pelo recuo do intervencionismo estatal

keynesiano. O Neoliberalismo, considerado a versão ideológica mais atual do movimento liberal, possui um núcleo central comum a todas as demais camadas, na medida em que o foco permanece no respeito ao indivíduo, no progresso social e no compartilhamento do sucesso com toda a humanidade. A sua prioridade, contudo, se dá sobre o livre-mercado e a repaginação do papel do Estado. A desburocratização, a descentralização, a desregulamentação e a desestatização constando como focos de sua agenda.

Ao longo das décadas de 1970 e de 1980, por meio da influência de Friedman e da “Escola de Chicago”, o Neoliberalismo abriu espaço no ambiente de debates a ponto de desbancar políticas públicas socioliberais. Nessa nova condição, os EUA e o Reino Unido, tomados pelo keynesianismo, passaram por “tratamentos de choque” na recuperação de sua vantagem comparativa. A “*Reaganomic*” e o “Thatcherismo” são expressões dessa época em que os governos do Presidente Reagan e da Primeira-ministra Thatcher, fizeram suas as metas neoliberais. No sucesso dessas políticas, representantes do novo modelo de gestão econômica assumiram boa parte das cadeiras antes ocupadas por socioliberais nos órgãos internacionais. Consequentemente, o Neoliberalismo foi expandido para o restante do mundo, levando-se sua lógica, no “Consenso de Washington”, para países de grande potencial, mas atrasados política e tecnologicamente.

Com a mudança do paradigma geoestratégico, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a China e a Índia, bem como outros países do Extremo-Oriente, conseguiram decolar economicamente. Uma situação que permitiu a centenas de milhões de pessoas saírem da miséria e de conquistarem melhores condições de vida. Quanto à América Latina e à África, foram tentados esforços similares aos realizados na Ásia. Porém, o endividamento endêmico dos países, bem como suas culturas gerenciais, não

permitiram uma aceleração tão evidente quanto à de seus correlatos asiáticos. Apesar disso, avanços foram feitos e o panorama, num aspecto geral, reagiu positivamente. Tratou-se de uma distribuição de riqueza de importância histórica que garantiu um acréscimo no nível do bem-estar-social planetário, na consolidação de novos polos produtivos e de gigantescos mercados consumidores. Simultaneamente, o “Neoliberalismo de Segunda Onda”, procurou humanizar o sistema de mercado, de maneira a favorecer investimentos ligados aos direitos humanos e ao meio ambiente. Mesmo não se passando muito da fase teórica, implantaram-se boas práticas que agregaram valor a produtos e a serviços. O que prova, pragmaticamente, que o Neoliberalismo mesmo que dirigido ao sucesso do modelo Ocidental, conseguiu, paralelamente, e quase que “colateralmente”, o desenvolvimento econômico e social de toda a humanidade.

O Neoliberalismo também é sujeito a fortes críticas, sobretudo após a crise dos *subprimes* de 2008. Um evento que desafiou todo o sistema econômico global, mas que, mesmo a duras penas, foi contornado pela flexibilidade do mercado e pela reatividade dos Estados. Caracterizando que em situações de grave calamidade ou de crise aguda, o Neoliberalismo aceita a intervenção pública, desde que extraordinária e efêmera.

Isso posto, evidenciam-se as características ideológicas do liberalismo. Seu grau de resistência se deu pela capacidade de adaptação a diversos cenários, seja na exploração de oportunidades, seja no contorno de obstáculos. Dessa feita, como um mapa, as camadas liberais somadas guiam os gestores estatais e privados pelos caminhos das políticas públicas e dos mercados. Ao assumir sua condição hegemônica, ao contrário de outras macroideologias, o liberalismo se manteve tolerante a críticas, visando-se uma constante evolução. Portanto, a ideologia liberal está muito longe de

categorizar um sistema ideal, mas provou ser o menos ruim, na medida em que ainda não se inventou nada mais adequado na gestão das imperfeições humanas.

Feito esse panorama conceitual mais amplo, na Ibero-América, ao longo do século XIX, o “Liberalismo” surgiu carregado de expectativas de transformação da ordem política existente. Uma condição que lhe conferiu um caráter de corrente político-ideológica e, mais que isso, acumulando características de uma atitude vital. Essa onipresença do “Liberalismo” na história da região deve ser encarada com ressalvas em termos analíticos, uma vez que também carrega um aspecto econômico. De partida, sua acepção econômica foi introduzida na Ibero-América pela própria Corte de Portugal com a abertura dos portos luso-brasileiros ao comércio internacional, desfazendo-se a lógica do “pacto colonial”. Uma conotação que, para o restante do continente, adquiriu importância à medida que a situação política se estabilizou após os movimentos de independência. No trânsito de 1810 a 1850, a variedade de partidos autodenominados “liberais” fez com que se perdesse o sentido original que carregava o “macroconceito” na política Peninsular europeia. A amplitude da aplicação prática de “sistemas liberais” na Ibero-América cobriu, paradoxalmente, sistemas oligárquicos e populares, representações restritivas e outras mais inclusivas, a prevalência da monarquia ou a instauração de repúblicas. Uma condição que impede uma definição ampla e abrangente para todo o continente, em que se obriga um estudo caso-a-caso.

No Brasil a situação pós-independência inaugurou a prática de uma das faces do “Liberalismo” ibero-americano. De reino unido a Portugal e Algarve, em 1822, o Brasil se tornou um Império de dinastia europeia. A organização política pode ser considerada “liberal” na medida em que as casas de Bragança e de Habsburgo reinavam constitucionalmente, mesmo prevalecendo a prática socioeconômica retrógrada do escravagismo. Na evolução do país, da Regência ao Segundo Império, consolidou-se a

condição de respeito ao texto constitucional de 1824, na medida em que se preservou a integridade territorial mediante a interferência imperial nos momentos de desordem política. As fraturas causadas pelas questões ligadas à escravatura, às divergências com a Igreja e com as Forças Armadas, levaram ao fim de um longo período de estabilidade sociopolítica. A Proclamação da República, realizada em 1889, provocou a deflagração de diferentes conflitos internos, concluindo-se com os “movimentos tenentistas” da década de 1920 e de 1930. De uma ditadura militar, na República da Espada, passou-se a um sistema oligárquico, “A República Velha”, em que se partilhou o Estado de acordo com os interesses econômicos e políticos de grupos dominantes. As revoluções militares levadas à cabo pela jovem oficialidade, no início do século XX, deram fim a esse sistema e estabeleceram o “Estado Novo”. Uma etapa que se consolidou num fechamento autocentrado focado na recuperação da *débaçle* da crise de 1929. O estabelecimento dum regime de força, em 1937, enfraqueceu todas as formas de “pensamento liberal”, construindo uma política e uma economia voltadas a programas fortemente inspirados no totalitarismo europeu da época. Numa fase de recrudescimento ideológico, denotou-se o fortalecimento de correntes nacionalistas que viam o Estado como o principal articulador da modernidade industrial. Nesse ambiente, destacou-se Roberto Simonsen como um de seus principais defensores. Não sem debates, essa referência ao “Nacional-Desenvolvimentismo” encontrou refrega no “Liberalismo” que, mesmo em baixa, manteve-se vivo, principalmente pela ação de Eugênio Gudin.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e a retomada liberal no Mundo, o Brasil necessitava se inserir melhor no mercado internacional e garantir linhas de financiamento para a manutenção de seus programas de desenvolvimento econômico. Uma condição facilitada mediante posturas monetaristas voltadas ao retraimento do Estado na economia e à desburocratização de sistemas. Medidas mais “liberais”, na

forma em que seus grandes representantes defendiam suas convicções junto aos diferentes governos. Atitudes que fortaleceram conceitos liberais no cenário brasileiro e que prepararam o caminho para a evolução socioeconômica do país ao longo do século XX até hoje.

Assim sendo, as ideias do contratualismo britânico, mescladas ao sonho de liberdade da Revolução Francesa, repercutiram como o próprio eco do futuro. Na consolidação do termo “liberal” na Península Ibérica no início do século XIX, ao revigoramento da liberdade econômica no final do século XX, ocorreu um trânsito que modificou indelevelmente a realidade política do planeta. A ideologia, que se chamou de “Liberalismo”, foi aplicada, à sua maneira, na Ibero-América, adaptando-se às profundas disparidades socioeconômicas presentes. Os ideais de igualdade de direitos e de livre comércio, mesmo fazendo pouco sentido num arranjo social marcado pela ferocidade, resistiram à prova do tempo. Conforme a situação política se estabilizou e o comércio se expandiu, retroalimentando o sistema, o fortalecimento econômico favoreceu a consolidação sociopolítica. Com isso, fica mais claro, que, segundo enunciado por Benjamin Constant de Rebecque, liberdades civis, comerciais e políticas se apoiam mutuamente, na construção de uma sociedade mais equilibrada e a percepção das liberdades passa a ser o “barômetro” de uma Nação. Uma constatação que ecoa pelo tempo, atingindo a realidade ibero-americana em cheio, na medida em que seus indicadores socioeconômicos refletem diretamente a qualidade das opções políticas aplicadas desde o trânsito pós-colonial até a atualidade.

2.9. NOTAS.

01. *A society which in its division of labor and functional differentiation cannot offer to each individual a set of problems and fields of operation in which full initiative and individual judgment can be exercised, also cannot realize a thorough-going individualistic and rationalistic Weltanschauung which can aspire to become an effective social reality* (Mannheim, 1954, p.32).

02. [...] *the school (but also other State institutions like the Church, or other apparatuses like the Army) teaches 'know-how', but in forms which ensure subjection to the ruling ideology or the mastery of its 'practice'. All the agents of production, exploitation and repression, not to speak of the 'professionals of ideology' (Marx), must in one way or another be 'steeped' in this ideology in order to perform their tasks 'conscientiously' – the tasks of the exploited (the proletarians), of the exploiters (the capitalists), of the exploiters' auxiliaries (the managers), or of the high priests of the ruling ideology (its 'functionaries') etc.* (Althusser in Žižek, 2012, pp.124 e 125).

03. *The effacement of the ostensive and descriptive reference liberates a power of reference to aspects of our being in the world that cannot be said in a direct descriptive way, but only alluded to, thanks to the referential values of metaphoric and, in general, symbolic expressions* (Ricoeur, 1976, p.37).

04. *Une idéologie particulière peut être opposée à l'idéologie en général, qui n'est pas une forme historique mais une structure permanente, tout comme l'inconscient freudien*

[...] C'est la faculté de créer cette situation intermédiaire et artificielle qui donne à l'expérience [...] son efficacité. Une fois de plus, je me demande si, par exemple, une analyse, par la critique de l'idéologie, de l'appartenance de classe peut jouer un rôle analogue à cette situation transférentielle [...] Cette mémoire permanente des hommes et des événements fondateurs est donc une structure idéologique qui peut fonctionner positivement comme structure d'intégration (Ricoeur, 1997, pp.180, 328 e 345).

05. Liberals will share some elements of their thinking with extensive neighbouring ideological families such as conservatism, socialism, or anarchism (Freedon, 2015, p.57).

06. A commonwealth is said to be instituted, when a multitude of men do agree, and covenant, every one, with every one [...] the end of this institution, is the peace and defense of them all; and whosoever has right to the end, has right to the means; [...] and to do whatsoever he shall think necessary to be done, both beforehand, for the preserving of peace and security (Hobbes, 1998, pp.115 e 118).

07. If therefore we set aside everything that is not essential to the social pact, we shall find that it may be reduced to the following terms. Each of us puts his person and all his power in common under the supreme direction of the general will; and we as a body receive each member as an indivisible part of the whole (Rousseau, 1999, p.55).

08. The interest of the man must be connected with the constitutional rights of the place. It may be a reflection on human nature, that such devices should be necessary to control the abuses of government. But what is government itself, but the greatest of all

reflections on human nature? If men were angels, no government would be necessary. If angels were to govern men, neither external nor internal controls on government would be necessary. In framing a government which is to be administered by men over men, the great difficulty lies in this: you must first enable the government to control the governed; and in the next place oblige it to control itself. A dependence on the people is, no doubt, the primary control on the government; but experience has taught mankind the necessity of auxiliary precautions (Madison in Hamilton & Jay & Madison, 2001, p.269).

09. *Je veux imaginer sous quels traits nouveaux le despotisme pourrait se produire dans le monde: je vois une foule innombrable d'hommes semblables et égaux qui tournent sans repos sur eux-mêmes pour se procurer de petits et vulgaires plaisirs, dont ils emplissent leur âme. [...] Au-dessus de ceux-là s'élève un pouvoir immense et tutélaire, qui se charge seul d'assurer leur jouissance et de veiller sur leur sort. il est absolu, détaillé, régulier, prévoyant et doux. Il ressemblerait à la puissance paternelle si, comme elle, il avait pour objet de préparer les hommes à l'âge viril; mais il ne cherche, au contraire, qu'à les fixer irrévocablement dans l'enfance; [...] C'est ainsi que tous les jours il rend moins utile et plus rare l'emploi du libre arbitre [...] Après avoir pris ainsi tour à tour dans ses puissantes mains chaque individu, et l'avoir pétri à sa guise, le souverain étend ses bras sur la société tout entière; [...] il réduit enfin chaque nation à n'être plus qu'un troupeau d'animaux timides et industrieux, dont le gouvernement est le berger (Tocqueville, 2002, p.146).*

10. *Dans les siècles d'incrédulité, il est donc toujours à craindre que les hommes ne se livrent sans cesse au hasard journalier de leurs désirs et que, renonçant entièrement à*

obtenir ce qui ne peut s'acquérir sans de longs efforts, ils ne fondent rien de grand, de paisible et de durable (Tocqueville, 2002, p.148).

11. [...] *if there is one aspect of development more than any other which owes its highest beauty to freedom, it is precisely the cultivation of character and morals; then the justice of the following principle will be sufficiently obvious: that the State must wholly refrain from every attempt to operate directly or indirectly on the morals and character of the nation [...]* (Humbolt, 1969, p.81).

12. A *Magnum Opus* de John Maynard Keynes, “*The General Theory of Employment, Interest and Money*”, foi publicada em 1936 no auge da Grande Depressão. O livro ganhou destaque instantâneo porque desafiou com sucesso as ideias liberais clássicas sobre como as economias modernas funcionavam. As ideias keynesianas provaram ser cruciais no desenvolvimento do quadro teórico da “macroeconomia”. Esse novo campo proclamava que era possível aos governos nacionais agregar dados e prever as crises econômicas com antecedência, propondo o uso de várias políticas para intervir e fazer ajustes na economia. Especificamente, os governos deveriam aumentar os gastos públicos durante as recessões econômicas para estimular o crescimento e reduzir os gastos durante os períodos de expansão para manter a inflação sob controle. As ideias keynesianas dominaram a macroeconomia até o surgimento das doutrinas neoliberais no início dos anos 1970 (Roy & Steger, 2010, p.09).

13. *The political problem of mankind is to combine three things: Economic Efficiency, Social Justice, and Individual Liberty. The first needs criticism, precaution, and technical knowledge; the second, an unselfish and enthusiastic spirit which loves the*

ordinary man; the third, tolerance, breadth, appreciation of the excellencies of variety and independence, which prefers, above everything, to give unhindered opportunity to the exceptional and to the aspiring (Keynes, 1963, p.344).

14. *The liberty which is good is not the liberty of one gained at the expense of others, but the liberty which can be enjoyed by all who dwell together, and this liberty depends on and is measured by the completeness with which by law, custom, or their own feelings they are restrained from mutual injury (Hobhouse, 1911, p.98).*

15. *The liberal interpretation of the two principles seeks, then, to mitigate the influence of social contingencies and natural fortune on distributive shares. To accomplish this end it is necessary to impose further basic structural conditions on the social system. Free market arrangements must be set within a framework of political and legal institutions which regulates the overall trends of economic events and preserves the social conditions necessary for fair equality of opportunity (Rawls, 1999, p.63).*

16. *I shall call the “negative” sense, is involved in the answer to the question “What is the area within which the subject - a person or group of persons - is or should be left to do or be what he is able to do or be, without interference by other persons?” The second, which I shall call the “positive” sense, is involved in the answer to the question “What, or who, is the source of control or interference that can determine someone to do, or be, this rather than that?” The two questions are clearly different, even though the answers to them may overlap (Berlin, 2002, p.169).*

17. *We hold these Truths to be self-evident, that all Men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty, and the Pursuit of Happiness—That to secure these Rights, Governments are instituted among Men, deriving their just Powers from the Consent of the Governed, that whenever any form of Government becomes destructive of these Ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its Foundation on such Principles, and organizing its Powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness* (USA, c2020, ourdocuments.gov).

18. Se a crise tem raízes antigas, foi ela ativada por um fator político recente: a formação da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), por iniciativa da Venezuela, em 1960. Como mais de 60% das reservas mundiais pertencem aos países membros da OPEP, possuem eles considerável poder oligopolístico. Isso lhes possibilitou aumentar a participação dos países produtores de 18% por barril em 1948, para 32% em 1952, 50% em 1960 e 70% em 1972. Com isso aumentaram os custos de produção, particularmente no Oriente Médio, forçando-se uma alta na média internacional de preços. Anteriormente, os altos custos da produção em outras áreas – 1,31 cents nos Estado Unidos, cerca de 80 centavos na Indonésia e Rússia, 50 centavos na Venezuela – eram compensados pelo baixíssimo custo de produção – 10 centavos por barril no Oriente Médio. O efeito da crise de energia é mundial, mas a gravidade do impacto é diferenciado. Sofrem mais os dois extremos da escala – de um lado os Estado Unidos, superindustrializado, e, do outro, os países subdesenvolvidos. Aquele porque se vê submetido a um duplo impacto: alta dos preços e aumento de proporção importada [...]. Os países subdesenvolvidos não petrolíferos, cronicamente carentes de divisas e

necessitados de acelerar a sua industrialização, serão talvez os mais feridos pelo encarecimento de energia (Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.31 e 32).

19. *Most planners who have seriously considered the practical aspects of their task have little doubt that a directed economy must be run on more or less dictatorial lines. That the complex system of interrelated activities, if it is to be consciously directed at all, must be directed by a single staff of experts, and that ultimate responsibility and power must rest in the hands of a commander-in-chief, whose actions must not be fettered by democratic procedure [...] (Hayek, 2006, p.91).*

20. *In my opinion it is a grand book. We all have the greatest reason to be grateful to you for saying so well what needs so much to be said. You will not expect me to accept quite all the economic dicta in it. But morally and philosophically I find myself in agreement with virtually the whole of it; and not only in agreement with it, but in a deeply moved agreement [...]. Moderate planning will be safe if those carrying it out are rightly orientated in their own minds and hearts to the moral issue. This is in fact already true of some of them. But the curse is that there is also an important section who could almost be said to want planning not in order to enjoy its fruits but because morally they hold ideas exactly the opposite of yours, and wish to serve not God but the devil [...] what we need is the restoration of right moral thinking—a return to proper moral values in our social philosophy (Keynes *in* Moggridge & Robinson, 2012b, pp.385 e 387).*

21. *Every extension of the regulative policy involves an addition to the regulative agents – a further growth of officialism and an increasing power of the organization formed of*

officials. [...] Judge what must under such conditions become the despotism of a graduated and centralized officialism, holding in its hands the resources of the community, and having behind it whatever amount of force it finds requisite to carry out its decrees and maintain what it calls order (Spencer, 1960, pp.35 e 49).

22. *Economic arrangements play a dual role in the promotion of a free society. On the one hand, freedom in economic arrangements is itself a component of freedom broadly understood, so economic freedom is an end in itself. In the second place, economic freedom is also an indispensable means toward the achievement of political freedom* (Friedman, 2002, p.08).

23. O segundo choque do petróleo foi iniciado em fevereiro 1979 como resultante econômica da revolução islâmica no Irã (*cf.* Chagas, 2015, p.187).

24. Nesse contexto, os líderes dos movimentos de independência, ou mesmo os membros das oligarquias locais, eram atores que possuíam uma cultura transatlântica e miscigenada – características locais mescladas com vivências europeias e norte americanas. Experiências heteróclitas que formaram personagens como o General Simon Bolívar ou o Imperador D. Pedro I (*cf.* Sebastián *in* Sebastián, 2012a, pp.15 e 16).

25. Numa visão ampla, do final século XV ao final do século XX, a Ibero-América experimentou três grandes mudanças de regime, todas facilitadas por forças nacionais e internacionais (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.163 e 164). A primeira grande transformação ocorreu durante a conquista na virada do século XV e séculos XVI. Os

colonizadores espanhóis e portugueses substituíram os governantes indígenas em apenas quatro décadas (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.164 e 165). A guerra na Europa detonou o segundo ciclo no início do século XIX. Por meio das batalhas pela independência, os ibero-americanos suplantaram o absolutismo externo com repúblicas em menos de duas décadas. Criaram seus governos a partir de exemplos vindos dos Estados Unidos, da França e da Espanha, principalmente (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.166 a 168). Mais tarde, na segunda metade do século XIX, o republicanismo oligárquico na Ibero-América refletiu a estabilização das economias de exportação e a imitação dos sistemas políticos dos anglo-americanos e Europeus continentais. Outra mudança de menor magnitude foi realizada por meio de golpes militares na década de 1930, após a “Grande Depressão”. Uma ondulação ainda menor trouxe a breve abertura para a democracia e a “esquerda” em meados da década de 1940, no final da Segunda Guerra Mundial (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.168 e 169). A terceira grande onda ocorreu do final dos anos 1970 em diante. A crise da dívida externa e outras tendências internacionais aceleraram a derrubada de quase todos os regimes autoritários da Ibero-América em pouco mais de duas décadas. Assim, foram estabelecidas, em grande parte dos países, sistemas constitucionais, republicanos e representativos de governo (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.169 e 170).

26. Para se qualificar como uma democracia, um sistema político tem que selecionar seus principais líderes por meio de eleições regulares, razoavelmente participativas e livres. Também tem que respeitar as liberdades civis de maneira a realizar esses procedimentos (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.116 e 117). Na Ibero-América, oligarcas preferiram “democracias protegidas”, com limites formais e informais estritos de participação e programas para a maioria sem privilégios. Em contraste, muitos

reformadores defenderam “democracias populares”, com ênfase em um papel maciço para a população economicamente desfavorecida na seleção de governos e na obtenção de benefícios (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.92 e 93).

27. A ruptura do comércio e das finanças globais com a “Grande Depressão”, no início da década de 1930, descreditou o sistema oligárquico de governo e facilitou as ditaduras. A Depressão e a Segunda Guerra Mundial também impulsionaram a industrialização por substituição de importações, o que favoreceu a expansão dos setores médios e do trabalho urbano – todos em busca de inclusão política, às vezes, por meios democráticos (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.173 a 176).

28. Mesmo que muitas vezes sejam violadas, essas Constituições precisam ser consideradas. Elas incorporaram o pensamento e as aspirações políticas, revelaram problemas que seus autores tentavam resolver e ganharam força com o tempo. Quase independentemente das disposições, o destino da maioria das Constituições dependia do consenso entre as elites em conflito. Os redatores “conservadores” de Constituições se preocupavam mais com a anarquia e os “liberais”, com a tirania (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 1326 e 1327). Dessa forma, a “Constituição nominal” era a versão escrita completa, ao passo que a “Constituição real” consistia nas disposições escritas e não escritas que estavam verdadeiramente em operação. Como os poderes escritos do presidente para governar e o poder não escrito dos militares para derrubar governos ilegítimos e incompetentes (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc.469 a 471).

29. A iniciativa de fundação do “Colégio de Nobres”, as intervenções na Universidade de Coimbra, bem como a criação da Escola de Comércio, consolidaram a abordagem

científica (liberal, vista do Brasil-Colônia) na juventude aristocrática portuguesa e luso-brasileira. Comparando-se esse novo ensino com o de linha jesuítica, houve uma sustentação considerável da visão “pombalina” como uma forma de afastar o dogmatismo religioso da formação acadêmica e da vida do súdito (*cf.* Paim, 2018, pp.32 e 33; *cf.* Santos, 1998, pp.13 e 14).

30. O conservadorismo, em seus traços políticos mais abrangentes, delineia-se em cautela frente a utopias revolucionárias ou reacionárias; calca-se na percepção do mundo como ele é, não com o ele deveria ser; e assimila a assertividade de propostas pela sua continuidade no tempo (*cf.* Coutinho, 2014, pp.24, 25, 39, 45, 57 e 58).

31. Como “federalismo”, entende-se uma circunstância que se refletiu na ausência de intervenção estatal no setor econômico, bem como na distribuição de autonomia para Municípios e Províncias, posteriormente nomeadas Estados Federativos (*cf.* Lynch, 2014, p.228; *cf.* Paim, 2018, pp.157, 158 e 201).

32. Apesar duma motivação independentista, entendia-se que deveria ser feita de forma a centralizar o governo em torno duma figura monárquica que representasse o interesse de todos os homens livres. Ao passo que um parlamento serviria de interlocutor entre os diferentes grupos de interesse e o próprio monarca. Uma organização que evitasse a anarquia, garantindo uma estabilidade social diametralmente oposta ao que se via em todo o território da América Espanhola nesse mesmo período (*cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, p.93).

33. Para atingir uma estabilidade política, desenvolveu-se uma legislatura institucionalizada, mas submissa. Uma abordagem que garantiu o constitucionalismo e a representação parlamentar, mas foi impermeável às baixas camadas da sociedade (*cf.* Drake, 2009, Kindle: Loc. 1447 e 1448; *cf.* Faoro, 1987, p.44; *cf.* Lynch, 2014, p.211; *cf.* Paim, 2018, p.25 e 103; *cf.* Santos, 1998, p.22). Nesse ambiente, a nova geração de liberais representou a evolução do discurso. Assumindo uma posição mais “central” no debate político da época, criou-se um “liberalismo doutrinário” (*cf.* Lynch, 2017, p.331; *cf.* Paim, 2018, p.102). Abriu-se o governo à escuta da oposição, sob um sistema de partidos (*cf.* Lynch, 2017, p.334) e se convergiu com as tendências políticas majoritárias do Parlamento para a composição ministerial (*cf.* Lynch *in* Sebastián, 2012, pp.97 e 98).

34. [...] na falta de um ponto qualquer na base, onde o sistema pudesse se apoiar, ele só poderia se organizar de cima, a partir da legitimidade democrática de que a monarquia hereditária havia sido investida. Daí a centralidade adquirida pelo “Poder Moderador” da Coroa, forma estrutural de controle constitucional criada por Benjamin Constant de Rebecque que se tornara o pivô da estabilidade brasileira, ao proporcionar, do alto, a filtragem de uma liderança política relativamente autônoma das oligarquias e uma alternância artificial, mas eficaz, entre os partidos políticos (Lynch, 2014, p.211).

35. É interessante ressaltar que o Poder moderador havia sido extinto oficialmente. No entanto, na prática, ele foi transferido da autoridade imperial para as Forças Armadas, com o Exército abarcando a totalidade desse dispositivo. Trata-se de uma questão mal concluída, uma vez que a própria Proclamação da República, bem como as intervenções das Forças Armadas na política brasileira seriam uma continuidade maquiada desse instituto imperial (*cf.* Lynch *in* Lynch *et al*, 2019, p.31).

36. A indústria de substituição parecia responder a essa questão, mas o custo de se investir numa nova matriz econômica parecia pouco atraente. Uma vez que a importação sistemática de bens de consumo, realizada com o superávit das exportações agrícolas, desestimulava o desenvolvimento de indústrias nacionais (*cf.* Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, pp.41 e 42).

Começamos, pois, em 1920. Nesse ano a população brasileira era pouco inferior a 27 milhões de habitantes (220 milhões em 2023). Em moeda de poder aquisitivo de 1965, a renda *per capita* devia ser da ordem dos 130 dólares anuais (US\$1.200,00 em 2023), talvez com menores desigualdades regionais do que hoje, mas certamente com acentuadas diferenças pessoais. Cerca de 70% da população ativa vivia na agricultura. A indústria ainda engatinhava, limitando-se à produção de bens de consumo corrente, principalmente no setor têxtil e no de produtos alimentares. O consumo do cimento se limitava a 173mil toneladas anuais, o de ferro-gusa, a 85mil toneladas, ambos inteiramente supridos por importações. A potência elétrica instalada não ia além de 367 mil Kw, E o país era fortemente dependente de comércio com o exterior, as exportações representando 17% e as importações 20% do produto interno bruto (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.3).

37. Os poucos industriais de São Paulo, a maioria deles oriunda do meio rural, organizavam-se, desde 1894, sob o “guarda-chuva” da Associação Comercial. A entidade reunia todo tipo de dirigentes empresariais, independentemente de sua atividade. A hegemonia cabia aos comerciantes. A supremacia foi questionada em 1927, quando alguns industriais lançaram uma chapa [...]. O facto expressava o desenvolvimento do ramo. As lideranças da situação, vinculadas aos negócios de

importação, não aceitaram a disputa e abriu-se uma dissidência na entidade. Como resultado, em março de 1928, a minoria lançou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) [...]. Somente em 1937, seria fundada a Federação da Indústria Paulista (FIP), mais tarde denominada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (Maringoni *in* Gentil *et al*, 2010, p.43).

38. Dentro do princípio delineado por Carl Landauer (1891-1983), “planejamento pode ser definido como uma orientação das atividades econômicas por um órgão público (comunal) mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos bem como em qualitativos, os processos produtivos que devam ser realizados ao longo de um período futuro determinado. Para se atingir o objetivo principal do planejamento, esses procedimentos devem ser escolhidos e determinados de forma a se assegurar a utilização plena de recursos disponíveis e se evitar premissas contraditórias, possibilitando-se um crescimento estável” (*Planning can be defined as a guidance of economic activities by a communal organ through a scheme which describes, in quantitative as well as qualitative terms, the productive processes that ought to be undertaken during a designated future period. To achieve the main purpose of planning, these processes must be chosen and designated that they secure the full use of resources and avoid contradictory requirements, making a stable rate of progress possible*) (Landauer, 1947, p.13).

Por sua vez, o pensador industrialista polonês Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1902-1985) entendia a necessidade de um *big push* ou grande impulso estatal, para a formação dum parque industrial em países de matriz agrícola. Um forte estímulo a ser

dado de forma ampla, em que a diversidade de produção garantiria sua autossustentação (cf. Rosenstein-Rodan *in* Agarwala & Singh, 1969, pp.253 e 254).

A palavra “planejamento” tem sido usada no Brasil de forma livre e imprecisa, abrangendo tanto o microplanejamento setorial como o planejamento macroeconômico mais integrado. Seria talvez conveniente maior esforço de precisão semântica, pela diferenciação entre simples *declarações de política, programas de desenvolvimento e planos de desenvolvimento*. No primeiro caso, ter-se-ia uma simples enunciação de uma estratégia e metas de desenvolvimento. Um programa de desenvolvimento compreenderia, além da definição de metas, a atribuição de prioridades setoriais e regionais e a formulação de incentivos e desincentivos relacionados com essas prioridades. Um plano de desenvolvimento avançaria ainda mais pela especificação de um cronograma de implementação, pela designação do agente econômico (público e privado) e pela alocação de recursos financeiros e materiais. A Palavra “Projeto” seria reservada ao detalhamento operacional de planos ou programas (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.47).

Os primeiros esforços de planejamento no Brasil datam da II Guerra Mundial e foram provocados, principalmente, pela escassez e gargalos característicos da economia de guerra. Mobilizou-se a cooperação internacional para melhorar o sistema de transporte e facilitar o acesso a matérias-primas. O centro dos esforços de planejamento era então o recém-criado Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), onde um certo número de funcionários tinha recebido treinamento em administração pública, vários deles no exterior, notadamente nos Estados Unidos. Os primeiros três planos de investimento preparados no Brasil – o Plano Quinquenal de Obras e Reparcelamento

da Defesa Nacional (1942), O Plano de Obras (1943) e o Plano Salte (1946/1950) – tiveram sua origem em ideias de técnicos do DASP (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.52).

De muito maior significação para a evolução do planejamento no Brasil foi o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento, estabelecida em dezembro de 1949, que funcionou entre 1950 e 1953. As maiores contribuições da Comissão Mista foram a identificação dos “pontos de estrangulamento”, que reclamavam investimentos prioritários; a promoção da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que seria o agente para a canalização de recursos externos e para o levantamento (através de um mecanismo de tributação e empréstimo compulsório) dos fundos necessários para gastos locais dos planos de investimento; e a aplicação local da técnica de estudo de viabilidade, e de formulação e avaliação de projetos de investimento tanto públicos como privados (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.53).

Ainda que a implementação de sucessivos planos no Brasil tenha sido volátil e descontínua, tem havido continuidade no esforço de formulação de planos ao nível nacional e regional. Começando com escopo muito limitado – alguns setores-chave de investimento governamental – o esforço gradualmente se expandiu para abranger o planejamento setorial na indústria, cujo principal agente seria a iniciativa privada, e em seguida, aspectos macroeconômicos, como as políticas monetárias, fiscal, cambial e salarial. A oposição à ideia de planejamento, por infensa ao desenvolvimento capitalista ou eivada de conotações socialistas ou autoritárias, amainou a ponto de se tornar politicamente imprescindível perfilar algum esquema de planejamento. A expressão

“Planejamento” assumiu em realidade qualidade de “mística”, contemplada com um misto de entusiasmo e ingenuidade. Assim, o Presidente Juscelino Kubitschek (1956/1961) auferiu consideráveis dividendos políticos de seu “Programa de Metas”; Jânio Quadros foi levado a estabelecer uma Comissão de Planejamento em 1961; João Goulart procurou conquistar respeitabilidade junto aos grupos empresariais e à classe média através do Plano Trienal, prontamente abandonado quando suas consequências pareceram inapetitosas (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.48).

39. O principal núcleo de militância intelectual dos economistas neoliberais foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pouco depois de sua criação, em 1944, os economistas Eugênio Gudín e Octavio Gouvêa de Bulhões lograram formar uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) (Bielschowsky, 1995, pp.38 e 39).

40. A doutrina liberal de hoje pode ser definida como a de abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base (Gudín, 1965, p.366).

41. Em 1951, em uma revista brasileira, falei de três mundos, mas sem usar a expressão “Terceiro Mundo”. Este termo, eu o criei e usei pela primeira vez ao escrever no semanário francês “*l'Observateur*” de 14 de agosto de 1952. O artigo terminava assim: “porque finalmente, esse Terceiro Mundo ignorado, explorado, desprezado como o Terceiro Estado, também quer ser alguma coisa”. Assim, transpus a famosa frase de *Sieyès* sobre o Terceiro Estado durante a Revolução Francesa. Não acrescentei (mas às

vezes dizia em tom de brincadeira) que se podia assimilar o mundo capitalista à nobreza e o mundo comunista ao clero (*En 1951, j'ai, dans une revue brésilienne, parlé de trois mondes, sans employer toutefois l'expression "Tiers Monde". Cette expression, je l'ai créée et employée pour la première fois par écrit dans l'hebdomadaire français "l'Observateur" du 14 août 1952. L'article se terminait ainsi : "car enfin, ce Tiers Monde ignoré, exploité, méprisé comme le Tiers Etat, veut lui aussi, être quelque chose". Je transposais ainsi la fameuse phrase de Sieyes sur le Tiers Etat pendant la Révolution française. Je n'ai pas ajouté (mais j'ai parfois dit, en boutade) que l'on pourrait assimiler le monde capitaliste à la noblesse et le monde communiste au clergé*) (Sauvy, *homme-moderne.org*).

Só-se dizer que essa noção (de país subdesenvolvido) é imprecisa, por isso que, sob determinados aspectos, todos os países são subdesenvolvidos. Conquanto isso seja verdade, há características gerais que tornam o subdesenvolvimento facilmente reconhecível *de visu*, conquanto não facilmente definível. Usando um símile popular, poderíamos dizer que os países subdesenvolvidos são como um elefante; poucos poderiam definir o animal como um mamífero proboscídeo, mas ninguém teria dificuldade em identificá-lo na rua. Para nossos propósitos, entenderemos os países subdesenvolvidos *lato sensu*, como sendo aqueles em que a grande maioria da população se entrega a atividades primárias (agropecuária ou extrativas), com a aplicação de processos primitivos de produção e baixo nível de renda *per capita* (Campos, 1976, pp.09 e 10).

Dentro das definições acima, Gudín insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor

privado, sem se relegar a agricultura a posição de “vaca leiteira” para financiar a industrialização (Campos, 1994, p.240).

42. Não conheço um só exemplo de uma sociedade predominantemente coletivista ou de planejamento central em que o cidadão comum tenha conseguido uma melhoria substancial e persistente nas suas condições de vida. [...] O Estado tem por certa sua função na economia do país. Ninguém jamais disse e eu ainda menos, que as obras e serviços correspondentes à infraestrutura (transportes, saúde, educação, previdência etc.) não devem ser programados e estudados. [...] O que se pede é: 1º Que o governo limite seu campo de ação econômica ao supletivo; 2º Que deixe a iniciativa privada trabalhar sem emperrá-la com dezenas de exigências e delongas burocráticas e sobretudo com controles (Gudin *in* Gudin, 1978, p.42 a 45).

3. ROBERTO CAMPOS.

3.1. INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.

Roberto de Oliveira Campos, o embaixador, o economista, o senador, o deputado, por ele mesmo, Roberto Campos, o escritor e o filósofo, significa sondar uma autobiografia. Trata-se de perceber quem foi e o que fez esse homem de Estado, em sua própria abordagem. Nessa linha, a “*A Lanterna na Popa, memórias*” (Campos, 2019) se torna a *Magnum Opus* entre outras dezenas de livros do próprio, que a complementam e a ilustram. Mas é na “*Lanterna*”, síntese da produção, em que se fia, principalmente, a presente fase de estudo. Com vinte capítulos, espalhados por mais de mil e quatrocentas páginas, o volume dá uma primeira ideia da riqueza de detalhes na apresentação das experiências vividas. A elaboração do texto, em si, valeria um artigo, se esse esforço já não tivesse sido feito pelo próprio editor, J. M. Pereira, num tema explorado e revisitado por diversos articulistas e professores ao longo de décadas.

Segundo J. M. Pereira, “*A Lanterna na Popa*” nasceu do impulso dado pelo longo artigo “*Ok, Bob, Você Venceu!*” (Netto, c2001, 1.folha.uol.com.br), do ex-Ministro Delfim Netto (1928) e publicado na Folha de São Paulo em 11 de abril de 1993. Neste, cita-se sua existência ainda como esboço. Entre telefonemas e acertos, o editor apoiaria diretamente Roberto Campos na realização da sua autobiografia. Tarefa cumprida com grande esforço no escritório do Embaixador e em sua residência. Em meio a artigos, documentos, ensaios, memórias pessoais e registros, em dezessete meses, “*A Lanterna*” tomaria sua forma definitiva, sendo lançada em 12 de setembro de 1994 (cf. Pereira, c2017, diplomattizando.blogspot.com).

Na composição do presente capítulo, entende-se revisitar “*A Lanterna na Popa*”, como referência principal, bem como grande parte da produção literária de Roberto Campos em apoio, procurando observar a trajetória do autor sob uma abordagem da Teoria Política. Assim sendo, escorando-se em literatura especializada, objetiva-se *apresentar o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política*, como um estudo de caso voltado à compreensão da ideologia liberal no Brasil. Evitando-se um excesso biográfico, destacam-se pontos de vista que merecem reflexão na busca que se almeja. Desse modo, entra-se em sua formação e o fomento liberal de seu entendimento econômico e político, visitando-se o aprofundamento da visão do embaixador sobre Brasil, com a sua participação no “Plano de Metas” e o que ele entende como o naufrágio liberal. Para fim de estudo, o Governo Militar de 1964 a 1985, divide-se em duas fases, primeira, com o Governo Castello Branco e, segunda, de Costa e Silva ao fim do regime. Fechando a parte expositiva, abordam-se os velhos problemas na Nova República e, por fim, a conclusão do capítulo e suas notas.

Das observações pessoais daqueles que conviveram com Roberto Campos, nota-se que tinha um temperamento agradável, era um admirador de seus próprios adversários e que irradiava a magnitude de sua experiência. Com um apurado *sense of humor*, como ele mesmo gostava de dizer, primava no tratamento das questões mais sérias com o pragmatismo e a serenidade que uma vida inteira de serviços ao Brasil poderia dar.

3.2. A FORMAÇÃO E O FOMENTO LIBERAL.

Como assunto do presente estudo, cabe, para apresentar uma visão de mundo, abordar o personagem que a fomentou, numa leitura de passagens biográficas conducentes ao descortinamento de fundamentos teóricos. Dessa feita, interessa a explicitação de que o esforço de contextualização é fundamental para se perceber a que ponto o ambiente histórico facilitou a arquitetura econômica e política do pensamento liberal de Roberto Campos e de sua ação como homem de Estado, enfim, quem foi e o que fez.

Ao longo dos seus anos de juventude, na década de 1920, impressionado com o rito católico, Roberto Campos optou pela carreira eclesiástica ⁰¹ (*cf.* Campos, 2019, pp.135 e 136). Enfrentando as exigências dos seis anos de internato no seminário, junto com os estudos da liturgia e da música sacra, aprofundou-se em línguas clássicas, idiomas contemporâneos, história da filosofia e lógica escolástica. Interessou-se em Kant e em Hegel, por linhas refletidas na sua própria retidão de caráter e no seu entendimento da posição do Estado no desenvolvimento humano (*cf.* Campos, 2019, p.136). Pela sua formação inicial, na fusão do científico, do estético e do moral, a escolástica deu a Roberto Campos uma capacidade de ler o momento e de entender para que resultados conduziram escolhas feitas, numa relação de causa e consequência. Um impacto que o levaria, não sem frustrações, a deixar o serviço à Igreja e o encaminharia para o corpo diplomático brasileiro ⁰² (*cf.* Campos, 2019, p.148).

Dessa abordagem cabe uma primeira pausa sobre como tais correntes puderam dar base à visão de mundo de Campos, tal seu pensamento econômico e político e a ação que desdobrou nessas perspectivas. Certamente os preceitos morais Kantianos não

deixam margem à dúvida sobre a abertura de espírito quanto a abrangência de decisões tomadas. Uma escala que não aceita menos que o “universal” para se levar em consideração as consequências de uma escolha. Uma provável fonte da capacidade holística na resolução de problemas, característica das leituras de situação feitas pelo próprio Roberto Campos. Somadas às suas experiências pessoais e profissionais, um traço que se aprimorou, a ver a sucessão de pontos de vista inovadores e os repetidos sucessos que marcaram a sua carreira e que serão abordados ao longo do presente capítulo. Quanto à influência hegeliana, entende-se que foi fundamental para uma posição inicial mais estatista que privatista. Assim sendo, transitou do Socialismo ao Neoliberalismo, com uma longa paragem numa posição intermediária no “Liberalismo Social” e no monetarismo (*cf.* Campos, 1987, pp.358 e 359). Como será apresentado, a mudança para uma visão de tendências mais voltadas ao mercado, ou seja, mais privatista que estatista e de forte inspiração “austríaca”, se deu por um amadurecimento realizado pelo sofrimento e pela decepção. Qual seja, o fracasso de sucessivos planos econômicos e de metas administrativas por incompatibilidade sistêmica burocrática ou pela crueza do jogo político-partidário.

Voltando às amarras históricas, a repressão do “Estado Novo”, instalado em 1937, encontrava-se em sua fase mais dura no ano de 1939. O Rio de Janeiro era a Capital da República e onde as atividades revolucionárias fervilhavam; quatro anos antes, estourara a Intentona Comunista em 1935 e fora sufocada a Ação Integralista Brasileira em 1938 ⁰³; Roberto Campos sendo testemunha ocular dessas convulsões (*cf.* Campos, 2019, p.26). Transitando por diferentes setores do Itamaraty, Roberto Campos se estabilizou na Divisão Comercial numa função difícil que consistia no controle de acordos comerciais com os Estados Unidos da América (EUA). Tarefa que se complicara sobremaneira, em 1941, com a entrada dos EUA na Segunda Guerra

Mundial. Contudo, situação que encaminharia Roberto Campos como reforço de secretaria na Embaixada do Brasil em Washington (D.C.) ⁰⁴ (cf. Campos, 2019, pp. 35, 40 a 42 e 47).

Certo, então, que esse seria seu destino ⁰⁵, o jovem secretário se lançou em estudos de economia num mestrado na Universidade George Washington. Curso que concluiria em excelente classificação em 1947 (cf. Campos, 2019, p.47). A sua dissertação de mestrado versava sobre ciclos econômicos, sentindo, por isso, a necessidade de trocar informações com Joseph Schumpeter (1883-1950), então, professor em Harvard, com quem correspondeu por cartas. Ao longo de seu curso, também, tornou-se amigo de Gottfried von Haberler (1900-1995), a quem se deveu uma aproximação à Escola Austríaca de Economia. Um fôlego para o livre-mercado, sendo que o dirigismo estatal estava em sua melhor forma, bem-visto pela maioria dos operadores econômicos, inclusive por ele mesmo, Roberto Campos (cf. Campos, 1963, pp.11, 92 a 95; cf. Campos, 2019, pp.47 e 48).

Nada mais pleonástico para os estudiosos da Administração Pública do que demonstrar a necessidade ou utilidade do planejamento econômico [...] para os economistas, entretanto, a necessidade do planejamento econômico é muito menos óbvia (Campos, 1963, p.11).

Nos EUA, o debate econômico girava entre os estruturalistas, que queriam passar o controle de todo o mercado, incluindo o equilíbrio de preços, sob tutela estatal; os keynesianos, que viam o Estado como um motor de ativação econômica; e os monetaristas, que defendiam medidas voltadas ao equilíbrio fiscal do Estado. Um enfrentamento de ideias acompanhado por Roberto Campos *in loco* e com profundidade, pois assunto de sua especialização (cf. Campos, 2019, pp.56 e 57). O ponto de equilíbrio entre as correntes econômicas nos EUA, e entendido como o mais adequado por Roberto Campos, foi encontrado num “meio caminho” entre monetaristas e keynesianos. A admissão de um desarranjo nas contas públicas voltado a uma

retomada econômica e o pleno emprego; recusando-se a redistribuição gratuita de benefícios ou subsídios. Dessa forma, o planejamento se apresentando como “parcial e supletivo” (cf. Campos, 1963, pp.13 e 14; cf. Campos, 2019, p.58). Os estruturalistas, por outro lado, mantiveram grande influência nos EUA e em outras partes do Mundo, como no Reino Unido, e impactaram na formação de órgãos de controle nacionais e supranacionais. Nessa linha, por meio da necessidade de “regulamentação geral da vida econômica”, destacaram-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (cf. Campos, 1963, pp.13 e 14; cf. Campos, 2019, p.58).

Pela sua boa participação na conferência da “*United Nations Relief and Rehabilitation Agency*”⁰⁶, Roberto Campos foi selecionado para acompanhar a comitiva brasileira a *Bretton Woods*, em 1944. Equipe organizada pelo Itamaraty, mas em que se destacavam os Professores Eugênio Gudin, chefe da comissão econômica, e Otávio Gouveia de Bulhões, seu principal assessor. Gudin e Campos se conheceram pessoalmente nessa ocasião e permaneceriam afins por longas décadas, consolidando uma sólida amizade (cf. Campos, 1987, pp.358 e 359). Bulhões, manter-se-ia bastante próximo de Roberto Campos a ponto de ambos trabalharem juntos em diversas oportunidades e, vinte anos mais tarde, comporem a equipe econômica do Governo Castello Branco (cf. Campos, 2019, p.62).

Visto que os países subdesenvolvidos tendem a ser, principalmente, produtores de artigos primários, o pleito brasileiro em *Bretton Woods* se concentrou na estabilização de preços de *commodities*. Para evitar as flutuações cíclicas dos valores, sugeriu-se o estabelecimento de alguma paridade comercial entre os países consumidores e os produtores de matéria prima. Gudin e Bulhões se defenderam como puderam, sendo reconhecidos positivamente por Keynes, que concordou com os

argumentos apresentados pelos brasileiros. Contudo, as demandas brasileiras pouco fizeram eco, uma vez que a prioridade girava em torno da reconstrução da Europa. Esta, que ficou a cargo dos EUA, por meio do “Plano *Marshall*”, e não com o Banco Mundial, como se previa. Uma mudança de premissa que, num futuro próximo, refletir-se-ia positivamente para os países pobres (cf. Campos, 1963, pp. 41 e 42; cf. Campos, 1987, p.359; cf. Campos, 2019, p.70). A Conferência de *Bretton Woods* foi de extrema valia para a bagagem profissional de Roberto Campos. As personalidades com quem conviveu e debateu, como o próprio Keynes, abriram-lhe a visão de Mundo de forma irreversível, aprendendo, por exemplo, junto ao delegado soviético, que “o dinheiro não tem cor ideológica” (cf. Campos, 2019, p.63).

Com a experiência que adquiriu em Washington (D.C.), Roberto Campos formou uma opinião própria sobre os modelos econômicos de desenvolvimento a serem aplicados no Brasil. Estando a par das deficiências do mercado brasileiro, uma vez que intermediava as negociações para seu suprimento, percebeu que o “calcanhar de Aquiles” residia na importação de petróleo e de seus derivados. As demais limitações se encontravam na produção de aço, na demanda de papel e na área da química pesada. Bens de consumo não seriam prioridade, uma vez que representavam uma parcela menos importante do desequilíbrio comercial e encontrariam financiamento externo mais facilmente que as demandas de base. Nessa linha, Roberto Campos levantava questões sobre o modelo econômico dirigista e a regulação excessiva que freavam a aceleração econômica que o país tanto precisava e tinha condições de realizar (cf. Campos, 2019, p.76).

De uma posição privilegiada, viu nascer o embate entre as “superpotências”, com a manutenção do aparato militar soviético no leste europeu, a recusa de Stalin em promover eleições nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho, a proibição dos

territórios europeus controlados pela URSS de participarem do Plano *Marshall* e a “corrida para o átomo”. Uma situação fortemente endurecida com o “Bloqueio de Berlim”, de junho de 1948 a maio de 1949, e as sucessivas crises decorrentes ⁰⁷ (cf. Campos, 2019, p.93).

Ainda em trabalhos ligados à “Comissão Brasileira na ONU”, Roberto Campos participou da representação brasileira na “Conferência Internacional de Comércio e Emprego” em Havana, de novembro de 1947 a março de 1948. A “Conferência de Havana” interessava muito ao Brasil na paridade comercial entre nações industrializadas e nações fornecedoras de insumos. Uma questão que ia ao encontro da demanda de Gudin e de Bulhões feita quatro anos antes em *Bretton Woods*. Pleito que se resumia na observação de que “as perdas de recursos cambiais causadas pela deterioração das relações de troca [...] não foram suficientemente compensadas pelas exportações de capital por parte dos países industrializados” (Campos, 1963, p.42). Dos debates e dos entendimentos entre os diferentes participantes, reforçar-se-ia o “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”, o “GATT” (para “*General Agreement on Tariffs and Trade*”), colocando em prática muitos dos pontos levantados desde *Bretton Woods* (cf. Campos, 1987, p.359; cf. Campos, 2019, p.106).

Após Havana, num grupo de estudo do “Conselho Econômico e Social” (ECOSOC), concluiu mais um ano de trabalho na sede da ONU. O jovem diplomata voltaria ao Brasil no final de 1949. Aos 32 anos, Roberto Campos, provavelmente, era um dos altos funcionários mais bem qualificados em negociações econômicas internacionais que o Brasil possuía. Dessa maneira, pôde acompanhar a “Delegação Brasileira à Assembleia Geral da ONU” de 1948, a única realizada fora de Nova York, em Paris. Momento em que participou indiretamente da formação do “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (PNUD). Uma inovação administrativa que

levaria, em 1950, à formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), da qual ele mesmo faria parte (*cf.* Campos, 2019, pp.110 a 115).

[...] a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de outubro de 1950 parece ter acelerado a disposição norte-americana de colaborar com o vasto programa de equipamento e expansão de setores de infraestrutura básica que o governo brasileiro vinha propondo insistentemente desde o final da guerra. Assim é que, em dezembro de 1950, ainda antes da posse de Vargas, foi constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que iniciou suas atividades em julho de 1951, propondo-se a elaborar projetos concretos que deveriam ser financiados por instituições como o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e o Banco Mundial (Vianna & Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.9)

Nessa etapa, denotam-se com bastante clareza as características quase “estruturalistas” de Roberto Campos, particularmente no que tange a ação econômica promovida pelo Estado, nas linhas de Carl Landauer, de Keynes e de Rosenstein-Rodan. Apesar da existência e publicidade das teses de livre comércio prementes na dita “Escola Austríaca de Economia”, como as de Mises e Hayek, a grande voga, na época, apoiava-se em ajustes oriundos da esfera estatal (*cf.* Campos, 1963, pp.32 a 34; *cf.* Perez, 1999, pp.89 a 136). Assim, o estatismo, ou a “Razão do Estado”, segundo o Prof. Perez, em “*O Pensamento Político de Roberto Campos*” (1999), justificava-se na capacidade de fomento do desenvolvimento quando os ramos privados faltavam na poupança e no apetite ao risco. Ao passo que na transição de uma “economia regulada” para uma “economia de mercado”, mais complexa, os limites entre o privado e o público deveriam ser bem delineados, visando racionalizar os recursos e aperfeiçoar os objetivos na “Razão do Mercado” (*cf.* Campos, 1968, p.252, *cf.* Perez, 1999).

Uma abordagem que se tornou amplamente conhecida de Roberto Campos, mais tarde, desde as longas conversas com Gudín e do estudo dos debates deste com Roberto Simonsen, concluindo que um sistema não exclui obrigatoriamente o outro, mas ambos se complementam no sentido em que o crescimento de um é necessário ao fortalecimento do outro. Uma lógica inversamente proporcional na forma da consolidação do mercado pelo Estado por meio da ação direta, em um primeiro

momento; que deve tender, num segundo, mais ao privado que ao público pela racionalidade “compartilhada e otimizada” na livre escolha de consumo e pela “eficácia e eficiência” promovida no sistema de concorrência aberta. Nessa fase de maturidade mercadológica, o Estado, retraído, acompanha e sugere um certo direcionamento nas trocas e nos investimentos com um discreto sistema de indução (incentivos, desregulamentação e desburocratização) (cf. Bielschowsky, 1988, pp.123 e 124; cf. Campos, 1968, pp.252 e 253).

Uma *segunda controvérsia* [...] é o da intervenção estatal comparativamente à iniciativa privada. Ambas são necessárias. A verdade é que não há escassez de tarefas e sim, escassez de recursos, e tanto a empresa pública como a empresa privada têm importante papel a desempenhar. [...] o (estatista) sobrestima a capacidade do governo para fazer o bem, e o (privatista) subestima a capacidade do mercado para fazer o mal (Campos, 1968, pp.251 e 252).

Vale lembrar que o sistema concorrente, o “comunista estalinista”, apontava para uma intervenção direta do Estado por meio duma economia planificada. Nesta, a ação não visava o desenvolvimento ou a indução do mercado, mas o controle de todo o ciclo econômico, invertendo-se a lógica das leis de oferta e de procura. Leva-se a dizer que, se comparado ao sistema existente no bloco socialista, as premissas das escolas Keynesianas, acompanhadas por Roberto Campos, eram bastante “liberais”. Isso, na medida em que se defendia a esfera privada por se entender que somente essa possuía a capacidade de aprimorar o cálculo de custos e benefícios para a expansão e aceleração econômica.

3.3. APROFUNDAMENTO DA VISÃO ECONÔMICA NO BRASIL.

O retorno ao Brasil não foi anódino, uma vez que, após sete anos de serviço nos EUA, o choque cultural para Roberto Campos foi tremendo. Do ponto de vista profissional, tornara-se mais cosmopolita e se havia desacostumado com os vícios políticos brasileiros herdados do “Estado Novo”, tais quais o estatismo centralista e o nacionalismo radical. Um solavanco que o marcaria de tal maneira que esse seria, até o fim de sua vida, o epicentro de sua crítica à condução dos assuntos econômicos do país (cf. Campos, 2019, p.119).

Como em toda discussão, é necessário começar por definir termos. Nacionalistas devemos ser todos nós. A questão é sermos nacionalistas pragmáticos ou apenas temperamentais; é medirmos resultados e não intenções; é não rejeitarmos o esforço econômico alheio, a não ser que estejamos preparados para substituí-lo; é procurarmos aumentar a taxa de investimentos e o número de unidades de renda a disposição de cada brasileiro, ao invés de recusarmos investimentos estrangeiros, sem a capacidade de substituí-los [...] (Campos, 1963, p.195).

Colocado na posição de conselheiro econômico da CMBEU, a partir de julho de 1951, Roberto Campos entrou no “coração” da formação do Brasil moderno. Da CMBEU, alinhados com a “teoria dos pontos germinativos” – explicada mais adiante – saíram projetos de estruturação administrativa que moldariam as feições econômica e financeira do país. Destas, segundo Roberto Campos, a mais importante, para a recepção e redistribuição de recursos vindos do exterior, foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em junho de 1952 (cf. Campos, 1963, pp.95 e 96; cf. Campos, 2019, pp.156, 161 e 192; cf. Campos in Campos & Simonsen, 1975, pp.55 a 58; cf. Vianna & Villela in Giambiagi *et al*, 2011, pp.9 a 11; cf. Villela in Giambiagi *et al*, 2011, p.35). “Havia a necessidade de uma agência para coordenar a implementação dos projetos da Comissão Mista e agir, seja como

canalizadora de empréstimos estrangeiros, seja como provedora de contrapartida de fundos locais” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.56)

A teoria dos “pontos germinativos” pode também ser interpretada como a simples atribuição de prioridades aos investimentos básicos, dentro de um programa geral [...]. Nesse caso ela é perfeitamente compatível com o planejamento universalizado e constitui, aliás, um requisito metodológico indispensável para qualquer programa eficaz de desenvolvimento econômico (Campos, 1963, p.31).

Com o alívio produzido pelo “Plano *Marshall*”, o Banco Mundial se encontrou com fundos para o estímulo ao desenvolvimento econômico e social de países pobres. Nessa linha de oportunidade, a CMBEU se tornou o ponto de contato entre o planejamento econômico brasileiro e os recursos disponíveis no mercado internacional. Uma ideia aceita e explorada por Getúlio Vargas (1882-1954), eleito em dezembro de 1950, que, no primeiro ano de seu mandato, receberia volumosos financiamentos estrangeiros para a “reabilitação econômica e o reaparelhamento industrial”. Voltava à memória de Roberto Campos a lição do representante soviético que conhecera na ONU de que... “o dinheiro não tem cor ideológica” (*cf.* Campos, 1963, pp.284 a 286; *cf.* Campos, 2019, p.156).

Das relações dos agentes financiadores, entre eles próprios, e com o Brasil, resultou uma política de incentivos que facilitou a modernização do país, sem recorrer, exclusivamente, a soluções oferecidas pelos EUA. Desse modo, houve uma reaproximação brasileira com a Europa e com a Ásia, Alemanha, Itália e Japão, em particular; esses três países se tornando grandes investidores na expansão industrial e na consolidação da estrutura física brasileira, até hoje, vale ressaltar. Por outro lado, a permanência de credores norte americanos na carteira dos agentes financeiros do Brasil permitia a liberação de recursos sem a necessidade de se adequar à exigente regulamentação macroeconômica do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa oscilação entre os fornecedores de capitais garantiria as linhas

de crédito necessárias para a consolidação de planos econômicos de 1951 a 1960, mas foi, também, a causa de um colapso cambial em 1961 (*cf.* Campos, 2019, pp.157 e 158).

Na prática, com a participação direta da equipe que Roberto Campos compunha, foram realizados 41 projetos entre julho de 1951 e julho de 1953. Desse modo, à CMBEU foi disponibilizado um total de US\$ 392.032.000,00 para investimentos. Um montante, atualizado de US\$ 4.328.033.280,00 para o desenvolvimento econômico do Brasil (*cf.* Brothers, c2021, dollartimes.com). Destes, 54% foram alocados em transportes (ferroviário e marítimo) e 33% em energia elétrica (produção e distribuição). Os 13% restantes foram repartidos na agricultura, na armazenagem de grãos, na indústria de base e em rodovias (*cf.* Campos, 2019, p.162). Entretanto, para Roberto Campos, a maior contribuição da CMBEU não se encontrava nos montantes levantados, mas na sistematização de processos para a captação e a utilização de recursos. Sendo esta realizada por meio de análise do balanço de custos e benefícios, bem como por meio do estudo da rentabilidade das operações, “[...] um indispensável passo no planejamento econômico, devendo ser efetuado para cada um dos projetos individuais” (Campos, 1963, p.34). O que, atualmente, parece ser evidente ao se pensar em administração pública, mas que representou uma grande mudança de paradigma à época (*cf.* Campos, 2019, p.162).

O relatório final da CMBEU, composto no Rio de Janeiro e em Washington (D.C.), apresentado em 1953, fugindo de influências políticas, procurou ser pragmático. Foram expostos os “pontos de estrangulamento e de germinação” da economia brasileira, sua situação de “crise estrutural” e as medidas setoriais adequadas para sua solução na “terapia dos desequilíbrios” (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.53 a 55). “Enquanto o enfoque dos ‘pontos de estrangulamento’ se concentrava na remoção dos obstáculos criados pela inadequação da infraestrutura dos serviços

públicos, o método dos ‘pontos de germinação’ visava a identificar os ‘setores de impulso’” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.55). Uma questão que se resumia a uma escolha inadequada de modais de transporte, a exiguidade da produção elétrica e a desequilíbrios econômicos regionais como “pontos de estrangulamento” e as soluções a esses problemas levantados, somando-se a necessidade de aceleração industrial, constituindo os principais “pontos de germinação”. Questões que, rotineiramente, ainda hoje, retornam à tona (*cf.* Campos, 1963, pp.53, 54, 74, 75, 81, 82, 95 a 97 e 173 a 185).

Houve, por exemplo, um crescimento não só inadequado, mas desequilibrado do sistema de transportes: investimento inadequado, ou mesmo desinvestimento líquido no setor ferroviário e de navegação costeira, contrastando com um comportamento mais dinâmico dos setores rodoviário e aeroviário [...]. Uma segunda manifestação de desequilíbrio de investimento é aparente no setor de energia elétrica [...] O Estado deveria circunscrever tanto quanto possível a sua atuação de empresário e, através de uma retirada estratégica, transformar-se em investidor pioneiro e supletivo, e nunca num investidor competitivo em setores onde a iniciativa privada tem suficiente vitalidade (Campos, 1963, pp.74 a 77 e 184).

Esse relatório seria muito explorado e utilizado por Juscelino Kubitschek (“JK”) (1902-1976), quando governador do Estado de Minas Gerais, na determinação de suas políticas públicas. Mas, sobretudo, comporia a base de raciocínio para o “Plano de Metas”, carro chefe do programa de campanha presidencial de “JK” em 1955 e plataforma para sua gestão de governo a partir de 1956 (*cf.* Campos, 2019, pp.163 e 170). Do ponto de vista pessoal, para Roberto Campos, a CMBEU permitiu uma abertura intelectual considerável sobre as questões do Brasil e deu a oportunidade de conhecer pessoalmente grandes nomes da política dos EUA. Amizades que seriam revividas por ocasião da estada como embaixador em Washington, de 1961 a 1963 (*cf.* Campos, 2019, p.178).

Como Diretor Econômico do BNDE, nomeado no final de 1952, Roberto Campos passou a integrar o topo da “cadeia alimentar” do ambiente financeiro e macroeconômico do Brasil. Buscando apoio técnico para a implantação dos projetos da CMBEU, em 1953, procurou a Comissão Econômica das Nações Unidas para a

América Latina e o Caribe (CEPAL), no Chile. Uma ajuda que encontrou na pessoa de Celso Furtado (1920-2004), enquanto chefe da instituição supranacional, na busca por ajustes entre as abordagens do banco e da comissão (*cf.* Campos, 1964b, p.83; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.35). Essa parceria, no entanto, revelou uma grande divergência entre uma posição estruturalista da CEPAL e a visão monetarista do BNDE. A abordagem “cepalina” apontava para o controle do mercado pelo Estado, tendo em vista supostas inelasticidades da produção agrícola e das exportações industriais: a agricultura presa ao tradicionalismo e a indústria voltada à substituição de importações (*cf.* Campos, 1987, pp.69, 80 e 84). Uma posição que contrariava a visão setorial flexível da CMBEU e do BNDE, conseqüentemente. Divergência que se encontraria, anos mais tarde, entre a “Teoria da Dependência” nas relações econômicas internacionais de “soma zero” e a vertente de “integração econômica mundial por competências”, no entendimento de ganhos crescentes repartidos mediante vantagens competitivas ⁰⁸ (*cf.* Campos, 1976, pp.207, 211 e 212; *cf.* Campos, 1987, pp.147 a 149; *cf.* Campos, 2019, p.164). Após observações realizadas sobre aplicações do modelo de desenvolvimento “cepalino”, Roberto Campos concluiu que conduzia a resultados insatisfatórios. A estruturação global da economia baseada no controle de preços e na determinação da produção exigia medidas de restrições civis e políticas, a ponto de forçar um regime autoritário para sua aplicação. E mesmo onde o autoritarismo havia sido imposto na Ibero-América, não se conseguiram taxas de desenvolvimento econômico e social interessantes e duráveis. A economia e a sociedade, com o tempo, como adrede alertado por Spencer ou Weber, foram erodidas por erros de direcionamento, pela regulamentação excessiva e pela corrupção de agentes de Estado. Fatores que auxiliaram a implodir o bem-estar da população, a competitividade do país em questão e a rentabilidade do mercado. Observações que se alinhavam com as

posições apresentadas e demonstradas teoricamente pelos professores Eugênio Gudín e Otávio de Bulhões, mesmo permanecendo algumas divergências de “ênfase e não de conteúdo” entre os professores e Roberto Campos ⁰⁹ (cf. Campos, 2019, pp.165 a 169, 197 e 268). “Ainda que representando apreciável avanço técnico, o trabalho do grupo misto (BNDE/CEPAL) não encontrou execução prática” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.59)

[...] tenho vários amigos estruturalistas, todos fora do governo. Quando assumem responsabilidades governamentais, passam a ser monetaristas, pois são forçados a reconhecer que as reformas de estrutura são questões de longo prazo – angústias de amanhã, ao passo que a inflação é angústia de hoje (Campos, 1987, p.69).

Com essas premissas, o rompimento de Roberto Campos com o Governo de Getúlio Vargas seria apenas uma questão de tempo, quando se passou a organizar a exploração petrolífera no Brasil. Numa postura divergente das demonstrações e observações realizadas, Vargas se recusou a aceitar qualquer pauta fora da regulamentação estatizante e nacionalista para a produção e para o comércio do petróleo. Um afastamento que se acentuou nas questões ligadas à criação da Petrobrás e no monopólio da exploração do combustível fóssil, forçada pelo Congresso, o que Roberto Campos apelidou de “petrolmarxismo” (cf. Campos, 1969a, pp.353 e 354). Opção, segundo Roberto Campos, antieconômica e contraproducente, digna de “idiossincrasias fetichistas”, que unia “Udenistas” nacionalistas, e “Comunistas” estatizantes. Uma alternativa que monopolizava riscos, desviava a relação de produção e de consumo, distorcendo o mercado, e deixava o sistema de exploração e de distribuição ineficaz. Em sua luta pragmática contra os “fanáticos”, mesmo apresentando dados concretos de rentabilidade e modelos mistos de exploração, Roberto Campos abriu uma frente inglória contra a “petrossauro”, a exemplo de outros “dinossauros” estatais. Um

combate que levaria por todo restante de sua vida, entre artigos, discursos e ensaios (*cf.* Campos, 1969a, pp.269 a 279; *cf.* Campos, 2019, pp.197 a 200).

A incompatibilidade total com o Governo Vargas, veio, finalmente, da recusa formal de se utilizar o BNDE para fins políticos no financiamento de “projetos não-prioritários e economicamente inviáveis”. A demissão da direção do BNDE foi pedida e aceita em final de 1953, seguida à desativação da CMBEU, em julho (*cf.* Campos, 2019, p.207). A divergência entre a posição de Getúlio Vargas e de Roberto Campos, assim, deu-se apenas na forma de aplicação prática de fundos para investimento, uma vez que na organização motora da economia, para ambos, o Estado permanecia como uma peça-chave. As palestras ministradas por Roberto Campos, ao longo da década de 1950, denotam essa visão estatista, no sentido em que percebia o capital privado brasileiro como imaturo para impulsionar o desenvolvimento econômico. Dessa feita, Roberto Campos se mostrava mais alinhado com as teorias de Roberto Simonsen do que com as de Gudin, seu amigo (*cf.* Campos, 1963, pp.91 e 157).

3.4. O “PLANO DE METAS” E O NAUFRÁGIO LIBERAL NO BRASIL.

O suicídio de Getúlio Vargas, em 24 agosto 1954, levou à instalação do Governo de seu Vice, Café Filho (1899-1970). Eugênio Gudin fora nomeado Ministro da Fazenda e Otávio Gouveia de Bulhões assumiria a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que fazia às vezes de Banco Central. Num cenário político extremamente conturbado, pouco puderam realizar para a recuperação econômica do país entre 1954 e 1955. Contudo, prepararam uma reorganização das contas do governo que permitiria a reabertura de linhas de crédito internacionais e uma certa desburocratização do empreendedorismo privado. Condições básicas para a concretização do “Plano de Metas” a partir de 1956 (*cf. Vianna & Villela in Giambiagi et al, 2011, pp.17 a 19*). “O período correspondente à gestão Gudin testemunhou um dos mais (monetaristas) programas de estabilização da história econômica contemporânea” (*Vianna & Villela in Giambiagi et al, 2011, p.19*).

Em março de 1955, aos 38 anos de idade, Roberto Campos assumia a função de diretor-superintendente do BNDE. Posição capital, sendo o segundo na hierarquia do Banco, subordinado apenas à Presidência da instituição (*cf. Campos, 1963, p.157*). Praticamente em ato contínuo à sua nomeação, devido a desavenças políticas do Ministro Gudin, do Presidente Café Filho e do Governador de São Paulo, Jânio Quadros (1917-1992), demitiu-se Gudin, acompanhado por Bulhões. Perdas que seriam fatais ao programa de luta anti-inflacionária, mas abririam uma margem para a estabilização cambial, sob os auspícios do novo Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker (1878-1970) (*cf. Campos, 2019, pp.245 e 249; cf. Vianna & Villela in Giambiagi et al, 2011, pp.19 e 20*).

A perspectiva de flutuação cambial e de formação de uma política econômica flexível de Whitaker foi defendida em Nova York, por Roberto Campos, frente ao FMI, numa possibilidade de mais abertura de crédito pelo *Board* da instituição. A diretoria executiva do FMI questionou a validade de um sistema ainda pouco testado na prática. Uma vez que a opção de controle cambial e taxas múltiplas ainda eram as mais comuns, àquela época (*cf.* Campos, 2019, pp.251 e 252; *cf.* Vianna & Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.19 e 20). Ao retornar ao Brasil, para sua completa surpresa, a posição relativa ao câmbio ainda não estava consolidada, encontrando fortes resistências setoriais. Um desentendimento que refletia posições “tradicionais”, como a prática de importações de combustíveis e de insumos agrícolas. Pontos que gerariam grande desgaste político em caso de desvalorização da moeda frente ao dólar. Não tendo a correspondência favorável dos presidentes Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros (1901-1969) na aceitação de uma possível crise social resultante da desvalorização da moeda, Café Filho recusou o projeto de ajuste apresentado em Nova York, “enterrando” definitivamente o projeto de Campos e de Whitaker ¹⁰. Uma “lição” extremamente frustrante e que não seria mais esquecida (*cf.* Campos, 1968, p.197; *cf.* Campos, 2019, pp.253 e 254; *cf.* Vianna & Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.19 e 20).

Ainda à frente da superintendência do BNDE, Roberto Campos participou indiretamente da campanha de “JK” à presidência por intermédio de empresários e de homens públicos. Dentre o apoio prestado, construiu-se boa parte do “Plano de Metas” e praticamente todo o “Programa de Estabilização Monetária” (PEM) como plataforma de campanha. O primeiro seria cumprido, acrescentada a “meta síntese”, a construção de Brasília, ao passo que o segundo, para desespero de Roberto Campos, não sairia do papel (*cf.* Campos, 1964a, pp.106 e 107; *cf.* Campos, 1968, pp.197 e 198; *cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.59; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.38 e 39).

Apesar de ter auxiliado na montagem do “Plano de Metas”, os tecnocratas do BNDE, universo ao qual pertencia Roberto Campos, tendiam a preferir o General Juarez Távora (1889-1975), concorrente de Juscelino nas presidenciais de 1955. Mas a vitória de “JK” foi estonteante; a sua verve incendiou o eleitorado e o “Plano de Metas” surtiu um efeito inebriante (*cf.* Campos, 2019, p.275).

Preparado por trabalho conjunto do BNDE com o Conselho de Desenvolvimento, sob orientação de Lucas Lopes e Roberto Campos, o Programa de Metas do regime Kubitscheck representou a culminação do método dos “pontos de germinação” e documentou, também, seus percalços e deficiências (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.59).

Após o movimento de 11 de novembro de 1955, tendo a posse garantida pelo Exército ¹¹, “JK” solicitou que o Itamaraty planejasse e executasse uma viagem presidencial pelos países que investiam ou tinham forte ligação comercial com o Brasil. Iniciando-se pelos EUA, acordou-se uma “turnê” por, praticamente, toda a Europa Ocidental, exceto Suíça e Áustria, concluindo-se em Portugal. Visto o teor do evento, Roberto Campos foi convocado para participar como representante econômico (*cf.* Campos, 2019, pp.275 a 278). Todas as reuniões se revestiram de grande sucesso, com destaques para o encontro com o General Eisenhower (1890-1969), então Presidente dos EUA, que, mesmo hospitalizado, insistiu em conversar com a comitiva brasileira; o jantar com a Rainha Elisabeth II (1926-2022); a benção do Papa Pio XII (1876-1958); e o colóquio com o Dr. Salazar (1889-1970). Recebendo desse último uma orientação para o controle das contas do Estado: “governo forte, austeridade fiscal e corte em gastos públicos”. Algo que soou bem aos ouvidos de Roberto Campos, mesmo preferindo opções políticas democráticas, mas horrorizou “JK”, que, mesmo tendo certo apreço pelo “Estado Novo” Português, preferia uma total flexibilidade nas contas (*cf.* Campos, 2019, pp.279 a 291).

“Equilibrando os pratos políticos” com o seu vice, João Goulart (“Jango”) (1919-1976), “JK” tinha Roberto Campos como seu “braço direito”. Com a ajuda do embaixador, a gestão do “Plano de Metas” era realizada por meio de relatórios e pontos de vista solicitados dia e noite (*cf.* Campos, 2019, pp. 294). Contudo, algumas divergências ideológicas começavam a aflorar entre “os técnicos cosmopolitas e os nacionalistas radicais” quanto à orientação de grandes empresas estatais. Questões que foram contornadas, enquanto possível, pela habilidade apaziguadora de “JK” (*cf.* Campos, 2019, p.296). Ao longo da fase inicial do governo, muitos investimentos em infraestrutura física foram conseguidos mediante acordos com parceiros estrangeiros mediados pessoalmente por Roberto Campos. Ressaltam-se a expansão da CSN de Volta Redonda, financiada pelos EUA, após a visita de Richard Nixon (1913-1994) e as linhas de crédito japonesas abertas para a construção de hidroelétricas, como os complexos de Três Marias e de Furnas (*cf.* Campos, 2019, pp.306 a 308 e 334). “[...] O produto real no período, conseguiu crescer a taxas até então inéditas em nossa História: 8,3% ao ano, em média, entre 1957 e 1961” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.5 e 6)

Sucedendo a seu amigo Lucas Lopes (1911-1994), a partir de 1958, Roberto Campos assumia a supervisão geral do “Plano de Metas”, ao ser alçado à Presidência do BNDE, (*cf.* Campos, 2019, p.341). Uma das metas em que se empenhou particularmente foi a automobilística. Pelo seu planejamento, iniciar-se-ia pela indústria de automóveis, seguida pela de caminhões e ônibus e se concluiria pela de maquinário agrícola. Entretanto, os investidores visualizaram a questão de forma inversa, iniciando pelos utilitários e fechando com os veículos de passeio ¹² (*cf.* Campos, 2019, pp.321 e 322). Por outro lado, devido a pressões setoriais, a reforma cambial, tão necessária, foi sistematicamente reagendada. “O desenvolvimento transformou-se em bandeira política,

incentivando-se a industrialização a qualquer custo” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.6). Uma recusa em engajar o PEM que custaria caro ao Brasil, ao transformar o “Plano de Metas” num modelo “distorcido” de desenvolvimento. Algo agravado com a “Meta Síntese”, a construção de Brasília, que estava fora do orçamento previsto e acabaria por “torpedear” o esforço do equilíbrio de contas (*cf.* Campos, 2019, pp.306 a 312; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39). “O ‘Programa de Metas’ foi razoavelmente bem-sucedido [...]. Mas como era fácil de prever, em vista da relutância do governo em implantar vigorosas políticas monetárias e fiscais, e manter taxas cambiais realistas, resultou em agravação das pressões inflacionárias e em grave crise cambial” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.60).

[...] (Kubitscheck) lançou-se em obras além do que previa o “programa de metas”, o qual, aliás, pressupunha, pelo menos na concepção de seus autores – o Dr. Lucas Lopes e este humilde escriba – a execução paralela de um programa de disciplina monetária e de reforma cambial. Entretanto, só o programa de investimentos tinha “*sex appeal*” (Campos, 1968, p.71).

Esses desvios do macroprojeto levariam a uma insustentável crise gerada por um profundo desajuste negativo da conta do balanço de pagamentos exteriores e agravada por um enorme déficit fiscal da União. A aceleração inflacionária, promovida pela expansão da base monetária (emissão de moeda e de crédito), tornar-se-ia cíclica e exponencial (*cf.* Campos, 1963, pp.38 e 39; *cf.* Campos, 2019, p.268; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39). Esses pontos já sinalizados em 1955, antes mesmo da posse de “JK”, foram redundantemente ignorados, uma vez que demandavam contenção orçamentária, controle de crédito e restrição da moeda. Uma linha de ação contrária a boa parte do “Plano de Metas” e que reduziria a aceleração econômica pretendida dos “cinquenta anos em cinco”. Um desgaste político com um preço alto que “JK” não estava disposto a pagar (*cf.* Campos, 1964a, pp.85 a 107; *cf.* Campos, 2019, pp.271 e 344; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.38).

Abandonando o PEM, Juscelino preservava o Programa de Metas e o sonho da nova capital (dando alento a seu projeto político de retornar à Presidência em 1965), mas legava a seu sucessor um quadro de deterioração de alguns dos principais indicadores macroeconômicos (Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39).

Ao perceber o tamanho da crise que se avizinhava pelo “naufrágio” das contas e do desequilíbrio cambial, em 1959, “JK” tentou retomar o “PEM”, mas era tarde. A situação se encontrava numa condição irreversível, facto consumado quando, mesmo frente ao grande desastre econômico, o Congresso Nacional recusou a ação corretiva proposta. Uma conjuntura que desabaria sobre Jânio Quadros em 1961, e, após sucessivas medidas ineficazes, implodiria a economia em 1963, na gestão de “Jango” (*cf.* Campos, 1968, p.198; *cf.* Campos, 1969a, p.297 e 298; *cf.* Campos, 2019, pp.272, 345 a 348; *cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.60; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39). “A inflação acelerava a passos largos, tendendo à ordem dos 40 % anuais no final do período, e minando a economia com todas as distorções classificadamente associadas às altas crônicas de preços” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.6).

[...] *a política da gangorra* teve esgotadas suas possibilidades durante o regime Kubitschek, quando o desenvolvimentismo nacionalista alcançou um período de euforia, mas também plantou uma safra de impasses: aceleração inflacionária, insolvência cambial, nacionalismo temperamental, quebra da disciplina sindical, estudantil e militar, e imobilismo legislativo (Campos, 1969a, p.22).

[...] entre 1956 e 1960, as exportações caíram quase 15% e a dívida externa líquida aumentou 50%, chegando a US\$ 3,4 (mil milhões) (ou 2,7 vezes as exportações totais em 1960). O déficit do governo federal, por sua vez, manteve-se em torno de um terço das receitas totais da União no período. Na origem desse desequilíbrio estava o vigoroso programa de obras públicas do governo (em particular, a construção de Brasília) e, sobretudo, os gastos associados à política de compra dos excedentes de café. O financiamento inflacionário dos déficits levou o IGP (Índice Geral de Preços) a crescer 24,4% em 1958, 39,4% em 1959 e 30,5% em 1960. Era este o legado negativo que JK deixava a seu sucessor (Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39).

Desde 1956, o desajuste cambial foi motivo para complicações financeiras e fiscais. A ponto que a catástrofe anunciada foi, sucessivas vezes, lembrada pelos

observadores do FMI no Brasil: desinvestimentos em serviços essenciais, distorção do mercado financeiro, falsa impressão de rentabilidade das poupanças, impossibilidade de se realizarem planejamentos financeiros a médio e longo prazos e salários descompassados com o custo de vida, principalmente. Ao se insistirem nas reformas ligadas ao câmbio e à moeda, “JK”, ao invés de atender aos apelos, rompeu com o Fundo (cf. Campos, 1968, p.198). Dito e feito, apostou-se num populismo nacionalista de ranço varguista e na aceleração do “Plano de Metas” sem o freio monetarista. “[...] o acirramento do debate e da oposição política ao PEM ao longo do primeiro semestre de 1959 levou Juscelino a romper negociações com o FMI em junho daquele ano” (Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.39). Uma opção ultrajante para Roberto Campos, que, em julho de 1959, pediu demissão da Presidência do BNDE (cf. Campos, 2019, pp.351, 356 e 363).

De volta ao Itamaraty, o Embaixador subia à posição de ministro de primeira-classe, abrindo-lhe a possibilidade de assumir chancelarias no exterior. Contudo, colocado em “auto ostracismo” pelo desgosto gerado pela gestão fiscal de “JK”, passou a lecionar na Faculdade de Economia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Sucedia a Gudin na cadeira de Moeda e de Crédito, reforçando sua amizade com o “Profeta Gudin” (cf. Campos, 1987, p.359). Simultaneamente, junto com altos funcionários exonerados consigo do BNDE, abriu a agência “Consultec”, como um *think tank* de apoio ao empresariado no Brasil. Sendo, por meio de sua agência, solicitado, por ironia do destino, a apoiar projetos ligados à construção de Brasília e à gestão socioeconômica da transferência da capital. Em paralelo, pelo renome conquistado na redação do “Relatório *Haberler*”, junto ao GATT, em 1958, tornou-se um concorrido conferencista¹³ (cf. Campos, 2019, pp.374 a 383).

Jânio Quadros, eleito em 1960, assumiria a presidência em janeiro de 1961. Conhecido de Jânio do tempo do governo paulista, Roberto Campos foi procurado para chefiar a equipe que iria à Europa renegociar as dívidas herdadas de “JK”. Outra equipe partiria para os EUA, chefiada pelo Embaixador Walther Moreira Salles (1912-2001), com os mesmos objetivos. A “bomba cambial”, adrede anunciada, estava pronta para explodir (*cf.* Campos, 1968, p.71; *cf.* Campos, 2019, p.393; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al.*, 2011, pp.39 e 40). O Brasil, como qualquer país que investe ou gasta acima de suas capacidades de exportação, de tributação e de poupança, cobria sua balança de pagamento e seus projetos de desenvolvimento com empréstimos do exterior (*cf.* Campos, 1963, p.38). Por outro lado, a manutenção de uma taxa de câmbio elevada, a pedido de diferentes setores econômicos, a construção de Brasília e grande parte do “Plano de Metas” do Governo “JK” erodiram completamente as reservas em moeda estrangeira. Conseqüentemente, no ano de 1961, não havia reserva em US\$ para cobrir a diferença do balanço comercial, arcar com o serviço da dívida externa e, principalmente, cobrir o principal que vencia. O Brasil rumava à insolvência e a um pedido de moratória que o arruinaria. A única alternativa era solicitar prazo para pagamento de dívidas e mais linhas de crédito para o reequilíbrio cambial. Dessa forma, as Equipes “Campos” e “Moreira Salles” eram cruciais para a manutenção da paz socioeconômica do país (*cf.* Campos, 2019, pp.387 a 390).

As reuniões realizadas pelas duas frentes foram planejadas e conduzidas com pragmatismo. Na França, Roberto Campos, numa primeira rodada, gerou tamanho impulso que, espontaneamente, a equipe econômica do General De Gaulle (1890-1970) assumiria o protagonismo do grupo de credores europeus da dívida brasileira; criava-se, assim, o do “Clube de Paris”. Aproveitando-se da estrutura admirativa e logística montada, os credores japoneses entraram para o “clube” e renegociaram prazos e

créditos com o Brasil, nos mesmos moldes e termos de seus homólogos europeus. A “*Ata de Paris*” foi assinada em 24 de maio de 1961 (cf. Campos, 2019, pp.391 a 403).

Após alguns outros acordos bilaterais com o Reino Unido e a Bélgica, a “Equipe Campos” havia cumprido sua missão. O mesmo pode ser dito da “Equipe Moreira Salles”, que reescalou as dívidas e obteve novas linhas de crédito dos EUA (cf. Campos, 2019, pp.403 a 412). O Brasil escapava da bancarrota. Os resultados obtidos deram folga para que o país realizasse os ajustes internos necessários à recapitalização e à criação de um estofo financeiro suficiente para honrar os compromissos assumidos. Em valores da época, entre a rolagem de dívida e novas linhas de crédito, as duas equipes obtiveram um total de US\$ 2.118.000.000 (US\$ 18.765.480.000 em valores atuais), sendo 75% resultado da “Equipe Moreira Salles” e 25% da “Equipe Campos” (cf. Brothers, c2021, dollartimes.com; cf. Campos, 2019, pp.403 a 412).

Após o sucesso das negociações com os credores e uma rodada de discussões com o FMI, Roberto Campos foi designado como membro da representação brasileira no Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), em *Punta del Este*, entre 15 e 16 de agosto de 1961. Convocada por iniciativa do Presidente dos EUA, John F. Kennedy (1917-1963), a reunião ministerial interamericana visou a consolidação do programa “Aliança para o Progresso”, para o desenvolvimento socioeconômico da Ibero-América. A questão central dos debates sendo, basicamente, “o problema medular de toda a ciência econômica: contingenciar recursos escassos entre objetivos concorrentes e escalonar sua utilização eficiente no tempo e no espaço” (Campos, 1963, p.14). A cimeira contou com representantes de todos os países dos continentes americanos, incluindo-se Cuba. Oportunidade em que se debateram tópicos econômicos diversos e se sugeriram linhas de crédito para projetos de desenvolvimento regional ¹⁴. A delegação brasileira se destacou nas negociações, colocando pontos de interesse para

o “Cone Sul” e reafirmando a parceria Sul-Norte, com a “*Carta de Punta del Este*” ao término das conferências. Contudo, a montagem financeira conseguida pelas equipes de negociação nos EUA, na Europa e no Uruguai seria profundamente abalada pela renúncia espontânea e unilateral do Presidente Jânio Quadros. Uma “detonação explosiva” na política brasileira, num momento extremamente delicado para o país e para o Mundo (cf. Campos, 1964b, pp.153 a 155, 177 a 184; cf. Campos, 1976, p.205; cf. Campos, 2019, pp.418 a 430).

Jânio Quadros apresentou sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Provavelmente, (a razão exata até hoje se ignora), estima-se que Jânio pensava voltar nos “braços do povo” e, com o apoio dos militares, intencionava implantar um regime de exceção no país (cf. Campos, 1969a, p.19). Opção frustrada pela aceitação da renúncia pelo Congresso Nacional e os imobilismos popular e militar. “Um tiro de canhão na água”, um “suicídio político” e um “abalo sísmico” que ainda se faz sentir no cotidiano político do Brasil (cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.40). O Vice-presidente, João Goulart, encontrava-se em viagem oficial à China Comunista, não podendo ter qualquer ligação evidente nem com o evento e nem com o que se sucedeu. “Jango”, herdeiro direto do “varguismo”, tendo um alinhamento notório com o Leste Comunista, era visto como um traidor por militares e por políticos mais “reacionários”. Assim, a opção parlamentarista seria uma via aceitável, ao limitar os poderes presidenciais e colocar o governo sob “tutela” do Poder Legislativo por meio de um Primeiro Ministro (cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.40). O Parlamento, nessa linha, votou a emenda constitucional para o trânsito do sistema de governo, de modo que os ministros militares e os representantes mais à direita do espectro político aceitassem “Jango” como Chefe de Estado. Tancredo Neves (1910-1985) seria eleito

pela maioria do Congresso como estreante na cadeira de Primeiro-Ministro e Chefe de Governo (cf. Campos, 2019, pp.433 a 434; cf. Villela in Giambiagi *et al*, 2011, p.40).

Com a renúncia de Jânio, a grande maioria dos acordos financeiros firmados com os credores internacionais foram “congelados”, aguardando o estabelecimento do novo governo. Os fluxos de moeda estrangeira que salvariam a economia foram interrompidos, colocando o Brasil, novamente, na rota da insolvência e do colapso cambial. Caberia, mais uma vez, aos embaixadores Moreira Salles e Roberto Campos o resgate da situação. “Desprovido de reservas cambiais, ou, antes, com reservas cambiais negativas, em vista da acumulação de ‘atrasados comerciais’, o Brasil vociferava uma retórica de independência e praticava uma realidade de mendicância” (Campos, 1987, p.354).

Por intermédio do Ministro das Relações Exteriores nomeado por Tancredo, San Tiago Dantas (1911-1964), Roberto Campos teve a notícia de que o Presidente o queria como representante em Washington (D.C.). Ele seria o “algodão entre cristais” colocado numa posição difícil com o Brasil insolvente de um lado e os EUA credores do outro, num contexto de forte desconfiança sobre a lealdade brasileira ao “bloco ocidental”. Com as insistências do amigo San Tiago e do próprio Primeiro-Ministro, Roberto Campos aceitaria, a contragosto, a função na embaixada (cf. Campos, 1996, p.353; cf. Campos, 2019, pp.437 a 440). Tratava-se de uma tarefa complicadíssima, visto as imposições do momento histórico mundial, a “Guerra fria”, e o ambiente rebelde regional. Uma época de fortes contestações sociopolíticas, num “*Quo Vadis?*” liderado pelo movimento revolucionário cubano, e ecoado por toda Ibero-América (cf. Campos, 1976, pp.200 a 207). Do mais, a incompatibilidade ideológica entre o Embaixador Roberto Campos e o Presidente João Goulart acrescentava um fator complicador, na medida em que a defesa de posições políticas se tornaria quase impossível (cf. Campos,

1987, p.354). Todavia, uma tarefa apaziguada pela abertura do Presidente dos EUA, John F. Kennedy, sobre a posição do Brasil no projeto “Aliança pelo Progresso”. Condição que levou o próprio Presidente Kennedy a defender espontaneamente a causa brasileira num Congresso hostil ao reescalonamento das dívidas e ao Brasil, em Geral ¹⁵ (cf. Campos, 1969a, p.163; cf. Campos, 2019, pp.437 a 443).

A liderança mais imaginativa da ajuda externa para o desenvolvimento sempre pertenceu aos Estados Unidos, e atingiu seu auge no período da “Nova Fronteira” do Presidente Kennedy. [...] Nesse particular, a posição *teórica* dos Estados Unidos tem sido quase uniformemente favorável aos interesses da América Latina (Campos, 1969a, pp.162 e 165).

Apesar do sucesso da visita de “Jango” aos EUA, em outubro de 1961, seu posicionamento se manteve bastante ambíguo. Uma vez que, ao retornar ao Brasil, aprofundou a sua política nacional-populista de alinhamento com o “bloco socialista”, numa escolha que dissolvera o trabalho realizado por Roberto Campos junto ao executivo e ao Legislativo estadunidense. Ao passo que a indefinição do Brasil no Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a questão dos mísseis soviéticos em Cuba desagradava profundamente os representantes dos EUA. Uma opção que isolava o Brasil e lhe dirimia a condição de líder regional, frustrando Roberto Campos e o próprio Presidente Kennedy (cf. Campos, 1969a, pp.258 e 260; cf. Campos, 2019, pp.491 a 499).

Com a mobilização da esquerda sindical e de movimentos camponeses rumo à ação revolucionária, deitava-se ao chão a arquitetura ideológica liberal apresentada por Roberto Campos nos EUA. Concomitantemente, na medida em que os factos falavam mais alto que os argumentos, com a perda de apoio político do gabinete de governo de Tancredo Neves, todo o Conselho de Ministros se demitiu. Situação que arrastou consigo a esperança de estabilização econômica e sociopolítica do país. A instabilidade levou à formação de mais dois gabinetes, Francisco Brochado (1910-1962) e Hermes

Lima (1902-1978), que não angariaram maiores sucessos, nem mitigaram a situação (cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.41). Divergências entre oficiais gerais das três Forças coirmãs e o agravamento da insegurança civil conduziram o sistema parlamentarista à falência total. Nesse ambiente deteriorado, pressões internas e externas ao governo levaram ao plebiscito para o retorno ao presidencialismo em janeiro de 1963. O Congresso, após a realização do *referendum* popular, devolveu os poderes ao Presidente da República (cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.41).

Mesmo o “Plano Trienal” apresentado por Celso Furtado, agora Ministro do Planejamento de “Jango”, ter repercutido bem em Washington (D.C.), a exiguidade de sua aplicação conduziu ao recuo dos investidores. Assim sendo, o ano de 1963, com João Goulart promovendo a “situação revolucionária” no país, seria um período de aprofundamento de crises e da instalação do caos sociopolítico, jogando-se no lixo a “Aliança para o Progresso” e todos os outros projetos de estabilização econômica para o país. Naufragava o Liberalismo no Brasil (cf. Campos, 1969a, pp.200 a 202; cf. Campos, 1987, pp.354 a 356; cf. Campos, 2019, pp.489 e 490, 507 a 516 e 530 a 543; cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.60 e 61; cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.42 e 43).

O Plano Trienal teve vida extremamente curta. Utilizado pelo Presidente Goulart como instrumento político para aliciar apoio de elementos conservadores do empresariado e da classe média, foi logo abandonado, quando se tornou claro que a manutenção de uma política salarial anti-inflacionária e a eliminação de subsídios ao consumidor, a fim de poupar recursos para investimentos, resultaria em tensões sociais e impopularidade a curto prazo, enquanto que as concessões feitas no Plano a recitas ortodoxas (monetaristas) de estabilização econômica irritavam a ala radical do Partido Trabalhista (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.61).

Em meados daquele ano (de 1963), o presidente promoveu uma reforma ministerial, substituindo os responsáveis pelo Plano Trienal [...] e o Ministério do Planejamento foi extinto. Nessa mesma época, assiste-se ao descontrole das contas públicas (com o aumento significativo da oferta de moeda a partir de maio) e à permanência do déficit do balanço de pagamentos, em meio à já mencionada redução das entradas autônomas de capitais. Por fim, teve início uma forte desaceleração da atividade econômica, resultante tanto das medidas contracionistas incluídas no Plano Trienal, como de fatores estruturais relacionados à perda de dinamismo do processo de substituição de importações (Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.43).

As taxas do crescimento do produto real caíram de 10,3% em 1961, para 6,3% em 1962, e 1,5% em 1963. A desordem fiscal, monetária e salarial elevou a taxa de inflação para 80% em 1963, ameaçando ultrapassar a casa dos 100% em 1964, a julgar pelas tendências do primeiro semestre. O balanço de pagamentos entrou em colapso, com o acúmulo de dívidas a curto prazo, atrasados comerciais, e com o desestímulo às exportações e ingressos de capitais estrangeiros. Os investimentos nacionais e alienígenas se retraíram apavorados diante das sucessivas ameaças de estatização e de confisco (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.6 e 7).

Vendo sua comissão nos EUA terminar, Roberto Campos iniciou uma longa viagem rumo ao Extremo-Oriente. Queria ver de perto os modelos de desenvolvimento aplicados no Japão e nos Tigres Asiáticos. Na ocasião, foi convidado para assistir e ministrar palestras no Paquistão, na Índia e na Tailândia, antes de visitar Cingapura, Hong Kong, Japão e Taiwan. Uma rodada que daria ao Embaixador uma grande bagagem cultural e profissional, na medida em que as políticas públicas ligadas ao comércio, à educação e à indústria aplicadas nos países orientais, serviriam de inspiração para ações similares conduzidas por ele num futuro próximo (*cf.* Campos, 1969a, pp.92 e 93; *cf.* Campos, 2019, pp.544 a 546).

O desenvolvimento econômico repousa sobre um suprimento invisível de tecnologia, experiência administrativa, lastro cultural etc. [...] a parte submersa e invisível do desenvolvimento econômico supera, de muito, em dimensões, o capital corpóreo ou visível sob a forma de máquinas e instalações. É frequente, nos países subdesenvolvidos, negligenciarem-se investimentos em educação, pesquisa e formação tecnológica, em benefício de capital tangível, o qual, subsequentemente não pode ser eficazmente utilizado precisamente pela carência de desenvolvimento educacional e tecnológico (Campos, 1963, pp.35 e 36).

No Brasil, o abandono do “Plano Trienal” e as convulsões sociais levavam a uma direção não adequada ao desenvolvimento econômico. A demagogia “progressista” das “Reformas de Base” propostas por “Jango” e os planos de consolidação de uma “ditadura sindicalista” apontavam para um rumo pouco aceito por grande parte das famílias tradicionais, por expressiva fatia da Igreja Católica, pela quase totalidade do judiciário, pelos principais órgãos de imprensa e pela maioria dos oficiais das Forças Armadas. O movimento de derrubada do governo era apenas uma questão de tempo, uma vez que as pressões se tornavam insuportáveis na escalada de uma guerra civil (*cf.*

Campos, 1969a, p.262; *cf.* Campos, 1987, p.356; *cf.* Campos, 2019, pp.547 a 551; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.119; *cf.* Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.43). “Foi nesse quadro de caos econômico e social que adveio a Revolução de Março de 1964, a qual iria implantar uma nova filosofia de política econômica, cujos resultados, em matéria de crescimento, iriam explicitar-se a partir de 1968” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.7).

[...] as Forças Armadas, graças a seu maior grau de coesão institucional e organizacional, são chamadas ocasionalmente a exercer a *restauração da disciplina social*, após impasses políticos que levariam a sociedade ao imobilismo institucional ou ao *radicalismo* subversivo. Nessa hipótese, a intervenção militar seria o resultado do fracasso do instrumental democrático, e não uma causa de “crise política” (Campos, 1969a, p.18).

Acompanhando a citação acima, ao se traçar um panorama do pensamento político do estamento militar brasileiro, em uma primeira análise, como linha de entendimento, percebe-se que as clivagens, praticamente, obedecem a mecanismos institucionais internos. Trata-se de diferenças entre visões de mundo que acompanham o grau de instrução, o tipo de formação e a especificidade de funções. Uma heterogeneidade que ecoa as características próprias da instituição. Montam-se, assim, diferentes visões de como fazer frente a problemas comuns, o que estrutura redes de lealdade e um clientelismo inerente a essas redes (*cf.* Martins-Filho, 2019, pp.63 e 64). Dessa forma, nomeações e escolhas funcionais acompanham as abordagens oriundas de obediências e servidões típicas. Afinidades criadas pelo ambiente operativo em que se deve combater, os meios adequados a esse ambiente e, por fim, as técnicas, as táticas e os procedimentos atrelados aos dois primeiros fatores. Apesar dessa abordagem, a fluidez existente dentro do sistema burocrático militar brasileiro revela a dificuldade de estereotipar, ou generalizar, as opiniões políticas de seus membros. A modelagem apresentada tende a se comportar como um dado estatístico que não dispensa um estudo caso-a-caso. Situação que se agrava quando encoberta pela dominância dos traços

característicos da “hierarquia e da disciplina” a reforçarem um aspecto monolítico (*cf.* Martins-Filho, 2019, pp.65 e 66).

Registremos de início, não sem melancolia, que o moderno treinamento militar – técnicas de mobilização e organização, ciências físicas e mecânicas, planejamento logístico – é mais relevante para a arte da administração que o processo convencional de recrutamento político [...]. As escolas de aperfeiçoamento e comando começam a “humanizar” o horizonte de conhecimentos para áreas da economia, administração e política, que nada têm a ver com o comando dos meios de violência. Quanto ao recrutamento político (com felizes exceções que se tornam cada vez mais numerosas à medida que a nova geração tecnicista se interessa pela política), é ainda tributário, em grande parte, do sistema clientelista ou de uma formação beletista e bacharelesca. O formalismo jurídico predomina sobre o realismo institucional (Campos, 1969a, p.27).

Dito isso, numa segunda análise do estamento militar, entende-se, no Brasil, haver quatro matizes principais, mas que não excluem outras que porventura se destaquem. São elas: a “moderada” (ou “legalista”), a “linha-dura” (ou “dirigista positivista”), a “comunista” (ou “dirigista marxista”), e a “profissionalista” (ou “científica”). Em epítetos que se assumiram de facto pelos jornalistas políticos da época, as quatro linhas presentes, ora coerentes, ora conflitantes, voltam-se a diferentes “visões de futuro” do papel das Forças Armadas na sociedade. Uma estrutura que fez emergir os componentes de acordo com a percepção do momento e do grau de legitimação civil para cada um deles (*cf.* Stepan, 1974, pp.54 a 55, 66 e 80). Focando-se nas duas primeiras clivagens, tidas ambas como “militaristas e tecnocráticas”, nelas, os elãs desenvolvimentista e reformista tendem a conter os excessos “caudilhescos” e nacionalistas, colocando, como na linha “profissionalista”, a racionalidade acima das paixões. Dentro desses limites, coadunam-se no Estado as responsabilidades ligadas a conquistas socioeconômicas de longo prazo, reduzindo-se o atendimento a demandas distributivistas imediatas e contradizendo tendências mais “populistas” (*cf.* Campos, 1976, pp.158 e 159). Para os “legalistas” as Forças Armadas deveriam se restringir à sua herança histórica e consuetudinária do exercício discreto do “Poder Moderador”. Em outras palavras, em caso de ruptura institucional, visar-se-ia, exclusivamente, à

recuperação da normalidade. Uma função “implícita” e “subjativa”, uma vez que esse dito “Poder Moderador” havia sido extinto formalmente junto com a *Constituição de 1824*. Mesmo se explicitado na *Constituição de 1937*, foi novamente abolido objetivamente na *Constituição de 1946* e assim permanecendo até hoje. Já para a “linha-dura”, ainda sob o pretexto de herdeira do “Poder Moderador”, a participação militar na política não deveria ser efêmera ou esporádica, mas permanente. As Forças Armadas seriam a garantia da manutenção da ordem política e da busca pelo “bem comum nacional”. Assim, deveriam agir diretamente na orientação dos partidos e no direcionamento burocrático do país de maneiras profunda e constante (*cf. Campos in Campos & Simonsen, 1975, p.228*).

Na angustiada busca de fórmulas políticas de viabilização do desenvolvimento, o militarismo tecnocrático cumpriu uma missão histórica [...]. Mas útil como tratamento de emergência, ele não é a dieta aceitável para o longo empuxe da história. Pois, pela ausência de comunicação e de crítica, encerra sementes de degenerescência: a autoridade pode degenerar em arbítrio, a moralidade em farisaísmo, o sentido de missão em busca de privilégios, ao passo que a disciplina coagida não tem a durabilidade da disciplina consentida, e o protesto pacífico, gradualmente se transforma em contestação violenta (Campos, 1976, p.161).

Nessa perspectiva, frente à ameaça comunista no Brasil, dentro do contexto da “Guerra Fria” e com amplo apoio popular, político e midiático, viu-se a urgência, para os “legalistas”, e a oportunidade, para a “linha-dura”, da ruptura de obstáculos históricos e sociopolíticos de origem patrimonialista e de ranço varguista, que conduziam o país ao descontrole (*cf. Paim, 2018, p.250; cf. Santos, 1998, p.34*). Dessa forma, a opção da instalação dum regime de exceção, em 1964, pareceu uma solução adequada para muitos, inclusive para o próprio Roberto Campos (*cf. Campos, 1968, pp.81 a 83 e 87 a 89*). Uma medida sentida como necessária para a manutenção da ordem pública, a salvaguarda institucional, a construção e capilarização de infraestruturas físicas e o fomento econômico numa matriz capitalista (*cf. Paim, 2018, p.249 e 250*).

O movimento de “31 de março de 1964”, nesse sentido, representou o cume duma série de eventos imediatamente anteriores, entre acordos e desentendimentos. A antecipação do desencadeamento da ação, em si, desafiou a arquitetura estratégica de todos os articuladores, a ponto de nenhum lado estar realmente preparado. A “Revolução” não tinha aderentes firmes no momento de seu lançamento, tão pouco havia resistência da parte de quem quer que fosse da “contrarrevolução”. Os “insurgentes”, bem como o “dispositivo militar” que sustentava “Jango”, foram pegos completamente de surpresa ¹⁶ (cf. Gáspari, 2002a, pp.77 e 84; cf. Neto, 2019, p.25; cf. Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.44). “No Brasil, o imediato deflagrador da crise política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A intervenção militar foi relutante, tendo em vista a forte tradição legalista das Forças Armadas” (Campos, 1969a, p.21).

A busca pela aceitação parlamentar do regime, por parte dos “moderados”, coincidiu com pressões para o arrefecimento do ímpeto revolucionário. Um pedido que contrariou profundamente os mais radicais, civis e militares da “linha-dura”, que viam o Parlamento como um braço do Executivo. O mal-estar na cúpula do movimento desencadeou exigências entre aliados, numa severa cizânia que fragilizaria a governança ao longo de todo o regime recém instituído (cf. Dulles, 1980, pp.161 a 208; cf. Schneider, 1971, pp.140 a 148; cf. Skidmore, 1988, pp.42 a 45).

Nesse contexto, acompanhando a situação apresentada, a partição do poder se deu entre as vertentes “legalista” e “dirigista positivista”, passando a se rivalizarem no comando do país. Para ambas, o movimento de 1964 representava um “autoritarismo de transição”, na medida em que se queria a restauração da ordem política e a retomada do desenvolvimento econômico, principalmente. Todavia, derivadas das diferenças apresentadas acima, divergências eram gritantes quanto à sensação de urgência das

ações frente aos movimentos sociais antissistêmicos e à retomada democrática. Para os “moderados” as medidas de restabelecimento da ordem pública se pautariam na estrita legalidade, limitadas no tempo, com a intervenção durando até janeiro de 1965; ao passo que para a “linha-dura”, os “fins justificariam os meios” não importando o tempo necessário. Do ponto de vista do restabelecimento da ordem democrática, essa deveria ser parelha ao restabelecimento da normalidade para os “moderados”; por outro lado, para a “linha-dura”, deveria ser cautelosa e permanentemente tutelada. Porém, em assuntos econômicos não havia grande divergência de opiniões. As duas linhas seguiam tendências estatistas e nacional-desenvolvimentistas, com grande desconfiança de capitais privados e relutância a investimentos estrangeiros diretos (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.228).

As condições para o fim do regime de exceção eram claros para todos, com a normalização do ordenamento institucional e a retomada econômica não se justificaria a sua manutenção. Ficava evidente, entretanto, que um intervencionismo cauteloso corria o risco de ser ultrapassado pelo entusiasmo reacionário. Uma condição que demandava medidas de contenção dos movimentos radicais antissistêmicos de ambos os lados do espectro político, visando-se a limitação de danos. Uma responsabilidade assumida pela liderança dos militares “moderados” no sentido de refrear abusos contra os Direitos Humanos, excessos de autoritarismo político e exageros de intervencionismo econômico (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.229).

É certo que a Revolução de Março de 1964 teve de brutalizar vários aspectos formais do sistema democrático. De outra maneira não seria revolução, pois que esta, como diria Mao Tsé-tung, “não é um convite para um banquete”. O importante é saber se a interrupção da liturgia democrática foi confinada estritamente às necessidades de reforma institucional, ou se serviu a abusos de poder pessoal. A despeito de erros e injustiças que possam ter sido cometidos, nada indica que Castello Branco se tenha jamais desviado de uma estrita fidelidade ao idealismo da reforma institucional: procurou julgar à base da evidência de *subversão* – ou seja, a utilização do instrumental democrático para sua destruição – ou de *corrupção* – ou seja, a desmoralização das instituições pelo abuso de privilégios (Campos, 1968, pp.80 e 81).

3.5. O GOVERNO CASTELLO BRANCO.

Roberto Campos conhecia o Marechal Castello Branco do tempo em que ambos palestraram na Escola Superior de Guerra (ESG) e haviam ombreado na IV Reunião de Consulta Diplomática ocorrida em Washington (D.C.), em 1951. Na entrevista realizada pelo próprio Marechal na biblioteca do Palácio da Alvorada, a oferta da chefia do Ministério do Planejamento foi recusada de pronto pelo Embaixador. Uma posição assumida por Roberto Campos visto o fracasso de planos de governo que lhe haviam dado trabalho na elaboração e nunca seguidos, numa demonstração de pouca vontade política na resolução de questões econômicas por parte do Executivo Federal ¹⁷ (cf. Campos, 2019, pp.555, 556 e 559; cf. Flynn, 1978, pp.322 e 323; cf. Stepan, 1974, p.185). Outrossim, segundo o Embaixador, uma grande dificuldade para o planejamento estatal no Brasil era de ter de se lidar com uma “inflação estrutural” que colocava tudo a perder. Esta havia passado de saudáveis 2,5% ao ano (aa) de 1900 a 1939, a 6% aa, de 1940 a 1952, oscilado entre 12% e 25% aa entre 1953 e 1958, decolando da média de 40% a 80% aa entre 1959 e 1963 e fechando com uma projeção de 144% para o ano de 1964 (cf. Campos, 1963, pp.59 e 60; cf. Campos, 1987, pp.349 e 350; cf. Hermann in Giambiagi *et al*, 2011b, pp.51 e 53; cf. Paim in Campos, 1968, pp.26 e 27; cf. Simonsen in Campos & Simonsen, 1975, p.79; cf. Vianna & Villela in Giambiagi *et al*, 2011, pp.7 e 15; cf. Villela in Giambiagi *et al*, 2011, pp.28, 29, 41 e 43). Qualquer plano de desenvolvimento seria impossível sem o “doloroso transbordo” da retenção inflacionária e não se conhecia nenhum político disposto a empreender esse desafio. “Como conciliar as medidas difíceis de controle da inflação – contenção de crédito e de salários, corte de despesas e às vezes desemprego temporário – com o *processo eleitoral*

[...]” (Campos, 1968, p.254). Castello Branco, no entanto, impressionando Roberto Campos, afirmou que assumiria a responsabilidade pela estabilização econômica, independentemente do custo político (cf. Campos, 2019, p.560).

Fosse ou não *monetarista* ou *estruturalista*, o Governo que subiu ao Poder depois da queda do Sr. Goulart tinha entre suas tarefas imediatas e obrigatórias a de pôr um freio ao agudo processo inflacionário, que já transtornara orçamentos no setor público e no privado, tanto quanto na área de cada família. A julgar pelos índices do primeiro trimestre de 1964, o ritmo de crescimento dos preços marchava para 144% e, em sua voragem, nenhuma ordenação se poderia tentar no âmbito das finanças públicas, nem conquistar no setor privado o mínimo de confiança, sem o que não funciona uma política econômico-financeira (Paim *in* Campos, 1968, pp.26 e 27).

Após o breve colóquio, numa decisão que teve de “engolir”, o Embaixador foi convocado para a pasta do Planejamento. Nessas circunstâncias, como efeméride, utilizando o telefone da biblioteca do palácio, avisou à família, no Rio de Janeiro, até então desinformada, que estava em Brasília e que não retornaria tão cedo para casa. Assumia o Ministério do Planejamento no dia seguinte à sua convocação ao Palácio da Alvorada (cf. Campos, 2019, p.560). Na cerimônia de posse, coerente com argumentos que defendeu ao longo de anos, declarou que a intenção do intervencionismo estatal na economia não era de sufocar o capital privado, como muitos supunham, mas de controlar os gastos do Estado em todas as esferas. O Embaixador Roberto Campos, agora Ministro do Planejamento, objetivava gerar uma administração coerente e criar um ambiente seguro para investimentos. Tratava-se dum movimento que se calcaria na geração de riqueza e não numa política distributiva cega. Uma busca por desenvolvimento econômico com uma grande preocupação social, tendo em vista a necessidade de estabilização da ordem pública e de garantias de continuidade, o todo voltado a uma “modernização institucional” (cf. Campos, 2019, pp.562 e 570). “Essas reformas não visavam apenas o setor econômico, senão que também ao setor social e político” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.45).

Com a “equipe do planejamento” montada, Roberto Campos angariou respaldo suficiente para que o Presidente Castello Branco sentisse plena confiança no gabinete recém-formado. Uma realização louvável, uma vez que o Marechal tinha a preocupação de mostrar, para o Brasil e para o Mundo, que o regime nascido em março 1964 era um verdadeiro movimento modernizador e não um simples golpe de Estado numa “república de bananas”¹⁸ (cf. Campos, 1968, p.285; cf. Campos, 2019, pp.570 e 571; cf. Dulles, 1980, p.443). “[...] ganha corpo, entre os países subdesenvolvidos, a ideia de se atribuir a uma unidade planejadora central não só a responsabilidade programática, mas, também, a de supervisionar a execução de planos pelos diversos departamentos governamentais” (Campos, 1963, p.46).

O primeiro presidente militar, Castello Branco, em 1964, antes que surgissem as experiências desenvolvimentistas da orla asiática, percebera intuitivamente a conveniência de se aproveitar o interlúdio autoritário – que salvara o Brasil do autoritarismo de esquerda, implícito na “República Sindicalista” de Goulart – para reformar e liberalizar a economia (Campos, 1996, p.230).

Propôs-se (Castello Branco) como objetivo final a “*democratização das oportunidades*”. Como valores instrumentais, a restauração da *estabilidade*, a preparação das condições para o *desenvolvimento* e a implantação de *reformas*. Estas abrangeriam as reformas *econômicas*, a reforma *política*, e as reformas *sociais* (Campos, 1969a, p.311).

Nessas circunstâncias, as diretrizes políticas do Presidente Castello Branco eram no sentido de 1) preparar-se um programa de ação de emergência para o período 1964/1966, centrado principalmente no combate à inflação e na correção de distorções do sistema de preços; 2) acelerar a modernização da estrutura social e econômica, pela implantação de reformas; 3) institucionalizar o mecanismo de planejamento e reformular o sistema de elaboração e execução orçamentária através de uma reforma administrativa e 4) dar início a um processo de planejamento a longo prazo (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.61).

Reflexo de sua própria visão de mundo e experiência, Roberto Campos sabia que as reformas exigiam uma ação ampla e profunda. Deveriam abranger aspectos administrativos, econômicos, políticos e sociais, de maneira transversal e interrelacionada. Uma arquitetura que demandava uma equipe ativa para apoiar lacunas e resolver impasses, além de suavizar atritos internacionais e apresentar resultados concretos ao Mercado. A demagogia em nada faria progredir os pedidos de apoio e de

crédito ou que se perdoassem as inconsistências produzidas por sucessivas “inviabilidades políticas” ou “contrariedades”, constantes desde o tempo de “JK”. Uma perspectiva que se consolidava no relançamento da economia com o cuidado de se controlar a inflação e evitar choques ¹⁹ (cf. Campos, 1968, pp.285 e 286; cf. Campos, 2019, pp.572, 578 e 580; cf. Paim in Campos, 1968, pp.27 e 28). “Na conjuntura brasileira do momento parece já transposto o período em que a inflação poderia servir como veículo de propulsão econômica, [...] os elementos negativos passaram a dominar cada vez mais sobre os elementos positivos” (Campos, 1963, p.70). “Porque a inflação é uma luta de classes que buscam aumentar sua fatia de um bolo que não dá para todos: o governo, querendo gastar mais que suas receitas; os empresários, querendo crédito superior à oferta de poupança; os assalariados, desejando salários superiores à produtividade. Conquanto a inflação torne essas fatias ilusórias, ninguém as abandona” (Campos, 1968, p.88). Dentro desse enfoque, ao se viabilizar uma proposta sólida, buscava-se atenuar o “sebastianismo” varguista e se superar a desconfiança no novo regime. Simultaneamente, por meio do atendimento às questões sociais, entedia-se reduzir os estímulos da ala socialista antissistêmica, potencializados pela sensação de abandono das camadas mais pobres da sociedade. Assim, acalmar as tensões e garantir a ordem pública, enquanto se aguardasse a recuperação econômica ²⁰ (cf. Campos, 1969a, pp.311 a 314; cf. Campos, 2019, p.578; cf. Stepan, 1974, p.236).

O último, porém, nem por isso menos importante elemento do modelo de reconciliação democrática é a política social. Esta deve assentar sobre duas bases: uma política de distribuição da renda, que englobe tanto os aspectos salariais como os de equidade fiscal, e uma política de mobilidade social, centrada na oferta de educação, como fator de promoção social e de democratização de oportunidades [...]. O importante é dar-lhes um substrato motivacional e enquadrá-las no propósito consciente de aumentar o pluralismo econômico, como condição de pluralismo político e de viabilização da opção institucional pela sociedade aberta (Campos in Campos & Simonsen, 1975, p.239).

“Logo após a Revolução de Março de 1964, o Governo Castello Branco iniciou uma etapa heroica de restauração econômica do país, visando ao combate à inflação, ao

reequilíbrio do balanço de pagamentos, e à criação das bases para um desenvolvimento a longo prazo” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.7). Como previamente estudado e compreendido, para a implementação desse projeto socioeconômico estratégico, o Ministério do Planejamento convocou e coordenou grupos de trabalho organizados por temas (*cf.* Campos, 1963, pp.46 e 47). No “*Documento de Trabalho nº1: a crise brasileira e diretrizes para a recuperação econômica*” (Vide Anexo 2) “Campos (apontou) duas linhas principais de ação para a superação da crise: o ‘lançamento de um plano de emergência destinado a combater eficazmente a inflação’, [...], e o ‘lançamento de reformas de estrutura’” (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.51). O Presidente e todo seu gabinete de governo foram impactados pela amplitude do projeto, sua nitidez na apresentação e a concretude das soluções, sem deixar de se notarem os “efeitos colaterais” das medidas corretivas (*cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.51). Assumindo-se o risco político dessa postura mais contundente, o plano foi aprovado, como estava, por unanimidade dos Ministros, em 30 de abril de 1964. “O Governo Castello Branco aceitou a tarefa, dura e indispensável, de construir as fundações para uma futura fase duradoura de crescimento” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.8). Nascia o “*Plano de Ação Econômica do Governo*”, o “PAEG”, numa conjuntura que mostrava, claramente, o entrosamento entre uma política de exceção e as demandas para a liberalização da economia. A chave do desempenho do Governo, nesse sentido, marcou-se pela sinergia conseguida entre os militares no poder e a tecnocracia administrativa civil. “[...] o Brasil de 1964-73 ilustra um caso de nítida ausência de correlação entre democracia e desenvolvimento e de alta correlação entre autoritarismo e reforma econômica” (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.50).

Com o afastamento do perigo ideológico de viés marxista por um governo de exceção, atores públicos e políticos saudaram o novo regime e suas diretrizes de gestão.

Mesmo com o escalar do atrito entre os empresários de capital privado nacional e a Presidência da República, o planejamento fiscal superavitário e o creditício restritivo foram considerados urgentes e necessários (cf. Campos, 1968, pp.120 e 121; cf. Campos, 2019, pp.578 e 579; cf. Dulles, 1980, p.69; cf. Fiechter, 1977, p.51; cf. Flynn, 1978, pp.329, 330 e 441; cf. Hermann in Giambiagi *et al*, 2011b, p.50; cf. Martins-Filho, 2019, pp.111 a 113; cf. Schneider, 1971, pp.149, 150, 201 e 202). “A crua verdade é que nenhum programa sério de combate à inflação pode dispensar a coordenação de três elementos – contenção do déficit do governo, contenção de salários e contenção de crédito – que são elementos formadores do excesso de procura monetária” (Campos, 1968, p.121).

O “PAEG” foi consolidado sob a tríade “desinflação, desenvolvimento e reformas”, um *slogan*, que o Ministro da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, abraçara como seu (cf. Campos, 2019, p.581). Nessa linha, destacava-se o eco da “*Teoria Geral*” (Keynes, 1996), em que a preocupação residia no “comportamento do sistema econômico como um todo – com a renda global, com o lucro global, com o volume global da produção, com o nível global de emprego, com o investimento global e com a poupança global” (Keynes, 1996, p.38). “O Governo teve de impor uma política monetária e fiscal bastante severa, a qual não podia compatibilizar com a obtenção de altas taxas de crescimento do produto real a curto prazo” (Simonsen in Campos & Simonsen, 1975, p.8).

O PAEG avançou um passo a mais que o Plano Trienal, mediante uma integração mais apurada das políticas fiscal, creditícia, cambial e salarial. Em vista da deterioração que ocorrera tanto na máquina administrativa como no aparelho estatístico, desde o Plano Trienal, o PAEG deu mais ênfase à clara definição de políticas básicas que à fixação de metas quantitativas.

Seus cinco objetivos declarados eram 1) amortecer a taxa inflacionária, com vistas a restaurar-se um razoável equilíbrio até 1966; 2) acelerar a taxa de crescimento econômico interrompida no período 1962/1963; 3) aliviar desequilíbrios setoriais e regionais e as tensões criadas pela desigualdade social; 4) assegurar, mediante uma apropriada política de investimentos, adequadas condições de emprego produtivo, a fim de absorver a mão-de-obra em expansão; e 5) restaurar a viabilidade do balanço de pagamentos (Campos in Campos & Simonsen, pp.61 e 62).

Ambos, Bulhões e Campos, com o apoio incondicional do Presidente da República, foram para o Congresso explicar aos parlamentares em que medida o “PAEG” iria agir positivamente e de forma gradual nos indicadores macroeconômicos brasileiros (*cf.* Dulles, 1980, p.69. *cf.* Schneider, 1971, p.150). “A opção pelo gradualismo foi justificada no Plano com base no argumento de que havia a necessidade de uma ‘inflação corretiva’ e de evitar-se uma grave crise de estabilização” (Hermann *in* Giambiagi *et al.*, 2011b, p.52). Com a aprovação parlamentar do plano, o próprio Roberto Campos solicitou a Castello Branco que o Ministério do Planejamento se focasse na sua divulgação e na redução de atritos interministeriais. Buscava o bom andamento administrativo para o aumento da confiança de credores e a durabilidade das reformas previstas (*cf.* Campos, 2019, p.580). “Numa segunda etapa (com a inflação sob controle), seriam, então, implementadas políticas diretamente voltadas para o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico – o que, de fato (*sic*), foi feito a partir de 1967” (Hermann *in* Giambiagi *et al.*, 2011b, p.53). Entretanto, a salvação imediata não se encontrava em recursos teóricos da macroeconomia e da grande política, mas, mais uma vez, na rolagem da dívida externa e na abertura de linhas de crédito. Estas repousariam, em sua essência, na percepção dos investidores europeus, japoneses e norte-americanos de que o perigo revolucionário socialista havia sido afastado do Brasil (*cf.* Campos, 2019, p.581; *cf.* Dulles, 1980, p.69). “Além do obstáculo da inflação corretiva, o Governo teve que enfrentar outros adversários. Em primeiro lugar, a herança de uma quase insolvência internacional” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.84).

Para deixar mais clara a situação de urgência em que se encontrava a equipe econômica do Governo Castello Branco, em abril de 1964 a dívida externa brasileira se acumulava em US\$ 3,29 mil milhões (US\$ 28,34 mil milhões em valores atuais). O

montante, proporcionalmente, não era muito elevado, 15,5% do PIB de US\$ 21,21 mil milhões (US\$ 182,70 mil milhões em valores atuais). O drama, porém, repousava no vencimento do principal da dívida: quase 50% do capital poderia ser exigido no biênio 1964-1965. Uma cobrança impagável, visto a situação das reservas cambiais. Uma condição que conduziria a uma moratória unilateral do Brasil e a um colapso econômico irrecuperável a curto e a médio prazos. A sombra dessa crise representava dez a quinze anos de “falência” econômica e toda a *débaçle* social que dela decorreria. Dessa forma, não era uma opção resolver os passivos deixados pelos governos anteriores e angariar novas entradas de capital, mais uma vez, era uma questão de vida ou de morte para a gestão socioeconômica do país (*cf.* Campos, 2019, pp.582 e 583; *cf.* Dulles, 1980, p.67; *cf.* Skidmore, 1988, pp.35 a 37). Nesse sentido, o “triângulo dos credores” do “Clube de Haia”, EUA, Europa e Japão, foi atendido por uma equipe reforçada do Ministério das Relações Exteriores, para espalhar a boa notícia de que o “PAEG” havia sido aprovado. Com isso, explicar seus pormenores e apresentar as suas providências para a retomada dos indicadores macroeconômicos do país (*cf.* Campos, 2019, p.582; *cf.* Dulles, 1980, p.68). Como o próprio Roberto Campos havia feito cerca de três anos antes, a equipe liderada pelo Embaixador Sette Câmara (1920-2002) se reuniu com o “Clube de Paris”, em junho de 1964, ao passo que o empresário paulista Trajano Pupo Neto (1915-1991), fez as vezes do Embaixador Moreira Salles nos EUA. Somando-se a esse esforço houve a intervenção direta dos ministros da equipe econômica, Bulhões e Campos, junto ao Banco Mundial, ao FMI e à U.S. *Agency for International Development* (USAID), todas três instituições em Washington (D.C.) (*cf.* Campos, 2019, pp.581 a 583).

As conquistas mais importantes dessa etapa foram o reescalonamento de 70% da dívida com dois anos de carência do serviço e cinco de pagamento do principal com o Japão e a Europa e o reescalonamento completo do principal da dívida e seu serviço em

cinco anos com os EUA. Condição que dava um enorme alívio para se recuperarem as reservas em moeda estrangeira e estar em condições de cumprir com as responsabilidades no mercado de crédito. Tratava-se dum conjunto de conquistas importantíssimas do momento inicial, para não dizer as mais importantes, com o alívio de todas as contas internacionais do Brasil. Evitavam-se, mais uma vez, a insolvência e a moratória para as quais se caminhava a passos largos (*cf.* Campos, 2019, p.581).

Simultaneamente às negociações para a redução da pressão da dívida externa sobre as contas públicas, buscavam-se soluções para as graves questões internas. Uma vez restabelecida a confiança internacional no mercado brasileiro, era necessária a estruturação de mecanismos que estimulassem o ambiente de negócios. Para tal, foram implementadas reformas econômicas focadas nos sistemas financeiro, fiscal e produtivo. Após um esforço legislativo dos Ministros Bulhões e Campos junto com parlamentares oriundos da agricultura, do comércio e da indústria, a Lei nº 4.595/64 reestruturou o sistema financeiro e bancário, criando o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Próprio Banco Central do Brasil (BaCen ou BCB). Esse último, formado da fusão da antiga Superintendência de Moeda e de Crédito (SUMOC), com as diretorias monetária e de resseguros desmembradas do Banco do Brasil. O BaCen abriria as portas em 31 de março de 1965, e, imediatamente, desvalorizaria a moeda para favorecer investimentos forâneos e estimular a competitividade do produto brasileiro no exterior ²¹ (*cf.* Campos, 2019, pp.688 e 693; *cf.* CVM, c2020, investidor.gov.br; *cf.* Dulles, 1980, pp.150 a 152; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.56; *cf.* Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.209; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.124; *cf.* Skidmore, 1988, p.30; *cf.* Syvrud, 1974, pp.53, 54 e 74 a 76).

(Um) setor visivelmente retardatário da economia brasileira no início da década de 1960 era o sistema financeiro. De um lado, o controle do sistema criador de moeda era bastante precário: não havia banco central, e as suas funções eram divididas entre o Tesouro Nacional, a SUMOC e o Banco do Brasil. O Tesouro Nacional possuía a competência de emitir papel moeda. A SUMOC era o órgão normativo de política monetária e cambial. Mas não possuía nenhuma autoridade executiva sobre o sistema. O Banco do Brasil desempenhava a função de banqueiro do Tesouro e de banqueiro dos bancos (através da Carteira de Redescontos e da Caixa de mobilização Bancária) misturando essas funções típicas de Banco Central com as de um Banco Comercial e um Banco de Fomento. Essa mistura de funções no Banco do Brasil representava, na realidade, um dos mais sérios obstáculos à boa condução de uma programação monetária (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.124).

Nesse mesmo sentido, o “Sistema de Correção Monetária”, instituído pelo Art. 3º da lei nº 4.357/64, permitiu um ajuste regulatório mais adequado sobre valores do mercado e de preços ao consumidor. “Correção monetária é por definição, ‘o reajuste periódico e automático de determinados valores de acordo com determinados índices que traduzem a taxa de inflação’” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.133). Esse sistema financeiro de atualização foi aplicado de forma geral em diferentes setores da gestão da vida pública e da esfera privada. Com a correção monetária, colocava-se abaixo uma lógica tributária e fiscal retrógradas, como a “medieval” “Lei da Usura” que limitava o ganho sobre empréstimos a 12% aa, independentemente da taxa de inflação; tratava-se de um mecanismo que dava grandes vantagens aos “amigos” do governo, ao se distribuírem recursos de origem pública a baixíssimo custo (*cf.* Campos, 1964b, pp.7 a 9;*cf.* Campos, 2019, p.641; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.56; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.119, 124 e 125). “Tais financiamentos a juros subsidiados, eram altamente disputados pelos interessados e, em muitos casos, a sua distribuição se guiava por critérios de prestígio político” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.125). Igualmente anacrônica era a regulação da estabilidade monetária, decretando-se, por lei, que o Cruzeiro, moeda da época, era estável. Assim, ignorava-se artificialmente a pressão inflacionária e se distorcia completamente o Mercado, em geral. Um “delírio demagógico” que se refletia numa irrealidade econômica que impedia a sustentação da estrutura creditícia privada, os ajustes de

preços de serviços públicos, a promoção de locação imobiliária ou qualquer outra atividade que dependesse de correções de base inflacionária para sua manutenção, como reajustes salariais (*cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.120; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.133 a 139). Dessa feita, a correção monetária se tornava uma medida mais realista que, além de referenciar ajustes, criou as condições da formação gradativa do ambiente de créditos e de capitalização do Mercado privado, praticamente inexistente até então (*cf.* Campos, 1987, p.98; *cf.* CVM, c2020, investidor.gov.br; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.56; *cf.* Moura *in* Moura, 2007, p.14; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.139). Atualmente, o “Sistema de Correção Monetária”, ou “Sistema de Correção de Valores”, baseia-se em índices que variam de acordo com diferentes métricas de aferição. Os principais são: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apresenta a inflação de preços aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em determinado período (BCB, *Índice de Preços*, bcb.gov.br); e a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), que fornece a base de cálculo para rendimentos financeiros em determinado período e é decidido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BCB (BCB, *Definição e Histórico*, bcb.gov.br). “Em suma, a correção monetária livrou a inflação brasileira da maior parte das distorções que classicamente se associam às altas crônicas de preços” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.142), mostrando-se compatível à situação brasileira na redução de mais de 60% no índice de inflação em sete anos (*cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.143).

O “Sistema da Correção Monetária” foi efetivamente proporcionado pela introdução de títulos para financiamento voluntário da dívida pública. Um expediente inovador consolidado, no Art. 1º da Lei 4.357/64, que criava as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) (*cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.134). Um

produto financeiro voltado à captação de recursos privados mediante uma emissão remunerada acrescida de correção sobre base inflacionária. Uma solução que fornecia um estímulo para a compra desses títulos por meio duma “securitização” dos valores investidos. Um artifício que facilitou a administração do déficit público sem a necessidade de se emitir moeda para cobrir os gastos excedentes, ou aumentar a dívida externa²². “As ORTN restauraram o prestígio da dívida pública federal e iriam desempenhar importante papel no financiamento do déficit da União [...]” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.134). “[...] graças a esse sistema, a dívida interna federal em títulos pôde se elevar de 41 milhões de cruzeiros em 1964 para 26 (mil milhões) em 1972, passando de 0,2% para 8,9% do produto interno bruto” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.126). A valorização das ORTN se tornou a referência de todos os outros indexadores do mercado e permitiu o realinhamento da economia sobre fundamentos coerentes e coesos (*cf.* Campos, 2019, pp.638 e 639; *cf.* CVM, c2020, investidor.gov.br; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.58; *cf.* Moura *in* Moura, 2007, p.14; *cf.* Paim *in* Campos, 1968, pp.17 e 18; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.126; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.137 *cf.* Skidmore, 1988, p.32).

Data de julho de 1964 a lei que autorizou o Poder executivo a emitir Obrigações do Tesouro, com cláusulas de correção monetária, daí o resultado a mais séria tentativa, desde 1930, de retorno do Estado ao mercado do dinheiro, como vendedor de títulos de sua emissão. [...] No Brasil, o Estado fazia caso omissivo de sua capacidade de endividamento interno, não porque ignorasse as vantagens do acesso ao nosso mercado de capitais, mas simplesmente por medo de ferir interesses particulares poderosos (*cf.* Paim *in* Campos, 1968, p.17).

Outro grande avanço foi realizado por meio da “Lei de Mercados e Capitais”, nº4.728/65, que criou a legislação sobre Bolsa de Valores no Brasil e estabeleceu diretrizes para seu desenvolvimento. Uma regulação que consolidou, na época, as Bolsas Regionais nos mais ricos Estados da Federação e no Distrito Federal. Dispositivo que permitiu a capitalização de empresas privadas dentro dum sistema de *open-market* e a

“indústria” de fundos de investimento. Um sistema basilar para a modernização dos produtos de captação de investimento e a entrada do Brasil no mercado mundial de crédito privado direto e de valores financeiros. Para auxílio a essas ferramentas de mercado, a supressão da lei sobre remessa de lucros ao exterior se tornou um catalizador favorável ao sistema (*cf.* Campos, 2019, p.642; *cf.* CVM, c2020, investidor.gov.br; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.58; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.126 e 127).

[...] a lei 4.728 institucionalizou todo o sistema (financeiro) delimitando as funções dos Bancos Comerciais, Bancos de investimentos e Desenvolvimento, Sociedades de Crédito e Financiamento, Sociedades de Investimento, Sociedades Corretoras, e Distribuidoras, Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimos etc. Na realidade, o esforço de reorganização institucional vem prosseguindo por uma série de ações e atos normativos. Um dos passos mais importantes nesse sentido foi, nos últimos anos, a criação das operações de *open-market* pelo Banco Central (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.127).

Do ponto de vista tributário, com a reavaliação do Imposto de Renda (IR), iniciada em 1964, uma vasta reforma tomou corpo. Devido aos novos reajustes do IR, os montantes cobrados, não acumuláveis, giraram em torno de 5%, nos casos mais rigorosos (como nota, atualmente, a média do IR no Brasil gira em torno de 25%). Uma condição que retirava das famílias o “peso da agenda fiscal”, permitia uma valorização do poder de compra e acelerava o giro econômico de forma não inflacionária. Nesse mesmo sentido, os ativos de renda variável e os poupadores passaram a ser isentos de tributos em seus ganhos, favorecendo investimentos e aumentando o acúmulo de capital para reinvestimento e créditos. Por meio dessas normas atualizadas, deu-se início à política de incentivos a investimentos “de interesse econômico”, a exemplo das isenções sobre ganhos de capitais no mercado acionário. Desse modo, direcionou-se a capitalização para setores prioritários, sem a necessidade de se criarem dívidas públicas ou de se penalizarem ações de cunho assistencial. Redistribuiu-se, igualmente, a cobrança por setores que eram isentos, como jornalistas e magistrados (*cf.* Campos,

2019, p.638; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.58; *cf.* RFB, c2016, receita.economia.gov.br).

Ainda na reforma tributária, as Leis nº 4.357/64 e nº 4.503/64 revogaram impostos retrógrados e incompatíveis que se acumulavam desde o tempo do Império. “Além de impostos injustos e os incidentes em cascata, havia os destituídos de funcionalidade econômica. Deles o mais importante era o ‘imposto de selo’, o qual não incidia sobre rendas, mercadorias ou serviços, mas sobre contratos” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.122). Assim, além de eliminar os impostos redundantes e anacrônicos, estabeleceram-se: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), bem como impostos especiais sobre combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais, a maioria ainda em vigor.

Por sua vez, a Lei nº 4.502/64 dispôs sobre impostos indiretos e ao mesmo tempo, definiu os crimes de sonegação fiscal e de fraude, entre outras tipificações ligadas a desvios tributários. Ao passo que a Lei nº 4.506/64 regulamentou os impostos retidos na fonte e aplicou os princípios da correção monetária aos tributos. Uma diligência fundamental que garantiu um alinhamento automático das bases fiscais do Estado em relação à inflação e à velocidade do giro econômico. Uma circunstância que, historicamente, não se apresentava da mesma maneira, uma vez que o ajuste de receita era feito mediante um esforço legislativo recorrente e desgastante (*cf.* RFB, c2016, receita.economia.gov.br).

No mesmo ensejo, criou-se o Departamento de Arrecadação, subordinando-o à Direção-Geral da Fazenda Nacional. Facilitando-se, junto com a Lei nº 4.862/65, a criação dos registros de pessoas físicas e jurídicas, bem como a coleta de impostos por meio do alinhamento da rede bancária ao sistema fazendário. Uma medida de

desburocratização que promoveu facilidades administrativas ao contribuinte, em geral, e aos investidores, em particular (cf. Campos, 2019, p.641; cf. RFB, c2016, receita.economia.gov.br). A reforma, com essas medidas, atualizou, modernizou e desburocratizou o sistema tributário do Brasil, regulamentando, inclusive, as esferas estaduais e municipais (cf. Campos, 1968, pp.118 e 119; cf. Campos, 2019, p.647; cf. Dulles, 1980, pp.376 e 377; cf. Lara-Resende in Abreu, 2010, p.209, cf. RFB, c2016, receita.economia.gov.br; cf. Simonsen in Campos & Simonsen, 1975, pp.121 a 124; cf. Syvrud, 1974, pp.131 a 133). Isso posto, todas as medidas tributárias apresentadas foram consolidadas em 1966 pelo Código Tributário Nacional (CTN), na materialização dum esforço de décadas e refreado diversas vezes por resistências patrimonialistas e fisiológicas tradicionais do sistema sociopolítico brasileiro (cf. Paim in Campos, 1968, pp.18 e 19).

No mesmo sentido do saneamento fiscal, buscou-se uma equalização orçamentária. Desde os primeiros meses após 31 de março de 1964, o orçamento passou por uma revisão voltada a austeridade de gastos públicos. Os déficits foram reduzidos “a machadadas” com amparo legal previsto no Ato Institucional nº1 (AI-1) e consolidado na “*Constituição Federal de 1967*”. Resumidamente, proibia-se o Poder Legislativo de acrescentar despesas ao orçamento sem prever a fonte, além de se estimar o impacto inflacionário tanto na receita (impostos), quanto na despesa. Essas medidas principais visavam não só conter a expansão orçamentária, como regular o emprego do dinheiro público. “Essa melhoria da técnica orçamentária representou, de fato (sic), um dos grandes passos em favor da dignificação do sistema nacional de planejamento” (Simonsen in Campos & Simonsen, 1975, p.124).

Em outra perspectiva, uma nova categoria de cobrança tributária indireta foi estabelecida por meio da Lei nº 4.621/65, no sentido de criar uma poupança obrigatória

aos funcionários públicos e assalariados da iniciativa privada. Todos foram levados a realizar uma subscrição compulsória de ORTN, sem a possibilidade de movimentação pelo prazo de três anos, com captação progressiva entre 10 e 30%. Foram criados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – e o Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP. Um sistema a ser utilizado para indenizações trabalhistas, como será explicado mais adiante, e que gerou capitais rotativos fornecidos à construção civil, aos investimentos em educação e em saúde. Algo muito similar ao que Keynes havia sugerido para fomento da “Economia de Guerra” em seu tempo (*cf.* Campos, 2019, p.653; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.54; *cf.* Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.210; *cf.* Paim *in* Campos, 1968, pp.23 e 24; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.129 e 130; *cf.* Syvrud, 1974, pp.47 a 49; *cf.* Wapshott, 2011, p.214).

A Lei 5.107/66 instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, formado por contribuição das empresas equipolentes a 8% da folha de salários, e que foi destinado aos trabalhadores em substituição ao antigo sistema de estabilidade e indenização trabalhistas. Os recursos desse Fundo, que são sujeitos à correção monetária, são aplicados em financiamentos imobiliários pelo Banco Nacional de Habitação (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, p.137).

No que tange às políticas trabalhista e salarial, elas acompanharam a política do crédito. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do tempo do “Estado Novo”, trazia incompatibilidades com a necessidade de dinamismo. A reforma proposta pelo “PAEG” e bem aceita pelo mercado, reduzia consideravelmente os atritos entre patrões e empregados. O fim da estabilidade no emprego após dez anos de serviço e a redução das indenizações por demissão, retirados da CLT, foram superados com a devolução dos montantes do FGTS arrecadado pelo funcionário até a data de sua demissão acrescido de uma compensação aceitável. Uma solução que redistribuiu o custo da realocação de mão de obra entre empregadores e o Estado por meio de fundos criados para esse fim (*cf.* Almeida *in* Almeida, 2018, pp.44 e 45; *cf.* Campos, 1969a, p.204; *cf.*

Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.210, *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.127 a 129).

Com relação aos salários, por força do regime, calaram-se os sindicatos na solução do impasse distributivo por meio do “arrocho”: o reajuste feito por uma taxa média de oscilação inflacionária nos preços ao consumo dos dois anos anteriores, com acréscimo de um índice de produtividade e um resíduo inflacionário correspondente a uma inflação prevista para o ano seguinte e não pelo pico dessa variável. Uma solução que garantia a frenagem do aumento de preços finais pela retenção do repasse salarial (*cf.* Campos, 1969a, pp.203 a 205; *cf.* Campos, 1987, pp.97 e 98; *cf.* Paim *in* Campos, 1968, pp.23 e 24; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.108 a 113; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.139 e 140). “Tentar manter os picos do salário real, atingidos fugazmente no auge da inflação, seria precisamente sancionar a continuação da taxa de inflação anterior, e não abatê-la (*sic*)” (Campos, 1968, p.128). Tratou-se, então, de uma correção de salários abaixo da taxa real de inflação que corroeu lentamente o poder de compra (cerca de 25% em três anos), mas repartiu a responsabilidade do controle inflacionário ao longo da cadeia de produção e de distribuição, atingindo graus suficientes de estabilização de preços ao consumidor. Medida considerada “desumana” pelos críticos, mas que foi parcialmente corrigida pela criação de benefícios indiretos, como bolsas de estudo, cooperativas para a aquisição de casa própria por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH), a unificação previdenciária e programas de água e saneamento, principalmente (*cf.* Campos, 1968, p.128; *cf.* Campos, 1969a, pp.201 e 202; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.60). “Esse efeito distributivo negativo sobre os salários foi também, em parte, a contrapartida das correções de preços relativos (incluindo impostos e câmbio) consideradas necessárias para estancar o processo inflacionário na época” (Hermann *in*

Giambiagi *et al*, 2011b, p.61). “A despeito de dificuldades e frustrações, conseguiu-se reduzir a inflação e encetar uma modesta retomada de crescimento. Ambas as coisas são indispensáveis para se melhorar, a longo prazo, o padrão de vida dos trabalhadores” (Campos, 1969a, p.202).

Relativamente à agropecuária, os cuidados e os investimentos realizados foram proporcionais aos que foram feitos nos outros setores já apresentados. Tratou-se de uma diligência urgente, tomada para resgatar uma categoria rural pauperizada (*cf.* Paim *in* Campos, 1968, pp.20 a 22). Uma questão levantada no relatório da CMBEU de 1953 e abandonada pelos sucessivos governos: foi esquecido por “JK”, envolvido na industrialização do país e desarticulado pela gestão de João Goulart, imerso no desdobramento das lutas camponesas em favor de seu projeto político (*cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.5 e 6). “Em suma, o que se verificou, essencialmente, foi o crescimento bastante acelerado da produção de manufaturas e serviços, e um incremento apenas modesto da produção agrícola” (Campos, 1963, p.67). Para corrigir essa distorção, no primeiro trimestre de 1964, os esforços se focaram no abandono de qualquer controle de preços sobre a produção agrícola, bem como a eliminação de todo limite para a exportação de *commodities* do “agro”. Simultaneamente, o Governo Federal abriu linhas de crédito exclusivas para o setor e isenções tributárias na aquisição de fertilizantes, de maquinário e de sementes. Na mesma linha, dirimiu-se a perspectiva de qualquer reforma agrária agressiva ao se desestimular a luta camponesa com o “Estatuto da Terra”, votado em 1965, e se garantiu um, tão prometido e esperado, preço mínimo sobre as safras (*cf.* Campos, 1976, p.215). Favoreceu-se, assim, investimentos em tecnologia, a abertura de novas fronteiras agrícolas e a diversificação da produção de alimentos. Base para a escalada da produção que se acentuaria a partir de 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Condição que se

reflete, ainda hoje, na aceleração da produção brasileira de alimentos para o mercado interno e para a exportação (*cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.66; *cf.* Syvrud, 1974, pp.235 e 236).

Para não parecer exaustivo, como ilustração, ficam alguns dados ligados à produtividade e ao comércio do “agro”. Entre 1975 e 1989, a produção de grãos passou de 38 milhões de toneladas para 71 milhões (arroz, feijão, milho e soja, principalmente), com, praticamente, a mesma área cultivada de cerca de 40 milhões de hectares (400.000 km²). Hoje a produção é de 265,7 milhões de toneladas com uma área cultivada de 72 milhões de hectares (720.000 km²). Na produção de proteínas animais (boi, frango e porco), de 1975 a 1989 a evolução foi de 3 milhões de toneladas, para 7 milhões de toneladas. Com a produção atingindo um recorde em 2021, com 28,8 milhões de toneladas (*cf.* ABPA, c2022, canalrural.com.br; *cf.* Embrapa, c2018, embrapa.br).

No ímpeto reformador, o “PAEG” introduziu, por meio da Lei nº 5.106/66, o incentivo ao empreendimento florestal, sendo, essa, a primeira iniciativa “verde” do país. Na preocupação com a preservação ambiental, Roberto Campos fomentou um dispositivo que permitia o abatimento de impostos por meio de reflorestamento ou da conservação de mata nativa. Uma lei que garantiu a preservação de matas e mananciais, protegendo ativos de fauna e de flora, resguardando, até a presente data, cerca de 66,3% do território nacional com a mesma cobertura vegetal desde “o tempo de Cabral” (*cf.* Embrapa, c2020, embrapa.br; *cf.* RFB, c2016, receita.economia.gov.br). “O conjunto dos territórios das áreas destinadas à vegetação nativa totaliza 564 milhões de hectares (5.640.000km²), e equivale a 43 países e 5 territórios da Europa, a título de comparação” (Embrapa, c2020, embrapa.br). “‘Desenvolvimento sustentável’ é aquele compatível com a exploração não predatória de recursos renováveis e o controle da poluição”. (Campos, 1996, p.481).

Na política cambial, com sucessivas desvalorizações em “degraus longos” (dez a quatorze meses) a partir de 1964, manteve-se a taxa de câmbio em níveis realistas, mesmo provocando uma considerável “inflação corretiva” (cf. Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.117). De certo modo “patrocinado” por esse ajuste cambial, o crescimento e a diversificação industrial e agropecuária somados ao fortalecimento da imagem internacional do Brasil, fizeram a produção de bens de consumo e de gêneros agrícolas acelerar fortemente, na ordem de 25% no período de 64-65 e de 27% no de 65-67. Um saldo que se fez sentir, principalmente, pela exportação de *commodities*, triplicada de 1965 a 1974 e fortalecida pela expansão de infraestruturas físicas e de modais de transporte, a partir de 1967. Com o abastecimento do mercado interno, diminuiu-se a pressão inflacionária corretiva inicial promovida ao longo de 1964, dando alívio ao mercado. Uma tendência de arranque caracterizada pelo marco histórico do fim da cafeicultura como “carro-chefe” das exportações agrícolas e pela retomada da industrialização. Um conjunto que favoreceu o saldo do balanço de pagamento a partir de 1966, dando mais fôlego à moeda, permitindo a baixa na taxa de juros e garantindo margem não inflacionária de liquidez (cf. Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.61; cf. Syvrud, 1974, pp. 187, 188, 197, 198, 229, 230 e 237 a 239; cf. Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.115 e 116). “Graças a esses incentivos, as exportações (agrícolas) brasileiras subiram explosivamente de 1,4 (mil milhões) de dólares em 1963 (14 mil milhões em valores atuais), para aproximadamente 4 (mil milhões) em 1972 (28 mil milhões em valores atuais) e 5 (mil milhões, 35 mil milhões em valores atuais) em 1973” (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.16). Para nota, atualmente é de 120 mil milhões (Comércio Exterior, c2020, canalrural.com.br).

O saldo positivo do balanço de pagamentos também foi reforçado pela entrada de capitais voluntários ao mercado Brasileiro a partir do segundo semestre de 1964. Uma situação acelerada pela retomada dos investimentos estrangeiros, inclusive com capital de risco, iniciada no primeiro trimestre de 1967. Mesmo que muitas dessas entradas tivessem sido planejadas pelos investidores, elas foram represadas nas incertezas econômica e política geradas pela “guinada à esquerda” do Governo João

Goulart, ao longo de 1963. Todavia, apesar desses capitais extraordinários e a aceleração econômica, o saldo fiscal da União se manteve negativo entre 1964 e 1967, vindo a ser superavitário somente a partir de 1968. Uma condição que denotou a necessidade da reforma, mas sua ponderação ajustada às possibilidades reais do país. Fugindo-se, dessa maneira, a uma “derrama” tributária que poderia desencadear fortes reivindicações sociais, destruir a economia e abalar a ordem pública (*cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.61; *cf.* Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.209; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.18 e 19; *cf.* Syvrud, 1974, pp. 53, 54 e 201 a 207).

Como resultado de grande parte do que foi exposto, um dos maiores méritos do “PAEG” se encontrou na redução inflacionária na ordem de 67% em três anos. Um índice que partiu de 92% aa no primeiro trimestre de 1964, chegando a 25% aa em janeiro 1967 e atingindo 16% em 1972, no Governo Médici. Apesar do cenário inicial desfavorável, o Produto Interno Bruto nominal (PIBn) se recuperou a taxas moderadas, porém adequadas. Uma média de 5% aa, com os sinais de aceleração sendo dados precocemente em meados do segundo trimestre de 1964 (*cf.* Campos, 1987, pp.89 e 90; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.59; *cf.* Syvrud, 1974, pp.41, 51 e 52). A aceleração econômica não pôde ser maior no Governo Castello Branco, uma vez que a tensão gerada sobre o índice inflacionário refreava posturas mais ousadas. O resultado duma política econômica “gradualista” que tendeu a deixar metas de retração da circulação do papel moeda, bem como do crédito, acima do que orientava o plano de “choque” proposto pelo FMI, numa fluidez suficiente para não “matar” a economia. Verificou-se que o mercado reagia positivamente aos estímulos e se confirmou que a inflação ainda pedia cautela da equipe econômica. Uma conjuntura que obrigou um endurecimento da lógica restritiva até o final de 1966 ²³ (*cf.* Campos, 1968, pp.193 a 199; *cf.* Dulles, 1980, pp.69 e 70; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.59 e 62; *cf.*

Lara-Resende *in* Abreu, 2010, pp.199 e 209; *cf.* Skidmore, 1988, pp.38 e 39; *cf.* Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.117 e 118; *cf.* Syvrud, 1974, pp. 46, 47, 51 a 54, 68, 69 e 71).

Recusamo-nos, porém, a aceitar o ‘tratamento de choque’. [...] Fazia-se necessário em nosso caso um processo gradual de correção das distorções criadas pela ‘inflação reprimida’, e um tempo de adaptação e reversão das expectativas, para se evitar maciço desemprego, politicamente inaceitável, e liquidação drástica de grupos de empresas nascidos e criados no ambiente “dopado” pela inflação (Campos, 1968, pp.193 e 194).

Mesmo os seus efeitos mais expressivos emergindo somente a partir de 1967, os retornos positivos do “PAEG” foram muito superiores a seus aspectos negativos ²⁴, repercutindo no país de maneira indelével. A recuperação de todos os índices macroeconômicos se refletiu na estruturação da cadeia agropecuária, bancária, comercial, financeira, fiscal e industrial do país. O novo regime, inaugurado pelo movimento de 31 de março de 1964, criou as condições para que fosse realizada a salvação da economia brasileira numa simbiose “esguiana” entre economistas, militares e tecnocratas (*cf.* Flynn, 1978, p.382; *cf.* Moura *in* Moura, 2007, p.14).

Na mesma linha do “PAEG”, no caminho para a montagem do projeto de reforma administrativa do Estado, o esforço legislativo foi empreendido pelo próprio Presidente Castello Branco. Viu-se o Marechal-Presidente, com Roberto Campos como seu *Ghost-writer*, defender a reforma em discursos no Plenário do Congresso tal o meio mais adequado para aumentar a eficiência da Administração Pública. A intenção era de fazer com que o serviço estatal atingisse a *performance* do setor privado (*cf.* Campos, 2019, pp.697 e 802 a 804; *cf.* Dulles, 1980, p.443). As previsões realizadas pela equipe interministerial capitaneada pelo Chefe do Executivo Federal, condiziam com modelos ágeis de gestão. Uma atualização que se realizaria com melhores sistemas de seleção e treinamento e ênfase em processos mediante atividades de planejamento e indicadores de controle. Porém, a missão foi inglória no rompimento de paradigmas providos por

décadas de vícios burocráticos e cartoriais. Uma conjuntura que se arrastou em longas negociações com representações do funcionalismo público aferradas a regulamentações intocadas desde o “Estado Novo” (*cf.* Campos, 2019, pp.698 e 699; *cf.* Dulles, 1980, p.444). O projeto tomou corpo em agosto de 1966, mas esbarrou na resistência das Forças Armadas à criação de um Ministério da Defesa que colocasse a Marinha, o Exército e a Aeronáutica sob um mesmo instituto. Uma ideia que foi dirimida com os comandos das três Forças assumindo ministérios independentes, destravando o processo de remodelação administrativa. Uma resistência que levou cerca de quatro década a ser vencida, com a criação do Ministério da Defesa ocorrendo apenas em junho de 1999 (*cf.* Campos, 2019, p.701).

O decreto-lei da nova administração pública foi assinado em 25 de fevereiro de 1967, conhecido como o “decreto 200”. Ele reorganizou o gabinete de ministros e fez uma previsão para a coordenação, o controle, a delegação de poderes, a descentralização e o planejamento. Os órgãos subordinados à Presidência foram redistribuídos entre os ministérios, criadas algumas pastas e outras renomeadas. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal passaram à subordinação do Ministério da Fazenda, ao passo que o BNDE e o Banco de Crédito Cooperativo ficaram com o Planejamento e com a Agricultura, respectivamente. A descentralização de poder desceu às esferas de Estados Federados e de Municípios, garantindo uma autonomia administrativa dentro de cada limite organizacional, numa demanda persistente de consolidação do “pacto federativo” desde o fim da primeira “Era Vargas”. Ao Governo Federal coube, subsidiariamente, a fiscalização de todo o conjunto, com o intento de apoiar e de orientar, abandonando as funções de coordenar e de controlar (*cf.* Campos, 2019, pp.705 a 707; *cf.* Dulles, 1980, p.445). Entretanto, o que mais abalou o funcionalismo público foi a possibilidade de

redimensionamento de órgãos e a desburocratização do sistema. Desafiava-se “a 10ª Lei de Kafka, segundo a qual ‘o ente burocrático é indestrutível’” (Campos, 1969a, p.206).

Convém explicar que o Kafka não é o Kafka. Não se trata do Franz [...]. Mas do Alexandre Kafka, que admite vagamente ter remoto parentesco com o escritor, exibindo, porém, o mau-gosto de se dedicar à economia [...] Nas horas jocosas chegamos à conclusão de que a economia brasileira não obedecia a nenhuma das leis conhecidas, e passamos então a pesquisar as normas secretas de seu comportamento [...] A décima lei se fragmenta em vários axiomas: “o ente burocrático é indestrutível”; “o instrumento é mais importante que os objetivos”; “o fim serve aos meios”. Uma vez criada a entidade burocrática, ela, como a matéria de Lavoisier, jamais se destrói, apenas se transforma. Essa lei aliás transcende as fronteiras latino-americanas, com o que Kafka e eu ingressamos no domínio do universal (Campos, 1967, pp.XXX, XXXI e XXXIV).

Tratava-se de uma providência tomada para demover redundâncias e conjuntos que não faziam mais sentido. Uma reorganização feita pela realocação de pessoal ou pela simples demissão. Circunstância jamais vista na história do Brasil, mas que elevou os índices de eficiência do Estado a patamares jamais imaginados. A reforma foi gradual e atingiu os seus objetivos nos governos seguintes. Contudo, esse esforço que dinamizou o Estado a um nível comparável ao da iniciativa privada em todos os aspectos, seria arruinado pela constituição de 1988 com o retorno da estabilidade do funcionalismo, seus vencimentos incompatíveis com a realidade nacional e outros predicados (*cf.* Campos, 2019, pp.708 e 709; *cf.* Dulles, 1980, p.446).

Em paralelo às iniciativas nas áreas econômica e de gestão pública, esforços foram ensejados na Pasta da Educação, todavia sem resultados expressivos. Sabendo, desde a época de sua visita aos países asiáticos, em 1963, que os investimentos intangíveis em educação e em tecnologia eram a chave para a manutenção de um desenvolvimento acelerado, Roberto Campos mantinha uma linha de pensamento focada nesse rumo. “[...] o desenvolvimento econômico depende muito menos das riquezas naturais e da pujança territorial do que da *qualidade do homem* e sua *motivação*” (Campos, 1976, p.12). O Embaixador conhecia diversas razões para o investimento em “insumos invisíveis” e tinha uma visão clara do porquê e do como;

porém, mesmo com um regime de exceção, as reformas em educação eram as que apresentavam a maior resistência (*cf.* Campos, 1968, pp. 149 e 150; *cf.* Campos, 1969a, pp.91 a 115).

Para Roberto Campos, no final da década de 1960, o problema não se resumia a uma simples questão de investimentos, tratava-se de um erro de foco... “O Brasil não gasta absurdamente pouco em educação; gasta absurdamente mal” (Campos, 1969a, p.93). O dispêndio excessivo na educação superior e o abandono dos ensinos básico e técnico colocavam o país numa rota de “descarrilamento”. Envolvidos numa busca por cátedras dispendiosas e de fácil reprodução, os círculos administrativos regionais não dedicavam a atenção devida à qualidade do ensino. Essa pressão política levou à profusão de universidades públicas, gerando dispêndio de recursos “sem prévia análise do custo previsível por aluno, ou das exigências do mercado de trabalho” (Campos, 1969a, p.101). Um ponto que se refletia na baixa empregabilidade dos jovens formados num sistema anacrônico, colocando os universitários numa “oscilação entre a síndrome *ativista* (revolucionarismo romântico) e a síndrome *escapista* (iê-iê-iê) [...] justa revolta contra a brutal ineficiência do sistema universitário e por um vazio de motivação” (Campos, 1969a, p.99).

Após intenso trabalho de três anos em que diagnosticaram as deficiências do ensino brasileiro, elaborou-se, com o auxílio da UNESCO, OEA e USAID, um Plano Decenal de Educação, que constitui o mais sério trabalho jamais feito no país, para a quantificação das necessidades e previsão de recursos, com identificação das áreas de desperdício e das áreas prioritárias de aplicação, tudo isso baseado não em coeficientes demográficos, mas numa análise do mercado de trabalho (Campos. 1968, p.149).

A reforma da Educação, em particular aquela focada no ensino superior, foi apenas “aflorada” pelo Governo Castello Branco. Foi o embate mais complexo e difícil que o regime encontrou, na medida em que alcançou resultados inexpressivos quanto à reestruturação geral da pasta. Entre erros de foco e atritos com estudantes, professores e

reitores, o plano de aprimoramento educacional não passou da fase de diagnósticos. Não foram implementadas as medidas ligadas à racionalização da distribuição geográfica de universidades, à atribuição de cadeiras em relação às exigências mercadológicas, à compactação de currículos e ao fim da gratuidade do ensino superior (cf. Campos, 1969a, pp.100 a 115). Como resultado dessa “equação malparida”, mantiveram-se o atraso tecnológico, o desemprego e a proliferação do mal-estar sociopolítico (cf. Campos, 1969a, pp.119 a 122).

Chegando ao final de seu tempo na Presidência da República, Castello Branco se deparou com uma crise de sucessão. Certo de “passar a faixa” a um civil, o Marechal-Presidente foi ultrapassado pelos eventos. A saída de função seria tão complexa quanto todo o mandato. O momento político se complicou “exponencialmente” pela recrudescência do terrorismo, com as autoridades civis e militares pressionando o Presidente no sentido da continuidade dum governo militar, mesmo essa nunca tendo sido a intenção de Castello, como fica claro em muitas oportunidades em que o afirmou categoricamente (cf. Campos, 2019, p.774; cf. Dulles, 1980, pp.461 a 492; cf. Neto, 2019, pp.376, 387 e 388; cf. Skidmore, 1988, pp.51 a 53).

No voo de volta a Brasília, o Presidente De Gaulle, então visitante, perguntou a Castello Branco se este poderia auxiliá-lo no entendimento da política da América Latina. “Que é um ditador latino-americano?” – perguntou De Gaulle. – “É um homem, não necessariamente um general, como nós dois – respondeu Castello –, que acha extremamente fácil subir ao poder e extremamente difícil sair dele. Eu subi ao poder por acidente e planejo transferi-lo por eleição” (Campos, 1968, p.80).

Nesse contexto, jogos se fizeram à revelia da vontade do Presidente, numa contrariedade que o próprio buscou enquadrar ao máximo. Uma postura concretizada por meio da promulgação urgente da “*Constituição federal de 1967*” e por mais de duzentos decretos emitidos nos dois meses finais de governo. Um período que ficou

conhecido como o da “fúria legiferante” (cf. Campos, 1968, p.83; cf. Campos, 2019, pp.782, 783 e 799 a 801; cf. Neto, 2019, p.410; cf. Skidmore, 1988, p.52).

Uma [...] objurgação aos tecnocratas se relaciona com a chamada ‘fúria legiferante’, que teria resultado em bruscas e abundantes mudanças do contexto legal e institucional do país. [...] é óbvio que se ao aproveitar o período de exceção para acelerar o processo de modernização institucional, vários diplomas legais se maculam de imperfeições, e em alguns casos, terão de ser revistos com a sedimentação da experiência. Na opção, entretanto, entre imobilismo *perfeccionista* e *experimentação modernizante*, a atitude dos tecnocratas parece ter sido a mais produtiva (Campos, 1968, pp.129 e 130).

Nessa perspectiva, em 1967, Roberto Campos montou o conjunto econômico da nova Constituição. Sua principal preocupação foi a de oferecer uma visão “anti-inflacionária e privatista” para a Carta, buscando manter uma previsão orçamentária e a competitividade do setor público (cf. Campos, 1968, pp.89 a 91 e 131; cf. Campos, 2019, p.785; cf. Almeida, 2018, pp.39 e 40). “O Congresso não poderia aumentar despesas; não haveria investimentos sem projetos e especificação de receita [...]. O governo só poderia intervir no domínio econômico se houvesse desinteresse do setor privado ou necessidade inadiável de segurança” (Campos, 2019, p.1183).

Em paralelo à montagem e promulgação da nova Constituição, as conquistas e as previsões presentes nas linhas do “PAEG” e de suas atividades corretivas da vida econômica e da administração pública foram consolidadas num conjunto de medidas práticas no que foi chamado de “*Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social*” (cf. Campos, 1968, p.146 e 285). Uma estrutura que visava dar continuidade aos ganhos do “PAEG”, prevendo a redução do Estado na rotina econômica nacional e a consolidação da iniciativa privada, conseqüentemente. Definia a separação das atividades do Estados nas linhas do exclusivismo já previsto por Adam Smith, “formulando projeções de taxas de crescimento e dimensões de mercado; fixando prioridades e explicitando incentivos” (Campos, 1968, p.146). Um programa de planejamento que abarcava o câmbio, o crédito e o orçamento do Estado, na medida em

que se buscavam ajustes programáticos e pragmáticos para o desenvolvimento a longo prazo (*cf.* Campos, 1968, pp.286 e 287; *cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.47, 62 a 65). Porém, esse planejamento de governo não foi implementado, não indo além da etapa de elaboração. Pela falta de tempo, foi ultrapassado pelos eventos da sucessão e não pôde ser “vendido” corretamente para o estamento político. Não é possível nem se dizer que foi abandonado, uma vez que nem chegou a ser implementado... “Um plano pode ser tão importante pela verificação do que fez como pela identificação do que não se pôde fazer” (Campos, 1968, p.146).

O Plano Decenal ilustra alguns dos percalços tradicionais do esforço de planejamento. Apesar de o Governo Costa e Silva, que se seguiu em 15 de março de 1967 ao do Presidente Castello Branco, perfilhar a mesma linha política, em nome da continuidade revolucionária, e manter substancialmente a mesma doutrina econômica, o Plano Decenal não chegou a ser posto em execução (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.65).

Assim sendo, as leis de proibição de aumento de despesas pelo Congresso, presentes no texto constitucional de 1967, e no “Plano Decenal”, foram gradualmente abandonadas pelos próprios presidentes-generais. A busca desesperada pelo desenvolvimento econômico abriu o caminho para o retorno da inflação por meio do descontrole da dívida pública (*cf.* Almeida, 2018, pp.39 e 40). Em outras palavras, a preocupação anti-inflacionária de Roberto Campos não foi acompanhada nos governos seguintes à sua saída de função. Seus repetidos alertas e seu esforço de institucionalizar as principais linhas do “PAEG” na Constituição e no “Plano Decenal” não obtiveram sucesso. A lógica política superou a lógica econômica e o descontrole orçamentário foi coberto pelo “dinheiro fácil” obtido no exterior, visto a insuficiência da poupança interna para a alavancagem econômica politicamente desejada (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.67). Um conjunto de decisões questionáveis que arrastou o país, no início dos anos de 1980, a condições macroeconômicas mais graves que aquelas encontradas em 1964 (*cf.* Campos, 2019, p.795).

Com surpreendente visão histórica para um homem apolítico e inexperiência nas lides de governo, Castello Branco mapeara cuidadosamente o seu grande desígnio, concebendo a Revolução em três lances, conceitualmente distintos, mas que deveriam ser tanto quanto possível compatibilizados no tempo: a fase *repressiva*, a fase *reformista* e a fase *prospectiva*.

A primeira, desejava ele tão sóbria e rápida quanto possível, circunscrita ao saneamento das instituições. A segunda se colocaria em três planos: a reforma econômica, a política e a social. A terceira se desenvolveria através do “Plano Decenal”, em que se procuraria projetar uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, capaz de atuar como elemento simbólico e sloganico na formação de um projeto nacional.

Ao fim dos mil dias, avançou-se rapidamente nas reformas econômicas; significativamente, porém não decisivamente, nas reformas sociais; e, através de nova Constituição, buscou-se a modernização do sistema político. O Plano Decenal, entretanto, só foi completado nos últimos dias de governo, e não houve tempo de popularizar sua grande visão de perspectiva do projeto nacional. Perdeu-se a corrida contra o tempo, mas ficou o sedimento da experiência (Campos, 1969a, pp.306 e 307).

3.6. DO GOVERNO COSTA E SILVA AO FIM DO REGIME.

Dentre as promessas feitas, durante a campanha presidencial do General Arthur da Costa e Silva (1899-1969), entendia-se que a política econômica restritiva e de controle inflacionário acompanhariam a “evolução do paciente”. Em outras palavras, se a economia estava dando sinais de recuperação, o regime de austeridade poderia ser aliviado. Aludiu-se ao rompimento com o “PAEG” e o total abandono do “Plano Decenal”, por meio do “*Plano Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970*”, com uma nova postura de expansão creditícia e monetária. Uma juntada que, escorando-se nas conquistas do Governo anterior, tonificaria e aceleraria a economia brasileira, mas ninguém sabia dizer a que custos (*cf. Campos, pp.381 a 387 e 391 a 397; cf. Campos, 2019, pp.805, 806 e 879; cf. Campos in Campos & Simonsen, 1975, p.67; cf. Dulles, 1980, p.269; cf. Schneider, 1971, p.209*).

Segundo Roberto Campos, a posição de rompimento assumida pela nova equipe econômica dificilmente seria sustentável, mesmo apresentando índices macroeconômicos positivos. Ao contrário do que alardeava a propaganda, dever-se-ia manter a preocupação na manutenção da confiança do mercado de crédito, no controle inflacionário, na recomposição das reservas cambiais e no equilíbrio das contas públicas. Um conjunto fundamental de premissas monetaristas que, aparentemente, não parecia estar mais “na ordem do dia” (*cf. Campos, 1969a, pp.363 a 368; cf. Campos, 2019, pp.807 e 809; cf. Campos in Campos & Simonsen, 1975, pp.65 a 67; cf. Flynn, pp.382 e 383; cf. Perez, 1999, pp.157 e 158*).

Essa congregação de fatores se somou ao desejo do governo de formar uma nova imagem política e redundou no anúncio de certas modificações da estratégia econômica, as quais, ainda que mais de estilo e ênfase que de doutrina, foram inicialmente apresentadas como “teses revisionistas” na direção de uma humanização da política econômica (*Campos in Campos & Simonsen, 1975, p.66*).

Por suas vitórias, Roberto Campos permanecia como consultor, mesmo sendo afastado da função de Ministro e colocado com “bode expiatório” do novo governo pelos órgãos de imprensa e pelos seus detratores políticos (*cf.* Campos, 1968, p.155; *cf.* Schneider, 1971, p.217). Ficou, então, em suas palavras de despedida, em 16 de março de 1967, o laudo alerta a seu sucessor na pasta, Hélio Beltrão (1916-1997): “Todo mundo gostaria de atingir um máximo de desenvolvimento com um mínimo de inflação. Mas aqueles que pensarem que é possível afrouxar no combate à inflação, para estimular o desenvolvimento, acabarão tendo muito mais inflação que desenvolvimento” (Campos, 1968, p.288). O expansionismo econômico seria positivo e sustentável, se e somente se, os gastos públicos permanecessem dentro dos limites orçamentados e a base de crédito somada à expansão monetária se mantivessem a taxas estreitamente controladas, atreladas à evolução da produtividade. Qualquer novo esgarçamento da confiança no Brasil ou perda de liquidez em moeda estrangeira, levaria o país ao abismo pela insuficiência de poupança interna para as taxas de crescimento que eram alcançadas. A modernização galopante e a aceleração econômica sem freios, ambas sem bases monetárias sólidas e consolidadas, armavam dia a dia o seu próprio cadafalso ²⁵.

Os argumentos, de Roberto Campos, enquanto crítico cauteloso, baseavam-se no reconhecimento das condições econômicas e políticas encontradas pelo novo governo serem completamente diferentes das que tivera de enfrentar enquanto Ministro do Planejamento. Apesar do alerta, o Governo Costa e Silva abandonou os caracteres pragmático e programático de gestão, segundo Roberto Campos, num exemplo de que boas instituições não valeriam de nada se aparelhadas por homens de intenções

duvidosas (*cf.* Campos, 1968, pp.97, 98 e 109; *cf.* Campos, 1969a, pp.34, 35, 303 a 307 e 315 a 317; *cf.* Campos, 2019, pp.880; *cf.* Perez, 1999, pp.158, 160 a 162).

O “equilíbrio dos sacrifícios” foi perturbado, porque houve um afrouxamento fiscal e creditício, que elevou a 43% a expansão dos meios de pagamento. [...] Para ser objetivo, ao Governo Castello Branco faltou capacidade de informação e comunicação. Este (Costa e Silva) parece estar sofrendo de deficiências de coordenação (Campos, 1969a, p.205).

Quanto às críticas que recebera de seus sucessores, relativo à “humanização” do Estado frente à sociedade, Roberto Campos seria profético ao afirmar que “por estranho que pareça, humanização prematura pode significar crueldade futura” (Campos, 1968, p.296). Uma vez que, com essa suposta retomada democrática, o Governo Costa e Silva abria o flanco para demonstrações e manifestações públicas movidas por estudantes, políticos e sindicalistas coligados, resultando no recrudescimento da repressão ²⁶ (*cf.* Campos, 1969a, p.205; *cf.* Campos, 2019, pp.881 e 882). Notava-se a abertura da economia, mas o fechamento da política. O cidadão era valorizado como agente produtivo e como consumidor, no entanto, limitado enquanto agente político e eleitor. Reduzia-se a teoria da participação ao mercado e à iniciativa de produção. Dentro desse ambiente, Roberto Campos viu com muita cautela as medidas antidemocráticas. Uma conjuntura que percebia ser uma reação da “linha-dura” que se instalava na administração do país e não pretendia abandoná-la tão rapidamente quanto havia sido previsto por Castello Branco em 1964 (*cf.* Campos, 1969a, p.409; *cf.* Gáspari, 2002a, p.351; *cf.* Perez, 1999, p.159).

Agora na iniciativa privada, após pedir um afastamento temporário do serviço diplomático, Roberto Campos assumiria a Direção Geral do Investbanco, em 1967, um importante banco de investimentos. Uma experiência que se concluiria com grandes vitórias e alguns dessabores apenas em 1971. Ao mesmo tempo que adquiria funções no setor privado, reforçava suas responsabilidades junto a órgãos deliberativos

internacionais, como o *Consejo Interamericano de Comercio Y Producción* (CICYP) (cf. Campos, 1969a, p.409; cf. Campos, 2019, pp.906 e 907). A partir dessa posição, via a repressão política acompanhar uma escalada do peso estatal em todos os parâmetros da vida econômica do país. Devido a isso, aproximou-se de conceitos políticos mais amplos, procurando soluções para contornar os percalços que o governo lhe causava, afastando-se de suas convicções relativas ao Regime Militar. Para o Embaixador, os militares deveriam ter deixado o poder após a recuperação do país, ainda em 1967, uma vez que sua participação havia de ter sido apenas excepcional e transitória. Atingindo uma estabilidade econômica e política suficientes, não se justificava mais a presença de um regime de exceção (cf. Campos, 1969b, pp.175, 279 a 287; cf. Campos, 2019, p.907; cf. Perez, 1999, pp.163 e 165).

[...] garantida a transição do predomínio militar para a restauração civil, a espada poderia ser embainhada antes de se enferrujar, exposta à oxidação dos ventos da política. E, como no drama dos Horácios e Curiáceos, a retirada da presença militar, sem cessar de combater, poderia bem ser o começo de um avanço vitorioso (Campos, 1969b, p.287).

O impedimento do Presidente Costa e Silva seria decretado, em agosto de 1969, devido a uma isquemia cerebral. Esse “imponderável” levaria a mais uma grave crise de sucessão e ao prolongamento do regime (cf. Gáspari, 2002b, p.78). Após vasta deliberação da nova Junta Militar Governativa, com uma eleição realizada entre todos os oficiais-generais de último posto na ativa das Forças coirmãs, em novembro de 1969, assumia a Presidência do Brasil o General Emílio Garrastazu Médici. Fulminara-se, em um só ato, a esperança de abertura que se havia previsto em 1964 e prometido na transição para o Governo Costa e Silva ²⁷ (cf. Chagas, 2014, pp.6, 393 e 422; cf. Flynn, 1978, p.441). Roberto Campos se exasperou com o endurecimento do regime, a ponto de criticá-lo abertamente. Em 1970 enunciou as medidas que deveriam ser tomadas para amortecer o aspecto autoritário do governo, garantir sua abertura e a manutenção das

conquistas econômicas angariadas no auge do “milagre brasileiro”. Sua denúncia maior se fez contra os abusos do AI-5 e toda a estrutura repressiva dele decorrente. “Com o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, inaugurou-se um período de recompressão” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.239). Como adrede observado, o aumento considerável da violência dos opositores antissistêmicos do regime enfraquecia qualquer argumentação que questionasse o rigor na manutenção da ordem social do país. “[...] as repercussões no Brasil do fenômeno mundial de fermentação estudantil, que assumiu seu apogeu com a crise de maio de 1968, na França, e que levou a motins de rua, recrudescência do terrorismo e desafios ao sistema militar-tecnocrático” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.240). Um claro sinal de que o Governo estava errando, uma vez que tinha de tomar medidas violentas num ambiente que lhe era extremamente favorável (*cf.* Campos, 1969b, p.282; *cf.* Campos, 2019, p.922; *cf.* Flynn, 1978, pp.443 a 445; *cf.* Perez, 1999, p.165).

[...] a excelente “performance” da economia brasileira nos últimos anos, em termos de desenvolvimento econômico, não traz de per si uma garantia de *estabilidade política*. Na realidade, um dos mais argutos cientistas sociais da atualidade, Seymour Lipset, arguiu que, embora a validação de um sistema possa provir de sua eficácia em satisfazer as demandas da população, sua estabilidade política é melhor (sic) assegurada pela *legitimidade*, ou “lealdade política”, definida esta como a capacidade de um sistema político de “engendrar e manter a crença que as suas instituições políticas são as mais adequadas à sociedade” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.227).

Assim sendo, o ponto fraco da couraça do regime ainda residia na sua falta de legitimidade, com o Congresso Nacional fechado, a inexistente participação dos cidadãos e os partidos políticos interditados. “A Revolução não deve buscar legitimidade apenas na competência, mas esmerar-se em sancioná-la pela *representatividade*, função desempenhada pelos partidos políticos” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.243). Todavia, a popularidade do Presidente Médici estava alta, a Economia ia bem e o Brasil ganhara a copa do mundo de futebol no México, em 1970. Dessa forma, Roberto Campos entendeu que não havia nada mais a ser feito, apenas

continuar orientações esporádicas em favor duma descompressão do regime. Mesmo com suas grandes reticências políticas, aceitava de bom grado o modelo econômico baseados nas “*Metas e Bases de Ação do Governo (1970 a 1971)*” e nos “*Planos Nacionais de Desenvolvimento*” (I, de 1972 a 1974 e II, de 1975 a 1979). Estes davam ao Brasil uma alavancagem econômica de 10% ao ano, em média, desde 1968 e um deslocamento de investimentos em infraestrutura física para programas sociais e de “integração nacional” (cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.68). “O Plano (oficializava) ambiciosamente o conceito de ‘modelo brasileiro’, definindo-o como o ‘modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, pp.69 e 70).

Desde 1968, o produto real brasileiro vem crescendo a taxas que se podem considerar excepcionais, quer por nossas tradições históricas, quer pelos padrões internacionais: 9,3% em 1968, 9,0% em 1969, 9,5% em 1970, 11,3% em 1971, 10,4% em 1972 e aproximadamente 10% em 1973. [...] Alguns comentaristas internacionais ao examinarem essas cifras cunharam a expressão “milagre brasileiro”. O suposto milagre, na realidade, é o corolário da aplicação de um modelo econômico teoricamente bem estruturado e acompanhado de um bom tempero de pragmatismo (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1975, p.1).

O limite do sistema de “produtivismo” adotado pelo Governo Médici seria atingido pelo primeiro choque do petróleo. Entre outubro de 1973 e janeiro de 1974 o preço do barril *Brent* escalou multiplicado por três. Um impacto profundo com o aumento dos preços do óleo bruto pelo grupo de países árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em desfavor aos EUA que armaram e equiparam Israel ao longo da Guerra do *Yom Kippur* ²⁸ (cf. Campos, 2019, p.922; cf. Wapshott, 2011, pp.269 e 270). “Quando, após a guerra no Oriente Médio, veio como consequência a elevação do preço do barril de petróleo de 4 para 12 dólares, o mundo balançou. E nós, que importávamos (cerca de 90%) do que consumíamos, começamos a perceber a fragilidade do ‘milagre brasileiro’[...]” (Chagas, 2015, p.53). Uma conjuntura

que provocou a desaceleração do crescimento, acompanhada pela retomada de níveis intoleráveis de inflação a 50% ao ano, quando a censura impunha 12% no máximo (cf. Chagas, 2015, p.59). O Brasil foi atingido, em três meses, por uma despesa adicional de 2,8% do PIB de 1973 (cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, p.120). Mesmo que ainda sustentado por investimentos estrangeiros, o país caminhava para uma combinação tida, até então, como improvável de “estagflação”²⁹ (cf. Campos, 1988, p.11; cf. Wapshott, 2011, p.270). “Mostrou-se que a crença keynesiana de que era impossível o desemprego e a inflação subirem ao mesmo tempo era falsa, e isso minou a confiança no resto das teorias (de Keynes)” (Wapshott, 2011, p.271).

Com a inflação provocada pela alta do petróleo, os preços de combustíveis ao consumidor quadruplicaram (na melhor das hipóteses). Essa súbita alta da energia, visto o modal de transporte rodoviário escolhido pelo Brasil (68% do tráfego em 1972), levou a um “repasso em cascata” a toda a cadeia comercial “do atacado ao varejo” (cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, p.126). Conseqüentemente, houve uma explosão inflacionária que colocou em xeque os esforços de controle feitos até então. Mas o fenômeno não parou na alta inflacionária, a convulsão econômica encontrou um eco ainda mais forte nas suas conseqüências secundárias e terciárias. A inflexibilidade estrutural de salários e da produção dificultaram ações de correção. Ou seja, sendo impossível a expansão da oferta ao ritmo inflacionário gerado pelos repasses (custos e proventos) e a conseqüente escalada em flecha dos preços ao consumo, provocou-se uma crise de liquidez que ensejou na imediata retração do mercado, o freio de investimentos e a alta do desemprego. Assim, numa etapa seguinte, na correção do impacto da alta de combustíveis, viu-se o aumento de preços coabitar com desinvestimentos e a redução maciça de postos de trabalho, como o próprio fenômeno da “estagflação” (cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.49 a 51).

Outro efeito colateral desse fenômeno, em questão de poucos meses, foi o desabastecimento. A elevação de salários, o desinvestimento em produção e o controle de preços levado pelo governo para estancar a inflação, geraram o esvaziamento das prateleiras dos varejistas e o surgimento do “mercado paralelo” pela duplicidade de valores de venda. Um primeiro preço era o “oficial”, que considerava uma taxa de inflação a 12% aa, o segundo, o “paralelo”, contava com uma inflação por volta de 50% aa. Quem quisesse comprar produtos pelo valor oficial, tinha de enfrentar horas de espera frente aos varejistas para encontrar algum produto, ao passo que o “mercado paralelo” escoava boa parte da produção a preços reais. O descolamento da política de preços e a prática de venda paralela erodiu gravemente todo o sistema econômico, a ponto de instalar uma crise institucional (cf. Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.57 a 59).

A inquietação política provém de dois fenômenos observados na luta contra a inflação: o hiato e a assimetria. O hiato é composto de três intervalos: *o técnico*, na identificação das raízes da inflação; *o administrativo*, na tomada das medidas apropriadas de política fiscal, monetária e salarial; e *o operacional*, isto é, o lapso de tempo ocorrido antes que resultados significativos sejam alcançados. Nesse período de espera proliferam as dúvidas, a ansiedade e as disputas políticas. A *assimetria* advém do fato peculiar de que, embora a inflação seja impopular, as medidas para combatê-la não melhoram a credibilidade política dos governos. Os males da inflação são difusos, enquanto que as medidas corretivas específicas prejudicam alguns dos setores mais expressivos da comunidade: os sindicatos, que se queixam dos controles salariais; os empresários, que se ressentem das restrições creditícias e do controle de preços; e os políticos, que não gostam de cortes nos gastos públicos de seu distrito eleitoral (Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.62 e 63).

O abalo econômico se fez sentir fortemente na política do país. A rotação para um sistema mais flexível frente à grave situação era urgente para se evitar a recrudescência da violência civil e a elevação da repressão do Estado. Utilizando esse contexto de fragilidade como oportunidade, as articulações realizadas “por dentro do Poder” pelo General João Batista Figueiredo e pelo General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) recolocariam o movimento “castellista” na Presidência da República.

A radicalização do regime autoritário durante a gestão de Médici, marcado por métodos violentos de repressão a todo tipo de resistência ou crítica ao regime, começava a abalar a imagem dos militares junto às elites locais, bem como a imagem do país no exterior. Geisel (assim como seu sucessor, J. Figueiredo) era um militar do grupo dos “castellistas” (em referência ao ex-presidente Castello Branco), identificado como “moderado”, do ponto de vista político, e “progressista”, no plano econômico, que, naquela conjuntura, significava o empenho na formação de um capitalismo nacional de perfil liberal (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.81).

Eleito pelo Colégio Eleitoral do Congresso, em 31 de março de 1974, o General Ernesto Geisel (1907-1996), então Presidente da Petrobrás, “recebia a faixa”. Com o novo governo, a grande maioria dos componentes da ala “esguiana” reassumia os cargos que ocupava antes de 1967, menos Roberto Campos ³⁰, ele havia sido muito crítico. A diferença de opinião entre os dois homens de Estado, Campos e Geisel, a respeito da condução econômica do país, afastaria o Embaixador do círculo direto de governança. O Presidente Geisel, voltando-se “para dentro”, e como orientado pelo seu Ministro da Economia, Mário Henrique Simonsen, com o “*Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento*” (II PND), persistia no modelo nacional-desenvolvimentista financiado com o afluxo de crédito internacional ³¹, com o *locus* nas grandes empresas estatais e na indústria de substituição de importações. Já Roberto Campos, voltando-se “para fora”, tornara-se descrente do modelo estatista e certo que o centro de gravidade econômico havia se deslocado para a iniciativa privada, mediante o mesmo fluxo de crédito internacional, mas com o esforço devendo ser feito na produção em escala para a exportação (*cf.* Campos, 2019, pp. 921 a 923; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.82; *cf.* Perez. 1999, p.170).

Simultaneamente, sinalizava-se que a abertura política do regime era algo a se cogitar com muita seriedade. Mediante um “comitê” de análise animado pelo General Golbery, do qual fazia parte Roberto Campos, a opção foi feita pela distensão política “lenta, gradativa e segura” (*cf.* Campos, 2019, p.922; *cf.* Gáspari, 2002a, p.26; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.81). Tratava-se da antecipação para se evitar a

eclosão duma anarquia social por meio duma “liberalização” descontrolada. Uma nova fase a ser construída, não junto à oposição, mas em abertura com a sociedade. Assim, “Geisel e Golbery foram, ambos, cruciais para a distensão” (Stepan, 1986, p.47). Uma posição que confrontava a “linha-dura” encabeçada pelo Ministro do Exército, o General Sylvio Frota ³² (1910-1996) (cf. Campos, 2019, p.921; cf. Chagas, 2015, p.61; cf. Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.82; cf. Perez, 1999, p.171; cf. Stepan, 1986, p.57).

Se é que existem subprodutos positivos da atual tendência inflacionária nas sociedades industriais, eu consideraria estes dois: primeiro, uma bem-vinda dose de humildade de seus políticos e economistas, que não raro exigem que lhes seja dada autoridade sobre receitas de disciplina social e viabilidade econômica; e uma tolerância maior em relação à pluralidade dos sistemas políticos, reconhecendo a inviabilidade de soluções uniformes para o delicado e vital “balanço” entre a liberdade e a disciplina social, o bem-estar e a acumulação de capital, a estabilidade de preços e o crescimento econômico (Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, p.63).

Alinhando-se com as opiniões políticas situacionistas, Roberto Campos contribuiu indiretamente com o Governo Geisel e agiu na formação de uma abertura pautada sob forte institucionalização. Uma maneira de garantir que o procedimento de alívio do regime se fizesse dentro do “sistema” e passando por organizações civis. Com destaque para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as associações patronais, como as federações estaduais da indústria e do comércio (FIESP, FIRJAN, FIEMG etc.). Tratava-se duma maneira de preparar a volta da participação da sociedade na política partidária, uma vez que a abertura democrática, sem o apoio institucional, encaminhar-se-ia para um estado de crise (cf. Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.169 a 171; cf. Perez, 1999, p.172).

Cabe examinar a exequibilidade e conveniência de um planejamento da descompressão, que deveria ser primeiramente gradualista, para evitar a dupla alternativa de “relapso do caos” ou de “recompressão autoritária”, e em segundo lugar *condicionado*, tendo em vista a situação internacional, e particularmente a situação regional, que pode exigir, em determinadas circunstâncias, absoluta prioridade para o problema de segurança comparativamente ao desenvolvimento e ao da institucionalização política (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.249).

Nessa linha, a arquitetura estabelecida para a retomada do debate político no país se coroou de êxitos. Com o desequilíbrio econômico de 1974 levantando dúvidas sobre a governabilidade nos anos seguintes, os ecos da insatisfação, frente a um regime de exceção, não se apresentaram por uma luta armada; longe disto, as demandas sociais passaram pelo discurso político, com eleições livres para o Congresso e um Parlamento ativo. Tanto o foi, que a oposição do MDB assumiu a maioria do Senado em 1977, travando medidas legislativas voltadas a reformas no judiciário. Mesmo o Congresso sendo fechado por 15 dias em 1977, pelo “pacote de abril”, o argumento da força dava espaço para o da justiça, demonstrando que “a eficácia é um valor *instrumental*, enquanto a legitimidade é uma *dimensão afetiva*” (Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.227).

Mediante reformas conjunturais, como a desvalorização do câmbio e como a expansão do crédito para a exportação, o Governo Geisel recuperava relativamente bem a Economia do “abalo sísmico” da crise de 1974. No final daquele ano de 1974 os preços oficiais e paralelos se haviam alinhado, recolocando os produtos nas prateleiras do varejo. O Brasil possuía reservas em moeda estrangeira suficientes, cerca de US\$ 6,5 mil milhões (US\$ 42 mil milhões em valores atuais), e resistiu ao impacto inicial, sendo que a demanda no ano de 1974 em importação de petróleo passou de US\$ 0,8 mil milhões a US\$ 3 mil milhões (US\$ 19 mil milhões em valores atuais). Simultaneamente a economia exportadora brasileira de bens manufaturados e de *commodities* minerais e agrícolas conduzia ao equilíbrio do balanço comercial; apesar do saldo levemente negativo de 1974 até 1977 (por volta de US\$ 3 mil milhões negativos anuais em média – US\$ 19 mil milhões em valores atuais –, com um montante médio total de US\$ 20 mil milhões entre importações e exportações somadas – US\$ 120 mil milhões em valores atuais), o superávit foi atingido em 1981 e se mantendo assim, com curtas etapas

deficitárias, praticamente, até hoje (para referência, o saldo comercial em 2021 apresentou um superávit de US\$ 61 mil milhões, com US\$ 219,4 mil milhões em importações e US\$ 280,4 mil milhões em exportações).

Outra “boia de resgate” foi o início da “reciclagem” de “petrodólares” realizada pelas praças financeiras de Londres e de Nova York que não tardaram a afluir aos milhares de milhões para o reinvestimento direto, indireto e especulativo (*hot-money*). Situação que alavancou o saldo, entre entradas e saídas de capital, de US\$ -1 mil milhões, em 1974, para US\$ 6 mil milhões em 1977 (US\$ - 6,5 mil milhões e US\$ 31 mil milhões, em valores atuais, respectivamente). Todavia, os indicadores foram “nocauteados”, poucos anos mais tarde, pela segunda crise do petróleo, em 1979 e 1980, já sob o regime do General Figueiredo. Uma crise que, do ponto de vista político, aceleraria o fim do Regime Militar, em 1985 e que culminaria, na esfera econômica, com a moratória em 1987, como será visto adiante (*cf.* Campos, 2019, pp.1080, 1252 a 1255; *cf.* Fishlow, p.512, c2012, repositorio.ipea.gov.br; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.81).

[...] o período de 1974-84 marca o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos de 1950, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado (através de investimentos e crédito públicos) e fortemente apoiada no endividamento externo (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.74).

No rescaldo da crise, ainda em 1974, e como previsto no II PND, que contou com uma estreita colaboração de Roberto Campos, ficou clara, mais uma vez, a necessidade de reformas estruturais. Como “pontos de estrangulamento” que dificultavam o crescimento da economia brasileira ainda se encontravam: bens de produção, energia, exportação e infraestrutura física ³³ (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.128 e 129; *cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.80 e 81).

Quanto ao mercado internacional, embora, inicialmente, conturbado pelo primeiro choque do petróleo, as condições de crédito se tornaram favoráveis já a partir de 1975. A ampla disponibilidade de liquidez no mercado externo, alimentada pelos petrodólares; o recuo das taxas de juros internacionais a partir de 1975 – a *prime rate* declinou de 10,8% ao ano em 1974 para 6,8% em 1977 – e a retomada da economia mundial após o primeiro choque do petróleo foram condições indispensáveis à viabilização do modelo de ajuste externo implementado através do II PND (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.81).

Mesmo provando racionalmente a assertiva de seus pontos de vista econômico e político, devido a divergências com o Presidente Geisel sobre a condução do II PND, o Embaixador Roberto Campos foi demovido da cena. Regressando ao Itamaraty, seguinte à sua experiência no setor privado e após severas deliberações, foi alocado na representação brasileira em Londres; Roberto Campos “caía para cima”, como se costuma dizer no ambiente tecnocrático brasileiro (*cf.* Campos, 2019, pp.929, 932 e 933; *cf.* Perez. 1999, p.170).

Entregando as credenciais em fevereiro de 1975 e se apresentando à Rainha em 6 de março, deparou-se com velhos conhecidos e grandes debatedores do cenário britânico. Era uma época conturbada em que se discutia a desvalorização da Libra Esterlina, em meio a tensões socioeconômicas. O Reino Unido enfrentava uma forte retração industrial e o desemprego, junto com o enfrentamento cíclico de greves promovidas por um sindicalismo radical. Condições que, somadas ao imobilismo de políticas públicas, fizeram acelerar a rotação de gabinetes de governo, culminando com a nomeação de Margaret Thatcher (1925-2013) como Primeira-Ministra, em maio de 1979 (*cf.* Campos, 2019, pp.938 a 940).

Na “morte do contrato social britânico”, as lições fundamentais passadas pela “dama de ferro” (apelido dado à Sra. Thatcher pelos soviéticos), “num populismo não popular”, foram as reduções do setor público, da oferta de dinheiro, dos impostos e da regulamentação. Ela pagou a dívida nacional, privatizou ativos do Estado e reduziu drasticamente o poder de pressão dos sindicatos (*cf.* Campos, 2019, pp.980 a 993; *cf.*

Wapshott, 2011, p.286). Nascia o “thatcherismo” como uma vertente “neoliberal”, na busca pela dinamização da economia no Reino Unido e um exemplo para o Mundo. *In loco*, Roberto Campos percebeu o desgaste do sistema keynesiano com sua transição para uma abordagem mais aberta e vira como realizar essa mudança numa economia dirigida para uma sociedade de livre-mercado (*cf.* Campos, 2019, pp.993 a 999).

O General Figueiredo sucedia ao Presidente Geisel em 1978 e com ele a abertura política tomava corpo no Brasil. A divulgação de grandes nomes para a composição do governo foi marcada pela ausência de Roberto Campos na pasta da Economia ou das Relações Exteriores. Uma possibilidade real que foi preterida por jogadas políticas e “birras” entre estatistas e privatistas. A frustração foi grande, na medida em que levara Roberto Campos a cogitar o término de seu serviço ativo no Estado naquele mesmo momento (*cf.* Campos, 2019, pp.1013 a 1015).

No início da década de 1980, a economia brasileira sofria sérios danos provocados pelos dois choques do petróleo (1974 e 1979) e pelo aumento dos juros em dólar (1979-1982). Apesar de índices favoráveis de crescimento do PIB na ordem de 7% aa, de 1974 a 1980, um Balanço Comercial superavitário até 1982 e um afluxo constante de capitais estrangeiros, uma grave “fissura” se formava. Na luta pela sustentação do crescimento econômico, Mário Henrique Simonsen e Delfin Netto se revezando no Ministério do Planejamento, não conseguiram fazer frente (1) à importação de 88% do consumo de petróleo e de seus derivados, (2) à limitação do parque industrial nacional para as demandas internas em bens de produção e (3) à escalada do serviço da dívida externa.

A restrição da base monetária de 26% e do crédito em 36%, em meados de 1979; uma sobrevalorização de 40%, em média, dos juros ao mercado e uma desvalorização da moeda em 30%, no final do ano de 1979; além de uma contenção draconiana em

60% dos gastos públicos correntes e em investimentos até o final de 1981, não foram suficientes. A escalada do valor do *Brent* na ordem de 100%, em 1980, a alta do serviço da dívida externa em dólar, passando de 6,8% a 16,9% aa, entre 1979 e 1982 e o aumento do serviço da dívida pública na mesma proporção dos juros internos fulminariam as contas do Estado. Conseqüentemente, essa conjuntura conduziu a um descontrole inflacionário, passando-se de 38% aa em 1977, para 110% aa em 1980; e a uma grave crise socioeconômica, promovendo contestações de empresários, pela restrição ao crédito; de famílias, pela alta do custo de vida; e de trabalhadores, pela deterioração salarial. O país entrava num período de recessão que duraria de 1981 a 1984, com uma retração de 2 % aa do PIB, em média. A recuperação parcial dar-se-ia com a retomada da economia mundial em meados de 1984, com uma aceleração do PIB brasileiro na ordem de 4% aa nos dez anos seguintes (*cf. Hermann in Giambiagi et al, 2011a, pp.74, 75, 87 a 92 e 94*).

Para Roberto Campos, a renúncia à representação em Londres coincidiu com a nova deterioração macroeconômica brasileira, em setembro de 1982. O fim de sua carreira diplomática se realizou com uma visita protocolar e uma longa conversa com a Sra. Thatcher, concluindo-se um longo ciclo de intensa participação no debate público internacional. Lançar-se-ia na política partidária ³⁴ (*cf. Campos, 2019, pp.1016 a 1059*).

A participação parlamentar de Roberto Campos, como senador por Mato Grosso, iniciou-se com uma defasagem em relação à sua posse. Recuperando-se de um infarto em final de maio, realizou o seu primeiro discurso em plenário em 8 de junho de 1983 (*Vide Anexo 3*). Para a historiografia do Senado, tratou-se dum momento épico, na medida em que o país praticamente parou para o ouvir pelo rádio. Roberto Campos iniciou sua alocução com um “*Mea culpa*” parcial pelo descalabro econômico do país, sublinhando, contudo, a necessidade de uma análise pragmática e racional dos factos

(*cf.* Campos, 2019, p.1073). Segundo ele, o tema que abordava não era novo, tratava-se da velha luta contra a inflação; essa, provocada pelo descontrole de contas públicas e o desequilíbrio do balanço de pagamentos, o antigo cadafalso preparado desde o desprezo de “JK” pelo “PEM”, em 1956, como o abandono do “Plano Decenal” pelo Governo Costa e Silva, em 1968 (*cf.* Campos, 2019, pp.1073 e 1074). Percorrendo temas distintos, mas complementares, apresentou reverses nos campos da geografia, do direito e da economia³⁵, para enfatizar as “lições, e soluções da crise” (*cf.* Campos, 2019, pp.1075 e 1076; *cf.* Campos *in* CN, p.2464, c2020, senado.leg.br).

Em meu discurso inaugural de 1983, analisando as lições do passado na busca das soluções do futuro, enunciei três causas explanatórias de nosso atraso: a displicência demográfica, a imprevidência energética e a sacralização do profano. O elevado crescimento demográfico levar-nos-ia à massificação urbana, exigindo investimentos na infraestrutura física em detrimento de investimentos na superestrutura humana. Uma segunda causa fora a imprevidência energética, configurada na entrega, a um monopólio estatal, da política energética. A empresa expandiu-se demais acima da terra, e de menos embaixo da terra, aplicando menos nos seus deveres fundamentais – a exploração e a pesquisa – do que em áreas anclares. A terceira razão era a hipertrofia centralista. O Estado se tornara empreendedor, em vez de se concentrar na missão de “provedor”. O Estado Empresário se expandira em prejuízo do Estado Social (Campos, 1991, pp.31 e 32).

Do ponto de vista internacional, a dívida externa, criada ao longo da década de 1970, tornara-se algo desmesurado. A insolvência sobre o vencimento do principal assombrava novamente, na medida em que se considerava a exiguidade das reservas cambiais para seu refinanciamento. Uma “bomba-relógio” que provocaria a ruptura do modelo de desenvolvimento baseado em capital estrangeiro, derrubando indicadores macroeconômicos. No cenário interno, como a desvalorização cambial havia atingido o limite possível, pela dependência externa em bens de produção e em energia, a hiperinflação assolava o país, impossibilitando planejamentos de médio e de longo prazos que não fossem distorcidos por essa condição. Um fator que se acelerava, principalmente, à medida que o Estado mantinha um descontrole de seus gastos extraorçamentários. Metas antieconômicas ou exorbitantes, como a “Rodovia

Transamazônica” ou o “Programa Nuclear Brasileiro”, em sua vertente militar, que aprofundavam o desequilíbrio fiscal.

Transpareceu, no discurso, que as soluções aos problemas recorrentes eram próximas daquelas apresentadas em 1964. Pontos que haviam sido solucionados ao final de 1967, com exceção da crise demográfica, volviam naquele ano de 1983. Uma aproximação de ares cataclísmicos em sentido contrário ao fluxo da retomada do crescimento mundial promovida pela “onda neoliberal”. “As lições do passado e as soluções do futuro”, dessa forma, impunham-se como a repetição duma lógica pitagórica (*cf.* Campos, 2019, pp.1073, 1074 e 1077; *cf.* Campos *in* CN, pp.2465 e 2470, c2020, senado.leg.br; *cf.* Perez, 1999, pp.198 e 199).

Para a crise da dívida, mais uma vez, recorrer-se-ia à rolagem do pagamento do principal e dos juros, por meio de rodadas de negociação no “Clube de Paris” e em *Wall Street*. Para a luta anti-inflacionária o receituário apresentado parecia inovador, na medida em que se daria pela redução do Estado e não pelo seu fortalecimento. Para se dirimir a questão, repousava-se no mnemônico “dos ‘Ds’”: Desburocratização, Descentralização, Desestatização e Desregulamentação, típicos da agenda neoliberal testemunhada por ele próprio no Reino Unido (*cf.* Campos, 1987, pp.73, 106 e 107; *cf.* Campos, 1988, p.215; *cf.* Campos, 2019, pp.1073 e 1166; *cf.* Campos, *in* CN, p.2471, c2020, senado.leg.br). Na maturidade de princípios de autodeterminação social e moral, a desburocratização visava a agilidade do serviço público e a diminuição do peso cartorial sobre a iniciativa privada; a descentralização se daria por meio de correção distributiva, alocando-se mais recursos em esferas administrativas públicas próximas da população, no reforço do “pacto federativo”; a desestatização consistiria na diminuição do peso da participação do Estado na economia, possibilitada pelo acúmulo de capital privado e sua disponibilidade para a absorção de ativos públicos; e a desregulamentação

se estruturaria numa reorientação tributária voltada à liberação de capital a favor do mercado e não do Estado (*cf.* Campos, 1987, p.50; *cf.* Campos, 1988, p.213; *cf.* Campos, 2019, pp.1079, 1166 e 1278; *cf.* Campos *in* CN, pp.2471 e 2472, c2020, senado.leg.br; *cf.* Perez, 1999, p.203).

O gigantismo estatal dificulta extremamente a luta anti-inflacionária. É um dos paradoxos do “Estado empresário”. Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece. [...] as empresas estatais consideram seu custeio inflexível e reagem buscando recursos adicionais, aumentando tarifas e preços administrados, ou sacrificando investimentos. Respostas perversas que garantem a continuação da inflação e o aumento do desemprego (Campos, *in* CN, p.2471, c2020, senado.leg.br).

Segundo Roberto Campos, naquele momento, o Brasil carecia de dois ingredientes vitais: o poder de convencimento sobre os credores e a vontade política dos agentes públicos. O primeiro encontrava barreira na credibilidade estrangeira sobre um novo plano de reorganização econômica e o segundo, no custo da luta inflacionária. Condições adrede conhecidas, mas que demandavam uma capacidade que não estava mais disponível no Regime Militar e o tempo mostraria que também não estaria na administração civil nascente ³⁶ (*cf.* Campos, 2019, p.1166; *cf.* Campos *in* CN, p.2472, c2020, senado.leg.br).

3.7. VELHOS PROBLEMAS NA NOVA REPÚBLICA.

No início da década de 1980, a abertura política do Brasil se realizava a toque de caixa pelo Presidente Figueiredo. A democracia retornaria ao país nem que para isso tivesse, o Presidente, como dizia ironicamente, “de prender e de arrebentar”. “O movimento das ‘Diretas Já’ (era) o sentimento, generalizado, de que a redemocratização tudo resolveria” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.98). Um anseio que foi parcialmente atendido com a eleição indireta de Tancredo Neves pelo parlamento e sua posse prevista para março de 1985. Esperava-se que a Política se alinhasse com o mercado e a prosperidade encontrasse novos caminhos. A retomada do crescimento do PIB a patamares satisfatórios, 5,4% em 1984 e 7,8% em 1985; o superávit do Balanço Comercial de US\$ 13 mil milhões (37 mil milhões em valores atuais) e a redução em 47% do déficit fiscal em 1984, mostravam que o II PND sinalizava ter atingido seus objetivos. Todavia, a aceleração do ciclo de desenvolvimento alicerçado em capital estrangeiro deu a falsa impressão de que os gastos públicos poderiam ultrapassar as metas de contenção orçamentária. O falecimento de Tancredo Neves, em abril de 1985, colocaria, dentro de uma manobra política, seu vice, José Sarney (1930), na função de chefe do Poder Executivo e primeiro presidente, de facto, da “Nova República”. Sua afirmação como líder da nação, confirmada por seu discurso de posse, seria corroída por sucessivos desafios econômicos (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.85 a 87).

Visando conter os efeitos inflacionários do segundo choque do petróleo, os bancos centrais dos países industrializados, em geral, elevaram suas taxas básicas de juros. Nos Estados Unidos, esta subiu continuamente até 1981, quando atingiu 16,4% ao ano – mais que o dobro dos 7,9% ao ano vigente antes do choque. A *prime rate*, usada como taxa de referência nos empréstimos (domésticos e externos) dos bancos americanos, seguiu trajetória semelhante, saltando para 18,9% em 1981. O novo patamar das taxas de juros inaugurou uma fase de recessão nos países industrializados, que se estendeu, na maioria deles, até 1982 (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.77).

Com a alta de juros sobre empréstimos internacionais realizados em US\$, a sombra de uma crise de insolvência se abateu sobre os países altamente endividados da Ibero-América. A moratória mexicana, em 1982, gerou uma forte desconfiança nos bancos credores para a “reciclagem” de petrodólares, de forma que os encargos das dívidas externas se tornavam mais pesados. No Brasil, a contração do crédito internacional desacelerou a entrada de capitais externos, dificultando o refinanciamento de empréstimos e o encarecimento de seus serviços. Vale ressaltar que o principal da dívida externa brasileira saltara de 15% para 33% do PIB entre 1981 e 1984. Conseqüentemente, o desequilíbrio das contas públicas se tornou inescapável, com um déficit que dava sinais preocupantes no final de 1984. Os impostos, somados ao refinanciamento de empréstimos, já em 1983, não bastavam para manter os custos administrativos do Estado, para estimular a economia baseada em investimentos públicos e para contemplar os encargos das dívidas estatais. Para evitar a insolvência, reforçou-se a carga tributária visando a recuperação fiscal; desvalorizou-se a moeda como estímulo à exportação e salvaguarda do balanço comercial; e se estimulou o consumo interno por meio de alargamento creditício e salarial, para se evitar uma crise social (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al.*, 2011a, pp.99 e 100).

Como um “efeito colateral” conhecido das medidas econômicas corretivas tomadas pelo governo entre 1981 e 1983, acionou-se o “gatilho” da aceleração inflacionária, rompendo-se a barreira de 100% aa em 1982. No ano de 1984 a inflação atingia a marca de 224% aa, 225% aa no ano seguinte, em 1986 caiu para 80% aa, com o início do “Plano Cruzado”, mas voltou a explodir para 360% aa em 1987. A “hiperinflação” se descontrolou com o aumento da base monetária e a correção feita com estimativa de inflação futura e não mais sob efeito de inflação passada, uma vez que se desindexou a economia em 1985 (fim das ORTN e da correção monetária). Em

1987, o congelamento de preços ao consumidor e sua defasagem em relação ao preço “real”, fez com que, novamente, houvesse o desabastecimento do mercado formal e o ressurgimento do “mercado paralelo”. As necessidades de arrecadação do Estado, de manutenção salarial de trabalhadores, de rentabilidade de empresários, a alta da demanda e a escassez de produtos reforçavam exponencialmente essa “inflação inercial” que atingiria a marca de 1000% em 1990. (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.100 a 105, 114).

[...] a inércia inflacionária decorre da existência de contratos com cláusulas de indexação. Numa economia indexada, a tendência inflacionária torna-se a própria inflação do período anterior e pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (choques agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, em vez de passageiras, são incorporadas à tendência (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.105).

As propostas de solução para a situação descrita evitavam a opção “ortodoxa” de redução do Estado³⁷, pois se acreditava que cortes em auxílios sociais, em investimentos estatais e em efetivos de servidores públicos seriam politicamente inviáveis num contexto democrático. Desse modo, “apostava-se” em recomendações “heterodoxas” baseadas em congelamento de preços e de salários, além de “cortes de zeros” na moeda. Inaugurava-se com o Plano Cruzado, em 1986, seguido dos Planos Bresser, em 1987 e Verão, em 1989, a série de medidas que agravariam a instabilidade econômica no país e aprofundariam a desconfiança por parte de investidores (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.119). Apesar das demonstrações teóricas exaustivas, o Senador Roberto Campos, que defendia uma solução “monetarista ortodoxa”, não conseguiu transpor obstáculos capitais para a sustentação de seu argumento. O patrimonialismo, o fisiologismo e o utopismo socialista do Congresso Nacional impossibilitavam novas reformas administrativas, trabalhistas e tributárias que a conjuntura demandava (*cf.* Campos, 1996, p.369; *cf.* Campos, 2019, pp.1174 a 1182).

Os planos, contudo, apresentaram características “híbridas”, no sentido em que admitiam, apesar de francamente “heterodoxos”, pontos de “ortodoxia”. Medidas tímidas, mas que sinalizavam a intensão de uma liberalização econômica e de uma abertura de mercado. Na leitura do “Plano Cruzado” ao “Plano Verão”, para o câmbio, passou-se de um índice artificialmente supervalorizado, a uma série de desvalorizações até se fixar uma paridade com o US\$. Para reajustes de aluguéis, impostos, preços, salários e taxas, iniciou-se com um congelamento radical, até se chegar à liberação de reajustes, em geral, trimestrais, conforme índices próprios. Para as políticas monetárias e fiscais, elas passaram de expansionistas a gradualistas até se tornarem nitidamente contracionistas, mesmo essas últimas não sendo bem recebidas pelo Congresso (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.128 e 129). As privatizações se mantiveram praticamente inexistentes de 1980 a 1989, apesar de terem sido previstas desde 1979. Elas foram iniciadas a partir de 1990 e aceleradas apenas em 1994. As condições financeiras precárias de muitas estatais, os entraves legais, a falta de experiência na venda de ativos públicos, a lenta estruturação de modelos de concessão e a situação hiperinflacionária eram impeditivos para a redução do Estado. O programa de privatizações sendo implementado somente quando superadas cada uma dessas barreiras (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.137). “Embora frustrantes do ponto de vista do combate à inflação, esses planos (Cruzado, Bresser e Verão) colaboraram para que se verificassem momentos de rápido crescimento. De fato (*sic*), a expansão acumulada do produto no período de 1985-89 foi de 24%, concentrados nos dois primeiros anos” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.97).

Em 1986, o superaquecimento do consumo, devido ao congelamento de preços, e a valorização cambial artificial, para facilitar importações e suprir a demanda, deterioraram as reservas em moeda estrangeira. Uma situação que dificultou e

impossibilitou o pagamento de encargos da dívida externa. A exemplo do México em 1982, a moratória unilateral do Brasil seria declarada em fevereiro de 1987. Mesmo retomando o serviço da dívida em fevereiro de 1988, os credores internacionais olhavam para o Brasil com muita desconfiança. O país se lançava numa situação desfavorável da qual só sairia sete anos depois, iniciava-se a dita “década perdida” (cf. Campos, 1990, pp.199 a 201; cf. Campos, 1991, p.30; cf. Campos, 1996, p.369; cf. Campos, 2019, pp.1174 a 1182; cf. Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.78, 91, 115 e 116). “A moratória (significou) cessação de investimentos, suspensão de desembolsos de agências internacionais, elevação de juros sobre os créditos de curto prazo e encarecimento de importações” (Campos, 1996, p.372).

Em meio ao caos econômico da segunda metade da década de 1980, o Parlamento optou pela promoção duma nova Constituição, na medida em que a ruptura com o Regime Militar exigia uma reestruturação jurídica do país. A “Assembleia Nacional Constituinte”, sob a presidência de Ulysses Guimarães (1916-1992), formar-se-ia no utopismo revanchista das esquerdas renascidas e criaria um texto voltado para o passado e com pouco compromisso com o futuro. As peculiaridades constitucionais, dentro de padrões nacionais-populistas, “lançariam âncora” num navio cuja tripulação se preparava para explodir o casco com um artefato composto por garantias onerosas impagáveis. Era a vitória do populismo “nacionalisteiro” herdado do “Estado Novo” sobre o pragmatismo econômico “neoliberal”, ainda nascituro no Brasil (cf. Campos, 1990, pp.192 a 195; cf. Campos, 2019, pp.1185 a 1196; De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.117 e 118).

Considero um desastre histórico para o Brasil que nossa nova Constituição tenha sido votada oito a nove meses antes da profunda transformação política e cultural que ocorreu no mundo no “*annus mirabilis*” de 1989. Votamo-la em outubro de 1988, quando não se tinha ainda clara a percepção da falência dos regimes de dirigismo e planificação, do colapso do comunismo e da avassaladora superioridade das economias de mercado (Campos, 1991, p.57).

Roberto Campos compusera comissões de debate nas áreas de sua especialidade, finanças, orçamento e tributos. Defendeu suas realizações e apontou os erros de implementação que desviaram a finalidade de propostas como o IPI, o ICMS, o PIS/PASEP e o Banco Nacional de Habitação (BNH) e como corrigi-los. Considerando o texto constitucional como apresentado para votação, em alinhamento de opinião com o Dr. Yves Gandra Martins (1935), emérito jurista, consultor e autor de artigos da constituição (Art. 5º, Direitos Individuais), promulgar-se-ia um motor de “hiperinflação constitucional”. Isto, na medida em que se vinculavam gastos distributivistas sem previsão orçamentária, além de se garantirem direitos impossíveis (*cf.* Campos, 1990, pp.205 a 208; *cf.* Campos, 2019, pp.1198 a 1208, 1214 a 1216 e 1246). “[...] o texto constituinte, se levado a sério, não chega a implantar o socialismo, mas é suficientemente intervencionista para inviabilizar o capitalismo” (Campos, 1990, 108). “Para quem duvida das tendências antiliberais do texto, basta lembrar que a palavra *fiscalização* é usada 15 vezes e a palavra *controle* nada menos de 22 vezes” (Campos, 1990, p.205).

O ponto mais relevante da nova carta foi a prioridade dada aos direitos sociais, o que se manifesta, inclusive, na própria ordenação dos capítulos do Novo Texto. De fato, os direitos sociais se tornaram o segundo título da Constituição (“Direitos e Garantias Fundamentais”), à frente inclusive do referente a “Organização do Estado”. A carta reconhece a saúde, a educação, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos de todos – e não como serviços a serem prestados (De Castro *in* Giambiagi *et al.*, 2011a, p.118).

Somado à flexibilização de despesas e às prerrogativas utópicas, “a Constituição de 1988 criou um ‘hexágono de ferro’, que dificulta a modernização administrativa. Os lados do férreo hexágono são: a estabilidade do funcionalismo, a irredutibilidade dos vencimentos públicos, a isonomia de remunerações no Estado, a autonomia dos Poderes para fixação de seus vencimentos, o direito quase irrestrito à greve nos serviços públicos e o regime único de servidores” (Campos *in* Almeida, 2018, p.5). Algo que deixou a

nação à mercê de uma casta que se “enfeudava” no país às custas do contribuinte. O grupo político formado pelos “estatólatras” e pelos “socialistas” se sobrepunha aos privatistas e aos liberais “incorporando progressivamente novas camadas superpostas de ‘mandarins do Estado’ [...] num ambiente dominado pela arrogância típica das corporações do Antigo Regime” (Almeida *in* Almeida, 2018, p.41). Segundo Roberto Campos, com a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988, o destino do Brasil estava selado numa lenta marcha rumo à mediocridade (*cf.* Campos, 1990, pp.197 e 198; *cf.* Campos, 2019, pp. 1215 e 1216; *cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, p.118; *cf.* Perez, 1999, pp.226 e 228). “Nosso título de originalidade será criarmos uma nova teoria constitucional: a do ‘progressismo arcaico’” (Campos, 1990, p.198). “Conseguimos produzir um texto timidamente capitalista na ‘Ordem Econômica’, francamente socialista na ‘Ordem Social’, indeciso na opção entre presidencialismo e parlamentarismo” (Campos, 1988, p.252). “O Brasil [...] não perdeu nenhuma oportunidade de perder oportunidades” (Campos, 1991, p.59). “Em suma, o economista considera a Carta de 1988 democrática, mas não liberal” (Perez, 1999, p.227).

Se houvesse remota esperança de ser o Brasil capaz de extrair a verdade dos fatos – como recomenda Deng Xiao Ping – valeria a pena absorver duas lições da experiência. A primeira é que a grande clivagem de nossos dias não é entre a direita e a esquerda. É entre a economia de comando e a economia de mercado, entre os liberais e os dirigistas. A segunda é que na transição do autoritarismo para a democracia o trajeto é menos turbulento se a liberalização econômica precede a liberalização política (Campos, 1996, p.229).

A idade pesava no físico de Roberto Campos e a corrida senatorial de 1989 seria um esforço impensável. Motivado por participar da revisão constitucional de 1993, a despeito de orientações de familiares, colocava-se como candidato à função de Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, sua cidade de residência. Uma vitória apertada lhe deu o mandato e garantiu à Câmara Federal a presença incontornável do sábio que se tornara “profeta”, como Gudín fora em seu tempo (*cf.* Campos, 2019, p.1229). Simultaneamente, as eleições presidenciais levavam a uma clivagem ideológica

do pleito. Dentre os presidenciáveis, partidos pautados por uma linha mais à direita eram representados por Fernando Collor (1949) e Paulo Maluf (1931), e os mais à esquerda, por Leonel Brizola (1922-2004) e “Lula” da Silva (1945). Votando em Maluf no primeiro turno e em Collor no segundo, Roberto Campos exemplificava o temor do empresariado e de grande parte do eleitorado frente a pressões coletivistas e distributivistas da esquerda radical. Por outro lado, a plataforma eleitoral de Collor apontava para uma solução mais “neoliberal” que seu concorrente, “Lula”, no segundo turno, cogitando uma abertura econômica, privatizações e a reinserção do Brasil no mercado mundial (*cf.* Campos, 1990, pp.210 a 213; *cf.* Campos, 2019, p.1221; *cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.131 e 137; *cf.* Perez, 1999, p.228).

“Doce e ledão engano” (Campos, 1991, p.25). Com seu discurso de posse, Collor entusiasmou o eleitorado, mas na prática agiu de maneira oposta ao que havia prometido em campanha. Mesmo abrindo parcialmente as importações de bens de consumo, conteve o poder de compra com um plano anti-inflacionário radical e pouco avançou na venda de estatais (*cf.* Campos, 1996, pp.207 e 231; *cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.132 e 137; *cf.* Perez, 1999, pp.229 e 230). Ao invés de congelar preços, como tentado pelas equipes do governo anterior, sob os auspícios da Ministra Zélia Cardoso (1953), o “Plano Collor I”, confiscara as poupanças: “Todas as aplicações financeiras que ultrapassassem o limite de NCr\$50.000 (cerca de US\$1.200, ao câmbio da época) foram bloqueadas por um prazo de 18 meses” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.138). “[...] o sequestro de ativos financeiros quebra a confiança do mercado, agrava o intervencionismo e fratura o estado de direito, sem se ter certeza de que o déficit será eliminado” (Campos, 1990, p.254). Um intervencionismo interpretado como uma violência administrativa jamais vista antes. Impostura que colocaria o Brasil em desordem socioeconômica e provocaria, em 29 de setembro de 1992, indiretamente, o

processo de *impeachment* do presidente (cf. Perez, 1999, p.234). “[...] violou-se um dos mandamentos fundamentais da ética capitalista – ‘*Never cheat the saver*’ – jamais trapacear o poupador” (Campos, 1991, p.25). Ressalta-se que o primeiro voto do processo e em parecer pela cassação fora, em cadeira de rodas e muito doente, de Roberto Campos (cf. Campos, 2019, pp.1225 a 1255; cf. De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.142 e 155; cf. Perez, 1999, p.246).

De fato, o sequestro de liquidez realizado no Plano Collor I (1990) gerou uma forte retração na economia (-4,3%), particularmente na indústria (queda de 8,2%). Após um modesto crescimento em 1991, o PIB voltou a cair (-0,5%) em 1992, em função da crise instalada no país com o processo de *impeachment* do presidente. Se não fosse o bom desempenho da agropecuária em 1992 (4,9%) o resultado teria sido pior (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.155).

“A substituição do presidente por seu vice implicou mudança de substância política” (Perez, 1999, p.234). Com o fim do mandato de Collor, colocava-se o vice, Itamar Franco (1930-2011) à frente do país. Um político de alinhamento nacional-populista de herança varguista que convocara sucessivos gabinetes na tentativa de recuperar a condição difícil que herdara. Com intervenções brandas e estímulos cautelosos, no segundo ano de sua incumbência presidencial, nomeou Fernando Henrique Cardoso (1931) como seu Ministro da Economia (cf. Campos, 2019, pp.1080, 1252 a 1255; cf. De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.141 e 142; cf. Perez, 1999, p.235).

Politicamente, lançava-se o debate sobre a mudança de regime, Campos apoiando o parlamentarismo. “[...] um parlamentarismo sério é uma experiência a ser tentada, como solução mediata e não artifício de emergência” (Campos, 1991, p.39). Por plebiscito, venceu a manutenção do presidencialismo (cf. Perez, 1999, pp.236 e 237). Apesar dessa derrota no sufrágio, a reforma constitucional daquele ano de 1993, sinalizava uma tímida vitória liberal. Um impulso que se sentiu na adesão pela redução do Estado e a desestatização da economia (cf. Perez, 1999, p.238). “[...] a privatização

de estatais, dessarte, não é uma questão política. É uma imposição econômica” (Campos, 1996, p.315). Contudo, o Brasil não mostrava sinais de recuperação, ao contrário, dava-se o início de uma fase de profunda recessão (-7% do PIB). Necessitava-se encontrar uma solução para frear a hiperinflação que atingia o índice inacreditável de 1000% aa.

No elã do impulso liberal assumido por partidos de centro (PMDB e PSDB) em 1993, Fernando Henrique Cardoso (“FHC”), alçado ao Ministério da Fazenda por Itamar Franco, iniciou uma série de medidas, como a diminuição do Estado e o aumento de impostos, que mostrava a gestação de um plano maior. Em janeiro de 1994, auxiliado por uma equipe de escol, destaque para André Lara Resende (1951), Francisco Lopes (1945), Gustavo Franco (1956), Pedro Malan (1943) e Pêrsio Arida (1952) (membros de planos anteriores), “FHC” lançou uma estratégia inovadora. Com o “Plano Real”, mudava-se o “alvo” da luta inflacionária: focava-se no ajuste fiscal, na desindexação da economia e, principalmente, no alinhamento da moeda sobre uma âncora nominal, a “Unidade Real de Valor” (URV) (cf. De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.142 a 155; cf. Perez, 1999, p.239). “A equipe do Real foi quase a mesma do Plano Cruzado, de 1986” (Campos, 1999, p.259). As “ideias contidas no Plano Real foram, na realidade, levantadas 10 anos antes. Esse período caracterizou-se por um longo (e bastante doloroso) aprendizado tanto por parte do público quanto dos *policy makers*” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.161).

A equipe econômica deu bom acordo de si, mas o mais importante não foi, propriamente, a competência profissional dos economistas – o Brasil não é pobre nessa matéria – mas o fato (sic) de que o governo conseguiu convencer a opinião pública de que iria mesmo seguir a linha da estabilização monetária (Campos, 1999, p.248).

Esse plano de estabilização gradualista e híbrido, “heterodoxo e ortodoxo”, iniciou-se com um ajuste fiscal. Existia um desequilíbrio muito elevado *ex ante*, entre os

gastos e as receitas orçadas. Todavia, a hiperinflação depreciava os custos do governo em termos reais com suas receitas mantendo-se estáveis; desse modo permanecia, *ex post*, um déficit moderado. Se o plano visava o controle inflacionário a um patamar aceitável, por volta de 20% aa, isso assolaria as contas do Estado que se utilizava da hiperinflação para compensar o déficit operacional. Para evitar um colapso fiscal, foi votado pelo Congresso um Fundo Social de Emergência (FSE) de maneira a garantir o funcionamento do Estado até a equalização da arrecadação e de gastos por meio da retomada econômica. Uma medida que dava mais segurança para o mercado mobiliário interno e os operadores estrangeiros da dívida, diluindo-se a desconfiança gerada por um novo plano (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.144 e 146). “Nenhuma racionalidade é possível, no entanto, sem a privatização e a consequente redução de taxas de juros aos níveis que o mercado efetivamente determine [...]” (Campos, 1999, p.248).

Relativo a impostos, preços, salários e taxas foi estabelecida uma referência monetária estável paralela à moeda corrente, contendo-se a inflação na diluição da indexação. Essa segunda etapa visava enfraquecer o lado “inercial” gerado pelos ajustes inflacionários automáticos. Para esse fim, ao invés de se utilizar o “congelamento”, buscou-se um realinhamento “voluntário” sobre uma “âncora monetária” em “quase moeda”, a URV, de maneira que o sistema econômico se “assentasse” e as correções fossem feitas gradualmente. Associou-se o conjunto a uma “âncora cambial”, URV/US\$ dentro de uma “faixa” mínima ilimitada e máxima à paridade (“um por um”) ³⁸; e a uma retração de liquidez pela alta de juros ao mercado (100% aa). Desse modo consolidou-se a solidez da “quase moeda” e essa etapa foi o passo fundamental para que esse índice não se contaminasse com a memória inflacionária a ser extinta. Em outras palavras, o mercado deveria “confiar” e se “acostumar” com uma nova lógica monetária, antes de

trocar de moeda de facto (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.148 a 152; *cf.* Perez, 1999, pp.239 e 240).

A URV começou a vigorar a partir do dia 1º de março de 1994. Entre 1º de março e 30 de junho, o Banco Central fixou diariamente a paridade entre o Cruzeiro Real e a URV, tendo por base a perda do poder aquisitivo do Cruzeiro Real. Em 1º de julho de 1994 foi lançado o Real – e extinta a URV (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.145 e 146).

Com essa opção gradualista, a exemplo do “PAEG” trinta nos antes, com a introdução da URV e do Real, a inflação desacelerou de 43% ao mês, para 3% ao mês, em média, até o final do ano de 1994 e para 1,7% ao mês, em média, no ano de 1995. A “nova moeda”, o Real, não se havia contaminado com a inflação da “velha moeda”, o Cruzeiro Real. Porém, a economia se estabilizava mediante um desgaste das reservas em moeda estrangeira devido à paridade cambial e o Estado se endividava internamente com o “freio” monetário da alta de juros. Uma situação contornada paulatinamente pela flexibilização das metas inflacionárias e de câmbio, pela aceleração das exportações, pelo sucesso do agronegócio (a “âncora verde do Real”), pela retomada econômica e pelo afluxo de capitais estrangeiros para o mercado brasileiro (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.146 e 154; *cf.* Pedras *in* Carvalho *et al*, 2009, p.65; *cf.* Perez, 1999, p.241).

O Plano Real foi originalmente concebido como um programa em três fases: a primeira tinha como função promover um ajuste fiscal que levasse ao “estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira”; a segunda fase visava “a criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor – URV”; finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (Real) de forma a garantir a sua estabilidade” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.142).

Tirando as âncoras monetária e cambial, a maioria das medidas anti-inflacionárias realizadas pelo Plano Real haviam sido defendidas por Roberto Campos desde o tempo de Whitaker, na década de 1950, mas abandonadas sistematicamente. A estabilização monetária era vista por Roberto Campos como uma consequência e não

uma causa. As privatizações deveriam ter sido realizadas, em simultâneo com a desregulamentação e a redução dos gastos do Estado. Somente vencidas essas etapas, seria o caso indexar a moeda e estabilizar a inflação. Por razões políticas, a opção feita pela equipe econômica foi exatamente a inversa. Estabilizar a moeda a qualquer custo (alta de impostos e entrada de capital estrangeiro) e após as eleições de 1994, iniciar o processo de privatizações (*cf.* Campos, 1996, pp.199 e 200; *cf.* Campos, 2019, pp.1277 e 1278; *cf.* Perez, 1999, p.241). Por outro lado, a aceleração inflacionária e o desequilíbrio fiscal provocados pelos encargos da dívida externa foram reduzidos por um forte deságio sobre o serviço e pelo refinanciamento do principal. Uma adequação realizada pelos credores internacionais em 1994, com o ajuste do Brasil ao Plano *Brady*, fortemente incentivado por Roberto Campos, garantindo-se uma estabilidade cambial e inflacionária, até então, impossível. Vale ressaltar que, sem esse empuxo dado pelo alívio das contas externas, o “Plano Real” teria fracassado como seus antecessores. Mais uma vez o recálculo dos encargos da dívida externa, com o apoio de Roberto Campos, salvava o Brasil (*cf.* Campos, 1996, p. 262; *cf.* Campos, 2019, p.1173; *cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.103, 104 e 160).

[...] o Plano *Brady*, anunciado em março de 1989, teve como elemento essencial a reestruturação da dívida soberana de 32 países, mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplavam abatimento do encargo da dívida (seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros). Essa renegociação alterou fundamentalmente as condições de liquidez para países signatários, mas a oferta abundante de financiamento internacional estava condicionada à realização de reformas e de um profundo ajuste fiscal. Na realidade, o Brasil só completou a renegociação do Plano *Brady*, iniciada em 1992, no ano de 1994 – e isso foi fundamental para a consolidação da estabilização (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.136).

As eleições de 1994 recompensaram “FHC” com a Presidência da República, em janeiro de 1995, e Roberto Campos com um segundo mandato de Deputado Federal. “FHC tinha claro é que fora eleito para vencer a inflação e que a forma como o seu governo seria visto pela História estaria ligada ao seu grau de êxito na matéria”

(Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.166). “[...] sob o ponto de vista econômico, mostrou espírito público, coragem e lucidez, fazendo o que inevitavelmente teria de ser feito, por impopular que fosse” (Campos, 1999, p.253). “A retórica social-democrata transformou-se em prática liberal” (Perez, 1999, p.242), vencia a “Razão de Mercado”. Todavia, o superaquecimento da economia em 1995 (alta de 11% do PIB em relação a 1994), a crise do México e o derretimento das reservas brasileiras em US\$ (de 43 mil milhões para 32 mil milhões ao longo de 1994, US\$ 89 e 66 mil milhões, respectivamente, em valores atuais) vinham colocar em dúvida a validade do novo plano de estabilização.

O Programa de Governo de Fernando Henrique foi, nas circunstâncias, o mais adequado. Muitas das reformas indispensáveis já foram iniciadas e, se uma crítica geral merece, é que, na execução, o governo fez concessões que o (atrapalharam), não agindo com a energia necessária, sobretudo a respeito da ganância dos Estados e Municípios. Por outro lado, estamos numa democracia, tendo de lidar com vícios políticos profundos (Campos, 1999, p.251).

Em janeiro de 1995 a ameaça inflacionária ligada à reindexação de preços era um risco considerável. Em março ocorria a primeira desvalorização do Real, na ordem de 6% e os juros aceleravam de 3,3% ao mês, para 4,3%. O enfrentamento austero dos reflexos da crise mexicana e a tenacidade da equipe econômica brasileira provaram a resiliência do programa. Uma condição que fortaleceu a entrada de capitais no Brasil e a recuperação das reservas em moeda estrangeira para US\$ 52 mil milhões em dezembro de 1995 (US\$ 106 mil milhões em valores atuais). Uma terapia “ortodoxa” semelhante seria usada no Brasil para conter os reflexos das crises da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998. Desvalorizações cambiais dentro da “banda” permitida, na ordem de 10%, e fortes altas de juros internos, de 21% aa para 43% aa em 1997, e de 19% aa para 42% aa, no ano seguinte. Essa lógica atingindo um limite em 1999 (*cf.* Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.166 a 168).

[...] o Plano Real foi salvo por dois fatores: a política monetária, pois sem os juros altos daquela época dificilmente ele teria escapado de sofrer o mesmo destino que os planos que o antecederam; e a situação do mercado financeiro internacional, pois se este não tivesse retornado à ampla liquidez e busca pela atratividade dos mercados emergentes, a política monetária *per se* provavelmente teria sido incapaz de assegurar o êxito (Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.168).

O controle da inflação se estabeleceu mediante um sistema de equilíbrio monetário sustentado por entrada de capitais privados de risco e fluxos especulativos. O “Plano Real”, dessa forma, atingia seu limite em dois flancos diferentes, uma volatilidade em conta corrente financiada por investimentos externos e uma profunda crise fiscal promovida pelo pagamento de juros sobre financiamentos internos e dívida externa. O conjunto estimulado por uma taxa de câmbio sobrevalorizada que reduzia a capacidade de exportação (*cf.* Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.168 a 172). Como diria Roberto Campos, “mais do mesmo”. Uma lógica que manteve a taxa de juros internos extremamente elevada, na casa de 18% aa, em média, de 1996 a 1999, com picos próximos de 45% aa em 1997 e 1999. Dessarte, o serviço das dívidas pública e externa, entre refinanciamento e encargos, foi coberto por alocações orçamentárias vultuosas, variando na ordem de 60 a 50% da verba nacional anual (*cf.* Castro & Passos *in* Carvalho *et al*, 2009, pp.227 e 228). Um conjunto que, mesmo bastante estável, tendia a se desnaturar com o tempo, uma vez que deslocava para custeio os recursos voltados para investimentos estruturais públicos e creditícios privados, desgastava-se a própria lógica da dívida (*cf.* Filho *in* Carvalho *et al*, 2009, p.13). “A combinação de câmbio apreciado com elevados juros colocou a economia em uma trajetória de crescimento cada vez menor” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, pp.154 e 155).

O endividamento público é um instrumento apropriado para financiar o investimento público na construção de ativos de elevado custo e longa duração, como uma hidrelétrica, um porto ou uma estrada. Nesse caso, o endividamento público permite distribuir equitativamente entre os contribuintes do presente e do futuro o custeio e os riscos da construção de ativos que vão gerar benefícios e rendimentos supostamente superiores ao seu custo por um longo período para várias gerações de contribuintes. [...] Os problemas de juros elevados e dos calotes ocorrem principalmente em razão do continuado mau uso da dívida pública para financiar o déficit público gerado por gastos com despesas correntes de consumo. O pagamento de despesas públicas correntes de consumo deve ser normalmente realizado com impostos e não com dívida

pública, pagando juros. Financiar uma proporção grande e crescente do consumo público com dívidas sujeitas ao pagamento de juros significa destruir a riqueza pública. A lógica da taxa de juros composta leva à conclusão inexorável de que tal procedimento é insustentável no longo prazo (Filho *in* Carvalho *et al*, 2009, p.13).

A revisão constitucional de 1993 havia franqueado um pouco mais de abertura ao país e menos nacionalismo populista: as reservas de mercado em energia, em informática, em mineração, em telecomunicações e em transportes seriam quebradas (*cf.* Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.182). Essa abertura jurídica associada à redução da inflação e ao ajuste cambial do “Plano Real” deram margem para que o programa de privatizações fosse iniciado. Pretendia-se, com essa nova fase, vender ativos que eram “dragas” de recursos, uma vez que muito deficitários. Prosseguiu-se, assim, com Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado em 1990 e que pouco avançara. O modelo de desenvolvimento herdado do tempo do “Estado Novo” e reforçado no Regime Militar, dava os primeiros sinais vigorosos de recuo. “[...] o PND foi considerado prioritário. Através dele, pretendia-se: 1) contribuir para o redesenho do parque industrial; 2) consolidar a estabilidade; e 3) reduzir a dívida pública” (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.138). Em pouco tempo seriam privatizados bancos, estradas de ferro, empresas de telefonia, mineradoras, rodovias, siderúrgicas e outros grupos de serviços. “A privatização transferiu para o setor privado empresas deficitárias ou empresas superavitárias com níveis inadequados de investimento. Com a desestatização, esses gastos deixariam de pressionar as contas públicas” (Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.181). Um momento de transformação “liberalizante” que “arejava” o país sob algumas premissas do “Consenso de Washington”. Essas privatizações, associadas a reformas no setor financeiro, previdenciário, acordos tributários federativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal foram fundamentais para equilibrar as contas da União ³⁹. Principalmente visto o enorme déficit provocado pelos

juros exorbitantes da dívida pública e os seguidos ataques especulativos decorrentes das crises do México, da Ásia e da Rússia (*cf.* Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.182 e 183). Mesmo interpretado como um passo importante, permaneciam o monopólio da Petrobrás, o estatismo da energia elétrica da Eletrobrás (privatizada em 2022), as questões ligadas à exploração de minérios, a grande rede de reservas de mercado tangentes ao dirigismo do Estado (aeroportos e portos) e os entraves relativos às questões administrativas, jurídicas, previdenciárias, trabalhistas e tributárias (*cf.* De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.135; *cf.* Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.175 e 176; *cf.* Pêgo Filho, 1999, p.13).

Estamos passando da “cultura da verba”, que é a cultura da dependência, para a “cultura do investimento”, que é a cultura da eficiência. Através das privatizações, o governo se desonera de suas funções empresariais ineficientes para concentrar-se nas suas funções básicas, a primeira das quais é garantir a estabilidade da moeda (Campos, 1998, p.253).

No início do segundo governo “FHC”, de 1999 a 2002, devido às citadas reformas pendentes, o modelo econômico encontrava um novo limite, a desvalorização cambial era inevitável. Após mais um forte ataque especulativo, o governo optou por deixar o câmbio flutuar livremente. A deterioração econômica esperada foi evitada pela intervenção de Armínio Fraga (1957), então presidente do Banco Central, e a troca da âncora cambial pelas metas de inflação controladas pelos juros internos e retenção creditícia. Essa nova política econômica levou a uma aceleração exponencial das exportações e ao fortalecimento da conta corrente do Estado mediante o saldo positivo do Balanço de Pagamentos. O PIB voltou a crescer, na ordem de 4% ao ano, de forma a restabelecer a confiança de investidores no mercado brasileiro e o refinanciamento da dívida externa. Um conjunto que manteve a inflação dentro das metas estimadas, na ordem de 8% aa, ao longo de 1999 a 2001. Um sistema bastante flexível que é mantido, basicamente, como tal até a presente data e reforçado pela conquista da autonomia do

Banco Central, em 2021, então presidido por Roberto Campos Neto (1969) (cf. BCB, cBCB, bcb.gov.br; cf. Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, pp.176 a 178).

Com a adoção do sistema de metas de inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ao definir um “alvo” para a variação do IPCA, passou a balizar as decisões de política monetária do Banco Central (BC) tomadas todos os meses pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Este toma decisões acerca da taxa Selic com base em um modelo no qual a hipótese adotada quanto à taxa de juros e à cotação cambial gera um certo resultado da inflação, nos termos desse modelo. Assim, teoricamente, se a variação dos preços resultante de incorporar às equações uma hipótese correspondente à taxa de juros Selic vigente na época se mostrasse inferior à meta, o BC estaria em condições de reduzir os juros, enquanto, se a inflação estimada fosse superior à meta, o BC deveria subir os juros. O sistema de metas trabalha com uma margem de tolerância acima ou abaixo da meta, para acomodar possíveis impactos de variáveis exógenas, procurando evitar grandes flutuações do nível de atividade (Giambiagi *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.177).

O segundo mandato de Roberto Campos se concluía. Com seu discurso de despedida emocionou a todos os presentes na Câmara dos Deputados, em 28 de janeiro de 1999. O “*Retrospecto Melancólico*” (Vide Anexo 4), publicado nos anais da Câmara no dia seguinte, mesmo carregado do característico *sense of humor*, não deixou de transparecer o desalento de um homem que, “passado o zênite, encontrava o seu nadir” (cf. Campos *in* CN, p.04448, camara.leg.br). Apresentava um testamento político e o balanço de uma vida de serviço ao Brasil. Faleceria dois anos depois, novamente “emboscado” por um infarto. Roberto Campos sintetizou sua avaliação como o “fracasso de toda uma geração [...] em lançar o Brasil numa trajetória de desenvolvimento sustentado” (cf. Campos *in* CN, p.04448, camara.leg.br).

Ao citar Eugênio Gudín e Tancredo Neves, recordou a repetição monótona dos problemas brasileiros, com as duplas “moratória e recessão” e “recessão e crise cambial”, como mais do mesmo. A administração do país sendo, até então, incapaz de superar seus erros, manteve uma luta inglória vinda de tempos remotos e que ele próprio empreendera desde a década de 1950. Apontou que o maior problema do Brasil foi e ainda era de “debilidade produtiva”. Um subdesenvolvimento gestado e nascido das “deformações culturais” do nacional-populismo estatista, distributivista e

contraproducente do “Estado Novo”. Algo aprofundado por “Erros comportamentais” numa abertura política anterior à abertura econômica, com monopólios e reservas de mercado hostis à entrada de tecnologia. Uma conjuntura perversamente consolidada na “armadilha do meio-sucesso” dum país institucionalmente estável, apesar da coleção de diligências socioeconômicas monstruosamente ineficientes (*cf.* Campos *in* CN, pp.04448 e 04450, camara.leg.br).

Assim sendo, a redemocratização, ao invés de abrir a economia à nova onda de florescimento mundial, fechou o país sobre ele mesmo, ao acompanhar modelos estatistas do bloco soviético que estavam em franca decadência. Os sucessivos planos econômicos heterodoxos lançaram o país no pesadelo da moratória, com a suspensão do desenvolvimento por uma década. Consequência trágica do tratamento de sintomas sem a intervenção terapêutica para a causa (*cf.* Campos *in* CN, pp.04449 e 04450, camara.leg.br). Em meio a esses sucessivos fracassos, a “*Constituição Federal de 1988*”, intervencionista e utópica, extinguiu as possibilidades de recuperação. Ela aprofundou monopólios, engordou a carga tributária, endureceu as relações trabalhistas, implodiu o sistema previdenciário, distribuiu direitos sem cobrar deveres e demoliu a lógica do sistema de partidos, com a miragem da profusão caótica de legendas. A “constituição cidadã” arrancou do homem comum a capacidade de poupança, a possibilidade de empreender e a representatividade política, o “avanço do retrocesso” (*cf.* Campos, 1990, pp.213 a 215; *cf.* Campos *in* CN, pp.04450 e 04459, camara.leg.br).

Por fim, quanto ao “Plano Real”, profetizou ao afirmar que seu principal defeito foi ter sido muito tímido na adequação do Estado aos esforços de equilíbrio fiscal. Não concretizar satisfatoriamente as reformas administrativa, previdenciária, trabalhista e tributária, adrede planejadas, colocou o peso da estabilidade da moeda e da luta anti-inflacionária “nas costas” do setor privado. A carga tributária gerada por esse

desencontro, levou ao aumento expressivo da informalidade do mercado de trabalho, num desvio que aumentou exponencialmente os encargos do setor formal e afastou investimentos. Contudo, num lampejo de esperança, trouxe uma alteração de cultura econômica, ao “exorcizar” a inflação dos lares brasileiros. Uma medida fundamental para dar substrato sólido a esperadas, mas muito distantes, reformas que poderiam reconduzir ao desenvolvimento, aguardadas como um reflexo pleno, e não apenas parcial, da onda Neoliberal do Mundo Livre (*cf.* Campos *in* CN, pp.04454, 04459 e 04463, camara.leg.br).

3.8. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.

O presente capítulo responde à questão de *como se caracterizam o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política?*

A Igreja Católica deu a Roberto Campos as bases filosóficas e morais para uma vida de gigantesco trabalho. Poderia ter esbarrado com o jovem oficial médico Juscelino Kubitschek nas trincheiras da Revolução Constitucionalista de 1932, mas não foi o caso. Esse encontro se daria vinte anos mais tarde. Após o abandono da vida monástica, por meio de um grande esforço intelectual, Roberto Campos comporia, em 1939, as fileiras do Itamaraty. Uma carreira diplomática de início difícil na solidão de “um filho de ninguém”. Lançado nos afazeres desprestigiados e penosos, superou-os com abnegação e esforço. Do reconhecimento de seus préstimos, foi enviado, em 1941, a Washington (D.C.) para enfrentar a hidra burocrática dos corredores das seções comerciais e financeiras da administração pública estadunidense. Envolto em números, tabelas e contratos, percebendo que esse seria seu destino para sempre, lançou-se no desafio da especialização em economia. Na sua pós-graduação, ao conhecer grandes acadêmicos, diplomatas e políticos, entendeu que as dificuldades que encontrava poderiam ser vencidas com cálculo e com lógica, somados a uma boa relação interpessoal. Uma abordagem mais articulada lhe daria frutos em congressos e conferências, na medida em que superava sua timidez e se fazia conhecer.

Com o despontar do fim da Segunda Guerra, a subida em força do argumento estatista do liberalismo social colocou o jovem diplomata numa via sem volta rumo ao centro do círculo de decisão política. Em *Bretton Woods*, Nova York, Genebra, Paris, Havana, *Punta del Este* e Washington (D.C.), perfez o papel de diplomata e de

economista, com destaque e influência, colocando-se, com o tempo, a altura de grandes debatedores. Na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1951, ao longo do segundo governo de Getúlio Vargas, entendeu a fundo os problemas nacionais e angariou projetos de imensa valia para o país. Barragens, usinas e redes elétricas, estradas, portos e aeroportos, uma infraestrutura física propiciada pela alocação de recursos obtidos por uma arquitetura financeira emanada diretamente de seu gênio. O relatório final da comissão resumindo os “pontos de germinação” e de “estrangulamento” para o desenvolvimento econômico do Brasil foi um documento muito apreciado por dirigentes à época e que colocou Roberto Campos no topo político-estratégico do país. Chamado a auxiliar na composição do “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek, preparou parte de suas pautas e a integralidade do “Programa de Estabilização Monetária”. Uma posição privilegiada que lhe franqueara, não sem mérito, a direção geral do BNDE e, em seguida, a sua presidência.

A implementação do “Plano de Metas” sem uma revisão cambial e monetária, prevista no “PEM”, transformou um sucesso em fracasso. O governo “JK” cavaria um abismo financeiro que engoliria o Brasil e ditaria o destino do país a partir de então. A vida política e econômica dos quarenta anos seguintes orbitaria entre a ameaça de insolvência da dívida externa e a luta anti-inflacionária, com o interlúdio do “milagre brasileiro”, de 1967 a 1974, entre momentos de profunda crise. Algo que seria estancado com a consolidação do “Plano Real” em meados da década de 1990.

A bancarrota certa misturada a extremismos de inspiração soviética, a renúncia de Jânio Quadros e os insucessos do período parlamentarista, levariam ao descarrilamento do governo “Jango”. Uma condução malfadada de questões sociopolíticas que desaguiariam no Movimento de 31 de março de 1964 e a instalação, em 15 de abril, de um novo governo. Com Castello Branco, iniciava-se o ciclo de duas

décadas do Regime Militar. Na primeira etapa dessa nova fase da História do Brasil, Roberto Campos seria o autor e o articulador do “Plano de Ação Econômica do Governo”, o “PAEG”. Uma formulação pragmática de soluções práticas ligadas às causas e efeitos da crise econômica instalada no país. Com um espectro amplo, retornaria a soluções monetaristas apontadas pelos professores Gudin e Whitaker, dez anos antes, de modo a equilibrar contas e conter o processo de aceleração inflacionária uma vez superada a crise da dívida externa.

Ao ultrapassar esse primeiro desafio, a recuperação, apresentada na melhora de indicadores macroeconômicos, veio como uma consequência esperada. Uma luta anti-inflacionária que incluiu perspectivas mais rigorosas nas orientações administrativa, fiscal e monetária, mantendo-se em foco as necessidades sociais. Um equilíbrio que salvou o Brasil do aprofundamento do déficit das contas do Estado e colocou o país numa direção mais sã. Mesmo como o grande maestro da retomada do crescimento nacional, Roberto Campos foi “colocado de lado” no cenário político a partir do Governo Costa e Silva, em 1967. Sem mágoas, voltou-se à iniciativa privada, de onde, “do outro lado da cerca”, percebeu quanto o intervencionismo estatal poderia ser prejudicial a ganhos econômicos a longo prazo. Lutaria, desde então, pela diminuição da interferência de um Estado empreendedor, abrindo-se espaço para a iniciativa privada e formando para si uma “cosmovisão neoliberal” *avant la lettre*. Apontou, nesse sentido, em artigos, em críticas, em ensaios e em livros, o caminho que considerava o mais adequado para a alta administração pública e privada frente aos desafios correntes e vindouros, sem descuidar de lições prementes.

No retorno aos assuntos do Estado, em 1974, Roberto Campos se encontrou novamente no serviço diplomático. Colocado como embaixador do Brasil em Londres, foi testemunha dos excessos do “bem-estar-social”. Em reação, viu se firmar o

“neoliberalismo” no exemplo de Margaret Thatcher e seu empenho para a retração de um Estado tentacular numa sociedade estagnada. Os resultados seriam perceptíveis desde as primeiras ações, mas os benefícios, colhidos somente nos mandatos seguintes da “Dama de Ferro”. Lições que levaria consigo e carregaria para o Brasil, na medida em que entendeu ser essa vertente neoliberal uma medida essencial para o bem socioeconômico do país.

Atingido o limite insuportável do ostracismo, Roberto Campos se demitiu do serviço diplomático em 1982 e assumiu um desafio político-partidário. Aos 65 anos, do cume de uma carreira profissional sem nódoas, saltava para o desconhecido. Na sua coragem e na sua abnegação, características, fez frente a dificuldades de toda sorte para conseguir o sucesso no sufrágio. Após a vitória, sua vida parlamentar foi seriamente dificultada pela insistência vingativa de ideologias socialistas misturadas ao anacronismo do nacional-populismo de ranço varguista. Momentos pautados de grave angústia, mas de reconhecimento pelo exemplo pessoal de pragmatismo e de profissionalismo. Quesitos que se refletiram em suas participações épicas em plenário, a exemplo de seu primeiro discurso em 8 de junho de 1983 e de seu último, em 28 janeiro de 1999. Entre eles, a luta pela racionalidade na “Constituinte de 1988”, colocando o seu ponto de vista, em meio a uma turba legiferante levada por emoções fugazes. Um esforço vão. Teria que aguardar a “revisão constitucional de 1993” para corrigir, junto a um empenho parlamentar intenso, alguns pontos falhos da *Carta Magna* Brasileira, mas nem todos.

Até o fim de seu segundo mandato como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, mantivera seu posicionamento intelectual estanque a modismos ou a contrariedades, não sem descontentamentos ou frustrações. Dizia-se um “liberal” que fora promovido de “herege imprudente” a “profeta responsável”. Suas orientações e observações se

mostraram válidas, na linha de seu amigo Gudin, na medida em que o tempo lhe daria razão, mesmo que tardiamente.

Aos 84 anos, em 9 de outubro de 2001, faleceria. As emocionadas despedidas, feitas dois anos antes no Congresso, falavam de si como alguém pertencente a uma geração que se esforçara para fazer de seu país um lugar melhor, mas falhara. Fora vencido pelas mesmas adversidades historicamente redundantes do alargamento da base monetária e creditícia sem lastro, da falta de rigor na execução orçamentária com dispêndios maiores que receitas e da insolvência da dívida externa. Uma mistura “implosiva” provocada pela falta de vontade política em se superar um “populismo imediatista de discurso distributivista”, descomprometido com questões de Estado ou com o destino das gerações futuras. Palavras, por vezes muito duras para consigo mesmo, mas seguidas de efusivos elogios de pares em reconhecimento a quem se dedicou ao outro e ao país. Alguém que raramente esmoreceu, talvez numa lição tirada, ainda quando criança, da vitória do homem sobre a natureza, no vigor do pantaneiro, misto de vaqueiro e de desbravador.

3.9. NOTAS.

01. Roberto de Oliveira Campos, nascido em 17 de abril de 1917, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, Brasil, com alguns meses de vida, mudou-se para o interior de São Paulo. O falecimento precoce de seu pai, professor do Estado, quando Roberto Campos e seu irmão eram ainda muito pequenos, deixou a viúva e os seus dois filhos completamente desamparados. Dos rigores enfrentados, a bravura da mãe frente aos desafios marcaria Roberto Campos para sempre (*cf.* Campos, 2019, pp.119 a 120). Sendo a família de sua tia materna bem provida, casada com o neto do Barão de Vila Maria – o desbravador – retornou com sua mãe e irmão para Mato Grosso e passou a morar na casa de parentes na região do Pantanal (*cf.* Campos, 2019, pp.123 a 125). Sobrevivendo às intempéries naturais, à vida de vaqueiro e à fauna pantaneira, iniciou a escola primária em Corumbá. Mudou-se, em seguida, para a capital paulista, num périplo que se concluiu, em 1927, na rica cidade cafeeira de Guaxupé, em Minas Gerais. É válido observar que a “Fazenda Alegria”, na Nhecolândia, onde Roberto Campos passou sua pequena infância, foi uma das primeiras a introduzir novas espécies de gramíneas em pasto e o gado nelore (indiano). Uma prática que, junto com tecnologias desenvolvidas localmente, viria a tornar o Mato Grosso e, mais tarde, o Mato Grosso do Sul, nos maiores produtores de carne bovina do Brasil (*cf.* Campos, 2019, pp.123 a 125).

02. No início de 1934, prosseguindo seus estudos, Roberto Campos se transferiu para o Seminário Maior Nossa Senhora Auxiliadora, em Belo Horizonte. Em meio a vasta leitura, prosseguiu em artes sacras, filosofia, teologia e direitos canônico, civil e internacional. Esse último conjunto de matérias lhe dando bases para a preparação ao

concurso à carreira diplomática que enfrentaria mais tarde (cf. Campos, 2019, p.139). Aos 22 anos, por ser muito novo, Roberto Campos não pôde receber sua ordenação maior ao concluir o curso de filosofia e de teologia. Uma condição que lhe impediu o prosseguimento no presbiterato, sendo lhe vetado o voto de obediência. Os dois anos de espera para a ordenação foram marcados por grande angústia, uma vez que, melhor da turma, teve de abrir mão, sucessivas vezes, de bolsas de estudo em Roma. Uma condição que lhe causou revolta e um desgaste prematuro para a carreira na Igreja. Dentre as maiores mágoas que fomentaram a sua cisão, residia a incompatibilidade do *index librorum prohibitorum* com sua necessidade pessoal de aprender e de estudar. A ponto que se percebeu incompatível com o futuro de homem de fé, perdendo subitamente a vocação. Um episódio doloroso, que o atormentaria por longos anos, com o sentimento de que escolhera o inferno ao céu (cf. Campos, 2019, pp.140 e 141).

03. O “Comunismo”, implantado desde 1922 pela Seção Brasileira da III Internacional de 1919, foi apoiado por muitos positivistas e por um número expressivo de oficiais do Exército. Dentre estes, o Capitão Luiz Carlos Prestes (1888-1990), líder “tenentista”, incorporou o leninismo como uma nova roupagem para sua própria cosmovisão comtiana (cf. Maciel & Nascimento, 2012, pp.9, 12, 26, 56 e 713; cf. Paim, 2018, p.209; cf. Ustra, 2007, p.38; cf. Villa, 2011, p.45). Com o patrocínio de Moscou e a colaboração de militares em diferentes unidades, em 1935, foi deflagrada a Intentona Comunista (cf. Maciel & Nascimento, 2012, pp.14 a 22; cf. Villa, 2011, p.44). O movimento visava, claramente, a tomada do poder e a instauração duma ditadura do proletariado subordinada à URSS (cf. Villa, 2011, p.45). O levante foi sufocado rapidamente pelas forças legalistas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi banido junto com seus militantes, com novas medidas que reduziram as liberdades civis e

políticas, em geral. Luiz Carlos Prestes se refugiaria na Argentina, retornando em 1945 e reassumindo suas funções à frente do PCB, praticamente até o final de sua vida (cf. Villa, 2011, p.44). A cisão profunda que a “Intentona” provocou no Exército Brasileiro seria lembrada e rememorada até os dias de hoje como a marca do repúdio da instituição ao radicalismo revolucionário de esquerda (cf. Ustra, 2007, pp.38 e 39, 47 a 57).

Em 1932, consolidou-se o “Integralismo”. Um movimento de características similares às do fascismo italiano, notoriamente anticomunista e com origem no Tradicionalismo Católico do século XIX. Uma corrente abraçada por muitos positivistas e oficiais do Exército, sobretudo com o fim da epopeia tenentista em 1930 (cf. Saldanha, 2001, pp.295 e 296). A Ação Integralista Brasileira (AIB), cujos símbolos eram o Sigma grego maiúsculo (Σ), as camisas verdes e o brado, “Anauê”, copiava em tudo a indumentária nazifascista, mas, ideologicamente, repudiava o discurso racista, vendo-se muitos negros e pardos em suas fileiras (cf. Villa, 2011, p.45). Seu líder, Plínio Salgado (1895-1975), aproveitou o momento político da subida ao poder de Getúlio Vargas e capitalizou, para seu partido, grande parte dos ideais do tenentismo (cf. Saldanha, 2001, pp.300 a 302). Apesar de ter apoiado Vargas, em 1937, a AIB foi proibida e extinta pelo “Estado Novo”. No ano seguinte, em 1938, os integralistas tentaram realizar um *putsch*, mas o movimento foi sufocado pelas forças federais. Plínio Salgado foi exilado em Portugal, de onde retornou em 1945, retomando a vida político-partidária no Brasil. Mesmo o integralismo tendo desaparecido oficialmente, seus ideais nacionais-populistas se mantiveram latentes e ainda ecoam no ambiente político brasileiro (cf. Villa, 2011, p.49).

04. Grande parte do Itamaraty enxergava no totalitarismo europeu um discurso de modernidade, numa postura que transitou dos nazifascistas para os soviéticos, no pós-guerra, e ao nacional-populismo, com as denúncias dos horrores do estalinismo. Roberto Campos sempre se manteve cético a esses movimentos, preferindo se ater a seu trabalho inglório, enfiado em números e tabelas (*cf.* Campos, 2019, pp.41 e 42; *cf.* Vélez-Rodríguez *in* Almeida, 2017, pp.75 e 76).

Eu era apenas um terceiro-secretário de embaixada, uma espécie de protozoário diplomático, cujas três únicas funções eram: escrever poesias, cedo consignadas a merecido esquecimento; frequentar cursos noturnos de economia, como vacinação pragmática contra um passado seminarístico; e cultivar um socialismo romântico, subconscientemente talvez convencido de que quem não é socialista aos 20 anos não tem coração, e quem assim permanece aos 40 anos não tem imaginação... (Campos, 1987, p.358).

05. No auge da Segunda Guerra Mundial, a capital dos EUA era o cruzamento das estradas comerciais do Mundo Livre, cujo fluxo de mercado tramitava por uma burocracia hipertrofiada. Roberto Campos, digladiando-se contra esse “mastodonte”, tinha de recuperar “cotas de suprimento manufaturado” para garantir o funcionamento mínimo da indústria brasileira. Uma tarefa laboriosa que lhe custava longas negociações nas seções e secretarias dos diferentes departamentos comerciais. Situação que resolvia mediante os seus relacionamentos feitos na universidade e tendo como moeda de troca o argumento do fornecimento de matérias primas e gêneros agrícolas do Brasil (*cf.* Campos, 2019, p.51).

06. No compasso da perspectiva do final da guerra e para preparar a reconstrução dos países devastados, em 1943, criou-se a *United Nations Relief and Rehabilitation Agency* (UNRRA). Roberto Campos sendo designado para acompanhar o representante do Brasil nos debates e nas assinaturas pactuais realizadas na conferência-gênese dessa agência. Dessa feita, o jovem secretário conheceu pessoalmente ilustres personalidades que lhe serviriam de paradigma. Dentre os debatedores que brilharam a seus olhos estavam Jean Monnet (1888-1979) e Paul Henry Spaack (1899-1972), que seriam partícipes ativos da construção, respectivamente, da Comunidade Econômica Europeia e da ONU (*cf.* Campos, 2019, p.59).

07. O Brasil, como participante efetivo da Segunda Guerra Mundial e vitorioso no Teatro de operações na Itália, pleiteava uma posição de destaque entre as Nações Unidas. Desde essa época inicial da formação da ONU, passou a ser um objetivo a conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança. O que foi negado, mantendo-se o prestígio do país mediante a abertura de vagas rotativas para membros não permanentes. O Brasil ocupando, por dois mandatos iniciais consecutivos, uma dessas cadeiras e o P5 (*permanent five* – China, EUA, França, Reino Unido e URSS) não admitindo o enfraquecimento de sua posição frente a nações menos influentes (*cf.* Campos, 2019, p.95).

08. O planejador, assim como o administrador, tem que desenvolver uma “estratégia de planejamento” assim como uma “estratégia de execução”, procurando tanto quanto possível apresentar os valores e objetivos da planificação sob forma que reduza a resistência e inércia do setor privado. Nesse contexto, assume particular importância, nos países subdesenvolvidos, a criação de uma “mística de desenvolvimento”, capaz de

induzir formas de comportamento social conducentes à aceitação dos sacrifícios inerentes a qualquer esforço de aceleração da formação de capital em economias pouco distanciadas do nível de subsistência (Campos, 1963, p.51).

O planejamento “seccional” (setorial) corresponde à localização de alguns setores que constituem “pontos de estrangulamento” e/ou “pontos de germinação” da economia e à definição de objetivos setoriais, de modo que o Estado, através de uma série de mecanismos, promova uma política econômica visando garantir as taxas de investimento necessárias. Estas, porém, são calculadas de forma relativamente independente de projeções globais e de estimativas das demandas intersetoriais da economia. Já o método da Cepal, utilizado por Furtado, pretende-se muito mais abrangente. O objetivo subjacente aos trabalhos do órgão é o planejamento global da economia. Parte-se de uma meta macroeconômica de crescimento, predefinida de acordo com o levantamento das possibilidades de expansão do sistema como um todo e calculada com base em estimativas da relação capital/produto, da taxa de poupança, e nos termos de troca. As projeções setoriais são então feitas de acordo com as taxas de crescimento previstas e levando em consideração à dinâmica da procura final e das relações intersetoriais (Bielschowsky, 1988, p.181).

O esforço de planejamento econômico no Brasil – que ganhara fôlego com os trabalhos da CMBEU e, posteriormente, do Grupo Misto Cepal-BNDE – se tornaria permanente a partir da instituição, por Juscelino Kubitschek, do Conselho de Desenvolvimento (Decreto no 38.744, de 12 de fevereiro de 1956), diretamente ligado à Presidência da República. Para a secretaria geral do novo órgão foi designado Lucas Lopes, que acumularia o cargo com o de presidente do BNDE. Ao longo de 1956, o Conselho de

Desenvolvimento foi responsável pela identificação de setores da economia que, uma vez adequadamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento. Além disso – e atendendo à necessidade de ampliação de setores de infraestrutura básica (notadamente nas áreas de energia e transportes, previamente apontadas como pontos de estrangulamento) –, o Conselho elaborou um conjunto de 30 objetivos (metas) específicos, distribuídos segundo cinco áreas, denominado Programa de Metas (Villela *in* Giambiagi *et al*, 2011, p.35).

09. Posição conceitual que se consolidou no artigo “*Two views on inflation in Latin America*” (Campos *in* Hirschman, 1961, pp.69 a 93), publicado no livro “*Latin America Issues*” organizado pelo Professor Albert Hirschman (1915-2012) (*cf.* Campos, 2019, pp.165 a 169, 197 e 268).

10. Em 1956, o Brasil perdia a oportunidade de se tornar um país exportador e sede de núcleos industriais e tecnológicos, como seriam os “Tigres Asiáticos” na década de 1980. Situação que se repetiria em 1961 e em 1965, pela recusa de se liberar a taxa de câmbio e a insistência, ao longo das décadas de 1970 e de 1980, de se manter o modelo industrial de substituição de importações em detrimento ao de exportação para o mercado mundial. Posição que se alteraria tardiamente com a “crise de desvalorização do Real”, somente em 1999 (*cf.* Campos, 2019, pp.253 e 254).

11. Seguido a um grave mal-estar cardíaco de Café-filho, em 8 de novembro de 1955, assumiu Carlos-Luz (1894-1961), Presidente da Câmara dos Deputados. Inconformados com o resultado da eleição, tida como minoritária, os “Udenistas” entraram em rebelião.

Por meio da intervenção do Exército, sob liderança do General Henrique Teixeira Lott (1894-1984), em 11 de novembro de 1955, foi desarticulado o movimento “udenista”, realizado o *impeachment* de Carlos-Luz e assumida, interinamente, a Presidência da República pelo Presidente do Senado, Nereu Ramos (1888-1958). Carlos-Luz, junto com Lacerda, seus partidários mais leais e oficiais da Marinha de Guerra, lideraram uma tentativa de Golpe de Estado. A bordo da nau capitânia da frota, o Cruzador “Tamandaré”, os revoltosos partiram para São Paulo, sendo que o Governador Jânio Quadros (1917-1992), também da UDN, lhes havia prometido apoio e, em memória ao movimento MMDC, o levante das tropas paulistas contra a União (*cf.* Campos, 2019, p.561). Na sequência, em 31 de janeiro de 1956, o *putsch* foi esvaziado na traição de Jânio Quadros ao movimento, por influência do General Olympio Falconieri da Cunha (1891-1967), comandante militar de São Paulo e, dessa forma, a posse da chapa “JK” e “Jango” foi garantida (*cf.* Weffort, 2011, p.233).

12. Das grandes marcas disponíveis para empreendimentos industriais, as americanas, Ford e GM criaram apenas linhas de montagem com peças importadas. Ao passo que as alemãs Mercedes-Benz e Volkswagen optaram pela nacionalização de peças, trazendo seus fornecedores para o Brasil. As marcas europeias de mecânica pesada, além da Scania e da FIAT viriam mais tardiamente, mas aproveitariam todo o ambiente favorável para os negócios com financiamentos do BNDE. A meta, desse modo, foi plenamente atingida, num esforço que multiplicou os empregos e garantiu grande sucesso propagandístico para todo o plano de governo (*cf.* Campos, 2019, pp.323 e 324).

13. Em 1957, por ocasião da décima segunda sessão do GATT, as altas partes contratantes selecionaram um painel de especialistas presidido por Gottfried von Haberler para examinar o efeito do protecionismo na agricultura, a flutuação do preço de mercadoria e o fracasso das receitas de exportação para acompanhar a demanda de importação nos países em desenvolvimento. O Relatório Haberler de 1958 enfatizou a importância de minimizar o efeito dos subsídios agrícolas sobre a competitividade e recomendou a substituição do apoio aos preços por pagamentos suplementares diretos não vinculados à produção, antecipando a discussão sobre a “caixa verde de subsídios”. Só mais recentemente, porém, essa mudança se tornou o cerne da reforma da política global do sistema agrícola (*cf.* Bellman & Hepbeurn *in* Bellman et al., 2009, p.1).

14. Na maioria dos países subdesenvolvidos, é característica a escassez de experiência na gestão de empresas. Associada quase sempre essa debilidade a uma desigual distribuição de renda, o poder de iniciativa econômica fica ordinariamente confinado a um círculo demasiado pequeno. [...] A pouca densidade de capital nos países subdesenvolvidos, e, conseqüentemente, o baixo nível de poupança (agravado, habitualmente, por deficiência no mecanismo de canalização de crédito), dificulta a captação das doses de capital necessárias para investimentos concentrados. [...] Nos países em que a poupança é exígua, e a margem, acima da subsistência, estreita, é inevitável que as decisões das unidades econômicas sejam afetadas por uma visão imediatista. No terreno dos investimentos, as inversões a curto prazo, com um horizonte próximo de rentabilidade, tenderão a deslocar investimentos básicos de mais longo ciclo (Campos, 1963, pp.15 e 16).

O apelo ideológico da “Aliança para o Progresso” me parecia forte, correspondendo basicamente a antigas aspirações, pelo menos retóricas, da América Latina: (a) Um ataque frontal no problema do desenvolvimento econômico; (b) A busca da justiça social, através de reformas estruturais; (c) A manutenção e aperfeiçoamento das instituições democráticas. Um aspecto negativo foi que os líderes latino-americanos nunca empalmaram a Aliança como projeto “nacional” dos seus países. Faltava-lhes a aura emocional, e a participação quase religiosa, característica do nacionalismo e do comunismo. Mais tarde eu viria a perceber que essa baixa capacidade de produzir mitos é característica tanto do capitalismo quanto da democracia. Produzem resultados práticos, mas é diminuta sua capacidade de fabricar mitos. O socialismo, de outro lado, é mais forte na produção de mitos que de resultados (*cf.* Campos, 2019, p.532).

15. O contato pessoal entre Campos e Kennedy se realizou de forma mais frequente que de costume nas relações entre a Casa Branca e a Embaixada do Brasil. As conversas empreendidas no Salão Oval foram longas e relativamente descontraídas, mostrando o interesse do Presidente na adoção de uma posição de liderança legítima do Brasil nos assuntos ibero-americanos. Roberto Campos daria a interface para essa intenção, na forma de amenizar os desgastes provocados por medidas populistas e ufanistas do governo brasileiro e o estabelecimento de uma cooperação vantajosa para todos (*cf.* Campos, 2019, pp.446 a 452). As tensões não escalaram, mas as negociações para a resolução dos atritos ligados à encampação de empresas norte americanas pelo Governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e cunhado de “Jango”, estavam longe de estar resolvidas. Além desse ponto, a aproximação ideológica com Cuba e com a União Soviética, em nada ajudava. Um cenário que levou a sérios “malabarismos” frente à imprensa, quanto a uma “política independente” promovida pelo Brasil, mas se

afirmando que os compromissos da “*Carta de Punta del Este*” seriam cumpridos (cf. Campos, 2019, pp.467 a 485; cf. Villela in Giambiagi et al, 2011, pp.42 e 43). A presença de Roberto Campos na capital dos EUA não foi somente uma missão delicada em meio a desajustes ideológicos, compôs-se, igualmente, no alargamento da plataforma de apoio do Brasil entre os grandes do cenário político do “irmão do norte”. Contatos foram estabelecidos com parlamentares e personalidades incontornáveis do cenário internacional. Assim, pode se citar a amizade estabelecida com o Embaixador Henry Kissinger (1923) e muitos membros do *Foreign Affairs Committee* do Senado. Personagens que seriam atuantes positivos nas negociações correntes e nas vindouras, ao longo da vida profissional e pessoal do embaixador (cf. Campos, 2019, pp.456 a 461).

16. Perfilaram-se os acontecimentos do avanço sobre o Rio de Janeiro, ainda na madrugada, de uma Divisão de Infantaria (ID/4), vinda de Juiz de Fora/MG e liderada pelo General Olympio Mourão Filho (1900-1972), Comandante da 4ª Região Militar. Uma iniciativa espontânea do General, decorrida de um acerto tácito com o Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto (1909-1996) e que exigiu uma reorganização do “tabuleiro” político de forma a se decidir para que lado se iria pender. Por volta das 23 horas de 31 de março, com a adesão do II Exército (São Paulo) ao movimento, o Brasil convergiu para a direita e o “dispositivo militar” de “Jango” desabou (cf. Gáspari, 2002a, p.89). Ao receber a notícia da adesão dos grandes comandos do Exército ao movimento, por volta de meio-dia de 1º de abril, “Jango” exilara-se no Uruguai, onde se juntou a Leonel Brizola (cf. Gáspari, 2002a, p.109 a 113). A deposição foi oficialmente realizada pelo Parlamento, na mesma hora em que o Presidente e sua família decolavam de Brasília. Ao arripio da Constituição de 1946,

declarava-se vaga a função de chefe de Estado e se articulava, com anuência do Supremo Tribunal Federal (STF), a posse interina do Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili (1910-1975). “A posse [...] era inconstitucional, visto que João Goulart ainda se encontrava no Brasil. Preenchia, contudo, a necessidade de um desfecho aparentemente legítimo” (Gáspari, 2002a, p.110). Mesmo o Deputado Mazzili respondendo pelo Executivo Federal, era o General Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967), Chefe do Estado-Maior do Exército, que acumulava melhores prerrogativas para o cargo. Tinha o apoio dos “revolucionários”, civis e militares, dos governadores da maioria dos Estados, de grande parte do estamento político, bem como dos grandes industriais. Acalmava, por sua personalidade culta e apaziguadora, os anseios dos grupos que desejavam a permanência dum governo militar somente até as eleições que seriam realizadas em outubro de 1965, como se nota em sua “*Circular de 20 de Março de 1964*” (Vide Anexo 1). Seguiu-se à derrubada de João Goulart a promulgação do primeiro Ato Institucional (AI) pela Junta Militar Governativa, em 9 de abril. O AI-1 consagrou a eleição presidencial indireta, realizada pelo Parlamento, e a nomeação do Marechal Castello Branco. Militar promovido por passar à reserva e empossado como Presidente em 15 de abril de 1964, ao passo que a Junta Militar Governativa se transformava no Alto-Comando da Revolução (cf. Neto, 2019, pp.30 a 34; cf. Skidmore, 1988, p.19).

17. Após ter sido presidente do BNDE e representante do Brasil em Washington (D.C.), Roberto Campos não queria qualquer compromisso com a administração pública. Encontrava-se dedicado à iniciativa privada, voltado a assumir a presidência da Mercedes-Benz do Brasil. Contudo, dentro dum ambiente político tenso e desfavorável, em 19 de abril de 1964, pela manhã, foi convocado à Capital Federal, por seu amigo

Luís Viana Filho (1908-1990), então, recém-nomeado Ministro da Casa Civil (cf. Campos, 2019, p.555; cf. Dulles, 1980, pp.21 e 22). A indicação do Embaixador Roberto Campos para o cargo de ministro havia sido feita em conversas entre o Marechal Castello Branco e Glycon Teixeira de Paiva (1902-1993), ex-presidente do BNDE (1955-1956), no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Também participaram dessas tratativas o General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e o Sr. Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), presidente do jornal “*O Estado de São Paulo*” (cf. Campos, 2019, p.559; cf. FGV, c2019, fgv.br; cf. Stepan, 1974, p.185). Uma indicação cotada, igualmente, pelo presidente do IPES, Jorge Oscar de Mello Flores (1912-2000 – futuro membro fundador da Fundação Getúlio Vargas – FGV), para três ministérios diferentes, Relações Exteriores, Fazenda e Planejamento. Esse último, ainda a ser recriado, uma vez que havia sido extinto ao longo do governo de João Goulart (cf. D’Araújo, c2020, fgv.br).

18. O Ministério do Planejamento foi montado pelo próprio Roberto Campos. Nomeações foram dificultadas pela conjuntura política e a rejeição de candidaturas, mas essas acabaram sendo atendidas com a convocação de altos funcionários do Executivo Federal, destacando-se o nome de Hélio Beltrão. Personagem que traria um apoio muito grande à equipe de governo para a reforma administrativa em 1967.

No planejamento efetuado em regimes capitalistas, o Governo tem que repousar, sobretudo, sobre controles indiretos, monetários e fiscais, não lhe sendo facultado, senão dentro de severos limites, requisitar ou transferir recursos dos setores privados para os governamentais (Campos, 1963, p.22).

19. Para um atendimento das prioridades, ajustes de pastas e esforço legislativo, a ordem das ações propostas repousava inicialmente, no “controle fiscal de emergência” com o equilíbrio das contas do Estado. Em seguida, prosseguia na reestruturação educacional para requalificar os desempregados e garantir a mão de obra técnica necessária para um segundo momento. Ação que se prolongava na reforma agrária para arrefecer as tensões sociais no campo e acalmar os grandes produtores agropecuários. Quanto ao setor econômico, especificamente, as reformas apoiavam a reconstrução do sistema financeiro, garantindo a equalização cambial e a regulação do mercado de crédito. Por sua vez, e não menos importante, a reforma administrativa baseava-se na simplificação e na desburocratização do Estado frente a iniciativa privada. Medida que liberaria a criação de empregos com a redução de encargos. Por fim, chegava-se na intrincada reforma tributária, uma das mais essenciais, já que facilitaria o funcionamento do sistema como um todo. Mediante a adesão simplificada e a lisura de procedimentos, atingir-se-ia o aumento do fluxo fazendário e a desoneração automática do sistema produtivo (*cf.* Campos, 2019, p.579).

20. Para o Embaixador, o Movimento Comunista Internacional, liderado pela URSS, precisaria encontrar outra razão que a luta de classes, propriamente dita, para mover o proletariado contra o Estado Brasileiro. Luta que, de facto, não conseguiu se consolidar ao longo do Regime Militar. Os movimentos políticos antissistêmicos sendo promovidos e estimulados dentro de grupos estudantis de classe média e alta em que raramente envolveram-se os “proletários” por quem se dizia lutar (*cf.* Campos, 2019, p.578).

21. A desvalorização monetária foi uma diligência cautelosa que se mostrou suficiente para aliviar um sistema creditício baseado no capital exterior. Um quadro de tendências otimistas, uma vez que as capacidades de poupança interna haviam sido deterioradas de 1961 a 1963 e não eram suficientes para qualquer plano de retomada do crescimento econômico (cf. Campos, 2019, p.580; cf. Skidmore, 1988, p.36). Para tanto, era necessário fazer o “dever de casa” sugerido pelo Banco Mundial: a criação dum Banco Central com autonomia suficiente para o controle cambial e a regulação do crédito no mercado. Tudo de modo a se afastar do varejo bancário, visando manejar de forma isenta o sistema financeiro, conseguir dosar a emissão creditícia e influenciar a velocidade do giro econômico (cf. Dulles, 1980, p.150). Dessa forma, como amplamente demonstrado, conseguir-se-ia garantir, também, um canal suficientemente seguro para o correto escoamento dos fundos disponibilizados pelo Banco Mundial e destinados ao mercado brasileiro. Em outras palavras, um mecanismo que frustraria os desvios de fundos, tão comuns, até então, na gestão pública brasileira, patrimonialista e fisiológica (cf. Campos, 1963, p.31; cf. Campos, 2019, pp.579 e 580).

Quanto ao modelo de financiamento, o projeto original dos ministros Octávio Bulhões e Roberto Campos, que formularam a reforma, seguia o modelo segmentado, vigente nos Estados Unidos. Neste, as instituições financeiras atuam em setores distintos do mercado, cabendo aos bancos de investimento o papel de prover financiamento de longo prazo, como intermediários na colocação de títulos no mercado de capitais e, em menor escala, como emprestadores finais. No Brasil, manteve-se ainda um papel importante para os bancos públicos no crédito de longo prazo (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.56).

22. A partir de 1965 cerca de 55% do déficit do Estado foi financiado com ORTN e 86% em 1966. Uma forma de cobrir o déficit orçamentário sem precisar aumentar a carga tributária e constituindo uma dívida isenta de influência cambial. O “PAEG” criou, assim, o mercado de dívida pública no Brasil, favorecendo um aporte para os investimentos estatais. Garantiu, também, a constituição duma carteira de créditos internos e a rolagem da dívida do déficit nacional mediante pagamento de juros a taxas competitivas (*cf.* Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011b, p.62; *cf.* Skidmore, 1988, p.32; *cf.* Syvrud, 1974, pp.87 e 88 e 133 a 135).

23. Apesar de desajustados com o pretendido, os resultados macroeconômicos foram os cabíveis no plano concreto. Tenderam a compatibilizar o combate à inflação, por meio da retração monetária e do crédito, com um esforço suficiente para não “matar” a economia do país e absorver a mão de obra resultante do crescimento vegetativo dos anos de 1940 (2,4% anual de 1940 a 1950) e se preparar para a entrada da força de trabalho nascida nos anos de 1950 (3,0% anual de 1950 a 1960) (*cf.* Simões, 2010, p.41). Dessa forma, atenuar tensões que poderiam emergir duma situação de forte desemprego e uma possível implosão social.

Uma certa dose de pressão inflacionária é inevitável na execução de qualquer plano de desenvolvimento, quase *ex definitione* [...]. O problema não é, portanto, evitar a pressão inflacionária, mas impedir que ela se transforme em inflação aberta, e, na medida do possível, que se evite também a inflação reprimida (Campos, 1963, p.44).

24. Conforme Lara-Resende (*cf. in* Abreu, 2010, p.206) o “PAEG” teve um custo social elevado. Esse foi sentido pelo encerramento de firmas de pequeno e médio porte que

não suportaram o corte no crédito, com um aumento de 250% no índice de falências no biênio 1965-66. O choque foi menor nas empresas de grande porte, porém bastante expressivo, com uma aceleração de 50% na taxa de falência. Por outro lado, os financiamentos internacionais foram feitos, principalmente, para filiais de multinacionais e para empresas estatais. Desse modo, as pequenas e médias empresas de capital privado brasileiro não tiveram acesso a essas linhas de crédito. Uma situação que representou o “tiro de misericórdia” nesse setor empresarial e que provocou forte reivindicação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), com o pedido para se repensar o “PAEG” e se trocar a equipe de gestão econômica (*cf.* Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.206; *cf.* Schneider, 1971, pp.153 e 154). O corte nos gastos do governo também representou custos sociais importantes a serem levados em consideração no período de 1964 a 1967. Uma circunstância que impulsionou o desemprego com suas elevadas implicações. Todavia, a partir de 1968 essa última questão foi resolvida com os investimentos vultuosos em construção-civil, indústria e obras-públicas (*cf.* Lara-Resende *in* Abreu, 2010, p.206; *cf.* Flynn 1978, pp.387 e 388).

25. Mesmo “colocado de lado” por Costa e Silva, Roberto Campos não se afastou das pautas que considerava vitais para o país. Sabia que o período de 1964 a 1967 determinara o curso do restante do regime (*cf.* Campos *in* Campos & Simonsen, 1975, p.67). Consequentemente, passou a escrever em profusão na imprensa, visando alertar sobre o abandono de suas medidas de ajuste do Estado e em defesa do esforço feito para a estabilização econômica. Assim, lançou livros e publicações internacionais para consolidar sua visão entre acadêmicos e profissionais do mercado. Um conjunto de títulos publicados entre 1963 e 1976, sendo dois em conjunto com Mário Henrique Simonsen (1935-1997), tratando de amplas questões ligadas à diplomacia, à economia,

à educação e à política, principalmente (cf. Campos, 2019, pp.879 e 906; cf. Perez, 1999, p.157). Além de escrever nos principais jornais do país, Roberto Campos publicou entre 1963 e 1976 os seguintes títulos: “*Economia, Planejamento e Nacionalismo*” (1963), “*Ensaio de História Econômica e Sociologia*” (1964b), “*A Moeda, o Governo e o Tempo*” (1964a), “*Política Econômica e Mitos Políticos*” (1965), “*A Técnica e o Riso*” (1967), “*Reflections On Latin American Development*” (1967), “*Do Outro Lado da Cerca*” (1968), “*Ensaio Contra a Maré*” (1969), “*Temas e Sistemas*” (1970), “*Função da Empresa Privada*” (1971) e “*O Mundo que Vejo e Não Desejo*” (1976). Além da coautoria do relatório do GATT “*Trends in International Trade*”, o relatório “*Partners in Progress*”, do Comitê Pearson do Banco Mundial, e os livros escritos com Mário Henrique Simonsen, “*A Nova Economia Brasileira*” (1975) e “*Formas Criativas no Desenvolvimento Brasileiro*” (1976). Somar-se-iam a essas obras os títulos, nas décadas seguintes: “*Além do Cotidiano*” (1985), “*Ensaio Imprudentes*” (1987), “*Guia para os Perplexos*” (1988), “*O Século Esquisito*” (1990), “*Reflexões do Crepúsculo*” (1991), “*A Lanterna Na Popa*” (1994), “*Antologia do Bom Senso*” (1996) e “*Na Virada Do Milênio*” (1999).

26. O descontrole civil do início do ano de 1968, motivado pelos desejos contraditórios da abertura política e da subida em força da “linha-dura”, resultou em consequências trágicas (cf. Schneider, 1971, p.204). Desencadeadas pela morte de um estudante secundarista, manifestações estudantis e operárias eclodiram nas capitais dos Estados da Federação (cf. Gáspari, 2002a, pp.284 e 285).

Junto com esses movimentos de massa, o terrorismo de esquerda e de direita, bem como a decretação do estado de crise civil, atendia a todos os lados. Aos militantes da

esquerda que não teriam mais que encontrar desculpas para suas ações ofensivas. Aos militantes da direita que abriam uma campanha preventiva, atacando antes de serem atacados. Ao Estado, pois dava a justificativa para a retração dos direitos individuais e para a subida em força do regime. O que atendia plenamente as pressões da “linha-dura” no controle sobre o governo de Costa e Silva. [...] Os dois lados queriam provar que estourara uma revolução no Brasil, mas como ela não existia de facto, contentavam-se em proclamar a existência do processo a que chamavam de “guerra revolucionária”. À esquerda o slogan carregava o embuste de sugerir que a revolução estava na rua porque algumas centenas de pessoas tinham resolvido começar uma guerra. À direita, intencionava-se colocar o país em estado de guerra porque algumas centenas de pessoas queriam fazer uma revolução (Gáspari, 2002a, p.331).

27. A permanência excessiva de militares no poder conduziria, forçosamente a impasses políticos e econômicos inexistentes em democracias ágeis. O rigor com a Segurança Nacional levaria à redução de liberdades civis e à intromissão em perspectivas econômicas inadequadas à gestão pública. O nacionalismo xenófobo redundaria em proibições de investimentos internacionais em áreas de exploração econômica, limitando a obtenção de recursos (*cf.* Campos, 1969b, pp.175 e 176; *cf.* Campos, 2019, p.886; *cf.* Perez, 1999, p.164). A prevalência dum autoritarismo inibiria a acomodação democrática e o desenvolvimento dum política sã. Essas as principais causas da redução da eficiência do sistema de partidos e a perda da canalização organizada para as demandas populares, isolando o governo e aumentando as tensões sociais. “Profecias” feitas por Roberto Campos em artigos publicados a respeito da condição ibero-americana e que se encaixaram à perfeição no caso brasileiro (*cf.* Campos, 1969b, pp.175 e 176; *cf.* Campos, 2019, p.886; *cf.* Perez, 1999, p.164).

28. A crise do petróleo veio subverter de forma dramática as cifras do balanço de pagamento e a ordem monetária internacional. Em 1973 os países exportadores de petróleo apresentaram um superávit em transações correntes de 6,3 mil milhões de dólares. Este ano (1974), essa cifra deverá elevar-se abruptamente para nada menos do que 66 mil milhões de dólares, o que corresponde a 85% do produto nacional estimado para o Brasil em 1974. Os países em desenvolvimento deverão, em conjunto, apresentar um déficit de 28 mil milhões de dólares. E, o que é mais chocante, as nações desenvolvidas, tradicionalmente superavitárias na sua condição de exportadoras de capitais, irão apresentar um déficit em conta corrente da ordem de 38 mil milhões de dólares. Para agravar a crise, os exportadores de petróleo se têm revelado muito pouco propensos aos investimentos diretos e a realizar empréstimos a prazo longo: suas preferências, fora alguns investimentos imobiliários, se concentram pesadamente na aplicação das suas reservas em depósito a prazo curto nos bancos europeus e norte-americanos. Isso gera para os países importadores de petróleo, três ordens de problema: o do endividamento, o dos prazos e o da transferência de propriedade. O primeiro problema é que que esses países, em 1974 e enquanto perdurar a crise do petróleo, terão que aumentar a sua dívida externa em ritmo sem precedentes. Isso está ocorrendo na Inglaterra, na França, na Itália, no Japão e também fatalmente ocorrerá no Brasil. O segundo problema é o de que os países importadores de petróleo, por prudência na administração do seu balanço de pagamento desejam endividar-se a prazos médios ou longos, enquanto os exportadores insistem em manter as suas reservas a prazos curtos. [...] tendo originado várias insolvências bancárias no exterior. O terceiro problema é o de que, com continuidade dos superávits em conta corrente, os ativos em poder dos exportadores de petróleo se acumularão a cifras espantosas [...] o suficiente para

comprar vários países do Mundo desenvolvido. [...] Em resumo, 1974 se apresenta como o ano mais negro da história econômica desde o término da Segunda Guerra Mundial. Os países tradicionalmente exportadores de capitais passaram a apresentar déficits enormes no seu balanço de conta corrente, tendo de apelar para o endividamento externo em escala sem precedentes. A inflação mundial generalizou-se em ritmo assustador, as taxas de juros atingiram níveis surpreendentemente elevados, o sistema bancário vê sua segurança altamente comprometida [...] (Simonsen *in* Campos & Simonsen, 1976, pp.10 e 11).

29. É melancólica descrição, baseada no cotidiano, da sucessão de desacertos, de oportunidades perdidas, de intoxicações irracionais, que conseguiram levar o Brasil à “estagflação” num mundo que assistiu, pela primeira vez na história, à abolição da pobreza numa só geração. Pois foi isso que aconteceu na franja asiática, demonstrando mais uma vez que a culpa de sermos subdesenvolvidos reside em nós mesmos, e não nas nossas estrelas [...] (Campos, 1988, p.11).

A combinação de expectativas políticas irrealistas e errôneos métodos econômicos resultou em inflação destramelada (sic) e colapso da disciplina social. Incidentemente, a “estagflação” já era animal encontradiço na paisagem latino-americana, antes de se tornar preocupação pungente dos países industrializados, na réstia da crise petrolífera dos anos setenta. [...] a “estagflação” e a insolvência fatores específicos, naturalmente, contribuíram para a detonação do processo liberalizante (Campos, 1988, pp.191 e 192).

30. Como todo mundo previa, a sucessão presidencial militarizada não esperou setembro de 1973. No dia 11 de junho o presidente Médici convoca o General Ernesto

Geisel ao palácio Laranjeiras, no Rio [...]. O então presidente da Petrobrás aceitou [...]. O segundo encontro entre o General Ernesto Geisel e o presidente Garrastazu Médici será apenas a 20 de junho de 1973, em Brasília, no Palácio do Planalto [...]. Ernesto Geisel [...] a 10 de julho de 1973 [...] vai formando sua equipe. Golbery do Couto e Silva funciona como um coordenador das atividades [...]. Foram editadas as regras para a eleição indireta de Geisel, marcada para 15 de janeiro de 1974, fixado o novo mandato em cinco anos. Formava-se o governo Geisel, prestes a assumir: Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil, Reis Velloso no Planejamento, Mário Henrique Simonsen na Fazenda, Armando Falcão na Justiça [...]. Dia 31 de março de 1974, a posse. O sucessor leva o antecessor até a rampa do Palácio do Planalto. Despedem-se para nunca mais se verem. Ficava claro que Geisel desconsiderava Médici (Chagas, 2015, pp.41, 42, 43, 56 e 58).

31. Em 1973, com a crise do petróleo e a súbita elevação do seu valor em três vezes, os países exportadores desse produto receberam um forte fluxo de divisas. Dadas as limitações de seus mercados financeiros domésticos, esses países aplicaram esses recursos no mercado financeiro internacional, gerando um período de grande liquidez, tornando popular o termo “petrodólares”. No Brasil eles foram fundamentais para financiar o chamado II PND, plano do governo militar de resposta ao choque do petróleo no Brasil. O II PND, “*Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*” foi um plano econômico brasileiro lançado no final de 1974, durante o governo do General Ernesto Geisel, que tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia no país [...] foi o último plano econômico do ciclo desenvolvimentista. [...] o plano teve êxito parcial, uma vez que o parque produtivo industrial se sofisticou bastante, mas essa industrialização ocorreu a um preço alto, com

a explosão da dívida externa que acabou resultando em uma grande crise de endividamento da economia brasileira no início dos anos de 1980 (Aliber & Kinleberger, 2011, p.311).

O II Plano de Desenvolvimento (sic) (1975/1979), tem por meta manter um pouco otimista demais, a alta taxa de crescimento do período 1964/1974, e delinea algumas medidas para reagir à crise de combustíveis. Essas medidas incluem: 1) medidas para a economia do petróleo, principalmente através do desincentivo de preços; 2) diversificação das fontes de energia, através de uma ênfase maior na energia hidrelétrica, xisto e desenvolvimento inicial com a energia nuclear; 3) reorientação das propriedades do monopólio estatal em direção a uma prospecção mais intensa tanto internamente quanto no exterior, no último caso em associação com companhias estrangeiras de petróleo, públicas e particulares; 4) programas acelerados de substituição de importações, particularmente em relação a produtos intermediários (aço, fertilizantes, polpa, materiais químicos básicos), assim como bens de capital; 5) incentivos à exportação, com três avanços principais: intensificação da exportação de alimentos – soja, milho, carne etc.; uma maior diversificação das exportações de manufaturas; e a expansão da exportação de minérios, de preferência sob forma já processada e através de operações conjuntas com os consumidores (bauxita, alumínio, minério de ferro, pellets e aço bruto), a fim de assegurar o acesso aos mercados e facilitar a obtenção de financiamento; 6) reestruturação do sistema de transportes, para dar prioridade aos transportes urbanos de massa, assim como para ferrovias e hidrovias, em detrimento dos transportes a motor, que gastam muito combustível; 7) atração de investimentos diretos do exterior sob a forma de operações conjuntas *joint ventures* para a produção mineral e processamentos para a exportação; 8) a liberalização das

condições para a entrada de capital financeiro, a fim de facilitar a reciclagem de superávits dos países exportadores de petróleo através do mercado financeiro; 9) negociações bilaterais com os países da OPEP para empréstimos a longo prazo para cobrir os custos das importações, para acordos comerciais de compensação e também para atrair investimentos para a participação em operações conjuntas no Brasil (Campos *in* Campos & Simonsen, 1976, pp. 128 e 129).

32. Golbery [...] a eminência parda do governo. Não falava em público, não dava entrevistas, deixava correr a lenda segundo a qual não conversava com jornalistas. Estava por trás de tudo, inclusive das coisas com as quais nada tinha a ver. Por trás da queda de Frota, estava (Gáspari, 2002a, p.23). [...] Os detalhes de natureza prática da execução de Frota são curiosos [...]. No dia 12 de outubro o feriado era uma exclusividade dos moradores de Brasília. Enquanto todas as guarnições militares do país trabalhavam normalmente, a da capital, onde o Ministro do Exército tinha os seus oficiais de estrita confiança, estava quase sem pessoal. O general, apanhado de surpresa, teria dificuldade para movimentar suas peças. Imaginada havia meses, decidida duas semanas antes e planejada por quase dez dias, a demissão do ministro coincidia propositalmente com o feriado. [...] O presidente montara um dispositivo pelo qual os oficiais fiéis ao seu esquema souberam antecipadamente da demissão (Gáspari, 2002a, p.26). [...] com a demissão de Frota, dissolveu-se a mais perversa das anomalias [...], restabelecendo-se a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas. [...] a recuperação do poder republicano do presidente significou a disponibilidade do caminho da redemocratização (Gáspari, 2002a, p.34).

33. Para os bens de produção, o *locus* se concentrou na siderurgia, com a inauguração da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) em 1976. Além desses, alocou-se recursos em química pesada, na expansão do refino de petróleo e na exploração de metais não ferrosos (Bauxita, Níquel, Nióbio, Ouro etc.) e minerais não metálicos (Terras Monazíticas, Tório, e Urânio, principalmente). Ainda em química pesada, em novembro de 1975, iniciou-se o Programa Proálcool que incentivou e estimulou o estudo, a produção e a utilização do álcool de cana de açúcar como fonte de combustível para automóveis. Um projeto de pleno êxito que converteu boa parte dos carros brasileiros ao carburante renovável, atingindo a marca de 60% da frota em 1990. Mesmo caindo a quase zero em 2002, atualmente (2021), a frota de carros de passeio é composta por 72% de veículos *Flexfuel* (álcool/gasolina), com cerca de 46 milhões de veículos dessa categoria. Outro avanço foi a mistura do álcool na gasolina como controlador de detonação, na ordem de 12%, em média (25% em 2021), evitando-se a importação de gasolina e preservando divisas (atualmente, evita-se a importação de cerca de 500 milhões de litros de gasolina por ano com a economia anual de US\$ 285 milhões em divisas) (*cf.* Biodieselbr, c2022, biodieselbr.com; *cf.* Santos, 2012, p.232, c2012, repositório.ufba.br).

A rede de distribuição de energia e de telecomunicações foram estendidas mediante o reforço de estatais nacionais e regionais, respectivamente, Eletrobrás, Eletropaulo, Light, Cemig etc.; Telebrás, Telerj, Telesp, Telemig etc. Com destaque para a energia, abriram-se caminhos para investimentos pesados em produção hidrelétrica com o início da construção de dezenas de Usinas. Ressalta-se a binacional de Itaipu, em Foz do Iguaçu, na Bacia do Rio da Prata, entre o Brasil e o Paraguai, inaugurada em 1984, com 14 gigawatts – GW – de capacidade hidrelétrica instalada (para um total hidrelétrico atual de 109 GW e 176 GW totais com todos os modais confundidos). Coroando essa

iniciativa de diversificação energética, encontra-se o Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Além da construção de duas centrais, (com a entrada em função da primeira, Angra I, em 1985, e a segunda, Angra II, após sucessivos atrasos, em uso comercial a partir de 2001), conseguiu-se o domínio do ciclo completo do refino de urânio em 1988 (mesmo o volume de refino, ainda hoje, não passando de 10% das necessidades, o restante do urânio brasileiro sendo refinado nos EUA e na Europa) (cf. Barros & Pereira, pp.71 e 72, c2012, repositorio.ipea.gov.br; cf. ONS, c2022, ons.org.br). Vale ressaltar que essa iniciativa estrutural em energia elétrica do II PND encontra eco até hoje, com os investimentos em parques eólicos (22 megawatts instalados) e centrais solares. Tendo a produção solar igualado a produção de Itaipu em 2021 (14 GW), sendo 9 GW por geração particular parcialmente não contabilizados pelo Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) (cf. ONS, c2022, ons.org.br)

Para o impulso do agronegócio, mesmo se criada no final do Governo Médici, reforçou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sob Geisel. A estruturação da Embrapa se fez por meio do envio de agrônomos ao redor do Mundo entre 1973 e 1974 para adquirirem conhecimento e organizarem uma tecnologia adaptada ao Brasil. Em meados de 1974, inauguraram-se os centros de pesquisa para o trigo no Rio Grande do Sul, Arroz e Feijão em Goiás, Gado de Corte em Mato Grosso do Sul e Seringueira no Amazonas. A Embrapa se ampliou de tal forma, que atualmente, tornou-se referência nacional e mundial em Ciências Agrônômicas, colaborando diretamente para a transformação do Brasil de importador de gêneros agrícolas, a um dos maiores, senão o maior, exportador de alimentos do Mundo. Contabiliza-se, em 2021, entre carnes, grãos, frutas e leite, cerca de 345 milhões de toneladas produzidas por ano, em média, participando com 26,6% do PIB e empregando diretamente 20,1% da força de trabalho (cf. Embrapa, embrapa.br; cf. Embrapa, 2022, p.10).

Nesse mesmo intuito de reforçar uma economia de escala voltada para o exterior, foram ampliados modais de transporte para a redução de custos, foi expandida a malha ferroviária, melhorados portos, aeroportos e rodovias. O sistema ferroviário foi multiplicado para mais de 30 mil quilômetros e o rodoviário para 1,7 milhões de quilômetros, como principal modal. Foi reforçado o sistema de “Companhias Docas” para a gestão de portos (CDRJ, CDS, CODEBA etc.) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para a operação aeroviária, atualmente, com a gestão do transporte de cerca de 37 milhões de passageiros por ano (*cf.* Minfra, gov.br; *cf.* Infraero, transparencia.infraero.gov.br).

34. Em sua estada em Londres, personagens haviam franqueado entradas nos mais altos círculos e dado apoio em inúmeras tarefas a Roberto Campos, como por ocasião da visita do Presidente Geisel ao Reino Unido em 1976 (*cf.* Campos, 2019, pp.929 e 935). Como ex-ministro do planejamento e, em grande parte, responsável pela retomada do crescimento brasileiro, Roberto Campos foi convidado a palestrar em tradicionais universidades e em centros de pesquisa e a debater em rodas de alto nível do governo britânico e da iniciativa privada. Sendo, inclusive, como efeméride, presidente da comissão de avaliação de doutoramento do então diretor do Banco de Portugal, Aníbal Cavaco Silva (1939) (*cf.* Campos, 2019, pp.941 a 943 e 1025).

Uma das últimas reuniões do grupo Aspen marcou época em minha vida. Ela se realizou no Irã, a convite do xá. Era julho de 1978, poucos meses antes do fim da dinastia Pahlevi. Um dos membros permanentes do grupo Aspen era Husang Ansari, então presidente da Companhia Nacional de Petróleo do Irã. A reunião foi realizada em Ramsar, uma cidade balneária às margens do mar Cáspio, num hotel turístico, especialmente esvaziado de hóspedes na ocasião, dadas as preocupações com a segurança de Kissinger. Estavam presentes Henry Kissinger, George Schultz, depois secretário de Estado em Washington, no governo Reagan, Raymond Aron e Lee-Kwan-Yew, o primeiro-ministro de Cingapura (Campos, 2019, p.1026).

A Guerra das Falklands /Malvinas (1982) marcaria o fim do período da permanência de Roberto Campos em Londres. Acompanhou de perto o desenrolar do conflito e como o

Reino Unido conquistou uma vitória a duras penas. O cotidiano britânico se eletrizou ao redor da Primeira-Ministra, no resgate duma verve nacionalista legítima, digna da unidade que Winston Churchill (1874-1975) angariara em seu tempo. A vitória britânica dera a Margaret Thatcher a aura que lhe faltava para dinamizar plenamente sua política interna e que foi muito bem aproveitada ao longo de seus três mandatos. Promovendo-se, assim, a volta do Reino Unido ao mundo dos negócios como um agente de soluções de sucesso (*cf.* Campos, 2019, pp.1000 a 1012).

Com longas deliberações entre amigos e correlatos ideológico-partidários, Roberto Campos se convenceu das possibilidades de conquistas na política eletiva. Amadurecendo uma ideia de mais de vinte anos, confrontou-se ao desafio de participar das eleições de outubro de 1982. Entre Londres e Cuiabá, no Mato Grosso, promoveu sua candidatura a uma das vagas de Senador por seu Estado natal (*cf.* Campos, 2019, pp.1064 a 1065). Acostumando-se aos meandros da política partidária, dizia ter aprendido um novo dialeto, o PAMG (Prometer, Acusar, Mentir e Gritar), ao debater assuntos regionais e a forma de se desenvolver melhor o Mato Grosso. Uma busca que se articulou por meio da alocação de fundos voltados à infraestrutura física e um esforço na produção e na distribuição energética, o antigo dueto “juscelinista” da energia e do transporte. Deslocando-se de norte a sul do Estado, entreteve duras jornadas sob sol e poeira, numa intrepidez invejável. Uma aventura que, aos 65 anos de idade, demandar-lhe-ia um gigantesco esforço, com o preço dum infarto após a vitória nas campanhas (*cf.* Campos, 1987, p.108; *cf.* Campos, 2019, pp.1066 a 1072).

35. Para o Senador, a explosão demográfica (índice vegetativo na ordem de 3% anual de 1950 a 1980) (*cf.* Simões, 2010, p.41) desestabilizou os parâmetros básicos dos planos do Estado. O nível de poupança interna, apesar de muito fortalecido, não satisfazia as

necessidades provocadas pelo crescimento populacional ocorrido entre 1960 (70 milhões) e 1980 (120 milhões), independentemente das políticas públicas empregadas. Um descompasso que exigia uma requalificação de premissas, até então, não realizada (cf. Campos, 1987, pp.13 e 14; cf. Campos, 2019, pp.1074, 1092, 1114 e 1170; cf. Campos *in* CN, p.2464, c2020, senado.leg.br).

[...] a evidência histórica é que a explosão demográfica está universalmente associada à pobreza. Clamam por melhor distribuição de renda, mas ignoram que se o único fator cuja oferta cresce continuamente é a mão-de-obra – enquanto o capital é escasso e a terra fixa – a renda do fator trabalho sofrerá sempre desvantagem comparativa. Pois, infelizmente, nem o Evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o Diário Oficial conseguiram revogar a lei da oferta e da procura (Campos *in* CN, p.2465, c2020, senado.leg.br).

36. [...] o aumento da dívida externa ampliou a dependência e a vulnerabilidade financeira da economia. Para cumprir os encargos da dívida é necessário: gerar superávits comerciais, para compensar (total ou parcialmente) as despesas financeiras, controlando, assim, os déficits em conta corrente; e/ ou captar novos recursos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta de capital. Nos dois casos, o país torna-se mais dependente do mercado internacional e, portanto, mais vulnerável a seus reveses: a geração de superávits comerciais requer, além de uma política cambial adequada, uma demanda externa em crescimento; a emissão de novas dívidas requer um mercado internacional com disponibilidade de liquidez e receptivo a novas dívidas do país devedor. Na ausência dessas condições, o crescimento econômico e/ou a estabilidade monetária do

país devedor ficam comprometidos, porque será inevitável comprimir o *quantum* das importações de bens de produção e, possivelmente, promover uma desvalorização cambial (Hermann *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.75 e 76).

37. As teses “ortodoxas” veem a inflação, essencialmente, como o resultado de um excesso de demanda, provocado, em geral, por um governo que gasta além do que arrecada, financiando seus gastos através da expansão monetária. Embora os ortodoxos sempre enfatizem a existência de inflação de demanda, não se trata propriamente de negar a possibilidade de eventuais focos de custos, que levem a alta de preços, como por exemplo, quebras de safras ou pressões de custos associadas a sindicatos que reivindicam salários acima de seus ganhos de produtividade. O ponto dos autores ortodoxos é que as pressões de custos só se traduzem em inflação porque o governo as sanciona, através da expansão monetária passiva. [...] As chamadas teses heterodoxas de inflação, em contraposição, admitem a possibilidade teórica de inflação de demanda, mais bem traduzida na frase de que, acima do pleno emprego, expansões fiscais geram inflação. Todavia, enfatizam que no mundo real e, em particular, em economias em desenvolvimento, onde a mobilidade dos fatores é menor e existem gargalos de oferta, estamos frequentemente diante de inflações de custos, que se transformam em processos inflacionários pela existência do conflito distributivo. A majoração de custos pode, como na visão ortodoxa, ser circunstancial, caso em que provocam apenas uma mudança temporária de preços relativos. Mas, em geral, são pressões recorrentes que revelam problemas estruturais da economia: desequilíbrios estruturais do Balanço de Pagamentos; estruturas agrícolas ineficientes; infraestrutura inadequadas; gargalos setoriais de oferta que, aliados a rigidez de preços, fazem com que excessos de demanda setoriais se transformem em elevações gerais de preços; estruturas oligopolizadas que

usam o aumento de *Mark-up* (inflação de margens) como fonte de financiamento para a expansão da produção, inexistência de um mercado de crédito e de capitais desenvolvido etc. (De Castro *in* Giambiagi *et al*, 2011a, pp.108 e 109).

38. Há quatro fases bem distintas na condução da política cambial no Plano Real: Fase I, de livre flutuação (entre julho e setembro de 1994); Fase II de câmbio rígido (R\$0,84/US\$ por 5 meses); Fase III, há uma minidesvalorização de 6% (março de 1995, em resposta ao “Efeito Tequila”), seguida de “pequenas correções aleatórias da cotação do dólar”; e Fase IV, onde pequenas desvalorizações cambiais foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês, que durou até o final de 1998. Nessa última fase não se poderia mais usar o termo “âncora” para o comportamento do câmbio frente à inflação, embora seu patamar apreciado ainda fosse importante para manter preços sob controle (*cf.* Souza, 1999, p.49).

39. No que se refere ao sistema financeiro, com os problemas associados ao desaparecimento das receitas de *float* dos bancos após o fim da alta inflação, as ineficiências do setor ficaram expostas. Nesse contexto, os anos de 1995-1997 foram marcados pelas crises dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, além dos casos inicialmente não resolvidos dos bancos estaduais, notadamente Banespa e Banerj. O governo atuou, então, em diversas frentes, propiciando, entre outras coisas, uma solução de mercado para esses três bancos privados, que foram absorvidos por outras instituições financeiras, também privadas. Em particular, o governo: (1) instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), concedendo uma linha especial de assistência financeira destinada a permitir reorganizações societárias no sistema, o que, com um custo fiscal relativamente

baixo (estimado em 1 a 2% do PIB), evitou uma crise financeira dramática como a vivida antes no México e depois em países da Ásia e na Argentina;¹⁶ (2) privatizou a maioria dos bancos estaduais, mediante negociações com os governadores; (3) facilitou a entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro, procurando ampliar a concorrência no setor; (4) favoreceu um processo de conglomeração no setor, que deixou o mercado com menos instituições, porém relativamente mais fortes; (5) ampliou os requisitos de capital para a constituição de bancos; e (6) melhorou substancialmente o acompanhamento e monitoramento do nível de risco do sistema por parte do Banco Central. A reforma da Previdência se deu em duas etapas. Na primeira, através da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, estabeleceu-se uma idade mínima para os novos entrantes na administração pública, e se ampliou a necessidade de tempo de contribuição para quem já estava na ativa, além de “desconstitucionalizar” a fórmula de cálculo das aposentadorias do INSS (referentes, portanto, aos trabalhadores do setor privado). Na segunda, mediante a Lei nº 9.876/99, aprovou-se o “fator previdenciário” para o INSS [...] desestimulando aposentadorias precoces. A renegociação dos passivos estaduais consistiu na “federalização” de dívidas frente ao mercado, mediante comprometimento dos estados junto à União, com as dívidas sendo pagas em 30 anos, na forma de prestações mensais. A contrapartida exigida, na forma de colateralização das receitas futuras de transferências constitucionais, evitou que os estados conseguissem burlar a regra de pagamento, pois nesse caso a União poderia se apropriar das receitas de transferências dos Fundos de Participação e até do ICMS estadual, o que obrigou os Estados a se ajustarem. Já a LRF estabeleceu tetos para as despesas com pessoal em cada um dos poderes nas três esferas da Federação e, entre vários dispositivos de controle das finanças públicas, proibiu novas renegociações de dívidas entre entes da Federação. A lei evitou o problema de *moral hazard* que se criava

anteriormente, em que cada renegociação era feita “pela última vez” e era sucedida por uma nova pactuação das condições de pagamento quando do vencimento das dívidas. Combinado com os contratos assinados entre o governo federal e a maioria dos estados, isso fez com que estes enfrentassem uma verdadeira restrição orçamentária, além de ter propiciado a contínua melhora da situação fiscal de estados e municípios, que passaram de um déficit primário de 0,7% do PIB em 1997 – antes da renegociação de suas dívidas – a um superávit de 0,8% do PIB quatro anos depois (Giambiagi *in* Giambiagi, 2011, pp.182 e 183).

4. CONCLUSÃO.

4.1. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.

O estudo científico da Política se deu na abordagem sistemática da organização em sociedade e observações de resultados de princípios doutrinários. Essa divisão abriu espaços de debate voltados para o aprimoramento da eficiência do Estado, como a Administração Pública, e outros ligados a conceitos atinentes à evolução da relação de poder dentro da sociedade, a Ciência Política. Esta, uma ponderação voltada a acontecimentos e a convicções, aplicando-se formalidade e pragmatismo em pesquisa racional, visando-se a replicabilidade, a sistematização e a teorização. Premissas que forçam uma evasão a preceitos absolutos e que favorecem a especialização dentro de ramos definidos. Nesse compartilhamento, a Ciência Política, mormente, ramifica-se na Política Comparada, nas Políticas Públicas, nas Relações Internacionais e na Teoria Política.

Ao se focar em Teoria Política, entende-se, esta, ser um espectro que harmoniza princípios doutrinários de arranjo de poder na vida em sociedade à pesquisa histórica. Quando colimadas, são vertentes que fornecem panoramas na busca pelo que foram, para a compreensão do que são e apreciação do que serão essas relações de força e de influência. Para tal, atualizações emergem da análise do pensamento e da ação de figuras políticas, por meio de uma melhor compreensão do que realizaram e do que ainda representam.

Numa perspectiva brasileira, a Teoria Política, acompanhando sua definição mais ampla, ramifica-se em áreas temáticas voltadas ao pormenor de discursos, mediante a integração entre autores e épocas. O Pensamento Político Brasileiro (PPB), destarte, é o reflexo do incremento da Teoria Política pela particularização de seu foco de pesquisa. Mesmo com desencontros ligados à sua abrangência, o PPB, em sua leitura *stricto sensu*, denota-se, principalmente e sem parecer redundante, pela cata da compreensão das origens, das evoluções e das conseqüências das grandes tendências de cultura política no Brasil. Com essa constante releitura da obra e da vida, do pensamento e da ação dos representantes dessas correntes intelectuais, o PPB se refina como uma ferramenta de conhecimento sobre o passado, o presente e o futuro político do Brasil.

Das principais ramificações da cultura política brasileira, a ideologia liberal se destaca como uma entidade “fugidia”, na medida em que as pesquisas feitas sobre o assunto apontam para a fragilidade de sua consolidação. Uma inconstância promovida por resistências oriundas das próprias raízes da formação da brasilidade, quais sejam, suas características de uma sociedade “parental, clânica e autoritária”. Nessa apreciação, o Embaixador Roberto Campos, emerge, num recente pretérito, como um dos cânones dessa ideologia política. Conhecer seu pensamento e sua ação, descortinando sua obra e sua vida, traz uma luz sobre sua visão de mundo e dá uma face humana à Teoria, tonificando sua abordagem.

Roberto Campos, cronologicamente, o Diplomata, o Economista, o Ministro, o Senador e o Deputado, foi para o Brasil, uma das figuras emblemáticas na modernização do Estado e na industrialização do país. De sua vasta experiência profissional e amplo conhecimento acadêmico, auxiliou, direta ou indiretamente, na elaboração e na implementação de programas de desenvolvimento nacional, como

também estimulou um profundo debate público sobre questões econômicas e sociais. Sem repassar sua vasta carreira, vale destacar sua participação basilar no “Plano de Metas”, sua atuação direta no “PAEG” e sua ampla colaboração no “II PND”, ao longo dos governos Kubitscheck, Castello Branco e Geisel, respectivamente. Três macroprojetos estruturantes que deram ao Brasil as bases para seu desenvolvimento integral e sua alavancagem no contexto das nações. Como parlamentar, por meio de leituras de situação realizadas com pragmatismo, foi um participante chave no contraponto a um socialismo renascido da vendeta ao Regime Militar. Uma posição abnegada que lhe valeu a efígie de “profeta”, na medida em que suas apreciações e orientações ligadas às perspectivas políticas de momento lhe deram plena razão. Postura que lhe garantiu, igualmente, a classificação de “liberal democrata” de “centro direita” dentro do espectro político de seu tempo, colocando-o como um dos raros representantes de vulto dessa linha no Brasil. Nesse escopo, ressalta-se que o estudo do pensamento e da ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política vale como a própria apreciação da evolução recente da corrente de ideologia liberal no Brasil. Uma forma de entender de maneira sistemática e formal, as premissas, as origens e os desdobramentos dessa cultura política dentro de um limite espaciotemporal.

4.2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.

Na cata pelo eco de uma cultura política expressa no PPB, formou-se o interesse da presente investigação: *tal qual a expressão da ideologia liberal no Brasil, como ela se caracteriza no pensamento e na ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política?*

Para tanto, a elaboração dessa pesquisa se calçou em premissas cabais, como a replicabilidade do argumento, a sistemática do método e a formulação teórica, caracterizando sua linha científica. A replicabilidade se apresentou na pesquisa realizada, de forma que a releitura das obras e o acompanhamento do raciocínio conduzem a resultados similares aos obtidos. A sistemática veio a apoiar essa repetibilidade, no sentido em que as etapas cumpridas sejam facilmente reproduzidas. Desse modo, a formulação teórica entrou como o próprio resultado da pesquisa, no sentido em que somou conhecimento não dogmático à base literária.

Dentro desse escopo, sob a umbrela da Teoria Política, a temática da ideologia liberal foi trazida para o quadrante brasileiro, tendo como particularidade a abordagem do pensamento e da ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política. Uma delimitação que fomentou um estudo de caso empírico-descritivo lastreado em pesquisa histórico-biográfica. Para tal, foi realizada uma exploração documental dirigida qualitativa e analítica, na medida em que se utilizaram fontes específicas por meio do cruzamento prévio do alicerce literário com a própria questão de partida da investigação. Pelo método dedutivo, encaminhou-se essa busca do amplo ao detalhado, como refletido na escolha bibliográfica e na estrutura do trabalho.

Após reunida a base de leitura, o *Research Design* transversal permitiu a análise dos dados obtidos, de forma a possibilitar que conhecimentos de naturezas diferentes fossem correlacionados. Assim sendo, foram vinculados dados históricos, argumentos econômicos e evoluções políticas de maneira a se adequar o conjunto obtido à busca traçada. Algo que se afirmou ao se verificar o próprio lastro analítico-descritivo da investigação correlacional entre o PPB, que traz por definição o estudo de autores e épocas, com opções de modelos econômicos, além da obra e da vida de Roberto Campos.

Uma abordagem que se materializou por meio de uma pergunta inicial, já apresentada, promovendo perguntas deduzidas, no intuito de se seccionar o objeto de forma a detalhar o seu estudo. Desse modo, atendem essa demanda as questões de estudo buscando sondar *como se caracteriza a ideologia liberal e esta, no Brasil?* e *como se caracterizam o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política?* No enfoque dado pelo levantamento dos quesitos supracitadas, formulou-se o objetivo geral do trabalho de *analisar como se caracteriza a ideologia liberal no Brasil por meio do estudo do pensamento e da ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política*. Ao passo que nesse foco, os objetivos específicos se voltaram a particularizar a proposta com a intenção de *caracterizar a ideologia liberal e esta, no Brasil;* e de *apresentar o pensamento e a ação do Embaixador Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política*.

Quanto ao primeiro objetivo específico, os passos foram escalonados na identificação de perspectivas acerca do que possam ser “ideologia” e “liberalismo”, esmiuçando-se suas interpretações ao longo do tempo e se chegando à “ideologia liberal”. Em fase subsequente, afinando-se a pesquisa, desdobrou-se essa ideologia na

Ibero-América, singularizando-se, em etapa seguinte, sobre o caso brasileiro. Inicialmente, essa particularização se deu num desenvolvimento histórico da ideologia liberal no Brasil e, no contínuo, sua repercussão no debate entre modelos de desenvolvimento, seja o dirigista estatista, seja o liberal privatista.

Por sua vez, o segundo objetivo específico conduziu diretamente à releitura do *Magnum opus* de Roberto Campos, “*A Lanterna na Popa*”, pelo prisma da Teoria Política. Com o apoio em literatura específica, distanciou-se, o quanto possível, de uma interpretação puramente biográfica, para se enxergar a incidência do fenômeno ideológico liberal dentro do pensamento e da ação do debatedor em pauta. Os capítulos acompanharam a evolução histórica dos acontecimentos e a participação de Roberto Campos em cada um deles.

Por fim, na Avaliação de Resultados, apresentada a seguir, encontra-se essa transversalidade entre teoria e prática, na releitura da ideologia liberal no Brasil por meio da apresentação do pensamento e da ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política. A exposição desses resultados casa as conclusões dos capítulos anteriores de forma a criar uma síntese que dê resposta à Questão de Partida.

4.3. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.

Para Roberto Campos, nascido em 17 de abril de 1917, nos idos de sua infância, da admiração pela instituição católica, aos seminários que frequentou, portas foram abertas para uma formação eclesial de forte base aristotélica e escolástica. Com o racionalismo se sobrepondo a impulsos, a admiração pelo justo, pelo bom e pelo belo vincaram a sua ética e a sua moral. Ao abandonar a “batina”, após um imenso esforço intelectual, comporia as fileiras do serviço diplomático brasileiro, em 1939. Destacado, em 1941, para a Embaixada do Brasil nos EUA, compreenderia a rudeza dos seus afazeres. Com o fim da Segunda Grande Guerra, o jovem diplomata foi posto numa via sem volta rumo ao arco de poder da política brasileira e planetária.

Nesse ínterim, o pensamento ideológico, já presente desde a década de 1920, retomou força nas abordagens diplomáticas. A cosmovisão de grupos de pertença, Ocidental, “liberal”, ou Oriental, “socialista”, gerou uma forma de pensar como um “mapa” político para se compreender o momento. Ficou evidente que cada ideologia foi portada por seu vocabulário específico, como um meio para ressignificar ideias, crenças, opiniões e valores, no entendimento de propostas e na padronização de arranjos sociais. Desse modo, a panóplia ideológica se converteu num arsenal de argumentos na luta pelo poder e na busca por uma pretensa hegemonia mundial.

Com a eclosão da Guerra Fria, das macroideologias, o nazifascismo foi oficialmente banido, o liberalismo e o socialismo ganharam força, enquanto o conservadorismo, por natureza, retornou à sua latência “de bastidores”. Ao deixar de acompanhar o ritmo do futurismo nazifascista, o Itamaraty se identificou mais com o

socialismo que com o liberalismo, guardando as devidas medidas de aproximação com o bloco Ocidental, contudo, com o tempo, comportando-se como um “não alinhado”.

Inserido nesse ambiente, Roberto Campos entendeu a ideologia como uma ferramenta eficaz de domínio político ao longo de seu amadurecimento inicial na carreira diplomática. Das reuniões junto aos embaixadores estadunidenses e soviéticos, na ONU, apreendeu as intenções do pensamento ideológico. Um misto de respeito e de temor que o levou a se horrorizar com algumas posturas da diplomacia brasileira no contexto que se consolidou a partir de 1949. Apesar de certas posições contraditórias de escalões mais elevados, particularmente da Presidência da República, a vertente liberal do jovem Roberto Campos se fortaleceu paulatinamente, conforme se aproximou de grandes debatedores como Eugênio Gudin, Otávio de Bulhões, Schumpeter e o próprio Keynes. Período em que Roberto Campos entendeu as características ideológicas difusas do liberalismo, em geral, marcadas de ambivalências e de imprecisões. Mesmo assim, evidenciavam-se positivas pela adaptabilidade na exploração de oportunidades e no contorno de obstáculos.

De seus estudos de economia, em parte consolidados nas conversas com o amigo Merquior, Roberto Campos sabia que a evolução dos liberalismos se deu por meio de estímulos ora convergentes, ora divergentes. Quando prefaciou o livro “*O Liberalismo – Antigo e moderno*”, em 1991, já era um profundo conhecedor da história dessa macroideologia. Provavelmente não detinha a abordagem em camadas de Freedman, mas não estranharia se pudesse ter lido a sua obra. Relembrando, com Locke e com os Pais Fundadores dos EUA, a primeira camada do liberalismo se revelou no embate do indivíduo frente ao despotismo. Na segunda, realçou-se o livre comércio em oposição ao mercantilismo, nas obras de Smith e de Ricardo. Na terceira camada, considerada “de transição”, em destaque Humboldt e Mill, denotou-se a preocupação com o

aprimoramento cultural e moral do indivíduo. Nesse mesmo sentido, na busca pela erradicação dos “males sociais”, o Estado se colocou a serviço dos cidadãos, surgindo a quarta camada com o liberalismo social, reforçado por Keynes. Na quinta camada, Isaiah Berlin defendeu o benefício da pluralidade social e da criatividade frente a qualquer versão de monismo filosófico, com o Estado tendendo a se abstrair da vida privada.

Roberto Campos “entra” nessa escala de concepções de Economia Política ao longo da etapa de consolidação do liberalismo social, identificando-se com ele. Após a crise de 1929, o Estado assumiu uma postura mais intervencionista, conforme administradores e representantes se conformavam à solução keynesiana. Após 1945, as soluções socioliberais se tornaram o padrão no “Ocidente”, quando impulsionadas pelas agências de *Bretton Woods* e em antagonismo ao sistema soviético. Decorrente desse arranque pós-guerra, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) se posicionou como o bastião liberal do segundo Governo Vargas.

Em 1949, Roberto Campos foi repatriado, vencida sua longa estada nos EUA. Ao assumir uma posição chave na CMBEU, a partir de 1951, agiu diretamente na orientação para investimentos de longo prazo em consonância com estudos aprofundados dos problemas brasileiros. Em 1953, o relatório final dessa comissão, redigido, em parte, pelo próprio Roberto Campos, apresentava soluções tangíveis para o desenvolvimento brasileiro por meio do desenlace dos “pontos de estrangulamento da economia”. Fruto disto, foi convidado na elaboração do “Plano de Metas” e a propor o que seria o “Programa de Estabilização Monetária” (“PEM”), pilares da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek. Situação que lhe assegurou, em 1956, com a vitória de “JK”, a direção geral e a presidência do BNDE, junto com a gestão dos projetos do governo. Todavia, apesar da insistência de Roberto Campos na direção

contrária, os “cinquenta anos em cinco” sem o “PEM” formaram o “abismo fiscal e financeiro” que arruinaria as contas internas e externas do Brasil.

A moratória iminente, somada a posições políticas duvidosas, o todo “tonificado” pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e pela falência do parlamentarismo brasileiro, em 1963, conduziram a administração “Jango” ao colapso. Nesse período, Roberto Campos, como “um algodão entre cristais”, fez, como pode, a frente diplomática brasileira em Washington (D.C.), particularmente junto ao Presidente Kennedy. Porém, apesar dos esforços em favor da “Aliança para o Progresso”, a condução desastrosa de questões econômicas e sociopolíticas brasileiras desaguardaria num “regime de exceção” imposto pelas armas, que, previsto para durar dois anos, permaneceria vinte.

Como membro da primeira gestão do Regime Militar inaugurado em 1964, Roberto Campos, Ministro do Planejamento, seria o mentor e o coordenador do “Plano de Ação Econômica do Governo”, o “PAEG”. Alinhado com o intervencionismo estatal na economia, em moldes de inspiração Keynesiana, apresentou uma solução objetiva para a crise econômica instalada no país. Voltaria às lições monetaristas de seus antecessores Gudin e de Whitaker, buscando equilibrar contas e frear o processo inflacionário. Mas deixaria a condução integral do plano ao Estado, garantindo disciplina na gestão econômica, visando uma flexibilização em etapa posterior. Uma “moldura” que só se consolidou em seguida à superação da crise da dívida externa, vencida e pacificada mediante um gigantesco esforço diplomático. Uma condição que evitou o colapso fiscal do país e iniciou sua recuperação, já em 1965.

Com a troca de governo, em 1967, Roberto Campos foi apartado da alta administração pública, apesar de ter sido o artífice da recuperação econômica nacional ao longo dos três anos anteriores. “*Do outro lado da cerca*”, agora na iniciativa privada,

teve a vivência das dificuldades criadas pelo planejamento estatal e seu intervencionismo excessivo. Desse modo, numa evolução *pari passu* com seu tempo, formou, para si, uma “cosmovisão privatista”, voltando-se paulatinamente ao “neoliberalismo” que surgia no Mundo.

Passadas décadas de êxito, o modelo socioliberal, essencialmente estatista, enfrentava seus limites. Com o primeiro choque do petróleo, em 1973, a escalada da dívida pública confrontada à ineficiência da produtividade do sistema econômico vigente, estimulou o retorno a conceitos de livre-comércio ou do que se chamava de “liberalismo clássico” (ou de segunda camada, segundo Freedon). Em 1974, Roberto Campos, na chefia da embaixada brasileira em Londres, testemunhou a falência do Estado-providência, quando este foi posto à prova. Em “primeira mão”, acompanhou o nascimento do “neoliberalismo”, de facto, pela ação incisiva da “Dama de Ferro”. Com o “thatcherismo”, promoveu-se o empreendedorismo, simultaneamente ao recuo do sindicalismo e do próprio Estado na gestão direta da economia. Roberto Campos percebeu, desde então, que o neoliberalismo, tal uma ideologia liberal, tornar-se-ia uma condição inescapável para o resgate socioeconômico do Brasil, argumento que incorporou e defendeu até o final de sua vida.

Dando fim à sua carreira diplomática, em seguida à vitória no sufrágio de 1982, Roberto Campos saltava para uma etapa político-partidária. Sua vida senatorial foi prejudicada pela rivalidade de ideólogos socialistas “turbinados” pelo nacional-populismo varguista. Estes, legítimos herdeiros duma versão atualizada da cultura política brasileira tradicional calcada no autoritarismo, no castilhismo e no patrimonialismo. Mesmo assim, os exemplos pessoal e profissional de Roberto Campos se refletiram em participações que marcaram época, como seus discursos de 8 de junho de 1983 e de 28 janeiro de 1999. Na sua atuação em plenário, destacaram-se seus

ferrenhos embates na “Constituinte de 1988”, na ‘revisão constitucional de 1993’ e no apoio ao “Plano Real”, em 1994.

Para Roberto Campos estava claro que, mesmo dando prioridade ao livre-comércio e à redefinição das atribuições do Estado na economia, o neoliberalismo possuía um núcleo central apoiado num respeito ao indivíduo e na universalidade dos ganhos. Uma vez que no sucesso dessa lógica, transpôs-se esse modelo a países do Extremo-Oriente, gerando riqueza e promovendo o bem-estar. Uma situação que despertou todo o seu interesse e seu “sonho lúcido” de aplicar um modelo similar no Brasil. Simultaneamente, com a evolução natural do neoliberalismo, procurou-se humanizar o mercado, de maneira a favorecer investimentos ligados aos direitos humanos e ao meio ambiente. Lembrando que essas pautas tiveram o cuidado pioneiro de Roberto Campos, desde o tempo da implantação do “PAEG”, seja com a democratização de oportunidades por meio da educação universal, seja com as leis de preservação ambiental, que ainda protegem cerca de dois terços do território nacional. Contudo, mesmo com os esforços realizados, a cultura gerencial do Brasil, com seu endividamento persistente, não garantiu uma aceleração econômica tão duradoura quanto àquela dos países asiáticos. Todavia, apesar do atrito provocado pelos vícios administrativos de uma sociedade ainda “parental clânica e autoritária”, as bases econômicas brasileiras foram ampliadas entre 1964 e 1985. Desde então, o país passou da ordem de quinquagésima à décima potência mundial.

Reforçando a análise da expressão da ideologia liberal no Brasil presente no pensamento e na ação de Roberto Campos sob as perspectivas econômica e política, ressalta-se a evolução de sua visão de Mundo e como a aplicou. Como ele mesmo sublinhava, a sua vida foi marcada pela transformação de um jovem impulsivo em sábio e em profeta. Em sua longa caminhada, essas etapas se denotaram no reflexo de suas

opiniões e de suas atitudes frente aos desafios enfrentados. Como ressalta o Professor Reginaldo Teixeira Perez, essa metamorfose se deu na passagem da “Razão de Estado”, para a “Razão de Mercado”: o trânsito de uma visão estatista e nacional-desenvolvimentista, como herança de Roberto Simonsen, a uma abordagem privatista e liberal, na linha de Eugênio Gudin, chegando a um máximo como um neoliberal entusiasta da experiência britânica “thatcherista”.

Em fases distintas, quando próximo de Getúlio Vargas e de “JK”, denotou-se uma abordagem inicial quase “estruturalista” de Roberto Campos. O Estado sendo o motor do desenvolvimento a superar os “pontos de estrangulamento”, como os da energia e dos transportes. Uma posição refletida no “Relatório Final da CMBEU”, no “Plano de Metas” e, mais tarde, no “II PND”, inclusive. Um quadro geral que fez do Estado brasileiro o maior investidor do mercado nacional por décadas, na medida em que, na falta de capacidade interna de poupança, por meio de financiamentos internacionais, abriu estradas, construiu complexos de produção e de distribuição de energia hidrelétrica e eletronuclear, reforçou a mineração em geral, ampliou a indústria siderúrgica e de química pesada, incluindo-se toda a “cadeia do petróleo” e simultaneamente estimulou a ampliação e a diversificação da indústria de bens de capital, de bens duráveis e de consumo.

Ao se chocar com as orientações da CEPAL, enquanto diretor do BNDE, na primeira metade da década de 1950, Roberto Campos percebeu que o intervencionismo estatal excessivo sem um freio fiscal, como o “PEM”, conduziria à “*Estrada para a Servidão*”, a exemplo do que vira acontecer em vizinhos ibero-americanos. Nessa etapa, aprimorou o seu argumento monetarista, no sentido de entender o Estado não mais como o agente principal do desenvolvimento, mas como indutor do processo de modernização. Uma visão mais abrangente, em que os indicadores macroeconômicos

refletiriam melhor uma abordagem mais ágil e dinâmica, que o investimento estatal direto.

Ao ser convocado por Castello Branco a compor o Governo, uma década mais tarde, pôde aplicar um certo “keynesianismo gradualista”, praticamente oposto ao “estruturalismo cepalino”. Um programa amplo que permitiria recuperar a situação caótica deixada por “Jango”, num primeiro momento, e, em fase posterior, lançaria um projeto de desenvolvimento a longo prazo. O “PAEG”, o “Plano Decenal” e a “*Constituição Federal de 1967*” seriam os maiores exemplos desse arranque dinamizador. O saneamento da dívida externa, o sistema de correção monetária, a criação das ORTNs, a formação do mercado mobiliário, a racionalização tributária, a consolidação das bases do agronegócio, a aceleração industrial do país e a reorganização do serviço público foram alguns resultados expressivos dessa etapa. Praticamente todos esses marcos ecoam fortemente até hoje, na medida em que constituíram o alicerce para o fortalecimento econômico do país.

À exceção de Castello Branco, os “Presidentes Militares” dariam “duras lições” a Roberto Campos, no sentido de “torpedearem” seu esforço materializado no “Plano Decenal” e na “*Constituição Federal de 1967*”. No retorno da lógica econômica brasileira a um “estruturalismo forçado”, os gastos públicos não orçamentados, o endividamento externo acelerado pelas crises de 1974 e de 1979 e potencializado pela alta de juros do dólar em 1982, desaguariam no abandono do controle inflacionário e numa crise socioeconômica sem precedentes. Uma conjuntura que levaria Roberto Campos a questionar o Regime Militar, a ponto de se tornar, com o tempo, um de seus maiores críticos.

Nessa fase, numa lenta evolução realizada entre as décadas de 1970 e de 1980, particularmente quando na iniciativa privada e, em seguida, em contato direto com o

“thatcherismo”, de estatista, Roberto Campos passou a privatista. Segundo ele mesmo, o motor econômico estatal estava em muito superado e a capacidade de poupança do país havia atingido um grau suficiente para maiores autonomia e liberdade. O *locus* não se encontrava mais no setor público, como se entendeu por um longo tempo; o novo foco da administração, da produção e dos serviços passou ao privado. O desenvolvimento não deveria mais ser enquadrado por “burocratas de plantão”, mas por empreendedores obcecados pelo lucro. Ao Estado, alinhado ao “Consenso de Washington”, caberia dar “passe livre” ao mercado, de maneira a desburocratizar as rotinas, a descentralizar as decisões, a desestatizar os meios de produção e a desregulamentar o ambiente de negócios.

Desse modo, acompanhando as abordagens do Embaixador Paulo Roberto de Almeida e do Professor Reginaldo Teixeira Perez, Roberto Campos, na “Razão do Estado”, foi “*O Homem que Pensou o Brasil*”, na medida em que elaborou projetos e programas amplos e profundos. De forma indireta no relatório da CMBEU, no “Plano de Metas” e no “II PND” e de forma direta no “PEM”, no “PAEG”, no “Plano Decenal” e na “*Constituição Federal de 1967*”. Na sua jornada como parlamentar, agora mais premente a “Razão de Mercado”, reforçou sua cruzada pela liberdade econômica na “Constituinte de 1988”, na reforma da “*Constituição Federal de 1988*”, em 1993, na adesão ao “*Plano Brady*” e no seu apoio ao “Plano Real”, em 1994.

“Voto vencido” na Constituinte de 1988”, na refrega contra os abusos das estatais “jurássicas”, como a “petrossauro” (Petrobrás), e medidas “nacionalisteiras” como a “lei da Informática”, Roberto Campos se manteve em “arauto do liberalismo” contra a consolidação dum estatismo próximo do modelo soviético decadente. Como costumava lembrar, o ardor constitucional de 1988 levou a uma opção institucional

voltada para o passado e com pouco compromisso com o futuro, condenando o país ao “*avanço do retrocesso*” com uma “*Constituição Contra o Brasil*”.

Após a moratória de 1987 e os sucessivos fracassos de planos econômicos “heterodoxos” da década de 1980 e de 1990, com certa ressalva, apoiou o “Plano Real” como uma medida de combate inflacionário e de ajuste macroeconômico. Concordava com a premência da medida e aplaudiu seus resultados. Contudo, lembrou incessantemente que o fardo da correção econômica não deveria repousar exclusivamente sobre a iniciativa privada, mediante uma carga tributária pesada e juros elevados. O protelamento das reformas administrativa, previdenciária, trabalhista e tributária tensionaria a economia de forma a lançar o país em outra fase de crise. Ao Estado cabia fazer sua parte reduzindo gastos e se mantendo fiel ao “consenso de Washington”. Porém as medidas dos Governos “FHC” se limitaram, na ordem do possível, a privatizações e a uma abertura parcimoniosa ao ambiente internacional de negócios.

Roberto Campos viveu para testemunhar a validade de suas previsões para o “Plano Real”, quando a moeda passou pela sua primeira crise cambial em 1999. Para salvar a situação, admitiu-se o câmbio flutuante, proposto, desde 1955, por Whitaker. Em um só movimento, estatistas absorveram às avessas e a contragosto, as lições que Roberto Campos pregara ao longo de toda sua vida parlamentar. Uma etapa de grande expectativa e de fortes tensões, mas que deu ao Brasil a liberdade cambial suficiente para se lançar como um dos maiores *players* mundiais do minério e do agronegócio. Relembrando Ricardo e von Haberler, o país passou a mirar numa “integração econômica mundial por competências” e na “lógica de ganhos crescentes repartidos mediante vantagens competitivas”. Desse modo, após décadas de luta, finalmente, Roberto Campos via uma dinâmica brasileira que tendia ao livre-comércio.

A apresentação das despedidas de Roberto Campos, em 28 de janeiro de 1999, marcou seus ouvintes pela sensatez. Mais uma vez denunciava a inflação como uma velha inimiga. Um mal provocado “cansativamente” pelas mesmas razões: o alargamento da base monetária pela emissão de moeda e pelo crédito sem lastro, além do descomprometimento com o orçamento e a recorrente ameaça de insolvência. Questões agravadas pelo imobilismo político, ou pela “má fé” de agentes e de representantes desprovidos de senso de Estado ou de preocupação com as futuras gerações. Lições que ainda ecoam profundamente, como uma advertência atemporal para todos os atuais e futuros dirigentes do Brasil.

O jovem pantaneiro, eclesiástico, diplomata e economista rodou o planeta na formação de sua cosmovisão. No seu devir de escolástico, a neoliberal, passando por longos momentos como nacional-desenvolvimentista e como monetarista, Roberto Campos se juntou ao panteão dos artífices do Brasil, na medida em que, não só pensou o país, como esteve no epicentro de sua ação transformadora. Desse modo, qual a expressão da ideologia liberal no Brasil, o pensamento e a ação de Roberto Campos se refletiram na moldura econômica e política brasileira ao longo de praticamente cinquenta anos, seja no apoio indireto a líderes nacionais, seja integrando equipes de governo, seja como tribuno ativo. Numa postura pragmática e coerente com suas convicções, manteve-se “impermeável” a contrariedades mundanas ou a modismos partidários, não sem enfrentar descontentamentos ou grandes frustrações. Sua análise situacional compôs uma obra escrita ampla que, ainda hoje, norteia soluções factíveis, num realismo talvez chocante aos desavisados. Sua ação, somada ao esforço daqueles com quem ombreou, formou o Brasil como o conhecemos hoje. Roberto Campos faleceria em 9 de outubro de 2001, deixando sua vida como exemplo para todos e, em especial, para as futuras gerações.

5. BIBLIOGRAFIA.

ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal). *Em 2021, Brasil registrou recorde de produção de proteína animal*. São Paulo, c2022. Disponível em: < <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/em-2021-brasil-registrou-recorde-de-producao-de-proteina-animal/> >. Acesso em: 14/jul/2022.

Acuña-Ortega, Víctor Hugo. *El Liberalismo en Centroamérica en Tiempos de la Independencia (1810-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Agarwala, A. N.; Singh, S. P. (org.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

Aliber, Robert Z.; Kinleberger, Charlie. *Manias, Pânicos e Crises. A história das catástrofes econômicas mundiais*. São Paulo: Saraiva, 2011.

Almeida, Paulo Roberto de (org.). *A Constituição Contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988*. São Paulo: LVM, 2018.

Almeida, Paulo Roberto de (org.). *O Homem que Pensou o Brasil. Trajetória intelectual de Roberto Campos*. Curitiba: Appris, 2017.

Althusser, Louis. *Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes towards an Investigation)*. In Žižek, Slavoj (Org.). *Mapping Ideology*. Londres: Verso, 2012.

Aron, Raymond. *Ensaio Sobre a Liberdade*. Silveira: Ensaio (Letras Errantes), 2021.

Barros, Pedro Silva; Pereira, Antonio Philipe de Moura. *O Programa Nuclear Brasileiro*. In IPEA. *Boletim de Economia e Política Internacional*, nº3, Jul 2010.

Brasília: IPEA, 2010. c2012. Disponível em: <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4092/1/BEPI_n3_programa.pdf >. Acesso em: 12/jul/2022.

BCB (Banco Central do Brasil). *Definição e Histórico*. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/htms/copom_normas/a-hist.asp?frame=1 >. Acesso em: 12/out/22.

BCB. *Índice de Preços*. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco> >. Acesso em: 12/out/22.

BCB. *Nota sobre a Autonomia do Banco Central do Brasil*. cBCB. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17315/nota> >. Acesso em: 21/out/22.

Bellmann, Christophe; Hepburn, Jonathan. *Overview*. In Bellmann, Christophe; Hepburn, Jonathan; Meléndez-Ortiz, Ricardo. *Agricultural Subsidies in the WTO Green Box: ensuring coherence with sustainable development goals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Berlin, Isaiah. *Two Concepts of Liberty*. In *Liberty, incorporating Four Essays On Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico Brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

Biodieselbr. *PróAlcool - Programa Brasileiro de Álcool*. c2022. Disponível em: < <https://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol> >. Acesso em: 12/jul/2022.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11ª Ed. Brasília: UNB, 1998.

Bobbio, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Breña, Roberto. “*Liberal*” y “*Liberalismo*” en la Nueva España y en México (1808-1848). In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Brothers Inc. *Calculate the Value of \$1.00 in 1950*. Seattle, c2021. Disponível em: <<https://www.dollartimes.com/inflation/inflation.php?amount=1&year=1950>>. Acesso em: 21/abr/2021.

Caetano, Gerardo; Ribeiro, Ana. *La “Carrera de la Libertad” (1808-1856). Liberales y liberalismo originarios al oriente del río uruguay*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Calderón, María Teresa; Villamizar, Carlos. *El Sistema Adoptado en la Nueva Granada: “Liberal” como Concepto Durante la Consolidación del Orden Republicano (1808-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Campos, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa, memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

Campos, Roberto de Oliveira. *A Moeda, o Governo e o Tempo*. Rio de Janeiro: Apec, 1964a.

Campos, Roberto de Oliveira. *Além do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

Campos, Roberto de Oliveira. *Antologia do Bom Senso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Campos, Roberto de Oliveira. *Do outro lado da cerca: três discursos e algumas elegias*. Rio de Janeiro: Apec, 1968.

Campos, Roberto de Oliveira. *Economia, Planejamento e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Apec, 1963.

- Campos, Roberto de Oliveira. *Ensaio Contra a Maré*. Rio de Janeiro: Apec, 1969a.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. Rio de Janeiro: Apec, 1964b.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Ensaio Imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Função da Empresa Privada*. Rio de Janeiro: DB, 1971.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Guia para os perplexos*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Na Virada do Milênio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- Campos, Roberto de Oliveira. *O Mundo que Vejo e Não Desejo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- Campos, Roberto de Oliveira. *O Século Esquisito*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Política Econômica e Mitos Políticos*. Rio de Janeiro: Apec, 1965.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Reflections on Latin American Development*. Austin: University of Texas, 1967.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Reflexões do Crepúsculo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Temas e Sistemas*. Rio de Janeiro: Apec, 1969b.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Two views on inflation in Latin America*. In Hirschman, Albert O. (Org.). *Latin America Issues*. New York: The Twentieth Century Fund, 1961.
- Campos, Roberto de Oliveira; Simonsen, Mario Henrique. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- Campos, Roberto de Oliveira; Simonsen, Mario Henrique. *Formas Criativas no Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.
- Campos, Roberto. *A lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

Cardoso, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Castello Branco, Roberto. *Roberto Campos: um economista pró-desenvolvimento econômico*. In Almeida, Paulo Roberto (Org). *O Homem que Pensou o Brasil. Trajetória intelectual de Roberto Campos*. Curitiba: Appris, 2017.

Castro, Priscila de Souza Cavalcante & Passos, Antônio de Pádua Ferreira. *O Orçamento e a Dívida Pública Federal*. In Carvalho, Lena Oliveira de et al. *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Banco Mundial e Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: < https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/livro_eletronico_completo.pdf >. Acesso em: 13/out/2022.

Chagas, Carlos. *A Ditadura Militar e a Longa Noite dos Generais, 1970-1985. A História contada por jornais e jornalistas*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Chagas, Carlos. *A Ditadura Militar e os Golpes Dentro do Golpe, 1964-1969*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Chauí, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CN (Congresso Nacional). *Anais do Senado*. 81ª a 94ª Sessões. Brasília, c2020. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1983/1983%20Livro%207.pdf >. Acesso em: 24/jun./2020.

CN (Congresso Nacional). *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/190-anos-do-parlamento-brasileiro/roberto-campos> >. Acesso em: 09/jun./2021.

Comércio Exterior. *Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde em 2021*. São Paulo. c2020. Disponível em: <

<https://www.canalrural.com.br/noticias/economia/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-batem-recorde-em-2021/>>. Acesso em: 05/Out/2021.

Constant, Benjamin. *Oeuvres Politiques*. Paris: Charpentier, 1874.

Coutinho, João Pereira. *As Ideias Conservadoras*. São Paulo: Três estrelas, 2014.

CVM (Comissão de Valores mobiliários). *Estrutura do Sistema Financeiro Nacional – SFN*. Rio de Janeiro. c2020. Disponível em: <
https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valores_mobiliarios_brasileiro/Estrutura_Funcionamento.html>. Acesso em: 11/jun/2021.

D'Araújo, Maria Celina. *Flores, Jorge Oscar De Melo*. São Paulo e Rio de Janeiro. c2020. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-jorge-oscar-de-melo> >. Acesso em: 10/maio/2020.

D. Pedro I. *2 de Fevereiro*. In Egas, Eugênio. *Cartas De D. Pedro Príncipe Regente Do Brasil A Seu Pae D. João VI Rei De Portugal (1821-1822)*. Rio de Janeiro: Typographia Brasil, 1916.

De Castro, Lavinia Barros. *Esperança, Frustração e Aprendizado: A História da Nova República (1985-1989)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

De Castro, Lavinia Barros. *Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

Drake, Paul. *Between Tyranny and Anarchy: A History of Democracy in Latin America, 1800-2006*. Stanford: Stanford University Press, 2009. Versão digital (Kindle).

Dulles, John Watson Foster. *President Castello Branco - brazilian reformer*. College Station: A&M U Press, 1980.

Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias). Síntese da Ocupação de Terras no Brasil. c2020. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/car/sintese> >. Acesso em: 28/ago/2021.

Embrapa. *Embrapa em Números*. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/embrapa-em-numeros> >. Acesso em 13/10/2022.

Embrapa. *Memória Embrapa. História da Embrapa*. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa> >. Acesso em: 13/out/2022.

Embrapa. *Trajatória da Agricultura Brasileira*. Brasília: Embrapa, 2018. c2018. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira> >. Acesso em: 14/jul/2022.

Engels, Friedrich & Marx, Karl. *A Ideologia Alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Espada, João Carlos. *A Tradição Anglo-Americana da Liberdade*. Cascais: Principia, 2008.

Faoro, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* Estudos Avançados, Vol.1, nº1, 1987.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). *Paiva, Glycon de*. Rio de Janeiro. c2019. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/glycon-de-paiva-teixeira> >. Acesso em: 10/maio/2020.

Fiechter, Georges-andré. *Brazil Since 1964: modernization under military regime*. Nova York: John Wiley & sons, 1975.

Filho, Murilo Portugal. *Prefácio*. In Carvalho, Lena Oliveira de et al. *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Banco Mundial e Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: < https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/livro_eletronico_completo.pdf >. Acesso em: 13/out/2022.

Fishlow, Albert. *A Economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84*. In *Pesquisa do Plano Econômico*. 16(3), dez. 1986. c2012. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6028/1/PPE_v16_n03_Economia.pdf >. Acesso em: 13/jul/2022.

Flynn, Peter. *Brazil: a political analysis*. Londres: Ernest Benn, 1978.

Freeden, Michael. *Ideology, A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Freeden, Michael. *Liberalism, a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Freeden, Michael; Stears, Marc, *Liberalism*. In Freeden, Michael; Sargent, Lyman T.; Stears, Marc. *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Friedman, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

Gala, Paulo. *Breve histórico da taxa de juros real no Brasil*. 04/abr./2022. c2022. Disponível em: < <https://www.paulogala.com.br/breve-historico-da-taxa-de-juros-real-no-brasil-2/> >. Acesso em: 12/out/2022.

- Gáspari, Élio. *Ilusões Armadas. A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- Gáspari, Élio. *Ilusões Armadas. A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- Geertz, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- Gentil et al. *Desenvolvimento: O debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.
- Gentil, Denise Lobato; Teixeira, Aloísio. *A História*. In Gentil et al. *Desenvolvimento: O debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.
- Giambiagi, Fabio. *Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- González-Ripoll, Maria Dolores. *El Liberalismo en Cuba y Puerto Rico (1808-1868)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.
- Gray, John. *Hayek on Liberty*. Oxford: Blackwell, 1984.
- Gudin, Eugenio. *A megaloplia*. In Gudin, Eugenio. *O Pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- Gudin, Eugenio. *Análise de problemas brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- Guerrero, Carolina et al. *Amigos de da Libertad: presencias liberales en venezuela (1750-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.
- Hamilton, Alexander; Jay, John; Madison, James. *The Federalist*. Indianapólis: Liberty Fund, 2001.

Hayek, Friedrich August. *Collected Works, vol. 2: Road to Serfdom, text, and Documents*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Hayek, Friedrich August. *Law, Legislation and Liberty*. Londres & Nova York: Routledge, 2013.

Hayek, Friedrich August. *The Road to Serfdom*. Londres & Nova York: Routledge, 2006.

Head, Brian William. *Ideology And Social Science Destutt de Tracy and French Liberalism*. Boston: Martinus Nijhoff, 1985.

Hermann, Jennifer. *Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011a.

Hermann, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011b.

Hobbes, Thomas. *Leviathan. Or the matter, forme, and power of a common-wealth ecclesiastical and civil*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Hobhouse, L. T. *Liberalism*. London, New York, Toronto: Oxford University Press, 1945.

Humbolt, Wilhelm von. *The Limit of the State Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

Hume, David. *Essays, Moral, Political and Literary*. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária). *Sobre a Infraero. Nossa História*. Disponível em: < <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/> >.

Acesso em: 13/out/2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Dívida Externa Bruta*. c2020. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367> >. Acesso em: 11/Jun/2021.

Keynes, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Keynes, John Maynard. *Essays in Persuasion*. New York & London: W.W. Norton & Co., 1963.

Landauer, Carl. *Theory of National Economic Planning*. Berkley e Los Angeles: University of California, 1947. Disponível em: < <https://ia801608.us.archive.org/23/items/in.ernet.dli.2015.276133/2015.276133.Theory-Of.pdf> >. Acesso em: 13/ago/2021.

Lange, Oskar. *On the Economic Theory of Socialism*. In Lange, Oskar; Taylor, Fred. *On the Economic Theory of Socialism*. Minneapolis: University of Minnesota, 1956. Disponível em: < <https://ia601606.us.archive.org/1/items/in.ernet.dli.2015.263328/2015.263328.On-The.pdf> >. Acesso em: 14/ago/2021.

Lara-Resende, André. *Estabilização e Reforma, 1964-1967*. In Abreu, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso, dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Lima, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Lins, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1964.

Lisboa, José Da Silva (Visconde de Cairu). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

List, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. In *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Locke, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos. Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Lutero, Martinho. *Martinho Lutero, Uma coletânea de escritos*. São Paulo, 2017.

Lynch, Christian Edward Cyril. *Conservadorismo Caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista*. Lua Nova, nº100. 2017.

Lynch, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à Oligarquia, História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

Lynch, Christian Edward Cyril. *Monarquía sin Despotismo y Libertad sin Anarquía: historia del concepto de liberalismo en Brasil (1750-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los primeros liberalismos en el mundo ibero-americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Lynch, Christian Edward Cyril. *O Pensamento Político Brasileiro: temas, problemas e perspectivas*. In Lynch, Christian Edward Cyril et al. *Pensamento Político Brasileiro*. Curitiba: Appris, 2019.

Maciel, Licio; Nascimento, José Conegundes do. *Orvil: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

Magna Carta, 1215. Disponível em: < <https://www.britannica.com/topic/Magna-Carta>>. Acesso em: 05/Dez/2020.

Mannheim, Karl, Ideology and Utopia. *An Introduction to the Sociology of Know*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1954.

Manoilescu, Mihail. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Maringoni, Gilberto. *Os Personagens e as Ideias. In Gentil et al. Desenvolvimento: O debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: IPEA, 2010.

Martins-Filho, José Roberto. *O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*, 2ªEd. São Paulo: Alameda, 2019.

Marx, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Merquior, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. São Paulo: É Realizações, 2016.

Mill, John Stuart. *Sobre a Liberdade e A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

Minfra (Ministério da Infraestrutura). *Companhias Docas*. Disponível em: <
https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario/companhias-docas>. Acesso em: 13/out/2022.

Moggridge, Donald & Robinson, Austin. *The Collected Writings of John Maynard Keynes. Vol. 13. General Theory and After, Part 1*. 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a.

Moggridge, Donald & Robinson, Austin. *The Collected Writings of John Maynard Keynes. Vol. 27. Activities 1940-1946: Shaping the Post-War World: Employment and Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012b.

Monteiro, Nuno Gonçalo; Ramos, Rui. *El Liberalismo en Portugal en el Siglo XIX. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, Baron de La Brède et de. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Moreira, Regina da Luz. CSN. *Uma decisão política*. São Paulo, c2020. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN> >. Acesso em: 19/abr/2021.

Moreira, Sonia V.; Saroldi, L.Carlos. *A Rádio Nacional e o Brasil em Sintonia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes/Funarte, 1984.

Moura, Alkimar R. *Apresentação*. In Moura, Alkimar R. *PAEG e Real, dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Neto, Lira. *Castello, a marcha para a ditadura*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Netto, Delfim. *OK, Roberto Campos, você venceu!*. São Paulo, c2001. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200127.htm> >. Acesso em: 15/abr/2021.

ONS (Operador Nacional do Sistema elétrico). *Evolução da Capacidade Instalada no Sin - Julho2022/ Dez2026*. c2022. Disponível em: < <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros> >. Acesso em: 12/jul/2022.

Paim, Antônio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: LVM, 2018.

Paim, Gilberto. Prefácio. In Campos, Roberto. *Do outro lado da Cerca*. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

Pedras, Guilherme Binato Villela. *História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais*. In Carvalho, Lena Oliveira de et al. *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Banco Mundial e Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: < https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/12/livro_eletronico_completo.pdf >. Acesso em: 13/out/2022.

Pêgo Filho, Bolívar et al. *Privatização, ajuste patrimonial e contas públicas no Brasil*. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: < <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt->

[br/portalfederativo/biblioteca-federativa/estudos/td_0668.pdf](http://portalfederativo/biblioteca-federativa/estudos/td_0668.pdf) > . Acesso em:

13/out/2022.

Pereira, José Mário. *Roberto Campos e a Lanterna na Popa*. c2017. Disponível em: <

<https://diplomattizando.blogspot.com/2017/05/roberto-campos-e-lanterna-na-popa-jose.html> >. Acesso em: 11/jun/2021.

Perez, Reginaldo Teixeira. *O Pensamento Político de Roberto Campos, da razão do estado à razão do mercado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Polanyi, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

Rawls, John. *A Theory of Justice*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1999.

Reinhart, Carmen; Rogoff, Kenneth. *Desta Vez É Diferente. Oito séculos de loucura financeira*. Coimbra: Actual, 2009.

RFB (Receita Federal do Brasil). *O Imposto de Renda no Brasil*. Brasília. c2016.

Disponível em: < <https://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/memoria-fazendaria/o-imposto-de-renda-no-brasil> > . Acesso em: 11/jun/2021.

Ricardo, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

Ricoeur, Paul. *Interpretation Theory: discourse and the surplus of meaning*. Fort Worth: Texas Christian University Press, 1976.

Ricoeur, Paul. *L'ideologie et L'utopie*. Paris: Editions du Seuil, 1997.

Rivera, Víctor Samuel. *República Tras el Incienso. Una historia conceptual de «liberalismo» y «liberales» en Perú (1810-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

Roubini, Nouriel; Mihm, Stephen. *Economia de Crise. Um curso intensivo sobre o futuro da finança*. Alfragide: D. Quixote, 2010.

Rousseau, Jean-Jacques. *The Social Contract*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

Roy, Ravi K.; Steger, Manfred B. *Neoliberalism. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Ryan, Alan. *Liberalism*. In Goodin, Robert E.; Pettit, Philip; Pogge, Thomas. *A Companion to Contemporary Political Philosophy*. Vol. I. 2nd Ed. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

Saldanha, Nelson. *História das Ideias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1052> >. Acesso em: 14/fev./2021.

Saldanha, Nelson. *O Pensamento Político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978.

Samões, Orlando. *Liberalismo*. In Ferreira, Ana Rita; Rosas, João Cardoso. *Ideologias políticas contemporâneas*. Coimbra: Almedina, 2013.

Santos, Gervásio F. *Fuel Demand in Brazil in a Dynamic Panel Data Approach*.

Salvador: UFBA, 2012. c2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12375/1/44444444444444444444.pdf> >. Acesso em: 15/jul./2022.

Santos, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Sauvy, Alfred. *Trois Mondes, Une Planete*. Disponível em: < <http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html> >. Acesso em: 12/Ago/2021.

Say, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- Schneider, Ronald M. *The Political System of Brazil: emergence of a "modernizing" authoritarian regime, 1964-1970*. Nova York: Columbia University Press, 1971.
- Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los primeros liberalismos en el mundo ibero-americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.
- Sebastián, Javier Fernández. *En Busca de los Primeros Liberalismos Ibero-americanos*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los primeros liberalismos en el mundo ibero-americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012 a.
- Sebastián, Javier Fernández. *Liberalismo en España (1810-1850). La construcción de un concepto y la forja de una identidad política*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los Primeros Liberalismos en el Mundo Ibero-Americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012 b.
- SF (Senado Federal). *Grandes Personagens, Roberto Campos (1939-2017)*. Brasília, c2017. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/grandes-personagens/2017/04/roberto-campos-1939-2001> >. Acesso em: 15/abr/2021.
- Simões, Celso Cardoso Silva. *Breve histórico do processo demográfico*. c2020. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_cap2.pdf >. Acesso em: 23/jun/2020.
- Skidmore, Thomas. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1946-85*. Nova York: Oxford University Press, 1988.
- Smith, Adam. *A Riqueza das Nações. Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- Smith, Adam. *A Riqueza das Nações. Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- Smith, Adam. *The Theory of Moral Sentiments*. São Paulo: Metalibri, 2005.

Souza, Francisco Eduardo P. *A Política de Câmbio do Plano Real (1994-1998) – especificidades da âncora brasileira*. Revista de Economia Contemporânea, nº5, jun. 1999.

Stepan, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Stepan, Alfred. *The Military in Politics - changing patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

Syvrud, Donald E. *Foundations of Brazilian Economic Growth*. Stanford: Hoover Institution Press, 1974.

Tocqueville, Alexis de. *De la démocratie en Amérique II (1re et 2e parties)*. Chicoutimi: Université du Québec, 2002.

Tracy, Antoine Destutt de. *Mémoire sur la Faculté de Penser*. In Institut National des Sciences et des Arts. *Mémoires de l'Institut National, Classe des Sciences Morales et Politiques*, vol. I. Paris: Baudouin, 1798.

UC (University of Chicago). *The Chicago Manual of Style On-line*. Chicago, c2017.

Disponível em: <
<https://www.chicagomanualofstyle.org/book/ed17/frontmatter/toc.html> >. Acesso em: 30/Mar/2023.

USA (United States of America). *The Declaration of Independence*. Disponível em: <
<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=2&page=transcript>>. Acesso em: 04/Dez/2020.

Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada*. Brasília: Ser, 2007.

Valério, Mairon Escorsi. *O Continente Pobre e Católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)*. Campinas: UFCH/UNICAMP, 2012.

Vélez-Rodríguez, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

Vélez-Rodríguez, Ricardo. *O Patrimonialismo na Obra de Roberto Campos*. In Almeida, Paulo Roberto (Org). *O Homem que Pensou o Brasil. Trajetória intelectual de Roberto Campos*. Curitiba: Appris, 2017.

Vélez-Rodríguez, Ricardo. *O Pensamento Político Brasileiro Contemporâneo (1970-2011)*. Rio de Janeiro: Ed. Revista da Aeronáutica, 2012. Disponível em: < <http://www.caer.org.br/downloads/ensaios/ensaio05.pdf> >. Acesso em: 11/jun/2021.

Vianna, Francisco José de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

Vianna, Sérgio B.; Villela, André. *O Pós-Guerra (1945-1955)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Vidaurre, Manuel Lorenzo. *Justificación motivada por las acusaciones en torno a la conducta seguida en Cuzco*. In CNSIP (Comisión Nacional del Sesquicentenario de la Independencia del Perú). *Los Ideólogos*. vol. V. tomo 1. Lima: CNSIP, 1971.

Villa, Marco Antônio. *A História das Constituições Brasileiras. 200 anos de luta contra o arbítrio*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2011.

Villela, André. *Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963)*. In Giambiagi et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Viner, Jacob. *Studies in the Theory of International Trade*. Nova York: Routledge, 2017.

Von Haberler, Gottfried. *The Theory of International Trade with its application to Commercial policy*. Londres: William Hodge, 1936.

Wapshott, Nicholas. *Keynes Hayek: O Confronto que Definiu a Economia Moderna*.

Alfragide: D. Quixote, 2011.

Wasserman, Fabio. *Entre la Moral y la Política. Las transformaciones conceptuales de «liberal» en el Río de la Plata (1780-1850)*. In Sebastián, Javier Fernández (Org.). *La Aurora de la Libertad. Los primeros liberalismos en el mundo ibero-americano*. Madrid: Ambos Mundos, 2012.

WB (World Bank). *Brazil*. c2020. Disponível em: <
<https://data.worldbank.org/country/BR>>. Acesso em: 11/jun/2021.

Weber, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.2. São Paulo: UnB, 2004.

Weffort, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro, ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2011.

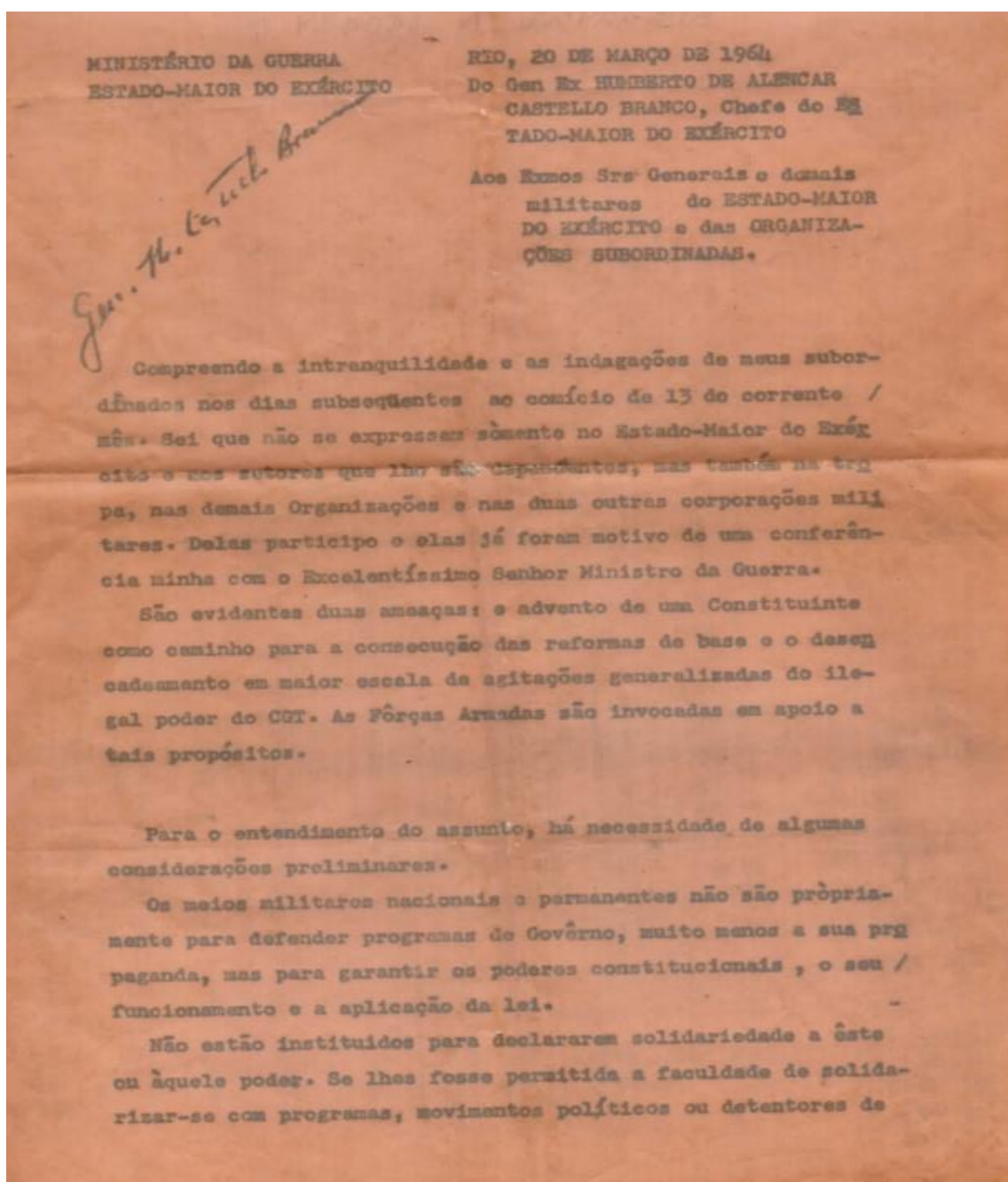
Wehling, Arno. *Silvestre Pinheiro Ferreira e as dificuldades de um império luso-brasileiro*. In Ferreira, Silvestre Pinheiro. *As dificuldades de um Império luso-brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2012.

Wittgenstein, Ludwig. *Gramática Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2010.

6. ANEXOS.

6.1. ANEXO 1.

“Circular de 20 de Março de 1964, do Gen Ex Humberto de Alencar Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, aos Exmos Srs Generais e Militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas” (EME, 1964).



Gen. H. Castor Branco

altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprêgo como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Fôrças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não.

Entrarem as Fôrças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria anti-pátria, antinação e antipovo.

Não, As Fôrças Armadas não podem trair o Brasil. Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavel-

mente uma calamidade pública. E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.

Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão face a dificuldades e devios próprios do estágio atual da evolução do Brasil. E mantidos, como é de seu dever, fiéis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus Chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei". Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, as eleições e a posse do candidato eleito. E já declarou também que não haverá documentos dos Ministros Militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e

- 4 -

indagações oriundas da atual situação política e a respeito
da decorrente conduta militar.

Gen. H. Castello Branco
GENERAL DE EXÉRCITO HERBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.

6.2. ANEXO 2.

“Documento de Trabalho nº1: a crise brasileira e diretrizes para a recuperação econômica” (Campos, 2019, pp.1353 a 1359).

Documento de Trabalho nº 1
Exposição feita pelo ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos na
Primeira Sessão do presidente Castello Branco
em Brasília — 23 de abril de 1964

Reservado

A CRISE BRASILEIRA E DIRETRIZES DE
RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

ÍNDICE

- I — O panorama da crise brasileira
 - 1. Inflação acelerada
 - 2. Paralisação do crescimento
 - 3. Crise cambial
 - 4. Crise de motivação

- II — Perspectivas para 1964
 - 1. Agravamento da inflação
 - 2. Continuação e declínio da atividade econômica

- III — As raízes do desequilíbrio econômico
 - 1. Raízes do processo inflacionário
 - 2. Raízes da crise de estagnação
 - 3. Raízes da crise cambial
 - 4. Raízes da crise de motivação

- IV — Um elenco de medidas corretivas
 - 1. Combate à inflação
 - a. Medidas fiscais
 - b. Ação sobre as expectativas
 - c. Ação de emergência sobre a oferta
 - 1.1 Percalços de política antiinflacionária
 - 2. Reativação da Economia
 - 3. Correção do desequilíbrio cambial
 - 4. Sustar a crise de motivação
 - a. Programa antiinflacionário de emergência
 - b. Campanhas específicas
 - c. Reformas de estrutura, de caráter psicossocial ou instrumental

A CRISE BRASILEIRA E DIRETRIZES DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

I — O panorama da crise brasileira

As características principais do momento revelam a existência de:

1. *Inflação acelerada*: Esta passou de um ritmo anual de cerca de 40% em 1961, para 50% em 1962 e mais de 80% em 1963.

2. *Paralisação do crescimento*, cujo ritmo baixou de 7,7% em 1961 para 3,7% em 1962 e 2% em 1963. Em termos de padrão de vida médio por habitante, o país estagnou em 1962 e retrocedeu em 1963.

3. *Crise cambial*. Mesmo admitidas as hipóteses de substancial aumento das receitas do café, prorrogação de *swaps*, e venda de ouro para liquidação de empréstimos bancários, o país está incapacitado para pagar cerca de 500 milhões de dólares, vencidos ou vencíveis no biênio em curso.

4. *Crise de motivação*. Esta se traduz no alto grau de inquietação psicossocial, evidenciada na crise de confiança da classe empresarial, na frustração das classes menos favorecidas perturbadas por slogans demagógicos e na carência de motivação construtiva em vários grupos sociais.

II — Perspectivas para 1964

As tendências para 1964, anteriormente à recente transformação política, eram no sentido de:

1. *Agravamento da inflação*. Esta foi superior a 20% no primeiro trimestre e tendia a acelerar-se até um ritmo previsível de entre 100 a 120%, em fins de 1964.

2. *Continuação do declínio da atividade econômica*, em virtude de retração dos investidores nacionais, da virtual cessação de investimentos estrangeiros, da inquietação da agricultura ante às atividades da Supra e da sucessão de greves políticas.

3. Apenas no tocante à *posição cambial* haveria alguma perspectiva de melhora, como resultado da alta dos preços do café e cacau, da recente liberação da taxa cambial para as importações (exceto o café e açúcar) e do alívio cambial que pudesse resultar da consolidação de dívidas.

III — As raízes do desequilíbrio econômico

1. *Raízes do processo inflacionário*. No tocante à inflação, a culpa do governo passado foi o de agitá-la em suas raízes e popularizar falsos remédios para sua cura.

As raízes da inflação têm variado no curso do tempo. Durante a Segunda Guerra Mundial, a escassez de importações exerceu papel dominante. No imediato pós-guerra, registrou-se, paralelamente à alta dos preços do café em 1949, uma inflação de investimentos traduzida na pressão do setor privado em busca de expansão do crédito. Mais recentemente, a responsabilidade primordial do processo inflacionário cabe aos déficits governamentais e à contínua pressão salarial.

2. *Raízes da crise de estagnação.* A tendência à estagnação da economia brasileira verificada em 1962, seguida de retrocesso econômico em 1963, radicou-se em fatores diversos, alguns de ordem político-institucional, outros de natureza climática, e finalmente outros refletindo erros e indeterminação da política econômica.

Entre os fatores político-institucionais, notem-se os seguintes: a) A constante tensão política, criada pela desarmonia entre o Executivo Federal de um lado, e o Congresso Nacional e governos estaduais de outro, suspeitando estes intenções continuístas e anticonstitucionais do presidente Goulart; b) A propensão estatizante, criando contínuo desestímulo e ameaça aos investidores privados; c) A infiltração comunista, gerando apreensões quanto à subversão da ordem econômica e social; d) As paralisações sucessivas de produção pelos comandos de greve, freqüentemente com objetivos claramente políticos.

Um fator importante no retrocesso econômico de 1963 *foi de natureza climática.* A prolongada estiagem e, no caso particular do café, uma combinação de geada e incêndio afetaram desfavoravelmente a produção agrícola. A safra cafeeira caiu de 25% em relação a 1962. As safras destinadas ao consumo interno tiveram crescimento apenas suficiente para compensar o crescimento demográfico, enquanto os produtos agrícolas de uso industrial revelaram declínio, comparativamente a 1962. A estiagem resultou também em racionamento de energia elétrica no Rio de Janeiro e São Paulo, afetando também o nível de produção industrial por não contarem numerosas indústrias com geradores próprios.

Para agravar esse panorama, registraram-se *vários erros ou indeterminações de política econômica,* que podem ser assim capitulados: a) O abandono de qualquer planejamento, como, por exemplo, o Plano Trienal, o qual, conquanto bastante imperfeito, continha algumas diretrizes válidas de política econômica; com isso a iniciativa privada ficou inteiramente sem orientação, quanto às intenções do governo, ao mesmo tempo que retornava completa indisciplina nos investimentos públicos; b) A descontinuidade e subsequente abandono de programas antiinflacionários aguçou a psicologia inflacionista; estimulando reivindicações salariais, o próprio governo acelerou a inflação de custos; a aceleração do processo inflacionário, por sua vez, criou a necessidade de vasta expansão do capital de giro para simples financiamento de um volume constante ou declinante de produção, consumindo os recursos que poderiam ser aplicados à expansão do capital fixo; a inflação de custos desorganizou os orçamentos de investimento, forçando a postergação ou o abandono de projetos de investimento; c) A conjugação da propensão estatizante com a inflação de custos e a intensificação de movimentos grevistas descoroçoou o investidor privado nacional, que cancelou ou postergou planos de investimento; d) O clima de xenofobia, estatismo e regulamentação restritiva da Lei de Remessa de Lucros fez cessar virtualmente o ingresso de capitais estrangeiros de investimento, com dois efeitos depressivos: de um lado, retraíram-se também os capitais de empréstimo, que tendem a se mover na mesma direção dos capitais de investimentos, dificultando assim o acesso dos próprios investidores nacionais a financiamentos estrangeiros; de outro, deixaram de surgir indústrias nacionais ou atividades de distribuição complementares dos investimentos estrangeiros; e) Os investimentos na agricultura foram desestimulados pela incerteza quanto às atividades da Supra e aos reais programas do governo em matéria de reforma agrária, de vez que o movimento de reformas de base se esgotava em promessas demagógicas, sem nenhum programa detalhado que indicasse critérios regionais sobre dimensão máxima de terra e normas de desapropriação; f) As empresas industriais do Estado

e os serviços públicos baixaram seu já reduzido nível de eficiência em virtude de agitações comuno-sindicalistas, politização da gerência e exacerbação dos movimentos de reivindicação salarial, fora de proporção com a capacidade econômica e produtividade das empresas; g) A ajuda do exterior foi violentamente freiada pela caotização interna da economia e pela deturpação da chamada "política externa independente"; h) O vácuo deixado pela retração de investimentos privados, nacionais e estrangeiros, não podia ser preenchido por investimentos governamentais, devido à falta de planejamento e à exaustão dos recursos financeiros governamentais no simples atendimento do custeio da administração central e dos déficits de empresas do Estado, ou no atendimento do acréscimo inflacionário de custos dos projetos em andamento.

3. *Raízes da crise mundial.* O impasse cambial a que atingiu o Brasil, em vista da acumulação de compromissos de dívida no próximo biênio, tem raízes crônicas e motivações mais recentes. Entre os motivos crônicos figuram: a) *A conjugação da inflação interna de custos e preços com uma taxa cambial sobrevalorizada.* A inflação exacerba a demanda interna, estimulando importações e absorvendo disponibilidades que podiam ser canalizadas para a exportação. Eleva ao mesmo tempo os custos de produção, tornando as mercadorias menos competitivas no exterior. A taxa cambial sobrevalorizada, que com exceção de pequenos intervalos o Brasil vem mantendo há longos anos, asfixia as exportações, encorajando importações e a transferência de rendimentos; b) *A tendência declinante dos preços de exportação,* particularmente o café, ao longo de todo o período de 1954 até meados de 1963, quando os preços de produtos primários voltaram a subir. Mais recentemente, *a exacerbação da xenofobia nacionalista,* culminando na Lei de Remessa de Lucros e em ameaças de nacionalização de vários setores de indústria (como a indústria de carnes, a farmacêutica e os minérios) provocou a virtual cessação de novos investimentos estrangeiros; ao mesmo tempo, a conjuntura inflacionária e a caotização econômica resultaram num decréscimo no *fluxo de capitais de empréstimo e da ajuda externa.* Para agravar o fenômeno, a instabilidade política e as ameaças de esquerdização provocaram uma *fuga de capitais, nacionais e estrangeiros.*

4. *Raízes da crise de motivação.* O principal motivo reside na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de traçar rumos e aliciar o entusiasmo da população. A instabilidade política e a inapetência administrativa do governo Goulart criaram um vácuo de comando e de motivação.

No setor econômico *ficamos entre um capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção.* As classes empresariais passaram a sofrer uma crise de desconfiança; as classes operárias se viram frustradas ante a inexequibilidade de promessas demagógicas; finalmente, certos grupos psicologicamente mais voláteis, como o setor estudantil, não encontravam escoadouro para a sua impulsividade idealista, descambando para soluções revolucionárias.

IV. Um elenco de medidas corretivas

1. *Combate à inflação.* A eliminação da herança inflacionária do governo Goulart exige um concerto de medidas assim catalogadas: a) *Medidas fiscais.* Estas se subdividem em: i) *diminuição de gastos,* mediante um programa de economias, contenção de salários e eliminação de subvenções cambiais que oneram a caixa do Tesouro; ii) *criação de receitas,* seja compulsória (melhoria de arrecadação) e nova tributação, seja voluntária pela colocação de

títulos de cláusula móvel e transferências e recursos da área não monetária (saldo do café, depósitos compulsórios de bancos etc.) ou do exterior, pela reativação do auxílio externo em favor de projetos contidos no orçamento. b) *Ação sobre as expectativas*. O firme anúncio da intenção governamental de combater a inflação pode, por si só, fazer muito para reverter expectativas inflacionárias. c) *Ação de emergência sobre a oferta*. Trata-se de medidas que visem aumentar o suprimento de bens de consumo através de: i) Importação de alimentos escassos em caráter de emergência. Se feita através da lei de excedentes agrícolas dos Estados Unidos, o resultado da venda em cruzeiros poderia ser consignado a um fundo de crédito agrícola. ii) Campanhas de produtividade agrícola, o que seria facilitado mediante financiamentos especiais com base nos recursos acima referidos, utilizados para expandir o crédito para compras de fertilizantes, inseticidas e implementos agrícolas. iii) Campanhas de aumento de produtividade industrial, através de *teams* de produtividade, que visitariam as indústrias de têxteis e de calçados, por exemplo, cujos custos de produção afetam diretamente o custo de vida.

1.1 — *Percalços da política antiinflacionária*. Entre os percalços da fase de transição desinflacionária, devem-se mencionar os seguintes: a) *Recessão industrial temporária* pela eliminação da demanda especulativa e acautelatória (fuga da moeda em busca de mercados), característica das fases de inflação aguda. Conquanto um certo grau de recessão da procura seja inevitável, importa não agravar o fenômeno por uma contenção abrupta de crédito, antes que se logre uma contenção de custos; é, em particular, desejável, reduzir-se rapidamente o déficit fiscal para que o governo pressione menos a caixa do Banco do Brasil, liberando recursos para o crédito privado. b) *Resistência popular à inflação corretiva*. Paradoxalmente, num primeiro momento da luta antiinflacionária, os custos tendem a subir rapidamente pelo reajustamento de certos preços defasados, como as tarifas de serviço público, ou os produtos de câmbio subvencionado (gasolina e trigo). Entretanto, a inflação *corretiva* é um impulso controlado, que, ao diminuir as emissões do Tesouro, abre o caminho para a estabilização de preços. É um mal muito menor que a inflação *espiral*, destituída de qualquer virtude corretiva, que resultaria de subvenções cambiais financiadas pela emissão de papel-moeda.

Como antídoto para o *perigo de recessão industrial temporária*, cumpre expandir imediatamente atividades absorvedoras de mão-de-obra mediante, por exemplo, um programa de *expansão* de exportações industriais ou de construção maciça de residências populares financiadas pela mobilização de poupança voluntária.

2. *Reativação da economia*. Em grande parte a paralisação do crescimento em 1962 e 1963 refletiu o alto grau de instabilidade política e o receio de atividades subversivas, assim como o insuflamento de greves políticas. A reversão dessa psicose por si mesma tenderá a reativar a economia. Fazem-se necessárias, entretanto, algumas medidas positivas como: a) Uma clara enunciação de política, destinada a restaurar a *confiança empresarial*, quanto i) Aos limites de intervenção do Estado, que abandonaria sua mania estatizante e ii) Ao capital estrangeiro, perturbado pelo clima de xenofobia nacionalista, pelos dispositivos da lei de remessa de lucros e pela persistência de áreas de atrito, tais como o contencioso francês e o acordo descumprido para a nacionalização da American Foreign Power; iii) A política de reforma agrária, que deve ser enunciada em termos claros, de modo a não desencorajar investimentos na agricultura. b) Aumentar a eficiência dos investimentos governamentais,

mediante uma melhor coordenação dos gastos e concentração de projetos de rápida execução. c) Elevar a taxa de poupança, mediante uma reforma fiscal que estimule a poupança empresarial e das pessoas físicas e facilite o autofinanciamento em setores específicos (energia elétrica, casa popular etc.). d) Reativação do auxílio internacional de longo prazo, através de empréstimos da Aliança para o Progresso, do Fundo Alemão de Desenvolvimento, o BIRD e da AID, dos quais os dois últimos não operam com o Brasil há vários anos.

3. *Correção do desequilíbrio cambial.* Requerem-se, para isso, medidas como as seguintes: a) Reorganização do sistema cambial no sentido da promoção e diversificação de exportações, mantendo-se taxas *cambiais realistas e tanto quanto possível unificadas*; b) Reativação do ingresso de capitais e investimentos privados, o que pressuporia i) O abandono de atitudes estatizantes e expropriatórias; ii) Uma revisão de posição no tocante à lei de remessa de lucros, parecendo que o método mais conveniente seria revertermos, por emenda legislativa, ao texto aprovado unanimemente por comissão mista paritária da Câmara e do Senado; iii) Remoção de áreas de atritos; c) Retomada de entendimentos para obtenção de financiamentos de longo prazo em instituições internacionais. d) Execução do programa de consolidação de dívidas.

4. *Sustar a crise de motivação.* Este problema teria que ser atacado: a) Pelo lançamento de um programa de emergência destinado a combater eficazmente a inflação, grande produtora de frustrações; b) Por campanhas específicas que mantivessem alto o grau de interesse popular, como, por exemplo, campanhas de exportação ou de incremento de produtividade agrícola ou industrial; e c) Lançamento de reformas de estrutura. Dentre estas, cabe distinguir as de *sentido psicossocial e as de caráter instrumental*. Entre aquelas, sobressai a reforma habitacional, a agrária, e a fiscal. As duas primeiras têm um efeito *econômico* — dar emprego, um efeito *social* — o de calmante de tensões e um efeito *cosmético*, destinado a melhorar quer a imagem interna do novo regime junto às massas, perturbadas por um sentimento de orfandade e de sebastianismo em relação aos líderes que as nutriam de promessas demagógicas, quer a imagem externa do regime, caracterizada pela falsa visão existente em alguns países, de que a presente revolução teria sido uma reação de direita, a ser pendularmente seguida por uma reação de esquerda. Quanto à reforma mais profunda, que modernize o sistema fiscal de renda, consumo e selo e o torne socialmente menos regressivo.

Quanto às reformas *instrumentais*, parece que as três mais importantes seriam a) Uma reforma constitucional de dispositivos de natureza fiscal, visando por exemplo i) A federalização do imposto de exportação, ressalvadas as rendas dos estados; ii) A coordenação entre os fiscos federal, estadual e municipal, particularmente no que toca ao sistema de cobrança na fonte; iii) A formulação de normas financeiras para a cobrança da “contribuição de melhoria” e da “contribuição de investimento”; iv) Eliminação de ilhas de privilégio fiscal, mediante as quais certos grupos, como jornalistas, magistrados e professores gozem de isenção *ad personam*, em vez de ser taxados *secundum divitiam*; v) Autorização para cobrança do tributo no mesmo ano em que é votado, independentemente de orçamentação prévia (sendo esta a mais importante das emendas constitucionais deveria a mesma ser obtida, ainda que com sacrifício de todas as outras). b) Reforma administrativa. Conquanto seja urgente, talvez a prioridade deva se referir menos à reestruturação dos ministérios, constante da proposta em curso no Congresso, do que a certos tópicos como i) Legislação de pessoal (revisão de direitos e vantagens, reclassificação e estabelecimento de paralelismo entre o

regime de remuneração do Serviço Público e o do mercado de trabalho); ii) Revisão do código de contabilidade e do sistema de controle dos órgãos descentralizados. c) Reforma de estatutos obsoletos, de efeitos econômicos negativos, como o código de navegação marítima e a legislação portuária; d) Reforma bancária, visando sobretudo à formação de um Banco Central, responsável pela política monetária.

Em relação às reformas de base, duas decisões se impõem de imediato: uma sobre *prioridades* e outra quanto ao *mecanismo* de elaboração. No concernente às prioridades, tem-se que tomar em linha de conta não só a urgência objetiva do problema mas também a existência de projetos já em tramitação no Legislativo, parecendo aconselhável a seguinte ordem de apresentação pelo Executivo: *reforma fiscal* de emergência, *reforma educacional*, *reforma agrária*, reforma bancária, reforma administrativa e segunda fase da reestruturação do sistema fiscal.

Quanto ao mecanismo, poderia o ministro do Planejamento se encarregar da formulação de um documento de trabalho, que seria depois discutido em Grupo de Trabalho Interministerial com os ministros diretamente interessados, conforme o caso — ministro da Fazenda para a reforma fiscal, ministro do Trabalho para a reforma habitacional, ministro da Agricultura, no caso da reforma agrária. O documento de trabalho assim aprovado, seria em seguida submetido aos coordenadores jurídico e político — ministro da Justiça e ministro Extraordinário para Assuntos Políticos, sendo então a matéria submetida à decisão final do presidente da República. A estimativa do ministro do Planejamento é que o primeiro documento de trabalho sobre a reforma fiscal de emergência possa estar pronto em quatro ou cinco dias, o sobre reforma habitacional em uma semana, o sobre a reforma agrária em três semanas, o sobre a reforma bancária em duas semanas, o relativo à reforma administrativa em 60 dias, e o referente à segunda fase da reforma fiscal em 90 ou 120 dias.

São essas as considerações que tenho a fazer nesta primeira análise da situação brasileira perante o presidente da República e o gabinete.

6.3. ANEXO 3.

Pronunciamento do Senador Roberto Campos em 8 de junho de 1983 (Campos in CN, pp.2464 a 2472, c2020, senado.leg.br).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 8-6-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Pronunciamento do seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"A nossa situação atual é crítica: não digo que não possamos sair da má posição em que estamos: podemos, tendo economia e juízo; mas é um facto que isto não pode acontecer senão com o tempo: as nossas circunstâncias não de melhorar... ao passo que se for desenvolvendo a indústria, porém não rapidamente."

"Não nos lembremos, Sr. Presidente, por maneira nenhuma de suspender o pagamento da nossa dívida externa! Não vamos aumentar a desgraçada lista das Nações da América que não gozam do menor crédito, e são até olhadas com horror, como destituídas de boa fé, se é que na Europa não chegam a ser tratadas de bárbaras! Quais serão os resultados desta medida, de não pagar os juros e amortização dos nossos empréstimos? Creio que os mais tristes e deploráveis que se podem apresentar à consideração humana."

"A Nação brasileira é talvez a nação mais feliz do mundo, pela facilidade que tem para pagar as suas dívidas, a qual não possui outra nação nenhuma, e não me intimidam por isso o futuro quando está passada a época perigosa. Se tivermos juízo, seremos muito felizes. Todos os recursos nacionais serão desenvolvidos, teremos indústria e comércio que nos prestarão meios superabundantes para satisfazer os nossos ajustes."

Esse não é o meu discurso, Sr. Presidente. Nem tampouco uma arenga do PMDB, ou uma réplica do PDS. Tratam-se de excoertos de discursos de Cunha Matos e Evaristo da Veiga, em acalorado debate sobre a "Mortatória", na Câmara dos Deputados da Regência Trina Permanente, em 7 de junho de 1831... precisamente 152 anos atrás! Nossas eructações sobre o tema, hoje são apenas uma atualização do arcaico. O Brasil é um País grande e belo. Mas não pode ser acusado de País "original"...

Espero que os nobres Senadores não me dêem o tratamento dado por um velho parlamentar inglês a um novato que sofria sua desvirginação oratória em Westminster:

"A fala do novo membro do parlamento contém muita coisa verdadeira e muita coisa nova; mas o que é novo não é verdadeiro e o que é verdadeiro não é novo."

Se compatível, Sr. Presidente, com o regimento da Casa, ousaria pedir-lhe que os debates e intervenções aguardassem o fim da minha fala de estréia. A razão é simples. Quando se trata de um quadro de Rubens ou uma escultura de Michelangelo, pode-se perscrutar um traço e um talho, pois encerram uma promessa de perfeição. Quando se trata de um debuxo canhestro como o meu, é preciso vê-lo em sua inteireza, para se decidir se vale contemplação, ou se deve passar, sem parança, ao lixo da história...

Prometo voltar depois, Sr. Presidente, à parcimônia oratória que me tem caracterizado nesta Casa.

Meditei muito sobre o perfil de minha postulação, neste momento de crise. Haveria três posturas possíveis: a postura histórica, a crítica e a analítica. A simplesmente histórica será *escapismo*, face à hora esposta. Não me cabe uma postura crítica, pois errei demasiado para gostar de criticar. Minhas colocações serão, portanto, puramente analíticas, buscando extrair as lições da crise. A nossa crise. Pois, como bem disse meu prezado amigo, o Brigadeiro Dello Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica — "Governos é Governo, Oposição é Oposição, mas a crise é de nós de todos".

Acho esportivo desinteressante a caça às bruxas. E para evitar a hipersensibilidade daqueles que confundem análise objetiva com crítica agressiva, e se esquecem das palavras do Chanceler Adenauer — "o maior dom que Deus pode conferir a um estadista é dar-lhe couro de elefante" —, declaro-me-ei, de antemão, culpado. Senão por crime de comissão, pelo menos de omissão.

Aliás, meus Senhores, o único brasileiro que conheço, totalmente isento de culpa, por nos ter advertido destemidamente, no tempo e na hora, é o Professor Eugênio Gudim, com a infinita sabedoria de quase um século de vida!

Aprendamos as lições da história, não apenas porque quem não as aprende está condenado a repeti-la, como porque, como dizia Isaac Newton, "sabio não é quem ensina. É quem aprende". E tomarei emprestada a introdução do filósofo francês:

"Je ne suppose rien, je ne propose rien; j'expose"... — "Eu não suponho nada, eu não proponho nada; eu exponho..."

Cristalizarei minha fala, em obediência ao preceito cartesiano de "ideias claras e distintas", em torno dos seguintes temas:

- A displicência demográfica
- A imprevidência energética
- A sacralização do profano
- A nova demologia
- A gaveta dos sonhos
- A panacea jurisdicista
- As lições, e soluções, da crise.

A DISPLICÊNCIA DEMOGRÁFICA

A displicência demográfica se manifesta em nossa timidez, senão mesmo inércia, face à explosão populacional. No último decênio, evoluímos de uma posição de antipatia face ao planejamento familiar, para uma postura de *apatia simpática* e, agora, de *simpatia apática*. O último Censo, de 1980, ainda consigna uma taxa de crescimento populacional de 2,49%, declinante em relação à dos Censos de 1960 e 1970, mas ainda assim bastante para nos condenar a bolões de pobreza absoluta. Para se ter uma idéia, nobres Senadores, das dimensões do problema, basta lembrar que entre os dois Censos de 70 e 80 a população brasileira cresceu mais que um Canadá, quase uma Argentina. E nos últimos quarenta anos, crescemos o equivalente a uma França, país que levou dois mil anos para construir sua infra-estrutura.

Isso nos coloca frente a duas alternativas: ou sacrificamos o investimento diretamente produtivo, a fim de investir na infra-estrutura social — diminuindo a taxa potencial de crescimento —, ou sacrificamos a infra-estrutura social, criando uma tremenda e desumana carência em termos de habitação, saúde e educação. A poupança interna simplesmente não basta para atendermos simultaneamente ao objetivo do crescimento rápido e ao de justiça social. Isso deriva nossa propensão a conciliações ilusórias e escapistas, através da inflação interna e do endividamento externo.

Não podemos refugir a algumas evidências cruéis:

— Todos os países hoje desenvolvidos, com boa qualidade de vida, têm taxa de crescimento populacional inferior à 1% ao ano, sem nenhuma exceção.

— Todos os países subdesenvolvidos têm crescimento populacional superior a 2% ao ano, e todos os de maior

pobreza relativa crescem a mais de 3%, com crônicos problemas de pobreza, desnutrição e favelamento urbano.

— A região de melhor qualidade de vida no Brasil são os Estados do Extremo Sul, onde o crescimento demográfico já baixou para 1,44% ao ano, segundo o Censo de 1980.

Isso não é mera coincidência ou capricho estatístico.

A conjugação de rápido crescimento populacional, satisfação social e alta taxa de desenvolvimento, só tem ocorrido, historicamente, quando a rapidez do crescimento demográfico provém da importação de capital humano, através de imigrantes em idade produtiva, que permitem ao país hospedeiro ou à região hospedeira economizar longos anos de investimento na formação do agente produtivo. Foi o caso dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina, no século XIX, e do Sul do Brasil há alguns decênios, e agora, do Centro-Oeste.

O Nordeste tipifica o extremo contrário. Apesar da deprimente mortalidade infantil e da exportação de trabalhadores adultos, mantém uma taxa líquida de crescimento demográfico ainda exagerada, superior a 2% ao ano, e uma taxa altíssima de fecundidade — 5,9% ao ano. Somente no último decênio, a população nordestina aumentou 6,7 milhões de pessoas, mais que uma Sulça, quase uma Subúcia e mais de dois Uruguais.

Esse panorama é que levou um de nossos jovens economistas a apelidar o Brasil de "Belíndia" — híbrido entre a Bélgica e a Índia, podendo tornar-se um ou outro, dependendo do complexo de políticas adotadas.

Há muita coisa que o resto do País deve fazer pelo sofrido Nordeste, até mesmo como redistribuição ao capital humano que dele recebeu. Mas convém reconhecer que as transferências federais não são nada negligíveis. Elas superam, como diz o Ministro Delfim Netto, os empréstimos anuais do Banco Mundial para todo o Terceiro Mundo. E outras regiões, como o Centro-Oeste, começam a reclamar, alegando um paradoxo: estradas sem produção no Nordeste, e produção sem estradas no Centro-Oeste. Mas se muito resta ao Governo Federal fazer em benefício de nossos irmãos nordestinos, há uma coisa que o Nordeste tem de fazer por si mesmo: conter sua explosão populacional.

A pergunta que surge é: por que nos recusamos por tanto tempo a exorcizar o tabu demográfico? As razões são várias e, felizmente, cada vez menos convincentes. Na classe empresarial, alguns enxergavam na rápida expansão demográfica uma garantia de mão-de-obra barata e ampliação de mercados. Hoje na era da automação e incipiente robotização, convenceram-se os empresários de que a qualidade é mais importante que a quantidade da mão-de-obra. E deram-se conta, afinal, de que o mercado depende menos da quantidade de bocas do que da produtividade das mãos e cérebros. Assim, a Sulça é melhor mercado que o Paquistão. Na classe militar, imaginava-se que a explosão demográfica criaria massa de manobra humana, fator cada vez menos relevante na era dos botões, mísseis e satélites. Imaginava-se também que a dinâmica demográfica ajudaria a preencher o ecômeno vazio da Amazônia. Hoje se percebe que, nas ocupações de território, tão ou mais importante que a massa humana é a capacidade de investimento na infra-estrutura. Parcela pequena das massas sobrantes do Nordeste se deslocou para o vazio amazônico, às vezes em condições desumanas. A grande maioria fluiu para as metrópoles do Nordeste ou as favelas do sul, criando megalópoles que parecem dinâmicas e são apenas obesas, e gerando um potencial de protesto contra carências básicas, que é um fator de insegurança social. Salvador e Fortaleza, no último decênio, cresceram muito mais do que o Rio de Janeiro, já em si uma cidade inchada.

As objeções remanescentes se situam no plano ético religioso. Mas mesmo a Igreja Católica está hoje fundamentalmente cindida. Alguns, os mais conservadores, insistem deliberadamente em confundir controle populacional compulsório com planejamento familiar voluntário e assistencial. O Brasil, com sua generosa dotação de recur-

tos, não precisa ainda do controle demográfico, quase datorial a que tiveram de recorrer China e Índia. Bastaria dar à população pobre aquilo que os ricos já têm: amplo acesso à educação e a artefatos moderadores da natalidade. Em outras palavras, não se trata de impedir a ninguém ter os filhos que quer. Trata-se de ajudar os pobres a não ter os filhos que não querem.

Outros setores da Igreja começam a perceber a intrínseca contradição de suas atitudes. Enunciam uma opção preferencial pelos pobres, mas garantem sua perpetuação, já que a evidência histórica é que a explosão demográfica está universalmente associada à pobreza. Clamam por melhor distribuição de renda, mas ignoram que se o único fator cuja oferta cresce continuamente é a mão-de-obra — enquanto o capital é escasso e a terra fixa — a renda do fator trabalho sofrerá sempre desvantagem comparativa. Pois, infelizmente, nem o Evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o *Diário Oficial* conseguiram revogar a lei da oferta e da procura. Muitos líderes eclesiais já se convenceram da injustiça que se comete em nome da justiça. No Sul do País, pelo efeito combinado de educação, crescimento de renda e urbanização, já há um planejamento familiar espontâneo. O de que se trata é apenas de dar às classes e regiões mais pobres a oportunidade de praticar uma paternidade responsável, hoje impossível pela desinformação e inacessibilidade de instrumentos preventivos.

Praza aos céus que o pensamento eclesial evolua com suficiente rapidez para evitar que continuemos um país dos Herodes, com desastrosa classificação no campeonato de abortos e de mortalidade infantil, e péssima classificação no campeonato da qualidade de vida. E não adiantam soluções escapistas. Uma delas é confiar na abolição da pobreza apenas por meio do crescimento econômico, desconsiderando-se a variável demográfica. O problema é que a explosão demográfica exige que se apliquem na infra-estrutura social recursos que teriam de ser aplicados na infra-estrutura econômica, se quiséssemos acelerar o crescimento do produto. Nem o drama se resolve por apelos à deidade e caridade, ou pregações contra o egoísmo. A caridade é uma formosa virtude quando exercida por indivíduos e grupos. Mas não é um método de organização do Estado. Conhecem-se através da História tiranias, oligarquias, monarquias, democracias e meritocracias. Mas inexistem caritocracias...

Uma das bizarras de nossa atual circunstância é que todo o mundo discute o desemprego em termos das mais variadas causas: os monetaristas atribuem-no à inflação, os estruturalistas à recessão, quase todos responsabilizam a conjuntura internacional. E poucos se lembram da importância da variável demográfica na persistência do desemprego e na geração do desemprego...

Dir-se-á, finalmente, que o planejamento familiar é irrelevante para a atual conjuntura, pois só surtirá efeito após uma ou duas gerações. É verdade. Mas, como diz o provérbio indiano, "uma jornada de mil milhas começa por um único passo".

A IMPREVIDÊNCIA ENERGÉTICA

A imprevidência energética responde por uma importante parte de nosso problema de endividamento, ainda que não o explique, pois outros países, melhor gerenciados, sofreram o mesmo impacto sem as mesmas consequências. No caso brasileiro, a importação líquida de petróleo e derivados, sem contar compras de bens ou serviços e aluguel de equipamentos, representou mais de 53 bilhões de dólares de 1974 a 1980, enquanto os déficits em conta corrente atingiram soma quase idêntica — 54 bilhões de dólares... Uma coincidência chamada "divida"?

Se a dimensão da alta de preços foi impreviável, a perspectiva da crise começou a delinear-se em 1967 com o embargo árabe, em represália à Guerra dos Seis Dias. O petróleo deixara de ser um bem econômico para tornar-se instrumento de poder político, desvinculando-se totalmente os preços de venda, do custo de produção.

E aumenta dramaticamente nosso coeficiente de dependência e insegurança. Entretanto, o País não se deu conta dessa mudança da conjuntura, não se iniciou o planejamento de soluções alternativas, não houve aceleração dos investimentos em pesquisas e exploração, nem é conhecido qualquer plano de contingências das autoridades de planejamento estratégico.

Em realidade, somente em 1978, vários anos após a crise do Yom Kippur, a parcela de pesquisa e exploração no orçamento global da PETROBRÁS veio a atingir proporção (37,9%) comparável à de 1969 (37,5%). Não surpreendentemente, a produção declinou entre 1974 e 1979, no intervalo entre os dois choques do petróleo. Mudada a política de investimento, os resultados não se fizeram esperar, e a produção dobrou desde então. A geologia brasileira não melhorou. Melhorou apenas nossa alocação de recursos. Mas não a tempo de evitar evitável endividamento.

Na década de 1970/80, que abrangeu os dois choques de petróleo, a demanda física de derivados do Brasil, estimulada por subsídios — ao invés de freada por desincentivo de preços ou racionamento — mais do que dobrou (de 508 para 1.098 mil barris/dia), enquanto a demanda mundial crescia de apenas 37%. Referida ao ano base de 1970, nossa demanda em 1980 havia aumentado 116%, mais que a de países exportadores como México (89%), Venezuela (74%), Peru (33%) e Noruega (4%). Com raras exceções, como Coreia do Sul, Indonésia e Nigéria — estes dois últimos, exportadores — a vasta maioria dos países em desenvolvimento logrou reprimir seu consumo: Argentina (25%), Colômbia (61%), Índia (69%), Grécia (33%), Espanha (83%). Nos países industrializados, o ajustamento à crise foi muito mais dramático. Na Alemanha Ocidental a demanda cresceu em toda a década apenas 12%, na França 19%, no Japão 34%, na Holanda 4%, na Inglaterra reduziu-se em 21%, enquanto que nos Estados Unidos, que pagam o petróleo com sua própria moeda, o incremento foi de apenas 16%.

Ao longo dos anos de subinvestimento em pesquisa e exploração, a PETROBRÁS se tornou uma grande empresa "acima do solo", como diz o professor Eugênio Gudin. A vocação substantiva da Lei nº 2.004 se havia tornado vocação adjetiva...

Nesse interregno, registraram-se duas constantes no comportamento da empresa:

- a expansão contínua da área do monopólio; e
- a transformação da função supletiva na petroquímica e outros setores, em papel competitivo.

Entretanto, o dispositivo constitucional é intergovernável:

"Art. 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de Segurança Nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais."

Seis monopólios foram criados, desde a Lei nº 2.004 por vários métodos, evitando-se escrupulosamente o único caminho legal — a votação legislativa — que permitiria um processo contraditório de audição dos empresários, consumidores, competidores, e da sociedade em geral, e garantiria maior estabilidade às regras do jogo. Curiosamente o Congresso Nacional — este Congresso — permaneceu em silêncio ensurdecedor perante esta invasão de suas prerrogativas...

Esses monopólios ilegais, alguns antieconômicos e todos mutiladores da iniciativa privada, são:

- o monopólio do gás natural, por simples licença hermenêutica, de vez que a Lei nº 2.004 se refere apenas a "gases raros" e não ao gás natural;
- o monopólio da importação de petróleo e derivados, criado em 1963, por simples decreto (Dec. 53.337, de 23-12-63);

— o monopólio de facto do transporte marítimo de longo curso, de petróleo e derivados, em navios próprios ou afretados no exterior, assim como o monopólio da grande cabotagem, ambos decorrentes da "posição de força" criada pelo monopólio de importação;

— o monopólio da tancagem coletora e de segurança, de álcool, mediante simples resolução da Comissão Nacional do Alcool e do Conselho Nacional do Petróleo (Resoluções CNAL 06/80 e CNP 17/80);

— o monopólio da produção de insumos básicos da petroquímica, por simples decisão administrativa e manobras aquisitivas.

A indagação que surge é para onde foram os investimentos da PETROBRÁS estranhos à sua vocação básica — a busca do PETRÓLEO. Uma parte foi consumida em outras áreas legais do monopólio, como transporte e sobretudo refino, setor nitidamente superdimensionado.

Mas boa parcela dos investimentos nas suas 86 empresas (entre subsidiárias, controladas, coligadas, subcoligadas e associadas) transbordou para atividades extracurriculares, valendo citar-se, exemplificativamente, distribuição, petroquímica nutrientes, tintas, detergentes, mineração, comércio internacional, transporte de produtos químicos, distribuição de valores, etc. — setores em que nem há imperativos de Segurança Nacional, nem desinteresse do setor privado. Não é óbvia, por exemplo, a conexão entre Segurança Nacional e postos de gasolina no Aterro do Flamengo, ou a produção de tintas e aromáticos...

Se em alguns casos — é justiça reconhecer — a empresa simplesmente atendeu a convites dos próprios empresários privados, para viabilizar alguns projetos, em muitos outros, como na Petroquímica, ela decidiu, *sponte sua*, exigir que sua participação nunca fosse inferior à de qualquer outro acionista, preferindo-se projetos com participação estatal, a outros que a dispensassem. Supletivo deveria significar *quantum satis* e não *quantum volo*...

Essa a verdade que poucos ousam dizer — pois é intimidante a capacidade de retaliação do imperialismo burocrático. E, ademais, o fanatismo pseudonacionalista sanciona a desordem legal.

A subversão da "hierarquia de leis" tornou-se entre nós, sob sucessivos governos, tão rotineira, que parece constituir um traço genético. Pergunto-me sempre qual a etiologia dessa *Disfunção Genética*. Só posso atribuí-la ao longo reinado de Vargas, de quem herdamos muitas coisas boas e duas síndromes negativas. Uma, o descaço pela *Hierarquia de Leis*, já que se considerava que as Constituições, como as mulheres, "somente são feteiras quando violadas". Outra é o *continuísmo*, que reponta esporadicamente, tal qual "Herpes", reincidindo do corpo político.

À luz dessas observações, compreendo e apóio os reclamos insistentes dos Governadores de Estado produtores, como os Governadores Antonio Carlos Magalhães, Virgílio Távora e agora, Leonel Brizola, por um aumento dos magros "Royalties" que lhes cabem, ou pelo recebimento de "Royalties" sobre exploração submarina. Pois se o monopólio tem recursos sobranes para fazer o que a iniciativa privada pode fazer, é melhor dar recursos aos Estados para fazerem o que os particulares não podem fazer, isto é, melhorar sua miserável infra-estrutura social.

Além os Estados da Federação têm sido grandemente prejudicados, em suas receitas, pela "regressão centralista" que se instaurou desde 1969. Como parte do compacto político que viabilizou a reforma tributária, a Constituição de 1967, no art. 24, número II, combinado com o art. 22, parágrafo 6º, outorgou aos Estados o direito de cobrar:

"Imposto sobre a Circulação de Mercadorias na operação de distribuição, ao consumidor final, dos lubrificantes e combustíveis líquidos, utilizados por veículos rodoviários, e cuja receita seja aplicada exclusivamente em investimentos rodoviários."

Se esse dispositivo, sem-cerimoniosamente extinto pelo Ato Complementar nº 40, de 30/12/1968, estivesse em vigor, os Estados teriam importante fonte de receita adicional.

Os Estados foram também "espoliados" — para usar a expressão preferida dos teólogos da libertação — pelo fato de o Imposto Único sobre Combustíveis, a que se refere o art.21, número VIII, da Constituição vigente, ter deixado de ser "único", em clara violação do texto constitucional. O Imposto Único, no qual os Estados teriam constitucionalmente uma participação de 40%, hoje representa apenas uma pequena fração (15%) da margem tributável de gasolina, isto é, da margem que sobra após computados todos os custos de realização, refino e contribuições previdenciárias e sociais. O resto é consumido, de um lado, por subvenções a outros derivados, distorcendo-se a estrutura de preço (que deixou de corresponder à estrutura técnica de refino), e desencorajando-se o uso de energias alternativas. E, de outros, pela subsidição agressiva dos custos de transporte, de tal maneira que se uniformizaram os preços em qualquer ponto do território nacional, não só para combustíveis de caráter social, mas também para a gasolina do transporte individual. Esta anestesia dos custos reais de transporte fez com que as áreas interiores, que há muito deveriam ter-se voltado para combustíveis alternativos, como o álcool, continuem consumindo o produto importado.

Se o Imposto Único permanecesse realmente único, sua receita, que em 1982 foi de apenas Cr\$ 118 bilhões, poderia alcançar, no ano em curso, com base na estrutura de preços vigentes, em março de 1983, cerca de 1,2 trilhão de cruzeiros. Os Estados, que receberam em 1982 uma participação de Cr\$ 47,2 bilhões, passariam a receber quase dez vezes mais. Outra ilustração, talvez mais gritante, é que a receita do Imposto Único sobre Combustíveis, que em 1976 chegara a representar cifra equivalente a 62% do Imposto de Renda, alcançou, em 1982, apenas 5%!

Eis as conseqüências da **Regressão Centralista**, que tem como contra-quadro a elephantíase das empresas federais. Estas se contavam por cerca de 530 (432, segundo o Secretário Executivo do Programa Nacional de Desburocratização), em levantamento da Secretaria de Controle das Empresas Estatais, de 1981.

Releva notar que, a despeito dos esforços da SEST, o dispêndio dessas empresas, que em 1979 representava 24% do PIB (Produto Interno Bruto) passou a quase 29% em 1981, enquanto que o dispêndio global do setor público alcançava, em 1982, quase metade do PIB, e, seus investimentos, 60% do total investido.

Dados da Fundação Getúlio Vargas indicam que, em 1982, o capital estatal representava 82% do capital conjunto das cinquenta maiores empresas, e, destas, nada menos que 26 eram estatais (segundo levantamento de setembro de 1981). O êxito do Programa de "Desburocratização" será perfunctório sem um esforço de "desestatização". Pois a burocracia é filha direta dos controles do Estado, e a praga nacional da venda de facilidades é antecedida pela criação de dificuldades.

Com o objetivo de reduzir o absurdo grau de concentração, no Estado, da propriedade das poupanças nacionais, estou apresentando um Projeto de Lei Complementar institucionalizando um "Programa de Repartição do Capital", destinado a promover a distribuição, entre as pessoas que prestam serviços de trabalho, da propriedade do capital de empresas formado com recursos federais criarmos um capitalismo do povo. As empresas públicas devem ser do público.

A atual hipertrofia do Estado Empresário corresponde uma "disfunção social". Conforme assinalado em estudo recente da Fundação Getúlio Vargas:

"O crescimento da ação do Estado em áreas de competência privada tem-se processado em prejuízo das aplicações nos setores sociais, cuja proporção no PIB declinou de 4,46% em 1979 para 2,46% em 1971, e possivelmente, 1,73% em 1982."

Decididamente, o Estado empresário não é um bom samaritano! ficam vazios espaços sociais; e são esvaziados espaços econômicos para que o Estado os ocupe.

Merece êncômios o Presidente João Figueiredo pela iniciativa de refrear esse Leviatã, através do "Programa de Privatização de Empresas Públicas". Já foram privatizadas 14, e há mais de 30 privatizações em estudo, tímido mas saudável começo. O BNDES tem dado um bom exemplo em seu esforço de reprivatizar empresas anteriormente absorvidas. Se a Petrobrás, em obediência às diretrizes do Presidente Figueiredo, tomasse a iniciativa de privatizar algumas das 86 empresas que controla, ou das quais participa — concentrando-se nas tarefas da lei nº 2.004 — poderia aplicar os recursos assim hauridos, seja para intensificar a pesquisa e exploração, seja para aumentar os "royalties" pagos aos Estados.

Estou oferecendo hoje, como contribuição ao Poder Executivo, um projeto de lei, que visa a atualizar a estrutura técnica de preços prevista no Decreto-Lei nº 61, de 1966, voltando o Imposto Único a ser realmente único. Isso beneficiaria enormemente os Estados e Municípios. Auxiliaria também a ELETROBRÁS, que tem expressiva participação na receita do Imposto Único. E salvaria, pela terceira vez, a PETROBRÁS, que teria correção automática do preço de realização, cuja desatualização está na raiz do grave déficit atual de suas contas, levando-a a uma humilhante plástica contábil.

Sei que meus comentários deflagrarão a sanha incontida dos patrulheiros ideológicos do "nacionalismo", que ainda pensam que "o petróleo é nosso", quando, na realidade, é dos árabes...

Tenho prestado suficientes serviços ao País para não ter que apresentar minhas credenciais de "nacionalista", tal como os jovens na puberdade, que insistem em exibir sua virilidade talvez porque nela não confiem... Aliás, a expressão "nacionalismo" tem sido tão deformada por demagogos, e prostituída por ideólogos, escusas que virou um "termo impostor", para usar a frase de Jeremias Bentham no "Tratado dos Sofismas Políticos". Prefiro chamar-me simplesmente patriota. Alguém que ama seu País, sem odiar os demais. Dizia Gilberto Amado que o nacionalismo é apenas "uma forma zangada de patriotismo". E a esta altura da vida, já vendo calarem as fanadas folhas do outono, não estou zangado com ninguém...

Desde que não é proibido cumprir a Constituição, não tenho que pedir desculpas por querer que a PETROBRÁS volte aos seus parâmetros legais. Que cultive os jardins imperiais do monopólio, sem invadir os magros bosques do mercado privado. E os mais objetivos e sinceros servidores da empresa se lembrarão de que, em duas crises existenciais, assumi a liderança de medidas que a salvaram de estagnação certa, e insolvência provável.

Coube-me em 1956, juntamente com o Ministro Lucas Lopes, a iniciativa da revisão da lei do Imposto Único sobre combustíveis, ao tempo em que era presidente do BNDE e acredito que já fosse funcionário, o nobre Senador Saturnino Braga, coube-me essa iniciativa da revisão da lei do Imposto Único sobre combustíveis, visando a converter o imposto específico (que numa situação inflacionária dissocia rapidamente as receitas da empresa) em imposto *ad valorem*, que acompanhasse a dinâmica dos preços externos e da taxa cambial. E em 1966, através do Decreto-lei nº 61, juntamente com o Ministro Mauro Thibau, o Dr. Benedicto Dutra e o saudoso Dr. Heitor Lima Rocha, diretor da PETROBRÁS, propus uma regulamentação global que, através de ajustes automáticos na estrutura de preços, protegia o "preço de realização" da empresa, fundamental para a PETROBRÁS.

A História registra que, sem me prostrar como um idólatra perante o altar do bezerro de ouro — "ouro negro" no caso — fiz muito mais pela PETROBRÁS do que a maioria dos que a adulam, os quais, como os fanáticos de que falava o filósofo Santayana, "redobram seus esforços depois de perderem de vista seus objetivos".

A SACRALIZAÇÃO DO PROFANO:

Mas a transformação de bens econômicos em tabus ideológicos é apenas um dos aspectos **Sacralização do Profano**, coisa talvez pior que a profanação do sagrado. A **Sacralização do Profano** tem dois sub-productos às vezes involuntários, mas nem por isso menos danosos: o **Intervencionismo estatal** e, de novo o **desrespeito à hierarquia de leis**.

Aliás, a sacralização do profano transborda também para o campo político, através do elasticismo inodorado do conceito de "segurança nacional". Citarei três exemplos. Um deles é o exagerado número de municípios subtraídos ao processo político normal, a título de "áreas de segurança". Outro, é a excessiva dimensão da faixa de fronteira, a qual, em seu conjunto, equivaleria a vários países europeus, criando desnecessário constrangimento aos direitos fundiários dos Estados e ao adensamento agroindustrial. Um terceiro, são as inovações introduzidas em 1969 (admitidamente sob o impacto de surtos terroristas), na Lei de Segurança de 1967, ampliando-se, além do indispensável, a área de arbítrio na caracterização dos crimes contra a segurança.

A sacralização do profano pela imantação obsessiva da segurança é um obstáculo ao tratamento racional dos problemas. Vários setores econômicos têm sido periodicamente, sob esse pretexto, subtraídos ao campo de análise, entrando no reino da **Paranálise**, isto é, a "paralisia da análise". Instaura-se aí: "ideocracia", que Raymond Aron definiu como "o despotismo de um preconceito ideológico".

A doença da **Paranálise** atacou vários setores. Primeiro, o petróleo, de que já falei. Depois, a energia nuclear. Agora, a informática, eletrônica e fibras ópticas. Gradualmente, as autoridades incumbidas do planejamento estratégico, presumivelmente empenhadas na longa visão e projeção dos objetivos nacionais, passaram a se embrenhar em míodos exercícios normativos e executivos. Este Senado talvez não saiba que a importação de qualquer medidor de vazão, de máquinas de calcular, de máquinas de escrever para contabilidade, de caixas registradoras, de máquinas de emitir bilhetes, assim como quaisquer aparelhos médicos, "desde que eletrônicos", está sujeita à prévia e expressa manifestação de uma secretária do Conselho de Segurança Nacional! (Comunicado nº 41 da CACEX). Idêntica burocratização foi aplicada aos componentes informáticos da indústria de telecomunicações (hoje aliás nacionalizada), criando-se ademais uma discriminação esdrúxula e inconstitucional entre "empresas nacionais" e "empresas genuinamente nacionais", aquelas filhas legítimas, e estas bastardas, de nossa ordenação econômica. Não é óbvio para o cidadão comum porque tais assuntos exorbitam da esfera do Ministério da Indústria e do Comércio e da CACEX, assim como do Ministério das Comunicações, que são os órgãos legalmente habilitados.

Não só o locus **decisionis** foi mudado sem amparo legal, como há reparos a fazer no tocante:

— À Técnica de proteção; e

A hierarquia de leis.

Todos os países industrializados estimulam, e protegem, de algum modo, sua informática, visando a assegurar atualização tecnológica. Tipicamente, como nos ensinam os japoneses, a evolução tecnológica obedece a uma lei de três estágios: — tecnologia **imitadora**, depois **adaptadora** e finalmente **criadora**. Criam-se primeiro os técnicos e, depois, a técnica. Usam-se mecanismos protecionistas, às vezes para queimar etapas, ou mais geralmente, para sustentar a indústria nascente durante seu período de aprendizado. Mas os economistas, de variadas escolas, concordam em que a **reserva de mercado** não é — comparativamente às alternativas de taxas cambiais realistas, tarifas adequadas e incentivos creditícios e fiscais para pesquisa e desenvolvimento — a melhor forma de proteção, pois se corre o risco de criar oligopólios, senão mesmo cartórios industriais. **Reserva de Competência** é o que deve existir, em lugar de **Reserva de Mercado**, con-

forme recomenda um de nossos mais destacados líderes industriais, o empresário Antonio Ermírio de Moraes. Ninguém deseja que nossa nascente indústria se exponha a um "vendaval de competição". Mas é convincente manter-se pelos menos uma "brisa de competição", a fim de que os consumidores e usuários possam aferir o grau de avanço tecnológico do produto, conheçam os preços de nossos competidores no comércio internacional, e para que a sociedade possa medir os custos reais da proteção, que se quer limitada no tempo e não ofensiva à competitividade dos usuários.

Meu terceiro reparo diz com a "hierarquia de leis". Por decretos, atos normativos, portarias e resoluções — pois nossa tecnocracia passou de "revolucionária" a "revolucionária", como se diz na ONU — têm sido ditadas normas de composição do capital das empresas, vedações de produção, ou restrições à livre associação empresarial, mesmo quando o objetivo é simplesmente exportar. Esta última atitude é patentemente absurda num País que necessita dramaticamente de exportações e de sorte de divisas.

Nunca é de mais lembrar, e relembrar, que o "direito de fazer e não fazer", assim como o direito de "livre associação", são "garantidos" pela Constituição vigente, que assim reza:

"Art. 153. § 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei..."

§ 8º É assegurada a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser dissolvida senão em virtude de decisão judicial".

Mas se violações da Constituição forem consideradas apenas "pecado venial", resta lembrar que estaríamos também ferindo um dos mais basilares princípios do direito romano:

"Restrictio quae non est in lege, non praesumitur"

A restrição deve ser expressa; não presumida.

Se for sentida, pelo governo, uma urgência existencial de intervir no domínio econômico privado, que se submetam ao Congresso Nacional os competentes projetos de lei. Assim poderão ser administrados os conflitos que surjam entre produtores, interessados no nível da produção, usuários, interessados na produtividade e custos, membros da comunidade científica, que julgarão do nível factível de desenvolvimento tecnológico, e as Forças Armadas, que são importantes usuários. Todos devem ser ouvidos, para evitar decisões irrealistas, como ocorreu no programa nuclear. Se quisermos ser uma Democracia, precisamos primeiro ser uma *nomocracia*! A pior forma de promover a Segurança do País é criar a insegurança dos cidadãos e das empresas, pelo desrespeito às leis...

Confesso, a propósito, que sempre duvidei da sabedoria da ampliação arbitrária do conceito de "segurança nacional" no domínio da economia competitiva. Quando isso ocorre, surge inconscientemente a consideração impatriótica e atitude dos que defendem soluções alternativas. E uma espécie de *maniqueísmo profano*. Assim, quem questiona a dimensão do programa nuclear é "homem de esquerda", quem receta que a atividade regulatória do governo na eletrônica e informática resulte em atraso tecnológico, é "vendido às multinacionais"; quem ousava não considerar a PETROBRÁS "intocável", era acobimado de "entreguista" aos trustes do petróleo (agora felizmente ultrapassados pelos sheiks, com a agravante de não se saber o que e a quem entregar, já que nosso petróleo é caro e raro...).

Deus é injusto. Deus é muito injusto, dizia o Chanceler Adenauer, pois impôs sérios limites à inteligência humana e nenhum à estultice humana.

O que se espera do Conselho de Segurança é que municie o Presidente da República e os Ministros de Estado com dados de planejamento estratégico; com a visão de cenários alternativos da evolução brasileira até o ano

2000, e além; com análises atualizadas dos pungentes débitos sociais criados pela explosão demográfica e pela massificação urbana; com avaliações das prováveis e cambiantes opções energéticas vistas pelo ângulo de segurança; com os reflexos psicossociais da "estagnação"; com apreciações do quadro geopolítico da América Latina e do Mundo; com análises das probabilidades de estabilização ou desestabilização de governos em nossa área de interesses.

Mundialmente, os órgãos de segurança sofrem, mesmo nas mais sólidas democracias, de uma tendência de *exorbitação funcional*. E são por isso sujeitos a algum tipo de supervisão legislativa, sem o que se tornam irrecogníveis mesmo aos olhos de seus próprios criadores.

Resta-nos, nobres Senadores, esperar que os organismos econômicos, assim como os de segurança, voltem às suas funções basilares. E que, extinta a sacralização do profano, dê-se a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!

Repito, enfaticamente, que faço apenas uma análise *atitudinal* e *institucional*, sem qualquer vislumbre de personalismo. Até porque muitos dos membros das instituições que citei são amigos que prezo e respeito, como devotados patriotas. Aliás, em minha vida pública, absorvi muito mais a tecnologia de "bode expiatório" do que a de "promotor de acusação". Alguns dos nobres Senadores talvez se lembrem das homéricas varrinas com que, quando coordenador da política econômica do Governo Castello Branco, me agradeceram três dos maiores atores da televisão política brasileira — os Governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto...

Nunca me esqueci da sátira elegante de Lacerda, segundo quem a política econômica do Governo Castello Branco conseguira a perfeição, pois "matava, imparcialmente, os pobres de fome, e os ricos de raiva"... Adquirimos ambos — Santo Octávio de Bulhões e este pecador que vos fala — o "couro de elefante", a que aludia o Chanceler Adenauer. Na luta ante-inflacionária, Bulhões manteve o pulso firme dos que conhecem a proeza; eu, o coração frio dos que não esperam ser amados...

A NOVA DEMONOLOGIA

Dois traços são característicos da *psique* dos países em desenvolvimento: *ambivalência* e *escapismo*. Típico da ambivalência é querermos investimentos estrangeiros sem investidores estrangeiros. E querermos acelerar o desenvolvimento tecnológico e insistirmos às vezes em redescobrir, orgulhosamente, a roda. Típico do escapismo é buscar desculpas externas para evitar reformas internas. É o complexo de transferência de culpa que nos leva a uma superprodução de demônios explicativos e bodes expiatórios.

No nosso caso, os demônios têm variado no tempo e no espaço. Em meus dias de jovem — é cômico recordar — os demônios explicativos de nossa pobreza eram os trustes do petróleo, a LIGTH, a remessa de lucros e a exploração do comércio internacional por parte dos países ricos, para não falar no ridículo episódio do tório e areias monazíticas... Mas os Trustes foram substituídos pelos Sheiks. A LIGTH tornou-se uma pachorrenta empresa estatal. A remessa de lucros pelos capitais de risco — em média 3% anuais sobre o capital investido — provou-se muito mais barata do que a remessa de juros sobre os capitais de empréstimo, capital de aluguel, que merecem, misteriosamente, nossa preferência. E os responsáveis pela grande *espoliação do comércio internacional* — os dois choques do petróleo — não foram os países industrializados e sim os nossos "cupinchas" do terceiro mundo...

O demônio hoje na moda são as empresas multinacionais (ah! Esquecia-me — há um *demônio de reserva*, o FMI). Pouco importa que o estado mais espoliado pelas multinacionais seja também o mais rico e menos dependente — São Paulo. E que o Piauí, e meu próprio Estado, Mato Grosso, por elas intocado, seja pobre e dependente. Esse contraste entre os Estados me fez lembrar o que dizia, com a notória insuspeição dos marxistas, a

Professora Joan Robinson, da Universidade de Cambridge: — "só há uma coisa pior de que ser explorado; é não sê-lo"...

Curiosamente, os sindicatos trabalhistas norte-americanos têm percepção mais matizada: acusam suas multinacionais de beneficiar outros países, pela exportação de capitais e empregos! Se, subitamente, as multinacionais nos desertassem — o que não é impossível se a inflação, a crise cambial e a inconsistência das regras do jogo passarem a ser nosso estilo de vida — não curaríamos tristezas antigas e criaríamos angústias novas. Apenas, nossos ideocratas teriam que usar sua imaginação criadora para fabricar novos bodes expiatórios. Aliás, poderia ajudá-los na fabricação de demônios, pois tenho três demônios favoritos: — explosão demográfica, a explosão inflacionária e o gigantismo estatal. Esses, os demônios que insisto em denunciar; esses, os demônios que quero exorcisar.

Nossos patrulheiros ideológicos não mais precisam temer uma invasão noturna de multinacionais. A estimativa do Banco Central de um ingresso este ano de 1,5 bilhão de dólares não é uma estimativa; é uma aspiração. E que ninguém goste de pôr dinheiro bom em cima do mau...

Os países em desenvolvimento não são mais — se é que jamais o foram — o paraíso das multinacionais. Os Estados Unidos se tornaram o magneto para investidores europeus e japoneses. Precisamente porque têm duas coisas que nos faltam — moeda forte e regras de jogo estáveis. Os norte-americanos aprenderam que, melhor do que brigar com a eficiência dos competidores japoneses, é deixá-los produzir na Califórnia, criando empregos e trazendo novas técnicas gerenciais. Na competição comercial, como na política de Mato Grosso, vale o brocardo de um chefe político de Várzea Grande: — "a mão que não pode ser cortada, deve ser beijada"...

Temer esse tigre de papel, as multinacionais, é um complexo de *banana republic*. O Governo controla todos os insumos básicos — petróleo, eletricidade, telecomunicações, transporte ferroviário, crédito e importações. Três tecnocratas mancomunados — um controlando preços no CIP, outro controlando crédito no Banco Central, e um terceiro controlando a CACEX — poderiam levar qualquer das grandes empresas a um estado agônico em poucas semanas.

Como mentor de boa parte dos jovens tecnocratas, e co-autor, com o Professor Octávio Bulhões, da reestruturação econômica e fiscal do País, poderia até dar-lhes assistência técnica nessa operação *malfeita* — o genocídio das multinacionais — se me convencerem de que isso enriqueceria o País, traria justiça social, produziria mais empregos e solucionaria nosso impasse cambial. *Quod erat demonstrandum*...

E o que dizer do FMI, o demônio de reserva? Esse hospital financeiro, do qual somos cotistas e fundadores, estava, como Inês de Castro, "posto em sossego", até que fomos bater à sua porta, quase em vésperas de Natal. Não queríamos ir ao FMI, nem ele insistia em vir a nós. Nossos bancos crejores é que entenderam que precisávamos de um programa racional de austeridade, para vivermos dentro de nossos meios, pois desconheciam o tamanho da "mesada" de que necessitávamos, e por quantos anos ainda teriam que desembolsá-la. Não exigiam mais que isso: — um programa racional de cura da inflação e contenção de gastos, preparado por nós mesmos e discutido com o FMI, e por este periodicamente auditado, já que temos uma sólida tradição de cumprimento das metas financeiras, sob os mais díspares governos — conservadores, populistas ou militares.

Itália, França e Inglaterra já recorreram ao FMI sem se considerarem feridos em sua soberania. Nós já o fizemos onze vezes, e retivemos nossa independência, até mesmo para repetir a imprudência.

Os temas válidos em nosso relacionamento com o FMI são bem diferentes. Um deles é insistirmos em que os programas antinflacionários levem em conta o "limite de tolerância política" (que varia de país para país), pois

que o pior meio de estabilizar a moeda é desestabilizar o Governo. A Alemanha considera intolerável uma inflação de 6% ao ano, e resigna-se a ter desempregada 10% de sua mão-de-obra. O Brasil é o contrário. A sociedade é incrivelmente tolerante face à inflação e, por causa da pressão demeritica e da inadequação do seguro social, extremamente alérgica a remédios austeros. O problema consiste em extrair da sociedade o máximo possível de austeridade, sem chegar ao ponto de ruptura social.

Não há peças mais difíceis de engenharia social do que a decompressão política após um período autoritário, e a desinflação após um período inflacionário. No primeiro caso, já atravessamos a zona de turbulência, porque houve determinação. No segundo, indecisos, perdemos tempo à procura de suaves rotas in-existentes.

Lembro-me que, quando convidado, há poucos anos pelo Presidente McNamara, do Banco Mundial, e pelo Diretor Witteveen, do FMI, para fazer parte de uma Comissão Internacional para reestruturação dos salários e do funcionalismo dessas organizações, segrei que as missões do FMI sempre incluíam um sociólogo ou um politólogo exclusivamente para estudar, à luz de análises histórico-institucional, o "limite da tolerância social" dos países clientes. A idéia não foi aceita, porque os economistas pretendem a considerar seus colegas da área social mais "artistas" que "cientistas", pela menor possibilidade de matematização dos teoremas. Mas o que se tornou convicção, permaneceu como apreensão...

Outro tema legítimo é a aspiração de que os programas antiinflacionários admitam um mínimo de crescimento, pelos motivos acima expostos. Não exergo divergência de objetivos, conquanto possa haver diferença de métodos. O FMI prefere que qualquer margem possível de crescimento ocorra através da expansão do setor privado, e não da ingurgitação do setor público. Simplesmente porque aquele é mais diretamente ligado ao esforço produtivo e mais flexível na resposta à conjuntura. Todos nós sabemos que o Governo tem capacidade de criar empregos, porém não necessariamente de criar trabalho...

Nossa atual insolvência, conquanto por ela acelerada, não é imputável apenas à conjuntura internacional adversa nem, muito menos ao chamado "modelo econômico" de 1964. Não é uma tristeza antiga. Pois já falávamos de moratória em 1831, quando não existiam nem multinacionais nem crise de petróleo. E desde então tivemos nada menos que cinco moratórias declaradas e várias não declaradas. Nem são elas privativas de governos elitistas ou militares, porque ocorreram com extraordinária rapidez em governos populistas. E uma "Novela Exemplar", como diria Cervantes... Vargas detém o campeonato, pois suspendeu pagamentos externos nada menos que quatro vezes ao longo de suas várias encarnações, que compõem um museu weberiano de configurações de poder: — O Poder Revolucionário, o Carismático, o Ditatorial e o Constitucional.

O populismo de João Goulart não quis ficar atrás. Dois anos após o reescalonamento de dívidas sob Jânio Quadros — que recebeu a herança de endividamento do Governo Kubitschek — estávamos novamente pedindo uma acomodação ao FMI e ao Tesouro Americano.

Coubo-me pessoalmente a tarefa pouco apetitosa de negociar nada menos que três composições de dívida, em 1961, 1963 e 1964. Em 1961, sob Jânio Quadros, cuidei do reescalonamento na Europa, enquanto o Embaixador Moreira Salles fazia o mesmo nos Estados Unidos. Em 1963, sob João Goulart, auxiliando o saudoso San Tiago Dantas, então Ministro da Fazenda. Em 1964, no Governo Castello Branco, quando Santo Oclávio Bulhões e eu próprio recebemos pesada herança de endividamento do governo anterior, cuja retórica de independência mascarava uma humilhante dependência externa... Esperei, oh, sonho insano, que essa fosse nossa última humilhação!

É tempo de refugarmos o infantil escapismo de atribuir nossa insolvência ora ao Elitismo da República Ve-

lha, ora ao Populismo de Vargas ou Goulart, ora ao Desenvolvimentismo de Kubitschek, sempre à Espoilação infligida por forças externas tudo com retórica inflamada, característica daqueles que, como dizia Gilberto Amado, "Nos dardejamos o olhar terno dos que se despedem da razão!"

A verdade é que na raiz de tudo está nossa crônica e "Mui Tupiniquim" inflação. Um país inflacionário é, por definição, um país que vive acima de seus meios. O Brasil é um País reincidente na insolvência porque é um país cronicamente inflacionário. O resto é arroubo de palanque...

A GAVETA DOS SONHOS

Há quatro inquilinos contumazes em nossa gaveta de sonhos:

- A ilusão da ilha da prosperidade
- A cura indolor da inflação
- A ilusão transpositiva
- A ilusão distributiva

Em 1974, após o primeiro choque do petróleo, e depois em 1980, após o segundo choque, entretivemos a ilusão de que poderíamos ser uma "ilha de prosperidade" num mar de recessão. Dessa miragem nasceu o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. Enquanto outros países faziam doloroso ajustamento, nós preferimos recorrer ao financiamento. "Financiamento em vez de ajustamento" — Eis o nosso lema. Por ter sido postergado, o ajustamento tem agora que ser amargurado. O "Setembro Negro" de 1982 marcou o fim da era de financiamento e o começo da era do ajustamento.

O segundo sonho é o combate indolor à inflação. Ou seja, a teoria do "Constante Que". É imperativo combatermos a inflação, Constante Que isso não prejudique o crescimento; Constante Que não haja desemprego; Constante Que melhore a distribuição de renda. Em suma, operação de câncer sem trauma operatório.

As razões por que isso é impossível são tão fáceis de entender como difíceis de aceitar. É que a inflação distorce os preços relativos e deforma a estrutura produtiva. Os setores primeiramente beneficiados pela expansão monetária, aquilo que os antigos gregos chamavam a pretéxia numismática, esses setores se hipertrofiaram. Cria-se uma demanda especulativa que se superpõe à demanda normal de reposição e crescimento. Mas a expansão monetária não pode ser indefinida, sob pena de hiperinflação. Quando a expansão monetária cessa ou regride, esses setores entram em crise. Em teoria, os fatores de produção por eles liberados poderiam transferir-se para setores deprimidos pela inflação, que voltam a ter oportunidades de crescimento. Na prática, existe uma grande viscosidade no mercado de trabalho. Coexistem, hoje, recessão metalúrgica em São Paulo e expansão da fronteira agrícola no norte de Mato Grosso. Mas não se pode esperar que um torneiro da Volkswagen subitamente se torne um seringueiro em Aripuanã. Essa defasagem na reabsorção de fatores é que os economistas chamam de "crise de estabilização", necessária para "reverter expectativas" e corrigir deformações na estrutura produtiva. Para os economistas, isso é uma inevitabilidade técnica; para os políticos, um pesadelo; para todos, um drama humano!

O problema do Brasil é complicado por não termos apenas um desemprego conjuntural e sim estrutural. Nosso desemprego não é keynesiano. É marxiano. No desemprego keynesiano há excesso de poupança em relação às oportunidades de investimento. No marxiano, há escassez de capital para ocupar toda a mão-de-obra. O desemprego é estrutural, mais que cíclico. As receitas keynesianas — expansão monetária e investimentos públicos — são inaplicáveis como cura do desemprego marxiano. É duvidoso mesmo que se apliquem à situação atual dos países industrializados, que não sofrem da opressão convencional senão que de uma moléstia nova — a estagflação — desconhecida no universo keynesiano.

O Brasil atual tipifica um caso de desemprego marxiano, o qual, para citar o Professor Marx Blaug:

"Resulta do crescimento excessivo da população ou de níveis de renda demasiado baixos para um adequado fluxo de poupanças, tudo isso combinado com uma tecnologia primitiva e rígida. Poupança insuficiente, e não insuficiência de demanda efetiva, impede o crescimento do produto; por esse motivo, o investimento público baseado em política monetária expansionista, eficaz na cura do desemprego keynesiano, apenas produzirá mais inflação sem levar ao pleno emprego. Os sintomas são os mesmos em ambos os casos, mas a cura exige remédios diferentes, pois a natureza da doença é diferente.

Se a correção do nosso desemprego "estrutural" será exasperantemente lenta, que fazer em relação às componentes "conjunturais"?

Temos vacilado na luta contra a inflação com receio do desemprego conjuntural. Mas isso é confundir o efeito com a causa. A bomba de cobalto tem efeitos colaterais desagradáveis, mas não é a causa do câncer. O principal causador do desemprego é a própria inflação. Acima de certo limite, ela estíola os investimentos privados, pela explosão de custos. Depois cessam os investimentos estrangeiros, amedrontados pela crise cambial. Finalmente, definham os investimentos públicos, que não podem resistir à explosão dos orçamentos. Tanto a inflação como a desinflação têm custos sociais; mas num caso esse custo é permanente, e noutro, temporário. Receio que se vacilarmos no combate à inflação, acabaremos garantindo-nos o pior dos dois mundos: — a perpetuação da inflação e do desemprego, simultaneamente. Há três anos vimos pagando o custo social da recessão, sem o benefício social da desinflação.

Ouçó agora vozes que desejam, reincidentemente, combater a inflação pelo crescimento. Isso, como dizia o humorista inglês Muggeridge, referindo-se ao segundo casamento, é o "triunfo da esperança sobre a experiência". Se essa fórmula existisse, teríamos que denunciar, perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, o Presidente Reagan e Madame Thatcher, como sádicos e depravados, que impuseram a seus povos o inútil sacrifício da recessão, quando o Brasil já tinha achado a pedra filosofal: "desinchar e crescer".

A verdade é bem outra. Já tentamos essa fórmula em 1963 e 1980 e tivemos apenas mais inflação e mais desemprego. O que há é uma rudimentar confusão entre aumento de produtividade, que realmente auxilia no combate à inflação, e aumento de produção, que exige pagamentos, hoje, aos fatores de produção, que só amanhã se converterão em produto. Antes de crescer a produção, cresce a demanda, numa defasagem fatídica.

Mas, dir-se-á, nossa experiência de 1980 foi um perverso exercício capitalista. Entretanto, o socialista Mitterrand fez experiência semelhante na mesma época. No seu recitatório não faltou sequer a nacionalização dos bancos privados, idéia de que tomente alguns querem imitar no Brasil.

Os resultados da experiência socialista de Mitterrand são conhecidos. Nem a inflação nem o desemprego foram contidos, o franco se desvalorizou três vezes e agora se implantou um programa de austeridade que é "para ninguém botar defeito".

Como as nações não aprendem pela experiência e sim pela fadiga, continuaremos a buscar soluções mágicas na gaveta dos sonhos. Não é proibido iludir o povo. É apenas cruel...

O terceiro inquilino da gaveta dos sonhos é a ilusão transpositiva. Consiste na esperança de que, pela subvenção a certos preços críticos, se consiga, de um lado, proteger o consumidor, e, de outro, conter a onda inflacionária. Nossa experiência a respeito é um rosário de derrotas...

O punctum dolens é a indisponibilidade de milagres. Alguém paga o subsídio. Se a despesa se contém num orçamento fiscal equilibrado, inexistirá impacto inflacionário.

nário, conquanto possam ocorrer distorções na estrutura produtiva ou encorajar-se demasiado o consumo ou a importação (como no caso do petróleo e do trigo). Se o subsídio é financiado pela dívida pública, pressiona-se a taxa de juros e as empresas buscam prontamente repassar os custos financeiros ao usuário ou consumidor. Se o financiamento se faz pela emissão de papel moeda, o impacto sobre os demais preços é imediato. Perde-se pela inflação o que se ganha pela subvenção. Está beneficiada alguns que não precisavam, e aquela pune muitos que não mereciam...

O quarto inquilino da gaveta dos sonhos é a **ilusão distributiva**. Muitos no Governo e no Congresso pensam que podem aumentar os salários reais por "ukase" executivo ou decreto legislativo. Infelizmente, o que podemos manipular são apenas os **salários nominais**. O mercado continuará indiferente aos nossos discursos e rebelde às nossas leis...

A QUESTÃO SALARIAL

Consideremos a lei salarial de 1979, que agora se pretende reformar. As intenções foram excelentes. Os resultados medíocres, senão negativos. Tomemos a "semestralidade". O intervalo do ajustamento caiu pela metade mais a inflação dobrou, sem nenhuma melhoria real para o trabalhador. E com aumento do desemprego, particularmente nas pequenas e médias empresas, é que o fluxo de vendas e receitas não obedece necessariamente ao cronograma semestral. Se há sazonalidade nas vendas, a empresa só terá três soluções: despedir gente, declarar insolvência, ou ainda buscar capital de giro, a juros ruinosos, no mercado bancário, o que significa apenas adiar o defeito. As grandes empresas resistem a essa dessincronização entre o mercado e a lei. As pequenas perecem.

A lei salarial de 1966 era mais realista. O reajuste de salários era anual, mas os sindicatos reclamavam, e as firmas concediam "abonos provisórios", sempre que podiam fazê-lo sem ruína financeira ou dispensa de pessoal.

Consideremos o objetivo da **redistribuição de renda**. Ninguém questiona a urgência social do problema. Para um País que já atingiu nosso nível de renda, a persistência de bolsões de pobreza absoluta não é apenas uma tristeza. É também uma indignidade. Se as sociedades demasiado iguais perdem criatividade, as demasiado desiguais adquirem explosividade. Não existe disputa sobre o objetivo. Discute-se apenas o método.

A lei salarial de 1979 teve efeitos peculiares que ainda não foram bem analisados. Melhorou realmente a renda real do estrato inferior, de 1 a 3 salários mínimos. Mas apenas para os que ficaram empregados, pois muitos foram "desempregados" e outros se tornaram "inempregáveis". No estrato superior, onde se situam os empregados "vitais" para a empresa, mudou apenas a forma de pagamento: o aumento de salários foi suplementado por benefícios colaterais, menos visíveis nos estratos intermediários, de produtividade também intermediária e de mão-de-obra um pouco mais oferecida, aumentou o rodízio, com queda de níveis salariais.

Globalmente, o resultado parece ter sido, em relação à população economicamente ativa, uma melhoria de renda para uma proporção decrescente de empregados, à custa de uma proporção crescente de desempregados.

Isso me leva a crer que num país dualista — com um vasto "exército de reserva" de mão-de-obra — a redistribuição de renda por via salarial não é a mais eficaz. A legislação de 1965 se baseava em filosofia diferente: a redistribuição de renda deveria ser feita mediante benefícios indiretos, isto é, através do aumento do salário social resultante de investimentos sociais — habitação, educação, saúde e assistência social.

A distribuição de renda por via indireta tem as seguintes vantagens:

— não exacerba a remarcação de preços pelo empresário, pois que os benefícios indiretos financiados por via fiscal não são percebidos como custo direto de produção;

— não discrimina contra os sindicatos de menor agressividade política e reivindicatória; e

— não exacerba o desemprego resultante da tentativa de se aumentar o salário real em descompasso com a produtividade real da economia.

A rebelia da economia de mercado é sem dúvida amofinante para o legislador. Quando se legislam salários acima da produtividade, os empresários podem:

— reduzir seus lucros, o que, após certo limite, leva à redução do investimento de hoje e, portanto, do emprego de amanhã;

— remarcar preços, o que, se o mercado aceita, anulará o ganho real do assalariado;

— despedir trabalhadores e cancelar novas contratações, com o resultado que o aumento de renda real de alguns significará perda de renda real de muitos.

Consideremos agora a questão que hoje ressurge: a **estabilidade**. Quando em 1965 propus ao Presidente Castello Branco a substituição da "estabilidade" pelo FGTS, análise estatísticas de São Paulo que demonstravam que apenas 3% do operariado transpunham o limiar da estabilidade. Tratava-se de uma "conquista ilusória" de nossa legislação trabalhista: o operário ficava escravizado à firma, angustiando-se na espera de um benefício que nunca chegava. O patrão, para manter seus custos flexíveis, despedia antes dos 10 anos mesmo aqueles trabalhadores que gostaria de conservar, pelo treinamento já adquirido.

Receio que qualquer tentativa de restaurarmos o estatuto da estabilidade — mesmo na forma alemã mais moderada — e a Alemanha é diferente do Brasil, pois a mão-de-obra é mais treinada e os imigrantes podem ser devolvidos aos países de origem — seja um desincentivo ao emprego e um estímulo perverso à mecanização e, eventualmente, à robotização. É que numa economia de mercado é difícil para as empresas admitirem a estabilidade de emprego, se não tiverem estabilidade de receita ou venda, coisa que ninguém pode garantir. O pior meio de estabilizar o emprego é desestabilizar a empresa...

Essa, a lógica da economia de mercado. Mas as alternativas são piores. Nas economias marxistas, o desemprego é invisível, porque os não empregados na indústria e no comércio engrossam as fileiras da burocracia, do exército ou da polícia secreta, sem desprezar o potencial de absorção dos campos de concentração. Desempregados mesmo, só os intelectuais dissidentes... Certamente, não se trata de estilo de vida que queiramos imitar. Alis, quem gosta do marxismo não são os habitantes dos países marxistas. Estes arriscam a vida para fugir. Quem gosta do sistema, além do Clube dos Apóstolos de Oxford e os filósofos franceses, anteriormente à *Nouvelle Vague*, são mesmo os intelectuais latino-americanos...

O caminho realista para se minorar a crise do desemprego não é criar constrangimentos e inflexibilidade de custos para as empresas. É diminuir subsídios ao capital e tornar mais atrante, e menos onerosa, a contratação da mão-de-obra.

Estou apresentando a este Senado um conjunto de projetos de lei que me parecem contribuições factíveis e realistas para aliviar o drama humano do desemprego. Duas dessas medidas visam a evitar o desemprego, duas a melhorar o auxílio-desemprego e duas a facilitar a criação de empregos.

— A primeira cria a disponibilidade reenumerada nas empresas privadas, como alternativa à dispensa.

— A segunda institucionaliza a redução de horários e, em consequência, dos custos salariais, quando necessário para evitar dispensa de pessoal.

— A terceira autoriza a delegação de atividades da Previdência Social a empresas privadas, antecipando o seguro-desemprego.

— A quarta reforça o Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD), criado em 1965 pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965.

— A quinta cria contratos de trabalho, simplificados e menos onerosos, para facilitar novos empregos.

— Finalmente, a sexta favorece as aposentadorias, dando oportunidade à renovação de quadros das empresas.

Espero ainda coordenar-me com o Ministro Hélio Beltrão para apresentação de um projeto de lei complementar sobre mini-empresas, com o objetivo de estimular a implantação de empresas familiares, totalmente isentas de exigências contábeis, encargos sociais ou ônus fiscais de qualquer espécie. Merece também reexame uma proposta antiga, e complexa, de se deslocar a incidência dos encargos sociais, da folha de pagamento para o faturamento das empresas, de modo a não estimular a automação prematura e manter competitividade nas indústrias intensivas de mão-de-obra.

Estou apresentando, outrossim, projeto de lei sobre a distribuição eventual e voluntária de lucros a empregados, hoje desencorajada pelo receio da "habitualidade" e por encargos previdenciários e fiscais.

A esta altura dos acontecimentos, acredito que o regime salarial menos conducente à geração do desemprego seria o de livre negociação entre as partes. Os sindicatos defenderiam suas aspirações e os empresários mediriam suas possibilidades, o que é consoante com a nova liberdade da abertura democrática. Após um período de alguma turbulência, caminharíamos para uma acomodação mais realista, convencendo-se os empresários de que devem praticar austeridade pessoal, para investir na empresa e nos trabalhadores, de que pior que um salário insatisfatório é o salário-zero do desemprego. A livre negociação salarial é consoante com as novas liberdades democráticas. As diversas fórmulas salariais dos diversos decretos refletem as percepções — de variável grau de realismo ou irrealismo — dos tecnocratas e políticos; a livre negociação revela as realidades do mercado.

Visando a pôr fim ao **paternalismo estatal** e ao **intervencionismo perturbador**, estou apresentando, como alternativa ao Decreto-lei nº 2.024, um projeto instituído a livre negociação para todos os níveis, exceto o salário mínimo. Este continuaria a ser fixado conforme a legislação vigente, com o propósito de proteger os trabalhadores não qualificados, de menor poder de barganha. Desde que não esqueçamos que, se esse nível for mal calculado, seria dificultada a absorção de desempregados. Algumas medidas aparentemente humanitárias podem ser cruéis. Há algozes vestidos de sacristãos! É esse o caso da equalização dos salários mínimos regionais. Seu efeito seria aumentar o desemprego nas regiões mais pobres, cujo único atrativo para os investidores é precisamente a mão-de-obra mais barata.

A recente proposta do Governo — o Decreto-lei nº 2.012 — assim como o texto resultante do acordo entre o PDS e o PTB — Decreto-lei nº 2.024 — se bem busquem reduzir os custos salariais, ainda contém elementos de irrealismo e inflexibilidade. Um deles é a "compulsoriedade da semestralidade", que as pequenas e médias empresas só podem cumprir se seu fluxo de vendas obedece a esse cronograma; e que muitas entidades estatais só podem cumprir cortando investimentos e agravando, portanto, o desemprego. Outro, é o reajustamento segundo o salário-pico, ao invés do salário real médio, que foi aquilo que a economia realmente pôde dar e que, se excedido, simplesmente apressará a dramática erosão dos salários nominais. E, numa conjuntura adversa, de baixa produtividade, a redução compulsória do horário de trabalho, imposta pelo Governo e não decidida pelo próprio empresário como alternativa à dispensa de pessoal, constituirá um incentivo perverso à automação, a fim de reduzir custos unitários. Às vezes os bons samaritanos, que pensam as feridas, se dispensam de bem pensar os remédios...

Essas coisas são desagradáveis de pensar, difíceis de dizer e certamente impopulares politicamente. Mas como não sou candidato a Ministério, nem à Presidência da República — cargo para o qual existem numerosos candidatos — posso dar-me ao luxo de dizer a verdade nua e crua. Preferivelmente nua, pois me considero mais um esteta que um cambal... (Risos.)

Passemos à PANACEIA JURISDICISTA.

Surprende-me a soteriologia dos que vêm numa nova Constituição, ou numa nova Constituinte, virtudes

balsâmicas! Considero ambas as coisas úteis exercícios de ateísmo democrático, porém não fórmulas de salvação. A reforma das instituições não garante a reforma dos homens e os homens podem arruinar as instituições. Donde o humanograma governamental ser mais importante que o organograma institucional.

Consideremos a proposta de uma nova Constituição, inteiramente nova, o problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre foi cumpri-las, já demonstramos à sociedade, ao longo de nossa História, suficiente talento jurisdicista — pois que produzimos sete constituições, três outorgadas e quatro votadas — e suficiente indisciplina para descumpri-las rigorosamente todas!

Nossa criatividade jurisdicista supera de longe a das grandes democracias anglo-saxônicas. Os ingleses não tiveram talento para fazer sequer uma constituição escrita, enquanto os norte-americanos mantêm a mesma há quase dois séculos, apenas aqui e acolá remendada. Poderíamos fabricar constituições elegantes, mas em geral fazêmo-las enxutas, casuísticas e até mesmo mercadológicas. Ao que saiba, tivemos, graças a propostas dos constituintes de 1967, a única constituição mercadológica do mundo, pois individualiza duas mercadorias — o papel de imprensa e o petróleo. Se nossa Carta Magna durasse dois séculos, como a norte-americana, gravada em azeite de oliva, seria como se a Constituição de Filadélfia houvesse sido em 1787 o monopólio da lenha e, as constituições européias do século XIX, o do carvão.

Por essas e outras — embora reconhecendo que o atual diploma é uma colcha de retalhos — prefiro à feitura de uma nova Carta Magna, à via humilde de votar neste Congresso emendas concretas e adequadas, voltando-se tanto quanto possível aos lineamentos originais da Constituição de 1967, que me parece a mais realista de todas para um país em desenvolvimento. Ao abandonar o modelo americano de balanço de poder, ela admite, como é a tendência das constituições modernas, um Executivo forte, com poder de iniciativa para planejamento e coordenação moderado por um Poder Legislativo revisor e fiscalizador e, por um Judiciário com suficiente autonomia para interpretar as leis e dispensar justiça, ainda que lenta.

Nem esperemos que as Constituintes encerrem uma promessa "soteriológica". Tivemos cinco constituintes, das quais uma dissolvida pelo Imperador. Não foram clubes de filósofos de Platão nem Assembléias de Pentecostes... As Constituintes parecem despertar um fanatismo por utopias, com mais ênfase sobre direitos inatingíveis do que sobre deveres imprescindíveis!

Seja-me permitido agora tomar posição sobre um tema candente, desta hora espessa. Diz o ditado que é perigoso profetizar, especialmente sobre o futuro. Mas ousou fazer uma profecia melancólica. Se a Constituição fosse alterada para permitir a reeleição do Presidente, Governadores e Prefeitos, estaríamos destruindo nossa única vacina imunológica contra o "Continuismo". Todos os mandatários se considerariam diminuídos e injustiçados se não fossem reconduzidos. O primeiro mandato passaria a ser um noviciado e não uma missão. A rotina da eleição viraria "a crise de sucessão". E o rodízio democrático prevaleceria e certo, tão importante para renovar lideranças e conter a insidiosa corrupção do poder, seria relegado aos porões da história como o sonho fugaz de uma democracia impúber! (Muito bem! Palmas.)

Bem se houve o Presidente Figueiredo em declarar-se desinteressado na prorrogação de seu mandato, ou em sua reeleição. Estará assim seguindo o exemplo do Presidente Castello Branco — o qual declarou que o rodízio de liderança e a rejeição do culto da personalidade diferenciariam a Revolução brasileira do caudilhismo latino-americano — assim como o exemplo dos ilustres Presidentes militares que lhe antecederam.

Cómo autor dessa difícil peça de engenharia social — a descompreensão política — o Presidente João Figuei-

redo já marcou, antes de terminar seu mandato, seu lugar na história. Castello Branco fez-lo em três anos; Campos Salles, em quatro, Kubitschek, em cinco.

Entendo também que promover, e não apenas legitimar, o rodízio das lideranças é função ideológica dos Partidos Políticos. Tão importante como as duas outras funções medulares — vocalizar protestos e canalizar aspirações. A eleição presidencial deve ser um exercício de política comparativa e não de disciplina hierárquica.

Consideremos agora o debate passionai sobre as eleições diretas. São também exóticos exercícios de ateísmo democrático. Mas quem nelas vê uma garantia de redenção não leu, ou trefeu, nossa História. Em pouco mais de cinquenta anos tivemos cinco eleições presidenciais pelo voto popular direto, e duas assunções presidenciais de vice-Presidentes, também popularmente eleitos. Apenas dois dos ungidos completaram seu mandato — Dutra e Kubitschek. Dos outros cinco — Washington Luiz, Vargas em seu retorno constitucional, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart — três foram depostos, um suicidou-se, outro renunciou. Uma engenhosa extrapolação histórica indicaria a probabilidade estatística de que 70% dos sagrados pelo voto direto sejam vitimados por crises institucionais! Somente tiveram alguma estabilidade Getúlio Vargas, em seu período dislocionário e, os líderes militares, eleitos por eleições indiretas. Essa, a bárbara lição de nossa História! Suficiente, espero, para moderar o arrojo dos que sonham com soluções formais, dispensando-se de viajarem ao âmago da coisa: a explosão demográfica, explosão inflacionária, o gigantismo estatal, a epilepsia das regras do jogo econômico e político — quatro cavalheiros do Apocalipse que ameaçam a cidadela do progresso!

Eis por que preferiria testar por mais algum tempo o sistema de eleições indiretas, preferivelmente em torno de um candidato civil, ou pelo menos "civilianizado", evitando-se na medida do possível, o "plebiscito dos demagogos" que caracteriza nosso jogo eleitoral. Isso não implica desconhecer que as eleições diretas, em face da frustração econômica, podem tornar-se um imperativo psicológico; pois se uma sociedade economicamente confiante pode suportar alguma frustração política, a conjugação de frustrações pode também levar a uma ruptura institucional. E sem desconhecer também que as atuais regras do jogo tendem a privilegiar o "sistema", ainda que tenham também o propósito menos tendencioso de reforçar o poder de barganha dos estados menores. O meu termo ideal teria sido manter-se o disposto na Constituição de 1967, que previa um mínimo de 4 representantes estaduais no colégio eleitoral e, mais um delegado para cada 500 mil habitantes, combinando-se assim representação mínima com proporcionalidade eleitoral.

De tudo se conclui, nobres Senadores que se não tivermos uma visão histórica de nossa peripécia, acabaremos tendo uma visão histórica...

AS LIÇÕES DA CRISE

Consideremos agora como reduzir nosso "Índice de desconforto" — essa angustiada combinação de inflação e desemprego.

A solução de nossa crise exige mudanças atitudinais, estruturais e institucionais. Não basta o conselho que me deu um líder sul-americano: "El problema del Brasil es muy sencillo: gastar más que gastar y exportar más que importar"...

A primeira mudança atitudinal é darmos ao combate à inflação uma prioridade existencial, pois que ela deixou de ser "inflação" para ser "inflamação". Isso não é mais uma opção e sim uma condicionante de sobrevivência. Sobreviveu sua hora a "política de acomodação". Soam os sinos da "política de convicção". A sociedade precisa se convencer de que, sem conter o processo inflacionário, todos os demais objetivos sociais são inatingíveis:

— a inflação provoca o desemprego pela paralisação de investimentos;

— a inflação piora a distribuição de renda, em detrimento dos assalariados;

— a inflação provoca ou agrava o estrangulamento cambial;

— a inflação inviabiliza um crescimento econômico sustentável.

A segunda mudança atitudinal tem a ver com a necessidade de estabilidade nas regras do jogo, em dois planos.

— a política econômica não pode sofrer de alternâncias de expansionismo e contractionismo. Como disse o apóstolo Paulo na Primeira Epístola aos Coríntios:

"Se a trombeta soa um som incerto, quem se aprestará para a batalha?"

— deve ser contida, primeiro, e depois revezada a sãmba estatizante, que dificulta a luta antiinflacionária e reduz a eficiência global do sistema.

A terceira mudança atitudinal é descartar os falsos dilemas, como "exportação versus mercado interno". Todos temos direito às nossas próprias opiniões, porém não, infelizmente, aos nossos próprios fatos...

E os fatos são os seguintes:

— a exportação acentua as linhas e maior eficiência, permite economia de escala e ocupa fatores ociosos, o que reforça o mercado interno;

— a história econômica recente comprova que os países de maior dinamismo exportador são também os que mais expendiram seu mercado interno;

— o endividamento brasileiro torna imperativo e prioritário o esforço de exportação, já que mercado interno não paga dívidas;

— o Brasil não é um país excessivamente extrovertido; as exportações não atingem 10% do PIB.

A quarta mudança atitudinal é abandonar explicações escapistas para a crise, em termos de fatores externos. Esses fatores externos afetaram com igual ou maior intensidade outros países em desenvolvimento sem provocar nem hiperinflação, nem insolvência. É o caso de Taiwan, Malásia e Colômbia.

Não há disputas sobre o diagnóstico da causa imediata da escalada inflacionária — o déficit do setor público. A disputa é sobre as causas mediadas, das quais vale citar três "causas cooperantes": os dois choques de petróleo; a errônea aplicação da correção monetária criando um efeito realimentador; a estratégia de ajustamento através do crescimento substitutivo de importações e da manutenção de elevada taxa de crescimento, despojada em adequada poupança interna. Essa estratégia, que parecia apenas ousada, tornou-se imprudente quando a recessão mundial se aprofundou.

Qualquer contenção do processo inflacionário deve passar pela contenção do déficit do setor público. E isso exige:

— a redução ou eliminação dos subsídios

— o disciplinamento das empresas estatais

Para o problema dos subsídios três soluções têm sido propostas: duas monetaristas e uma estruturalista. As monetaristas são O tratamento de choque, que consistiria na abrupta eliminação dos atuais subsídios; e o gradualista, que contemplaria iniciar-se o processo pela rápida eliminação das subvenções ao consumo de produtos importados (petróleo e trigo), fazendo ainda com que os demais subsídios à produção e à exportação se contornem no limite estrito de verbas orçamentárias. O apoio à agricultura se faria através da garantia generosa de preços mínimos, aperfeiçoamento do seguro agrícola e redução de encargos fiscais, assegurando-se ainda completa liberdade de comercialização externa e interna. A solução estruturalista consistiria em deslocar para investimentos rurais criadores de empregos os recursos ora alocados no orçamento monetário ao subvencionamento da produção e da exportação.

A luta contra a inflação é plena de desapontamentos. Se há preços reprimidos, o primeiro resultado é apenas mudar a natureza da inflação, de espiral para corretiva, coisa que não enche ninguém de alegria. Depois, há uma nauseabunda defasagem entre a aplicação de medidas de austeridade e a colheita de resultados. Esse intervalo

para o economista é apenas um entreto. Para o público, uma *dívida*. E a dívida interna é pior que a dívida externa...

O gigantismo estatal dificulta extremamente a luta anti-inflacionária. É um dos paradoxos do "Estado empresário". Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece. A empresa privada, face aos constrangimentos monetários, é forçada a se ajustar pela redução de custos (inclusive salariais) e aumento de produtividade. As empresas estatais consideram seu custeio inflexível e reagem buscando recursos adicionais, aumentando tarifas e preços administrados, ou sacrificando investimentos. Respostas todas perversas, que garantem a continuação da inflação e o aumento do desemprego.

Não é por outra razão que existe uma correlação positiva entre a dimensão do setor estatal e a vulnerabilidade inflacionária. No nosso caso somente o setor público federal despende 40% do PIB e a correlação entre o gigantismo do Estado e a aceleração inflacionária é de uma "refugência tonitrante", como dizia Rui Barbosa.

O êxito na luta anti-inflacionária exige ainda *mudanças estruturais*. Essas são:

- o retorno do Banco Central às suas funções exclusivas de autoridade monetária;
- a observância de um sistema de orçamento consolidado, conforme previsto no esquecido art. 62 da Constituição vigente;
- a reforma tributária.

Quando propusemos em 1965 — o Professor Bulhões e eu — a criação do Banco Central, como controlador e guardião da moeda, jamais imaginávamos que ele se transformaria em um grande banco rural, cêmplice ao invés de disciplinador da expansão monetária. Teve suas funções ampliadas e sua independência reduzida. É preciso retorná-lo à sua concepção original.

Outro exemplo de *perversão institucional* é o "open market". Concebido originalmente como instrumento de controle monetário, tornou-se um grande acelerador da velocidade de circulação de vários tipos de quase-moeda. A regulação da base monetária perdeu eficácia, porque pouco adianta controlar o *estoque* de meios de pagamento sem controlar a *velocidade* do fluxo de quase-moeda. Os ativos monetários, que em 1973 representavam 36% dos ativos totais, hoje representam apenas 18%. Com o *open market* conseguimos o feito singular de criar um mercado secundário sem um mercado primário!

Já que estamos neste tema, que dizer das exorçantes taxas de juros no segmento livre do mercado, que afligem nossas empresas? *Ab initio*, descartemos duas soluções que nada solucionam:

- o tabelamento dos juros
- a nacionalização dos bancos privados

A primeira causa dos juros altos é a *expectativa* de inflação e de desvalorização cambial, que alimenta a inflação e dela se realimenta. Em segundo lugar, a bizarra coexistência de taxas *negativas* para dois terços dos empréstimos e taxas *explosivas* para o terço restante, pois que a isso se limita o segmento livre do mercado. Este mercado não é a caldeira, é a válvula de escape da excessiva pressão da procura. Eliminado o crédito subvencionado, descobríamos o milagre aritmético da média: os juros tenderiam a baixar pela diminuição da procura e pela mudança de expectativas! E o mercado bancário se tornaria mais competitivo, pois os bancos não mais precisariam ser racionados, dado que o governo poderia melhor controlar a base monetária.

É necessária de pressionar o mercado financeiro, que reflete fielmente o excesso de demanda e de recursos por parte do setor público, quer federal quer estadual.

O tabelamento de juros, que já tentamos no passado — com resultados tão desopontadores como os da "Lei das Doze Tábuas" do Império Romano — muda apenas a forma de pagamento. Surgirão exigências dos saldos médios, pagamentos por fora, desintermediação por via do mercado paralelo, operações triangulares, etc. Até

pelo menos que se consiga revogar essa aborrecida lei da oferta e da procura.

A ineficiência do tabelamento de preços — gênero do qual os juros são espécie — já foi demonstrada desde o Código de Hammurabi, há mais de quarenta séculos. Houve um repique de estultície com os "Editos de Diocleciano" no ano 301 da era cristã, cujo único efeito foi a escassez de óleo, pão e sal nas províncias. Robespierre, a caminho da forca, em 1794, ouviu turbas ululantes protestando contra a "Lei dos Máximos" da Convenção Nacional da República Francesa, que fizera o trigo e a cevada desaparecerem das feiras. Mas o tabelamento de preços é como certas damas balzaquianas que rejuvenescem à medida que esquecem as experiências passadas...

A nacionalização dos bancos — experiência de que França e México começam a ficar arrependidos — além de inútil, é supérflua. O Banco Central já abiscota 45% dos depósitos privados e dois terços dos máximos provêm de órgãos estatais. A rigor, são os governos — o federal e os estaduais — que formam as taxas.

Se o racionamento do crédito e a falta de competição interbancária aumentarem excepcionalmente os lucros, o remédio adequado é um imposto sobre os lucros extraordinários e não a nacionalização dos bancos. Como dizem os socialistas suecos, se a gente pode socializar o leite, que importa a cor da vaca?...

Um terceiro exemplo de *perversão institucional* é a reciclagem através de correção monetária, de choques de oferta, desvalorizações cambiais ou o aumento de impostos indiretos, que deviam ser dele expurgados. De outra maneira, não se alteram os preços relativos e a correção monetária, mal aplicada, se torna uma máquina de realimentação inflacionária.

A REFORMA TRIBUTÁRIA

O orçamento fiscal — único apreciado pelo Congresso — é apenas a ponta do iceberg. Mais importantes são o orçamento monetário, gerido pelo Banco Central, e o orçamento das estatais, que parece incontrolável. Uma visão consolidada dos orçamentos é passo rudimentar para o controle da inflação.

O sistema tributário, cuja última grande reforma data de 1966, tem de ser repensado. Em vários sentidos:

— Redistribuição de rendas, obviamente com realocação de funções a fim de fortalecer Estados e municípios, pois ocorreu uma "regressão centralista", justificada esta apenas parcialmente pela necessidade federal de transferir recursos para as regiões mais pobres.

— Aumento da progressividade do Imposto de Renda, seja pela correção de vazamentos nos incentivos fiscais e através de *holding* pessoais, seja pela melhor tributação de ganhos de capital e heranças (esta última por considerações sociais antes que pelo seu rendimento fiscal). A médio prazo, poder-se-ia pensar num sistema de tributação integrado da pessoa física e jurídica. E a longo prazo numa revolução conceitual e simplificadora, pela qual o Imposto de Renda se preocupasse apenas com a renda consumida, isentando-se *ab initio* toda a poupança legítima, pois esta é a mola do crescimento não-inflacionário.

No tocante ao primeiro aspecto, a Comissão Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda avançou sugestões construtivas de simplificação do IPI e transferência do poder tributário aos Estados, que em outra ocasião discutirei em pormenor.

Há que atentar para a anemia das receitas municipais, pois é no município que nascem, vivem — e sofrem — os cidadãos. No Código Tributário (1966), com base na Emenda Constitucional nº 18, de 1965, previa-se que os municípios, sob regulação estadual, cobrassem, como receita própria, o ICM, ao invés de simplesmente participarem do imposto estadual. A complexidade dessa cobrança fez com que esse dispositivo fosse abandonado. Uma ideia substitutiva foi proposta por vários parlamentares em 1980 (Diário do Congresso Nacional, Sessão I, de 6.XI.1980), visando a permitir aos municípios cobrarem um imposto sobre *vendas a varejo*, dentro de

alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal. Agora que se cogita de reformas do texto constitucional, seria oportuno reabrir-se a matéria. Dessas propostas resultaria uma saudável descentralização de receitas.

O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Quanto ao *endividamento externo*, qualquer busca de soluções passa pelo reconhecimento destas aborrecidas verdades:

1. O inêdito advento da sinistra quadrilha do Apocalipse — o choque do petróleo, a explosão dos juros, a queda dos preços de matérias-primas e o protecionismo — responde em parte pela intensidade da crise mundial, e sobretudo explica sua generalização. Mas não é explicação que nos satisfaça. De um lado, países mais pobres que o Brasil, em vários continentes, conseguiram ajustar-se, sem humilhação e sem insolvência. De outro lado, o Brasil ao longo de sua História teve periódicas insolvências, sob os mais variados governos mesmo sem essa agressão conjunta dos Cavaleiros do Apocalipse.

2. Os fatores externos não devem ser desculpas para atenuar nossa autocrítica e anestesiar o sentido da urgência de reformas internas, atitudinais e institucionais.

3. Nossa capacidade de negociar ou renegociar dívidas a longo prazo e nossa autoridade para reclamar esquemas internacionais de rescalonamento generoso pressupõem que os credores se convençam de que estão sendo tomadas medidas não só corretivas da crise de hoje, mas também preventivas das crises de amanhã.

Não há indiferença mundial em relação às "tensões de insolubilidade" criadas pelo altíssimo nível de endividamento do mundo subdesenvolvido, que hoje supera 600 bilhões de dólares. Ao nível acadêmico, e mesmo em certos níveis do Executivo norte-americano, cresce a conscientização de que ajustes de curto prazo apenas prolongam a crise, e mesmo se ocorrer a conjugação de fatores favoráveis — alguma queda de preços de petróleo, algum afrouxamento da taxa de juros e substancial retomada econômica dos países líderes — ainda assim a dívida do Terceiro Mundo teria de ser reestruturada a prazos mais longos, com juros suavizados. Não há falta de planos: há o plano Lever, o Rohatyn, o plano Zambanaki, o plano Bailey, o plano Kenen, o plano Kaufman, o plano Bergsten-Klein, o programa do "Committee for Development Planning" da ONU e, mesmo no Brasil, um plano concreto de interessantes sugestões do Deputado Virgíldisio Sena, do PMDB baiano. O Ministro Delfim apresentou recentemente em Chicago uma sugestão imaginosa, visando à monetarização, por entidade internacional, dos créditos dos países em desenvolvimento, resultantes de exportações para o Terceiro Mundo. Essa proposta é de aceitação improvável. De um lado, o Brasil é o único país em desenvolvimento que detém créditos substanciais. De outro, alguns dos devedores não são apetitosos, nem comercial nem ideologicamente, para os círculos financeiros ocidentais.

Planos não faltam... O que falta são duas coisas:

1. *Vontade política de ação conjunta*. Dificilmente o Congresso norte-americano se disporia a uma operação de salvamento do Terceiro Mundo, sem partilha de riscos com a Europa e Japão. Essa cooperação tem sido difícil mesmo para exercícios de interesses mais egoístas, como o relance econômico conjunto. Os vários esforços de *coordenação internacional* — a teoria das locomotivas, segundo a qual Estados Unidos, Europa e Japão liderariam a retomada — a teoria do comboio, que previa um esforço coordenado dos principais países industriais, o programa conjunto de recuperação, que ampliava para toda a OCDE — soçobraram todos nos escolhos do individualismo e na diferença de percepção de prioridades pelos grandes países, privilegiando alguns a retomada do desenvolvimento, enquanto outros preferiam concentrar-se no combate à inflação.

2. Convencimento, sobretudo da parte do Congresso norte-americano, mas também dos contribuintes, Congressos e Bancos Centrais dos outros países credores, de que, ao encamparem os títulos de dívida para reescaloná-los a longo prazo, não estariam simplesmente atificando a imprudência dos grandes bancos, ou premiando a licenciosidade financeira dos países mutuários. Estariam antes promovendo seu próprio comércio de exportação — pois que em 1981, o Terceiro Mundo absorveu quase 40% das exportações americanas e 45% das exportações japonesas — estariam também garantindo a sobrevivência do sistema internacional. Quanto mais justos formos, mais fácil será transmitirmos a consciência de que a história não se repetirá. E mais acolhíveis serão para nossos credores-governamentais e privados os bilaterais de reescalonamento a longo prazo, que visem a aplainar a "coroava de endividamento" dos próximos quatro anos (quando se vence quase metade da dívida superior a doze meses), abrindo ao país um espaço respiratório a fim de recuperar um ritmo prudente de crescimento, compatível com a retomada econômica que se desenha no mundo ocidental.

Todas as soluções internacionais discutidas para equacionamento global da "crise de endividamento" são variantes de uma ou outra das três seguintes concepções:

1. Aumento dos recursos do FMI, Banco Mundial ou Bancos regionais, com o propósito de apoiar programas de estabilização monetária e reestruturação de dívidas.

2. Criação de uma entidade especial, associada ou não ao FMI, envolvendo a responsabilidade dos governos ou bancos centrais dos países credores, a fim de comprar, com desconto, do sistema bancário privado, títulos de dívida dos países em desenvolvimento, e negociar com estes um reescalonamento a longo prazo, com juros sazonalizados.

3. Adoção de um modelo de reescalonamento flexível, ajustado à evolução, no tempo, da receita de exportação dos devedores, empenhando-se uma parcela dessa receita em garantia da dívida.

Os resultados desapontadores da Conferência de Cúme dos países ricos, em Williamsburg, revela que insuficiente progresso foi feito quer em **vontade política**, quer na **conscientização do problema**. Dos quatro tempos — consulta, cooperação, harmonização e coordenação — que, como diz o Professor Henry Wallich, marcam o relutante reconhecimento, pelas Nações, de que não estão sozinhas no mundo, estamos ainda no primeiro estágio. Nem as propostas do Presidente Mitterrand, visando à convocação de uma nova conferência Bretton Woods para a reforma do sistema financeiro internacional, nem os planos de um tratamento global do endividamento dos países em desenvolvimento, passaram da concepção à implementação. O que sublinha a imprescindibilidade de nos ajudarmos a nós mesmos, para que nossa postura seja convincente, e nossas soluções, definitivas.

PALAVRAS FINAIS

Eis, nobres Senadores, minha modesta contribuição para que o irrealismo do passado não comprometa o idealismo do futuro.

Espero não ter feito apenas um "sermão sobre o desejável"; mas não estou certo de ter encontrado a "receita do possível"...

Conta-se, Sr. Presidente, que, na desaparecida civilização da Ilha da Páscoa, que produziu gigantes de pedra, a religião vigente só tinha deuses. Não tinha demônios. Porque os demônios estavam nos próprios homens. E veramente estavam.

Brigas tribais dizimaram os ilhéus e depois, com a depredação das florestas, exauriu-se a madeira para construir barcos. Não podiam mais navegar. Os ilhéus definharam, prisioneiros de seus próprios ódios...

Se continuarmos a buscar soluções na gaveta dos sonhos, combatendo sempre os falsos inimigos, não sobrá madeira para navegar. E navegar é preciso... Se não, não alcançaremos jamais a visão **pisgah** da Terra Prometida, onde os bons encontrarão recompensa, os maus não mais poderão fazer o mal, e os cansados encontrarão descanso, afinal...

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTOS A QUE SE RÉFERE O SR. SENADOR ROBERTO CAMPOS EM SEU DISCURSO:

I. Texto do discurso do Senador Roberto Campos, no Senado Federal, em 8-6-1983.

II. Apêndices estatísticos e outros

A. Densidade demográfica e taxa média geométrica de crescimento anual do período 1970/80, por região.

B. Variação absoluta e relativa da população das regiões metropolitanas.

C. Crescimento demográfico de outros países.

D. Crescimento do consumo do petróleo no Brasil (1970/82).

E. Demanda de produtos refinados de petróleo em países selecionados (1970/80).

F. Investimentos consolidados da PETROBRÁS (1970/82).

G. Produção de petróleo bruto no Brasil.

H. Participação estatal na distribuição de derivados de petróleo.

I. As empresas do Grupo PETROBRÁS.

J. Cadastro das Empresas Estatais — SEPLAN.

K. Comunicação da CACEX nº 41.

L. Composição dos dispêndios da União.

III. Anexos Legislativos (Projetos a serem apresentados ao Senado Federal).

1. Projeto de Lei regulando o Imposto Único sobre combustíveis líquidos e gasosos e lubrificantes.

2. Projeto de Lei Complementar que institui "Programa de Repartição do Capital" de empresas estatais.

3. Projeto de Lei sobre a distribuição eventual de lucros aos empregados.

4. Apresentação do conjunto de seis leis sobre o problema do desemprego.

5. Projeto de Lei regulando a disponibilidade remunerada.

6. Projeto de Lei visando a regular a redução de horário de trabalho, em caso de conjuntura econômica adversa.

7. Projeto de Lei dando contribuições técnicas ao seguro social de desemprego e permitindo sua entrada em vigor, sob forma delegada.

8. Projeto de Lei que reforça o Fundo de Assistência ao Desempregado, criado pela Lei nº 4.923, de 23-12-1965 (FAD).

9. Projeto de Lei estabelecendo condições para favorecer a complementação da aposentadoria pelas próprias empresas.

10. Projeto de Lei facultando o contrato de empregados em regime especial.

11. Projeto alternativo ao Decreto-Lei nº 2.024, instituindo a livre negociação salarial.

II APÊNDICES ESTATÍSTICOS E OUTROS

APÊNDICE A

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE,
DENSIDADE DEMOGRÁFICA E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO
ANUAL NO PERÍODO 1970/1980, POR GRANDES REGIÕES

Grandes Regiões	Variação		Densidade Demográfica	Taxa Média Geométrica e
	Absoluta	Relativa (%)	Em 1980 (hab/Km ²)	Crescimento Anual (%)
BRASIL	25.883.681	27,8	14,08	2,49
Região Norte	2.290.965	63,6	1,66	5,03
Região Nordeste	6.711.829	23,8	22,60	2,17
Região Sudeste	11.880.026	29,8	56,33	2,65
Região Sul	2.525.944	15,3	33,87	1,44
Região Centro-Oeste	2.474.917	48,7	4,02	4,05

Fonte: IBGE.

APÊNDICE B

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS
REGIÕES METROPOLITANAS, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E
TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL

Regiões Metropolitanas	Variação		Densidade Demográfica	
	Absoluta	Relativa (%)	em 1980 (hab/km ²)	crescimento anual (%)
Belém	343.998	52,41	819,29	4,30
Fortaleza	543.547	52,36	454,09	4,30
Recife	555.674	31,00	1.066,95	2,74
Salvador	623.190	54,25	800,73	4,43
Belo Horizonte	936.125	58,30	692,59	4,70
Rio de Janeiro	1.936.233	27,34	1.395,21	2,45
São Paulo	4.451.038	54,70	1.583,25	4,46
Curitiba	620.977	75,66	164,53	5,80
Porto Alegre	701.202	45,80	384,49	3,84

Fonte: IBGE.

TABELA RET. 058

APÊNDICE C

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE PAÍSES SELECIONADOS

	-3%		-2%		-1%		0,1%				
Algéria	19,3	3,2	Mauritânia	1,7	2,5	Israel	3,9	1,3	Japão	117,8	0,8
Egito	43,5	3,0	Senegal	5,8	2,6	China	985,0	1,2	Canadá	24,1	0,8
Líbia	3,1	3,5	Moçambique	10,7	2,6	Argentina	28,2	1,6	USA	229,8	0,7
Marrocos	21,8	3,0	Angola	6,7	2,4	Chile	11,2	1,5	Cuba	9,8	2,9
Gana	12,0	3,4	Congo	1,6	2,6	Uruguai	2,9	1,0	Damasco	5,1	0,1
Nigéria	79,7	3,2	Turquia	46,8	2,2	Irlanda	3,4	1,0	Finlândia	4,8	0,4
Togo	2,6	3,0	Índia	688,6	2,1	Polónia	36,0	1,0	Noruega	4,1	0,3
Kenya	16,5	3,9	Costa Rica	2,3	2,8				Suécia	8,3	0,1
Uganda	14,1	3,0	México	69,3	2,5				Inglaterra	55,9	0,1
Iraque	13,6	3,4	Panamá	1,9	2,2				Áustria	7,5	0,1
Síria	9,3	3,4	R. Dominicana	5,6	2,8				Bélgica	9,8	0,1
El Salvador	4,9	3,2	Haiti	6,0	2,6				França	53,9	0,4
Guatemala	7,5	3,1	Bolívia	5,5	2,5				Alemanha W.	61,3	0,2
Honduras	3,9	3,5	Brasil	119,0	2,4				Suíça	6,3	0,3
Nicarágua	2,5	3,4	Colômbia	27,8	2,1				Bulgária	8,9	0,5
Equador	8,2	3,1	Paraguai	3,3	2,6				Hungria	10,7	0,2
Venezuela	15,5	3,0	Peru	18,1	2,7				Grécia	9,6	0,7
									Itália	57,2	0,2
									Portugal	10,0	0,7
									Espanha	37,8	0,8
									Iugoslávia	22,5	0,9
									Austrália	14,8	0,9

Fonte: IBGE.

**APÊNDICE D
CRESCIMENTO DO CONSUMO DE PETRÓLEO
NO BRASIL**

Anos	Demanda Anual (em MBD)	Crescimento Anual (%)
1970	518	
1971	585	13,0
1972	629	7,5
1973	776	23,4
1974	816	5,0
1975	887	8,7
1976	941	6,1
1977	960	2,0
1978	1.121	16,8
1979	1.113	0,7
1980	1.088	2,0
1981	1.000	8,8
1982	1.002	0,2

Fonte: Relatórios da PETROBRÁS

**APÊNDICE E
VARIACÃO DA DEMANDA DE
PRODUTOS REFINADOS DE PETRÓLEO**

**Variacão da demanda
(Base 1970 = 100)**

Países	1970	1975	1978	1980
América				
Canadá	100	114	117	127
México	100	146	183	189
Estados Unidos	100	111	128	116
Porto Rico	100	104	143	113
Antilhas Holandesas	100	153	232	221
Argentina	100	108	112	125
Brasil	100	171	208	216
Colômbia	100	146	163	161
Perú	100	120	121	133
Venezuela	100	123	151	174
Europa				
Alemanha Ocidental	100	103	125	112
Áustria	100	119	140	129
Bélgica e Luxemburgo	100	94	101	94
Dinamarca	100	90	98	75
Espanha	100	149	168	185
França	100	113	115	119
Grã. Bretanha	100	90	91	79
Grécia	100	155	175	183
Holanda	100	94	85	104
Itália	100	48	119	108
Noruega	100	99	95	104
Suécia	100	94	88	83
Suíça	100	102	115	103
África				
África do Sul				
Algéria	100	184	193	—
Egito	100	128	197	217
Líbia	100	278	522	—
Nigéria	100	216	468	—
Ásia e Oceania				
Austrália	100	109	118	122
Coreia do Sul	100	156	242	269
Filipinas	100	111	125	121
Índia	100	136	168	169
Indonésia	100	161	204	271
Japão	100	117	114	134

Fonte: United States Dept. of Energy

APÊNDICE F
INVESTIMENTOS CONSOLIDADOS DA PETROBRÁS

Atividades	1982 (%)	1981 (%)	1980 (%)	1979 (%)	1978 (%)	1977 (%)	1976 (%)	1975 (%)	1974 (%)	1973 (%)
Exploração e Produção .	76,8	75,2	62,0	50,7	37,9	32,2	32,5	27,4	27,0	29,5
Refinação	3,0	3,2	7,8	15,2	13,6	16,5	25,7	42,3	37,0	24,0
Transporte Marítimo ..	3,3	3,3	4,2	5,2	5,6	12,2	5,3	3,8	7,0	7,8
Terminais e Oleodutos .	1,5	1,1	1,8	4,8	10,9	7,5	12,6	15,9	13,0	14,0
Industrialização do Xisto.	0,2	0,2	0,8	0,9	0,7	0,5	0,6	0,57	1,8	1,0
Petroquímica	4,9	7,9	10,0	6,2	15,2	13,9	15,2	-	5,8	5,7
Fertilizantes	6,2	4,3	6,6	8,4	9,1	11,9	-	-	-	-
Coligadas	0,6	1,6	1,6	3,7	1,0	1,8	1,3	5,43	0,5	5,2
Comercialização	0,7	0,5	1,3	1,0	1,5	0,7	1,2	-	3,7	3,0
Diversos (*)	2,8	2,7	3,9	3,9	4,5	2,8	5,6	4,47	4,2	9,5

(*) Principalmente participação em outras empresas e alternativas energéticas.

Nota: Valores obtidos nos relatórios anuais da PETROBRÁS.

APÊNDICE G
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO NO BRASIL
(MIL M³)

1973 —	9.876
1974 —	10.295
1975 —	9.979
1976 —	9.702
1977 —	9.332
1978 —	9.304
1979 —	9.608
1980 —	10.562
1981 —	12.384
1982 —	15.082
1983 (média jan/fev. anualizada)	17.482

Fonte: Conjuntura Econômica e Fundação Getúlio Vargas.

APÊNDICE H
PARTICIPAÇÃO DA PETROBRÁS NA
DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

ANOS	%
1970	19,6
1971	25,0
1972	26,3
1973	32,0
1974	32,8
1975	33,2
1976	33,9
1977	34,8
1978	35,4
1979	35,7
1980	36,0*
1981	36,3*
1982	36,6*

Fonte: Relatório da PETROBRÁS

Nota: A participação da PETROBRÁS no mercado de óleo combustível alcançou 57,8%, 59,9% e 61,2%, respectivamente, em 1980, 1981 e 1982.

APÊNDICE I

PETROBRÁS E SUAS EMPRESAS* A015
Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS

Subsidiárias

- 1) Petrobrás Química S/A — PETROQUISA
- 2) Petrobrás Distribuidora S/A — BR
- 3) Petrobrás Internacional S/A — BASPETRO

4) Petrobrás Comércio Internacional S/A — INTERBRÁS

5) Petrobrás Fertilizantes S/A — Petrofertil

6) Petrobrás Mineração S/A — PETROMISA

Coligadas

7) PETROCOQUE S/A — Indústria e Comércio
A Petrocoque S/A — Indústria e Comércio participa no capital da

8) PETROCOQUE NORTE S/A — Indústria e Comércio

9) Empresa Brasileira de Reparos Navais S/A — RENAVE

A Empresa Brasileira de Reparos Navais S/A — RENAVE tem como subsidiária integral a

10) JATONAVE — Jateamento, Tratamento e Pintura S/A

Petrobrás Química S/A — PETROQUISA

Controladas

1.1) Companhia Pernambucana De Borracha Sintética — COPERBO 1.2) Petroquímica União S/A

1.3) NITRIFLEX S/A — Indústria e Comércio

1.4) COPELUL — Companhia Petroquímica do Sul

1.5) PETROFLEX — Indústria e Comércio S/A

Coligadas

1.6) COPENE — Petroquímica do Nordeste S/A

1.7) Companhia Brasileira de Estireno

1.8) Poliolefinas S/A

1.9) CIQUINE — Companhia Petroquímica

1.10) OXITENO S/A — Indústria e Comércio

1.11) Isocianatos do Brasil S/A (incorporado pela PRONOR

1.12) CPC — Companhia Petroquímica Camaçari

1.13) EDN — Estireno do Nordeste S/A

1.14) ACRINOR — Acrilonitrila do Nordeste S/A

1.15) PRONOR — Produtos Orgânicos S/A

1.16) METANOR S/A — Metanol do Nordeste

1.17) Nitrocarbono S/A

1.18) Polibrasil S/A — Indústria e Comércio

1.19) Polialden Petroquímica S/A

1.20) Polipropileno S/A

1.21) POLITENO — Indústria e Comércio S/A

1.22) SALGEMA — Indústrias Químicas S/A

1.23) DETEN — Detergentes do Nordeste S/A

1.24) Polissul Petroquímica S/A

1.25) PPH — Companhia Industrial de Polipropileno

- 1.26) Petroquímica Triunfo S/A
— Nitrocolor — Produtos Químicos LTDA.
- As **Controladas e Coligadas** da Petroquímica participam no capital das seguintes empresas:
- 1.27) CEMAN — Central de Manutenção de Camaçari S/A
1.28) Polidina Indústria e Comércio Ltda.
1.29) CIQUINE — Companhia de Indústrias Químicas do Nordeste
1.30) PLABATÊ — Plásticos Teubaté S/A
1.31) OXICAP — Indústria de Gases LTDA.
1.32) Oxiteno Nordeste S/A — Indústria e Comércio
1.33) Salgema Mineração LTDA.
1.34) COPENOR — Companhia Petroquímica do Nordeste
1.35) Colorthene Indústria e Comércio LTDA.
1.36) Plastintas S.A.
1.37) Terminal Químico de Aratu S/A — Tequimar
1.38) FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S/A
1.39) COPENER — Copene Energética S/A
1.40) CBE — Comercial e Distribuidora LTDA.
1.41) Companhia Química do Recôncavo — CQR
1.42) PESCON Pesquisa do Recôncavo LTDA.
Oxileno Alagoas S.A.
CPC — Companhia Petroquímica São Paulo LTDA.
CPC — Companhia Petroquímica Alagoas
NORDESO — Equipamentos Industriais do Nordeste S/A
CONSIP — Engenharia S.A.
PN — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A — BR

Subsidiária Integral

- 2.1) Participação em Empreendimentos e Transportes S/A — PETRASA
A participação em Empreendimentos e Transportes S/A participa no capital das seguintes empresas:
2.2) S/A Transporte Itaipava
2.3) PETROTEC Transportes S/A
2.4) CEMAPE Transportes S/A
2.5) RODÓVIÁRIO LIDERBRÁS S/A
2.6) TRANSULTRA S/A — Armazenamento e Transporte Especializado
2.7) Companhia de Navegação da Amazônia
2.8) Constelação Transportes S/A

Coligada

- 2.9) Empresa Brasileira de Alcool S/A — BRASÁL-COOL

PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A — BRASPETRO

Controladas

- 3.1) BRASPETRO ALGERIE S/A
3.2) Braspetro Oil Services Company — BRASOIL

Coligada

- 3.3) Hormoz Petroleum CO. — HOPECO

PETROBRÁS COMÉRCIO INTERNACIONAL S/A — Interbrás

Controladas

- 4.1) INTERBRÁS FRANCE S/A
4.2) INTERBRÁS CAYMAN CO.
4.3) SEAGULL TRADING CO.
4.4) INTERIOR TRADE INCORPORATED

PETROBRÁS FERTILIZANTES S/A — PETROFÉRTIL

Controladas

- 5.1) Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste S/A — NITROFÉRTIL
5.2) ULTRAFÉRTIL S/A — Indústria e Comércio de Fertilizantes
5.3) Indústria Carboquímica Catarinense S/A — ICC
5.4) Goiás Fertilizantes S/A — GOIASFÉRTIL

Coligadas

- 5.5) Fertilizantes Fosfatados S/A — FOSFÉRTIL
5.6) Companhia Rio Grandense de Nitrogenados — CRN
5.7) ARAXÁ S/A — Fertilizantes e Produtos Químicos Araxafertil
5.8) Norfertil S/A — Mineração, Indústria e Comércio

PETROBRÁS MINERAÇÃO S/A — PETROMISA

(Não tem controladas, nem coligadas)

APÊNDICE J

SEPLAN — SECRETARIA DE CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS
Cadastro das Empresas Estatais-Set. 1981
Notas Explicativas

Nesta primeira publicação do Cadastro das Empresas Estatais, cabe esclarecer alguns aspectos:

a) Definição do Universo — Nesta publicação estão incluídas as empresas estatais conforme a definição do Decreto nº 84.128, de 29-10-79, que estabelece seu artigo 2º e seu parágrafo único, o seguinte:

“Consideram-se empresas estatais, para os fins deste Decreto:

- I — empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e todas as empresas controladas, direta ou indiretamente, pelo União;
II — autarquias e funções instituídas ou mantidas pelo Poder Público;
III — órgãos autônomos da Administração Direta (Decreto-lei nº 200/67, art. 172.)

Parágrafo único. Podem ser equiparadas às empresas estatais, para efeito do controle governamental de que trata o presente decreto, as entidades e organizações de direito privado, que recebam contribuições parafiscais ou transferências do Orçamento da União e prestam serviços de interesse público ou social, observado o disposto no artigo 183 do Decreto-lei nº 200, de 23 de fevereiro de 1979, e no Decreto-lei nº 772, de 19 de agosto de 1969.”

Contudo, por se tratar de um Cadastro o mais atualizado possível, procederam-se as seguintes alterações no universo de 560 empresas originalmente cadastradas. Primeiro, estão excluídas 43 empresas que no exercício de 1980 foram incorporadas (4), privatizadas (6), encerraram as atividades (1), ainda não instaladas (4), ou, as que se tratam, de fato, de coligadas das estatais (28), tais como: Amazônia Mineração S.A. (incorporada pela CVRD); VALEP e VALEFÉRTIL (incorporadas pela FOSFÉRTIL); CEM — Centrais Elétricas de Manaus (incorporada pela ELETRONORTE); Cia. Editora Nacional, Salgema Indústrias Químicas S.A., ABICO — Cia. de Investimento Árabe e Brasileiro, (privatizadas); NITROCARBONO, ACRINOR, PETROCOQUE, RENAVE, COMODAL (coligadas). Segundo, foram mantidas neste Cadastro, empresas que constavam do universo original, como a ITAIPU Binacional, concessionárias estaduais de energia elétrica, Companhias do Metropolitano do Rio de Janeiro e São Paulo, e outras com acordo atípico de acionistas, como Hispanobrás, Itabrusco, Nibrusco e outras nas quais a participação direta ou indireta da União é superior a 50%. Por último, foram incluídas 13 entidades, tais como: FUNCEP —

Fundação Centro de Formação do Servidor Público; PROLOGO S.A. — Produtos Eletrônicos; ELETRO-PAULO — Eletricidade de São Paulo S.A., CODESP — Cia. Docas do Estado de São Paulo; Fundação Petrônio Portelli; NUCON — Nuclebrás Construtora de Centrais Elétricas S/A.

Em decorrência, o universo abrangido neste cadastro é de 530 empresas.

b) **Fontes de Informações** — As informações aqui contidas foram fornecidas pelas empresas estatais, em meados de 1979 e atualizadas em maio de 1981, através de formulários padronizados, excetuando-se os dados referentes ao objetivo e principais Produtos e Serviços, levantados a partir de documentos disponíveis na SEST.

c) **Período de Abrangência** — Os dados contábeis cobrem, respectivamente, os exercícios de 1978 a 1980 para fundações, autarquias, órgãos autônomos e entidades privadas que recebem contribuições parafiscais, e os anos de 1977 a 1980 para as demais empresas.

d) **Principais Participação Societárias** — As informações sobre as principais participações societárias foram limitadas pelo espaço físico até o máximo de nove entidades. As empresas foram relacionadas em função do percentual da participação no capital votante, buscando-se com isso listar, em primeiro lugar, as subsidiárias integrais e as controladas, para as quais foram indicados o respectivo capital e a página em que se encontra o detalhamento.

e) **Dados de Balanço** — As informações dos Balanços aqui apresentados podem conter eventuais distorções geradas pela padronização das contas, embora tenha sido feito o máximo esforço para se evitar esta ocorrência. Além disso, face ao não recebimento das informações em tempo hábil, algumas empresas não apresentam os dados referentes ao exercício de 1980.

f) **Organização do Cadastro** — O Cadastro está organizado em dois grupos de empresas, em função da forma de apresentação dos dados contábeis, estando listadas na primeira parte as empresas que apresentam as demonstrações financeiras conforme a lei nº 6.404/76 e na segunda parte as empresas sujeitas às normas da lei nº 4.320/64. Em ambos os casos, contudo, adotou-se a mesma seqüência, por ordem de Ministério de vinculação, com os correspondentes agrupamentos das empresas segundo a sua natureza jurídica em cada Ministério. Ao final da publicação encontra-se um índice em ordem alfabética.

g) **Diretoria** — Algumas Empresas tiveram relacionadas as Diretorias sem os respectivos titulares, explicitando-se somente os da Presidência e da Vice-Presidência, por limitação do espaço destinado a estas informações.

APÊNDICE K

BANCO DO BRASIL S.A.

Carteira de Comércio Exterior
Comunicado nº 41

A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S. A. torna público que, em face de recomendações da Secretaria Especial de Informática (SEI) com base nos Decretos nºs 84.067, de 8-10-79, 85.790, de 6-3-81, no item II da Resolução nº 121, de 7-12-79, do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX) e no Ato Normativo SEI/CDI nº 001/82, de 17-2-82, publicado no Diário Oficial da União, de 18-2-82, a emissão de guia para importação das mercadorias abaixo relacionadas está sujeita à prévia e expressa manifestação daquela Secretaria, na forma e procedimentos indicados no item 133 do Comunicado CAEX nº 7, de 4-3-82, e no item I do Comunicado CACEX nº 13, de 4-6-82:

Tab	Mercadorias
18.19.45.00	Cristais impurificados ("dópls") para uso em eletrônica, apresentados em discos, pequenas placas ou formas semelhantes.
84.34.01.02	Máquinas de compor caracteres de impressão.
84.34.90.00	Partes e peças separadas para as máquinas de compor caracteres de impressão, desde que eletrônicas, da subposição 84.34.01.
84.51.00.00	Máquinas de escrever sem dispositivo totalizador e máquinas de autenticar cheques, desde que eletrônicas.
84.52.00.00	Máquinas de calcular, máquinas de escrever para contabilidade, caixas registradoras, máquinas de franquear, de emitir bilhetes e máquinas semelhantes, com dispositivo totalizador, desde que eletrônicas.
84.53.00.00	Máquinas automáticas de tratamento da informação e suas unidades, leitoras magnéticas ou óticas, máquinas de registrar informações em suporte sob forma codificada e máquinas de tratamento dessas informações, não especificadas nem compreendidas em outras posições.
84.55.00.00	Peças separadas e acessórios (com exceção dos estojos, capas e semelhantes) que se possam reconhecer como exclusiva ou principalmente destinados às máquinas e aparelhos eletrônicos das posições 84.51 a 84.53.
85.01.20.00	Retificadores (conversores estáticos) do tipo metálico.
85.01.98.00	Outras partes e peças separadas, exceto os núcleos de pó ferromagnético do item 85.01.98.04.
85.13.01.02	Centro telefônico automático, desde que eletrônico e controlado por programa armazenado.
85.13.01.99	Multiplex eletrônico.
85.13.03.00	Aparelhos de tele-impressão, tele-fac-símile e semelhantes, desde que eletrônicos.
85.13.90.03	Registro, seletor ou qualquer outra peça, para centro automático eletrônico controlado por programa armazenado.
85.13.90.99	Qualquer outra, desde que destinada aos aparelhos dos itens 85.13.01.02 e 85.13.01.99.
85.13.92.00	Partes e peças separadas para aparelhos de tele-impressão, tele-fac-símile e semelhantes, desde que eletrônicos.
85.15.03.04	Aparelhos de tele-impressão, tele-fac-símile e semelhantes, desde que eletrônicos.
85.15.91.00	Partes e peças separadas para aparelhos de tele-impressão, tele-fac-símile e semelhantes, desde que eletrônicos.
85.19.06.00	Resistências (resistores) não lineares semicondutoras.
85.19.08.00	Circuitos impressos.
85.19.09.00	Mesa, cabina, painel ou quadro de comando, controle, distribuição, regulação, medição, verificação ou semelhante com instrumento ou com distribuição elétrica.

19.98.00	Partes e peças separadas para as mercadorias do item 85.19.09.00.
21.10.00	Células fotoelétricas.
21.12.00	Diodos, transistores e dispositivos semicondutores semelhantes.
21.13.00	Diodos emissores de luz.
21.14.00	Microestruturas eletrônicas.
21.15.00	Placa de circuito (placa de circuito impresso atado com componentes elétricos e/ou eletrônicos).
21.16.00	Painéis de células soares.
21.92.00	Partes e peças separadas de células fotoelétricas.
21.94.00	Partes e peças separadas de diodos, transistores e dispositivos semicondutores semelhantes, de diodos emissores de luz e de microestruturas eletrônicas.
37.01.99	Aparelho fotográfico de foco fixo, para microfilmagem direta como meio de saída de dados de computadores, conhecido pela sigla COM.
37.04.99	Aparelho fotográfico de foco ajustável, para microfilmagem direta como meio de saída de dados de computadores, conhecido pela sigla COM.
17.36.00	Electrocardiógrafos.
90.17.37.00	Electroencefalógrafos.
90.17.88.00	Aparelho de ultra-sonografia.
90.17.99.00	Aparelhos eletromédicos, desde que eletrônicos.
90.20.00.00	Aparelhos de raios-X e aparelhos que utilizam as radiações de substâncias radiativas, desde que incorporem sistemas eletrônicos de comando e suas partes e peças.
90.23.09.00	Pirômetros óticos.
90.23.10.00	Pirômetros, exceto óticos.
90.24.01.00	Indicadores de nível.
90.24.05.02	Medidor de vazão.
90.24.05.99	Qualquer outro medidor de vazão.
90.24.06.00	Pressostatos.
90.24.99.00	Outros aparelhos e instrumentos para medição, controle ou regulação de fluidos gasosos ou líquidos, ou para controle automático de temperatura, com exclusão dos aparelhos e instrumentos da posição 90.14.
90.25.01.00	Analisadores de gás.
90.28.00.00	Instrumentos e aparelhos de medição, de rificação, de controle, de regulação ou análise, desde que eletrônicos.
90.29.01.03	Partes e peças separadas de pirômetro registrador (exceto ótico).
90.29.01.99	Quaisquer outras partes e peças óticas aos pirômetros óticos do item 90.23.09.
90.29.02.03	Partes e peças separadas de indicadores nível.
90.29.02.99	Quaisquer outras partes e peças separadas de instrumentos e aparelhos da pos 90.24.
90.29.05.00	Partes, peças separadas e acessórios de instrumentos ou aparelhos da posição 90.
92.12.07.00	Discos magnéticos próprios para computadores eletrônicos.
92.12.08.00	Fitas magnéticas próprias para computadores eletrônicos.

2. Sujeitam-se ainda à prévia e expressa atuação SEI as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, isolados ou constituindo sistema, embora enquadráveis em classificação tarifária não prevista para a análise da SEI, ou não possuindo classificação tarifária específica, contendo, incorporado ou em aparelho, comando, controle ou outros sistemas com circuitos de lógica digital, do tipo comando numérico, controlados lógico programável e semelhantes.

2.1 As guias de importação relativas aos produtos listados neste item deverão especificar, em destaque, o(s) modelo(s) eletrônicos) onde(s) incorporado(s) e o(s) respectivo(s) valor(es).

3. A lista acima substatui a constante do item I de Resolução nº 121, de 17-12-79, do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

4. Fica cancelado o Comunicado CACEX nº 10, de 13-4-82.

Rio de Janeiro, RJ, 24 de janeiro de 1983 — Benedito Fonseca Moreira, Diretor

APÊNDICE L

Tabela 1 — Composição dos dispêndios da União — valores em Cr\$ milhões.

Discriminação	1977		1978		1979	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I — Transferências	118.504	47,9	179.884	50,4	190.471	36,6
1. Ao orçamento monetário	12.447	5,0	16.435	4,6	55.271	10,6
1.1 — Encargos de ORTN	3.650	1,5	3.130	0,9	4.741	0,9
1.2 — Reserva monetária	8.797	3,5	13.305	3,7	13.720	2,6
1.3 — Outros ²	—	—	—	—	36.810	7,1
2. Às empresas ¹	106.057	42,9	163.449	45,8	135.200	26,0
II — Programas sociais ³	114.372	46,2	171.204	48,0	278.837	53,5
III — Outros dispêndios	14.591	5,9	5.512	1,6	51.828	9,9
Total	247.467	100,0	356.600	100,0	521.136	100,0

Discriminação	1980		1981		1982	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I — Transferência	682.646	57,3	1.205.345	53,4	1.896.800	43,1
1. Ao orçamento monetário	316.346	26,6	249.845	11,1	440.200	10,0
1.1 — Encargos de ORTN	35.114	2,9	37.460	1,7	53.500	1,2
1.2 — Reserva Monetária ⁴	12.270	1,1	100	0	200,00	4,5
1.3 — Outros ²	268.962	22,6	212.285	9,4	186.700	4,3
2. Às empresas ¹	366.300	30,7	955.600	42,3	1.456.600	33,1
II — Programas sociais ³	256.681	21,6	657.994	29,2	896.179	20,3
III — Outros dispêndios	251.667	21,1	391.557	17,4	1.613.021	36,6
Total	1.190.994	100,0	2.254.996	100,0	4.406.000	100,0

(¹) Em 1977 e 1978, receita do IOF e I exp. A partir de 1979, dotações orçamentárias específicas. (²) Subsídios diretos. (³) Em 1977 e 1978, engloba a "receita vinculada às empresas"; a "constituição/formação de capital das empresas" especificadas nos Balanços da União; e as "transferências — correntes e de capital — a autarquias". A partir de 1979, informações da Sest. (⁴) Educação, saúde, trabalho, previdência e assistência. Fonte: Balanço Geral da União/Sest/Seplan e CPPG, 1982. Elaborado pelo autor.

Fonte: Conjuntura, Vol. 37, nº 4, Abril 1983, Fundação Getúlio Vargas.

6.4. ANEXO 4.

Pronunciamento do Deputado Roberto Campos em 28 de janeiro de 1999, publicado no dia seguinte (Campos *in* CN, pp.04448 a 04464, camara.leg.br).

04448 Sexta-feira 29

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Janeiro de 1999

tempo desta Casa, pois minha luta em favor do povo paraense continua, agora mais perto dele.

Agradeço a todos sem distinção nesta Casa pela hospitalidade e pela cordialidade que me foram dispensadas.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PPB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não vou intimidá-los com o calhambeco que tenho nas mãos, preferindo entregá-lo à Mesa para publicação nos Anais. Limitar-me-ei a alguns tópicos principais, por dois motivos: primeiro, para não exceder de muito a bitola de tempo regimental, conquanto espero certo grau de tolerância da Mesa, como recompensa para minha atitude silenciosa em grande número de reuniões – não fui dos mais loquazes da Casa; e, em segundo lugar, porque não gosto do som da minha própria voz.

Chamarei este discurso, Sr. Presidente, de retrospecto melancólico. É tempo de balanço. Balanço tornado oportuno pela confluência de três eventos: fim de século, começo de milênio e, proximamente, 500 anos de fundação da brasilidade.

Minha melancolia não provém de saudades antecipadas de Brasília, cidade que considero um bazar de ilusões e uma usina de déficits, e sim do reconhecimento do fracasso de toda uma geração – a minha geração – em lançar o Brasil numa trajetória de desenvolvimento sustentado. Continuamos longe demais da riqueza atingível e perto demais da pobreza corrigível.

A melancolia vem também da constatação de nossa insuportável "mesmice". Quando cheguei ao Congresso, em 1983, eleito Senador por Mato Grosso, os temas candentes do momento eram a moratória e a recessão. Dezesseis anos depois, quando me despeço de dois mandatos de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, os temas inquietantes voltam a ser recessão e crise cambial. Isso demonstra que o Brasil, conquanto capaz de saltos de desenvolvimento, não aprendeu a tecnologia do desenvolvimento sustentado. É um saltador de saltos curtos, e não um corredor de resistência.

O Sr. Inocêncio Oliveira – Meu caro Roberto Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer.

O Sr. Inocêncio Oliveira – Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas a V. Ex^a por ter de me registrar, já que tenho compromisso importante com autoridades, em razão do momento que vivemos. Lamento não poder, nesta hora, ouvir mais uma vez um dos discursos – sem sombra de dúvida – mais importantes da atual conjuntura política do País. Trago aqui o reconhecimento do Líder do maior partido da Casa ao homem público exemplar, que, independentemente do seu campo de atuação, usou a atividade política para servir o País. Quer pela atuação na diplomacia, no Ministério do Planejamento e Orçamento – cuja estruturação iniciou –, no Senado Federal ou aqui, na Câmara dos Deputados, V. Ex^a é um cavaleiro andante em busca das reformas políticas do Brasil. E o faz não com uma lança remendada, mas com a força do conhecimento. Foi aquele que pregou tudo que hoje está acontecendo. Se o Brasil tivesse reconhecido isso há cerca de dez ou quinze anos, talvez hoje vivesse outra situação. Portanto, embora tardiamente, quero, em meu nome, em nome do partido da Frente Liberal, dizer muito obrigado ao Prof. Roberto Campos pelo muito que tem feito pela atividade política do País, sobretudo em defesa de um Brasil soberano, forte, apto a participar dos grandes problemas do mundo. Hoje, com a globalização da economia, ninguém mais fica sozinho. É preciso, portanto, fazermos as reformas fundamentais e estruturais, para nos adequarmos a uma nova realidade desse tempo no mundo. A maior homenagem que se pode fazer a V. Ex^a é dizendo que hoje o Brasil começa a trilhar os caminhos defendidos há dez, quinze, vinte anos por V. Ex^a. Meus cumprimentos e a certeza de que em qualquer atividade em que se encontre, como escritor, como professor, como grande conferencista, debatedor extraordinário, V. Ex^a será sempre uma figura marcante da vida deste País. Meus cumprimentos a V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado ao Líder Inocêncio Oliveira. Com isso já ganhei o dia. V. Ex^a conseguiu elevar-me o moral, mesmo numa manhã de despedida. É disculável o meu papel histórico. Muitos me chamam de profeta sem carisma, porque preguei muito sem conseguir aliciar adeptos. Outros me chamam de idiota da objetividade. Seja como for, eu posso ter orgulho de falar como Malraux, que dizia: "O mundo está ficando cada vez mais parecido com os meus livros". Eu diria que o mundo está, felizmente, cada vez mais parecido com minhas idéias. Sempre admirei o Líder

Inocência Oliveira, não só pela sua vocação liberal – ele tem defendido idéias liberais –, como por sua extraordinária capacidade de absorver rapidamente as influências do Plenário, com respostas adequadas e uma argumentação ágil, que exige grande velocidade mental.

Aliás, tenho grande admiração pelo que chamo de um "animal" de plenário. Realmente o Deputado Inocência Oliveira é um "animal" de plenário. Sou um modesto contribuinte para as Comissões, Deputado de Comissão. Falta-me a rapidez de raciocínio necessária nos embates de plenário e a voz tonitruante que às vezes se faz necessária para acalmar paixões e abrir caminhos.

Agradeço muito as expressões de amizade e simpatia do Líder Inocência Oliveira. E não quero mais detê-lo, porque certamente terá que tratar de coisas macroscópicas, e este meu pronunciamento está certamente entre os eventos microscópicos do dia. Muito obrigado, Deputado Inocência Oliveira.

O Sr. Inocência Oliveira – Muito obrigado também a V. Ex.^a Talvez este seja um dos momentos macroscópicos deste dia.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Prossigo, Sr. Presidente. Essa sensação de insuportável mesmice, recordo-me, fora-me transmitida também por dois velhos sábios: Eugênio Gudín e Tancredo Neves. Gudín, o guru liberal de minha geração de economistas, queixava-se, quase centenário, de que o Brasil era "a amante que ele mais tinha amado e que mais o comeara". E Tancredo, designado Primeiro-Ministro do Governo parlamentarista de João Goulart, pediu-me, em setembro de 1961, que nas duas semanas que me restavam antes de partir para assumir o posto de Embaixador, em Washington, preparasse um programa de governo a ser referendado pelo Parlamento, juntamente com o novo gabinete. Quando lhe ponderei a exigüidade do tempo, respondeu-me com mineirice sarcástica:

Você é úzeiro e vezeiro em fabricar programas de Governo desde os tempos de Getúlio e Juscelino. No Brasil, os problemas não mudam; logo não mudam também as soluções.

Dai nasceu o programa que seus autores – Bulhões Pedreira, Mário Simonsen e eu próprio – denominamos o "programa das tesouras". Recortamos textos antigos que tinham permanecido insolentemente atuais, demonstrando nossa incapacidade de transformar crises em oportunidades, aspirações em realidades.

Ná análise internacional comparativa do desenvolvimento das nações neste fim de século, dois países provocam geral perplexidade pela enorme brecha entre seu potencial, que é civilização, e seu desempenho, que é opaco: a Rússia e o Brasil. A Rússia foi uma superpotência que depois submergiu, descobrindo, afinal, que era apenas um país de Terceiro Mundo, com um exército de Primeiro Mundo. O Brasil é uma potência emergente que ainda não emergiu. Continua sendo um país com grande futuro no seu passado. Tendo chegado a produzir o oitavo PIB do planeta, deixou-se ultrapassar pela China e Espanha, despencando para o 10º lugar. Em termos de renda por habitante estamos na casa dos quadragésimos e no índice de desenvolvimento humano da ONU, que mede a qualidade de vida, figuramos no 62º lugar. Nosso problema, Sr. Presidente, não é só de iniquidade distributiva, mas também de debilidade produtiva.

Qual a explicação desse contraste entre o potencial de riqueza e a pobreza de desempenho? Os fatores explicativos são de triplice natureza: deformações culturais, erros comportamentais e a armadilha do meio-sucesso. As deformações culturais podem ser capsuladas, o que costumo chamar de doença dos "ismos": o nacionalismo temperamental, que reduz a absorção de tecnologia e investimentos; o populismo, que é a arte de distribuir riquezas antes de produzi-las; o estruturalismo, que subestima o papel da desordem monetária na inflação; o estatismo, que leva o Estado a fazer mais do que pode no econômico e menos do que deve no social; o protecionismo, que castiga o consumidor sem exigir eficiência do produtor.

Os erros comportamentais vieram em saíra abundante na década de 80, que, não por outra razão, foi chamada de "década perdida". Os militares concluíram seu longo reinado com dois erros: não fizeram a abertura econômica antes da abertura política; adotaram a política de reserva de mercado na informática, que atrasou em pelo menos quinze anos nossa modernização tecnológica.

A partir de 1985, paradoxalmente, a "civilização" do regime pela redemocratização, ao mesmo tempo em que ampliava as liberdades políticas, comprimiu as liberdades econômicas. Houve os "planos heterodoxos" de combate à inflação – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão –, todos os quais desorganizaram o sistema de preços, seguidos do Plano Collor, que desorganizou as poupanças. Proclamou-se, em

1987, uma moratória unilateral da dívida externa, comicamente apelidada de "moratória soberana", que destruiu o crédito internacional do Brasil e é até hoje marca negativa em nosso prontuário financeiro. Houve finalmente a Constituição de 1988, que documenta os perigos de uma doença freqüente na América Latina: a "constitucionalite". Ela excita utopias individualis.

Nossa atual Carta Magna é intervencionista no econômico, utópica no social e híbrida no político. Ampliou os monopólios estatais, exagerou a carga fiscal, engessou as relações trabalhistas e criou um sistema previdenciário que é uma briga braçal com o cálculo atuarial. Foi esfuizante na concessão de direitos e monástica na especificação dos deveres. Facilitou tanto a proliferação de partidos como de Municípios insolventes. No fundo, é mais um ensaio de "democratice" e de "demoscopia" do que de democracia. De "democratice" porque acentua as liberdades políticas, mas priva o cidadão de liberdades econômicas ou de opções sociais. É que os monopólios estatais são uma cassação do direito de produzir, enquanto a legislação trabalhista inibe o direito de contratar e a legislação previdenciária priva o cidadão do direito de escolher o administrador de suas poupanças. Nossa Constituição é também um ensaio de "demoscopia" ao facilitar um pluripartidarismo caótico pela ausência de instrumentos de compactação partidária como o voto distrital, a fidelidade partidária e a cláusula de barreira.

Nasce em outubro de 1988, um ano antes das dramáticas transformações ideológicas pós-muro de Berlim, nossa Carta Magna é um bebê anacrônico. Levamos dezessete meses para parir e estamos gastando uma década para desconstruí-la. Aliás, pondera-me um amigo que, como octogenário, eu deveria ser grato à Constituição de 1988 pelo art. 230, que garante às pessoas idosas o direito à vida. Lembrar-me-ei de impetrar um mandado de segurança contra o Criador se ele manifestar más intenções a meu respeito na próxima pneumonia.

Nosso mediocre desempenho é explicável também em função de um terceiro fator: a armadilha do meio-sucesso. Sempre acreditei que as nações só podem ser salvas pelo claro sucesso, que gera confiança, ou pelo fracasso exemplar, que provoca mudanças. O perigo está no meio-sucesso, em que tivemos, por exemplo, anormal tolerância para com a inflação – essa fonte de injustiça social –, porque durante muito tempo logramos a façanha

aparentemente impossível de conciliarmos alta inflação e rápido desenvolvimento; e anormal resistência à privatização, porque criamos estatais que, ineficientes pelos padrões mundiais e de inexpressiva rentabilidade para o Tesouro, pareciam melhor instrumentadas que suas congêneres latino-americanas.

Um terceiro exemplo de meio-sucesso é o Plano Real. Trata-se de esplêndida ginástica financeira: com êxito surpreendente na queda da inflação e insucesso crescente no câmbio e no fisco.

O Sr. Tilden Santiago – Deputado Roberto Campos, permita-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Concedo o aparte a V. Exª com muito prazer.

O Sr. Tilden Santiago – Deputado Roberto Campos, gostaria de saudá-lo neste momento em que V. Exª deixa o nosso Parlamento e volta para as suas lides como professor e conferencista. Escuto com atenção suas palavras, como sempre as escutei aqui, nas Comissões ou em conversas pelos corredores, e faço questão de ler o seu pronunciamento, sempre voltado para a realidade. V. Exª bem sabe que, pela minha formação filosófica e teológica de seminarista, agrada-me muito a pluralidade de pensamento. Nunca gostei das unanimidades, sobretudo no plano da Filosofia, no plano do pensamento, no plano da política. Portanto, as divergências que podemos ter no plano da análise da realidade do pensamento não nos impediu a convivência que aqui tivemos e a possibilidade do confronto das idéias. Escuto agora e depois vou ler atentamente o seu discurso, como sempre faço com seus artigos de jornal. Gostaria de registrar, no momento em que V. Exª deixa o Congresso Nacional, um momento que vivi com V. Exª na Embaixada da França. Fomos convidados pelo Embaixador, no momento em que vinha ao Brasil um teórico francês da globalização. Naquele momento, sentindo a dificuldade de entrar no diálogo pela força que tem V. Exª em trabalhar a Economia, como filósofo pensei que poderia entrar um pouco na conversa puxando um pouco mais para a Filosofia e para a política, porque na Economia sabia que seria derrotado. Para isso me ajudaram também umas duas doses de uísque, que me deram coragem para falar. Recordo o debate naquela noite em que o Senador Eduardo Suplicy, não podendo utilizar o francês, delegou-me a tarefa de entrar no diálogo com V. Exª e com aquele teórico da globalização aqui vindo da França. Gostaria, ao terminar minhas palavras, de saudá-lo e dizer que admiro muito

sua humildade diante da realidade. Podemos discordar de suas análises, de seu pensamento, das propostas que fez; podemos ter diferenças, mas há uma coisa que sempre me impressionou em V. Ex^a: humildade intelectual diante da realidade. E também gostaria de dizer que desejo que a globalização, tão desejada por V. Ex^a, mas também por mim, caminhe de um viés de competição exclusiva para um viés da solidariedade e da cooperação entre os homens. Obrigado pelos momentos que tivemos juntos nesta Casa.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado Tilden Santiago, com quem tenho uma grande afinidade. Fomos ambos seminaristas e tomamos um banho de filosofia escolástica e de lógica aristotélica, o que representou um importante instrumental, quer analítico, quer prático na vida hodierna.

Ele tem razão em dizer que sou humilde diante dos fatos. Luto, e às vezes acerbamente, pelas minhas idéias, mas nunca me entreguei ao personalismo injurioso e tenho sempre uma preocupação de busca da verdade, ainda quando essa busca se torna terrivelmente solitária e terrivelmente impopular.

Essa afinidade foi muito útil a nós dois. Aprendemos mutuamente. Lembro-me desse grande debate na Embaixada Francesa, onde tive um desapontamento: é que o meu francês estava enferrujado e o francês de Tilden Santiago bastante azelgado. Mas, em termos de idéias, acho que estávamos ambos atualizados. E ambos revelamos uma qualidade que considero importante: a ausência de fanatismo. O fanático "é aquele que redobra seus esforços depois de perder de vista os objetivos", segundo Santayana.

Disse ele que vou entregar-me à atividade intelectual, atividade professoral. Isso é verdade. Voltarei a uma vocação antiga, apenas com o cérebro bastante erodido pelas vicissitudes do tempo. Hoje, minha capacidade de escrever está bastante reduzida. Infelizmente, diz um adágio um pouco grotesco: "O cérebro de velhos é como o útero das prostitutas: recebe, mas não concebe". Muito obrigado. (Risos.)

O Sr. Arthur Virgílio – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio – Lamento, Deputado Roberto Campos, que me tenha posto em radical adversidade em relação às suas idéias justamente

no período em que V. Ex^a considera que fosse aquele de maior fecundidade desse seu intelecto absolutamente privilegiado. Devo dizer-lhe que V. Ex^a fez parte da minha vida na mesma distância. Eu me oriei num ambiente ideológico, do qual me orgulho, de lutas vividas, familiares e pessoais, das quais me orgulho também, e guardo uma lembrança que faz parte do ser humano que sou hoje, com defeitos e com, quem sabe, algumas qualidades, mas seguramente com defeitos marcantes. E V. Ex^a era uma referência, era sinônimo para mim de tudo que não era bom para o País, era sinônimo para mim de tudo que significasse o antinacional, a perspectiva da perda de soberania. Enfim, meu pai foi Líder do PTB nesta Casa e Líder do PTB no Governo Goulart. Eu fui líder estudantil em uma época em que V. Ex^a era referência. E, quando queria citar alguém que não servia para o País, eu dizia: está parecendo com o Roberto Campos. V. Ex^a me causava uma irritação muito especial. Eu o via debater, mas a sua inteligência me causava uma enorme... Eu dizia: esse adversário, inteligente e culto, é a própria hidra. Precisamos encontrar uma forma de fazê-la calar. Eu lhe peço, portanto, desculpas por esse autoritarismo juvenil. As mutações vividas pelo próprio mundo e as próprias mutações que o ser humano que eu sou me fizeram vivenciar, também. Se hoje tenho discordâncias com pontos de vista de V. Ex^a, diria que bebo com muita atenção, com muito respeito, com muita reverência tudo o que V. Ex^a fala e o que V. Ex^a escreve, a ponto de guardar os seus artigos e de ler sistematicamente todos os seus livros. Espero que V. Ex^a produza muito daqui para frente. Desejo-lhe muitos anos de vida. Sinto que é uma mera troca de trincheira. V. Ex^a poderia muito bem estar no Senado. Eu gostaria muito de ter sido eleitor do Rio de Janeiro para poder ter votado em V. Ex^a. Sei que V. Ex^a troca de trincheira. Vai voltar para a vida acadêmica e não precisa de nada formal para que o Brasil reconheça o tamanho de V. Ex^a, como grande conselheiro, alguém imprescindível para qualquer Presidente da República, para qualquer Governo em momentos de crise, alguém imprescindível para se ouvir as idéias de planejamento, de desenvolvimento econômico, crescimento, distribuição de riqueza, tudo que se almeja para um país. Em outras palavras, não vim aqui à toa, não estou de passagem nem vim aqui para dar presença no painel. Vim aqui para lhe prestar esta homenagem modesta, mas muito sincera. Para mim, V. Ex^a é muita coisa. Vou tentar resumir numa frase bem sim-

ples: V. Ex^a é, para mim, um homem público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Antes que V. Exa. retome a palavra, nobre Deputado Roberto Campos, a Mesa convida para fazer parte da sessão o nobre Ministro Francisco Dornelles, colega de V. Ex^a

Sr. Ministro Francisco Dornelles, por gentileza. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Arthur Virgílio. É excelente ser bem falado na saída. É melhor do que ser bem recebido na entrada. Tivemos divergências ideológicas que atribuo à imaturidade juvenil. A juventude é, sob certos aspectos, uma doença. Dizia Bernard Shaw que "a juventude é uma coisa maravilhosa, que pena desperdiçá-la nas crianças!". As controvérsias que o Deputado Arthur Virgílio tinha comigo eram realmente devido a uma diferença de estágios de amadurecimento. Eu já tinha, naquela ocasião, uma grande experiência nacional e internacional e tinha perdido a impetuosidade juvenil, enquanto S. Ex^a tinha o idealismo dos jovens, que é extremamente positivo, quando construtivo, e encerra também venenosos perigos quando desabalado.

Cheguei a ser enterrado em elígie pelos estudantes que protestavam contra duas coisas: eu queria um plano de estabilização monetária – naquela ocasião, parecia uma palavra feia – e um esquema realista de exploração do petróleo não no Brasil, mas na Bolívia. Mas o nosso nacionalismo era tão extremado que não queríamos participação estrangeira não só no Brasil como na Bolívia. Era um caso de agudo irrealismo.

As coisas evoluíram. Hoje noto, com prazer, que Arthur Virgílio é quase um líder liberal. Tenho para mim que a juventude não é provavelmente um fenômeno etário, mas uma capacidade de surpresa. Sob esse aspecto, considero-me jovem, porque sou um sujeito que ainda tem capacidade de surpresa. Acho que a marca do homem honesto é a capacidade de arrependimento. Certamente, Arthur Virgílio, depois de uma fase de intolerância dogmática, quando percorria as pistas da esquerda, é hoje um homem polivalente e que realmente vive, sente e prega a grande qualidade da democracia, que é o pluralismo e a ausência de fanatismo.

Deputado Arthur Virgílio, muito obrigado pelos seus comentários. Realmente, sinto-me de moral elevado hoje, porque esperará aqui ter amigos, e tenho amigos, mas não contava que tivesse leitores tão dedicados.

O Sr. Valdemar Costa Neto – Nobre Deputado, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Valdemar Costa Neto – Deputado Roberto Campos, é de fazer inveja a qualquer político a oportunidade de conviver com a sua honra e a sua inteligência. Entre os muitos ensinamentos que a sua conduta nos ofereceu, no episódio da quebra do monopólio do gás, V. Ex^a sempre defendeu a privatização neste País. Naqueles combates, houve a aprovação da quebra desse monopólio em primeiro turno, por unanimidade, nesta Casa, e um destaque de voto em separado impediu a criação de um monopólio privado do gás no Brasil. Quero cumprimentá-lo por tudo que aprendi com V. Ex^a e dizer: parabéns, Dr. Roberto Campo, obrigado pela oportunidade dos seus ensinamentos. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, caro Deputado Valdemar Costa Neto, por quem tenho uma grande amizade. Aliás, amizade que deriva de um antigo relacionamento afetoso e de admiração administrativa com o seu pai, que é quase Prefeito contumaz de Mogi das Cruzes. Nunca vi cidadão com tanta facilidade eleitoral – parece-me que é a quarta vitória eleitoral. Realmente, ele é um administrador de grande mérito e de grande capacidade, de carisma popular. Talvez ele seja um Prefeito permanente.

Dediquei-me muito a essa luta contra os monopólios, por uma razão inclusive filosófica. O que é o monopólio estatal? É uma cassação do direito de produzir. O que acho estorço, esquisito, é que muita gente que protesta contra a cassação de direitos políticos não protesta contra a cassação de direitos econômicos, e até a após. E o monopólio não é outra coisa senão a cassação de direitos econômicos, com efeitos sociais perversos, porque tende a criar uma burguesia estatal. Enquanto a burguesia econômica tende a ser uma "meritocracia", porque reflete avaliações de mercado, a burguesia estatal é uma criação artificial de ideologias. Por isso, lutei sempre contra os monopólios e tive a oportunidade de contribuir para evitar mais um monopólio: o do gás natural.

Muito obrigado, Deputado Valdemar Costa Neto.

Ocupo com prazer o Deputado Jair Bolsonaro.

O Sr. Jair Bolsonaro – Deputado Roberto Campos, em nome do partido, em especial do nosso Ministro Francisco Dornelles, queria lembrar a todos

que V. Ex^a foi o verdadeiro criador do Ministério da Defesa dos Trabalhadores, ou seja, o criador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e também o grande idealizador do PIS/PASEP. Por tudo isso, sentimos-nos honrados de ter V. Ex^a em nosso partido e desejamos-lhe muitos anos de vida, que seja feliz fora do Congresso como foi aqui dentro. Dado o seu bom humor, recomendaria a V. Ex^a o seguinte, apesar de ser mais novo: se porventura após a próxima pneumonia alguém não estiver bem intencionado com V. Ex^a, antes de assinar contrato com algum advogado procure saber qual é sua filiação político-partidária, porque, se for do PT, V. Ex^a poderá estar mais cedo nos braços do Criador. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado Jair Bolsonaro. Curiosamente a minha imagem não é a de alguém apaixonado pela causa dos trabalhadores. No entanto, sempre defendi um novo trabalhismo, não demagógico e não tutelado, mas autêntico. Apresentei vários projetos nesse sentido.

Quando cheguei ao Senado, o ambiente era recessivo, e eu apresentei três ou quatro projetos de flexibilização do mercado de trabalho para preservar empregos. E vejo com satisfação que aqueles projetos, mal recebidos à época, hoje estão sendo ressuscitados pelo Governo, ante a convicção de que a rigidez da legislação trabalhista é, no fundo, um desrespeito tanto ao empregador quanto ao empregado, porque os priva de uma faculdade fundamental: o direito de negociar.

Também apresentei ao Congresso, nessa ocasião, projeto de participação nos lucros. Já o tinha apresentado anteriormente no fim do Governo Castelo Branco. Poucas pessoas sabem que o último projeto apresentado ao Congresso pelo referido Presidente, e que foi arquivado rapidamente, tratava da participação nos lucros, que eu ressuscitei no meu primeiro discurso no Senado, em 1983.

Essa preocupação com um novo trabalhismo, participativo no bom sentido, esteve sempre comigo. Mas nunca fui um pregador de carisma; fui um profeta sem carisma. De modo que a imagem que consegui transmitir foi deficiente sob esse aspecto. O amigo dos trabalhadores, que se interessara por suas causas e fora um lutador constante contra a inflação, a maior das injustiças sociais, passou uma imagem impopular, de desinteresse humano, senão mesmo de crueldade tecnocrática.

Agradeço a V. Ex^a, Deputado Jair Bolsonaro.

Ouçó com prazer o Deputado Adhemar de Barros Filho.

O Sr. Adhemar de Barros Filho – Nobre Deputado Roberto Campos, quero me associar a todos os companheiros que, com muita justiça, prestam hoje a V. Ex^a a mais legítima homenagem. Homenagem que não se estende apenas ao economista, mas ao Ministro de Estado, ao Senador pelo Estado do Mato Grosso e ao Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro. Alguém poderia pensar, como disse alguns anos atrás o ex-Ministro Pelé, que o eleitor não sabe escolher. Prefiro pensar que existe hora de plantar e hora de colher; hora de entrar e hora de sair. V. Ex^a ganha com isso, a meu ver, tendo em vista a legítima homenagem que o PPB prestou-lhe ontem, na presença do Ministro Francisco Dornelles, na cidade do Rio de Janeiro. Sei que V. Ex^a vai colaborar com o Prefeito Luís Conde. Certamente, se S. Ex^a seguir a sua orientação, muito mais depressa do que São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro solucionará os problemas que hoje avassalam todos os Municípios brasileiros. A V. Ex^a a nossa homenagem e os nossos votos de felicidade.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço muito a V. Ex^a, Deputado Adhemar de Barros Filho, as palavras amáveis e a lembrança de minha posição no Rio de Janeiro. Tive grande apoio dos meus colegas do PPB, Jair Bolsonaro e Francisco Dornelles, e consegui no Rio de Janeiro uma votação expressiva de mais de 2 milhões de votos, o que não é fácil para quem nunca cultivou a demagogia e sempre adotou uma linguagem austera e um implacável realismo na análise de problemas nacionais.

Posso até me considerar, sob certos aspectos, um líder popular, porque fui o mais votado na Rocinha e em Inajá, além de ganhar em toda a cidade do Rio de Janeiro, o que me obriga a prestar serviços àquela unidade nacional. É por isso que aceitei o convite do Prefeito Luís Conde, para prestar consultoria.

Muito obrigado, Deputado Adhemar de Barros Filho, a quem me liga antiga amizade.

Ouçó, com prazer, o Deputado José Costa.

O Sr. José Costa – Deputado Roberto Campos, o Plenário que ouve V. Ex^a, embevecido pelo seu pronunciamento, que tanto dignifica esta Casa, é o mesmo que, aturdido, vive o auge da crise econômica e votou as pretensas reformas propostas pelo Governo Federal, mais precisamente pelo Presidente da República. Este Plenário ficou

atunido porque constatou que se arrecada cerca de 32% do PIB e se paga 8% do mesmo em juros. Certamente, se não houvesse uma zona de *flading*, de amortecimento, entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, muitos pronunciamentos, lições e experiências de V. Ex^a teriam sido aproveitados e certamente o País não estaria vivendo as dificuldades de hoje. V. Ex^a se despede do Parlamento no momento crucial da vida pública brasileira. A próxima Legislatura sem dúvida votará as reformas política, econômica e do Judiciário. Recordo-me de que V. Ex^a, em recente entrevista, lamentava que o Congresso não tivesse tempo e oportunidade de debater a reforma fiscal apresentada pelo ex-Deputado Luís Roberto Ponte. A exemplo do Deputado Arthur Virgílio, estou no rol dos seus leitores. Espero que V. Ex^a, na vida privada, com a sua sabedoria, sua sólida formação humanística, seus conhecimentos de economista, continue dando a este País valiosíssimas contribuições. Também estarei fora do Congresso Nacional. Volto ao meu escritório de advocacia, mas certamente continuarei bebendo-lhe as experiências e as lições, através da imprensa. Desejo a V. Ex^a muitas felicidades e lastimo a sua ausência no Parlamento brasileiro.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado, Deputado José Costa. Folgo que V. Ex^a tenha registrado meu constante interesse pelo problema básico fiscal.

A doença brasileira não é doença do setor privado, é uma doença do setor público. E essa doença se revela através do déficit fiscal. O Plano Real tem grave defeito. É que se baseou numa esplêndida ginástica financeira e em um esforço fiscal muito tímido: o Fundo Fiscal de Emergência. Fez meramente transposição de receitas, e não reestruturação fiscal. Isso explica grande parte das nossas dificuldades, porque a âncora cambial e a política monetária restritiva, sabe-se universalmente, são remédios de curta duração. No caso brasileiro, tinha-se que ir à raiz do desequilíbrio, e a raiz do desequilíbrio é um problema fiscal.

Apoié, por isso, o projeto do Deputado Luís Roberto Ponte. Nunca procurei transformá-lo num projeto meu; acho que é vã a procura de autoria, a desesperada busca de autoria. Apoié incondicionalmente o projeto do Deputado Luís Roberto Ponte, de reforma fiscal, porque me parece que ele atende a dois dos objetivos que uma reforma fiscal deve ter: diminuir a informalização da economia – esse é um cancro que nos ataca. Hoje, 80% dos novos empregos criados estão na economia

informal, quer dizer, fora da lei. O segundo objetivo é ter impostos automáticos, cobrados eletronicamente, que dispensem declaração, para coibirmos a evasão e a sonegação fiscal, que distorcem as condições comparativas.

Muito obrigado, Deputado José Costa. V. Ex^a, como eu, nos afastamos do Congresso, mas certamente continuaremos atentos ao que aqui se passa.

Ouçó, com prazer, o Deputado Ney Lopes.

O Sr. Ney Lopes – Deputado Roberto Campos, não sei a forma de saudá-lo, se como Parlamentar, se como Ministro ou, certamente, de forma mais completa e significativa, se como um dos maiores pensadores sociais, econômicos e políticos deste século. Daí por que minha palavra inicial é de agradecimento duplo, um agradecimento genuíno, primeiro a Deus, por ter me dado a oportunidade de conviver com V. Ex^a durante tantos anos. Depois, o agradecimento a V. Ex^a, pois, no processamento de teses deste Parlamento, algumas das quais participei diretamente até como Relator, como no caso da Lei de Patentes, da definição de empresa nacional, dos monopólios da energia e outras tantas matérias, sempre tive a sorte da presença de V. Ex^a com as suas luzes, com a sua clarividência, com o seu equilíbrio. Desde os primeiros momentos dessa convivência, firmei uma convicção íntegra, a de que as críticas feitas pelos adversários de V. Ex^a às suas idéias têm um causa: é porque não dialogaram ou não entenderam seus pontos de vista. Deputado Roberto Campos, percebi que como V. Ex^a trouxe e traz uma contribuição ao Parlamento e à sociedade não apenas brasileira, mas do mundo, no sentido de demonstrar que as idéias hegelianas da dialética servem, na verdade, para cérebros e pensadores estabelecerem três etapas – da tese, da antítese e da síntese – em busca de alternativas viáveis, e não, como pensou Karl Marx, usá-las para o materialismo histórico de Fierbach, no sentido de que a rota da história seria sempre em busca de uma luta de classes, provocada pela tese e pela antítese, em busca de uma síntese, hoje comprovadamente inatingível. E V. Ex^a demonstra que a idéia, quer seja em um artigo de jornal, quer seja no Parlamento, em qualquer ocasião, é a grande energia que impulsionará sempre as mudanças sociais, a exemplo do Imposto de Renda – como V. Ex^a frisou certa vez em um debate –, idéia nascida no final do século passado para destruir todo o arsenal do determinismo histórico de Karl Marx, quando a sociedade demonstrou, pela força

da liberdade, que seria capaz de encontrar mecanismos para diminuir as distâncias sociais sem recorrer à força ou ao processo de lutas de classes. E hoje – usando a expressão de Duverger, ao colocar três temas básicos para o destino da humanidade – a democracia e a liberdade já estão conceituadas, mas um desafio persistia e persiste ainda hoje: a busca da igualdade. E é nesta linha que V. Ex^a já contribuiu, tem contribuído neste Parlamento e, por muitos anos, haverá de dar uma grande contribuição ao Brasil, que é a verdadeira igualdade, na concepção da igualdade de oportunidades. Dessa crise do Estado, que sempre tem nas alternativas de V. Ex^a o tom verdadeiramente social, a concepção que testemunhei V. Ex^a dizer várias vezes é que democracia é democracia, e não é preciso rotulá-la de social, de liberal, nem de nenhuma outra qualificação, porque o termo se exaure por si próprio, na contribuição da busca de igualdade e oportunidades para todos. Nesse conceito que desafiou o pensamento de Duverger, sei que V. Ex^a continuará a dar uma grande contribuição a este País. Já sinto saudades da presença de V. Ex^a nesta Casa como de tantos outros colegas, mas essa saudade será compensada pelo direito que certamente exercerei de procurá-lo sempre para ter, nas suas orientações, as luzes que fizeram com que este humilde Parlamentar errasse menos em quatro mandatos nesta Casa. Vá com Deus e tenha aqui os seus amigos permanentemente para admirá-lo e respeitá-lo.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Ney Lopes as palavras, a quem aprendi a admirar em diuturnos contatos.

S. Ex^a conseguiu destrichar com grande brilho alguns projetos difíceis, considerados verdadeiros “abacaxis”, sob o ponto de vista demagógico e político. Refiro-me especificamente à redefinição de empresa nacional, através de emenda constitucional, eliminando as discriminações contra empresas estrangeiras. A contribuição de S. Ex^a foi importantíssima e explica boa parte do fluxo de retomada de investimentos para o Brasil. Afinal de contas, recebemos, no ano passado, 25 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros, um recorde histórico do bom investimento, investimento permanente, isso não teria sido possível se não tivesse havido a redefinição da empresa nacional, que eliminou absurdas restrições à participação estrangeira.

A segunda contribuição muito importante que deu V. Ex^a foi a Lei de Patentes. Essa lei perambulou no Congresso por cerca de cinco anos, mas foi também importantíssima para detonar nova onda de investimentos, sobretudo no setor de farmacêutica e biogenética. O Brasil é hoje um sítio promissor para investimentos nessa área, isso se deve à labuta paciente do Deputado Ney Lopes na aprovação da nova Lei de Patentes. S. Ex^a e eu partilhávamos de uma estranha sensação. Havia grande oposição à concessão de patentes químicas, farmacêuticas, campos ainda não patenteáveis. E nos perguntávamos: por que essa posição? No fundo, tratava-se de terrível pessimismo. Imaginava-se que as patentes fossem algo que beneficiasse inventores estrangeiros, como se não houvesse inventores nacionais. Era uma visão extremamente pessimista da inventividade nacional e que se tinha traduzido em resultados bizarras: inventores nacionais acabavam tendo patentes nos Estados Unidos, pela impossibilidade de obtê-las aqui. A Lei de Patentes foi uma grande conquista. É uma lei moderna, que colocou o Brasil no radar dos investidores em campos novos, como a engenharia genética e a biotecnologia, para os quais o Brasil oferece um campo extremamente promissor.

Ney Lopes tem toda razão ao falar das adaptações do capitalismo no sentido de temperar a busca desesperada da eficiência com o sentido redistributivo. O Imposto de Renda foi imaginado num manifesto comunista como instrumento de destruição da burguesia, mas o capitalismo, com sua sabedoria espontânea, instintiva e irata, transformou-o em instrumento de flexibilização do capitalismo.

A rigor, foram três os instrumentos de flexibilização capitalista que fizeram com que as profecias de Marx fracassassem e até se realizassem no sentido contrário – o desmoronamento ocorrido foi do socialismo, não do capitalismo. As três flexibilizações foram: o Imposto de Renda, o surgimento do movimento sindical e a legislação antitruste. A contribuição de Ney Lopes, brilhante advogado, à formulação de leis econômicas foi importante.

Os economistas têm um grave defeito: não sabem traduzir em textos legais, realistas e praticáveis as idéias econômicas. E isso levou Castelo Branco a dizer que os textos que eu próprio e o Ministro Bulhões apresentávamos tinham de ser pensados pelos bacharéis da UDN. As idéias econômicas, então, se os textos econômicos continuarem intactos, correm o risco de se tornarem irrelevantes e abstratas.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Nobre Deputado Roberto Campos, quero apenas registrar a nossa grande admiração por V. Ex^a e a honra de ter sido seu colega nesta Casa. V. Ex^a, na qualidade de representante ilustre da nossa diplomacia nas atividades internacionais, um dos Ministros de maior qualificação que tivemos e Parlamentar que indiscutivelmente trouxe grande contribuição a esta Casa, é um dos homens mais brilhantes do nosso País nestes últimos tempos. A V. Ex^a as nossas homenagens e a certeza de que a nossa admiração é permanente diante do homem tão ilustre que nesta hora se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Deputado Roberto Campos, constringidamente, a Mesa pede brevidade aos companheiros que desejam apartá-lo. Já prorrogamos por duas vezes o prazo para o término do discurso de V. Ex^a. Há outros oradores inscritos, e nota-se que V. Ex^a ainda carece de algum tempo para chegar ao fim de seu pronunciamento. É o apelo que a Mesa faz aos companheiros que justificadamente querem apartá-lo.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ouço o nobre Deputado Hugo Rodrigues da Cunha.

O Sr. Hugo Rodrigues da Cunha – Sr. Ministro, serei rápido. Embora sem o brilho dos meus colegas, não posso deixar de trazer aqui a homenagem pessoal deste seu modestíssimo colega e grande admirador, representando a minha cidade, Uberaba. E, nesta manifesta homenagem, quero dar um testemunho. Estudante de Economia, em São Paulo, na década de 50, enfileirava-me contra aqueles que, estimulados por interesses inconfessos, faziam a campanha do Bob Field. Nós, que éramos de outra ala, combatíamos com palavras e, evidentemente, com ação essa calúnia, essa injustiça cometida contra um dos grandes cérebros deste País. Mais tarde, quase duas décadas depois, tive a honra de recebê-lo na Associação Comercial, para ouvir a sua brilhante palestra da nossa Escola de Economia. Lembro-me de que fiz referências ao seu grande trabalho no Sistema Tributário Nacional de 1966, na unificação dos institutos e também na eliminação da perspectiva de vantagem de indenização pela estabilidade – V. Ex^a criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, naqueles momentos, era combatido; aquelas eram leis de uma semana apenas. V. Ex^a, para grande

alegria minha, manifestou admiração, disse que, afinal, alguém já começava a reconhecer o mérito daquele trabalho. Sr. Ministro, venho manifestar a homenagem também da minha cidade, dizendo-lhe que, lamentavelmente, esta Casa vai perder a contribuição de um grande nome. Vamos, porém, aguardá-lo por meio da imprensa, rogando a Deus que lhe dê muitos anos de frutífero trabalho, para o bem deste nosso País.

O Sr. Adroaldo Streck – Deputado Roberto Campos, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Com muito prazer, Deputado Adroaldo Streck.

O Sr. Adroaldo Streck – Quero dar um depoimento que reflete exatamente a dimensão de V. Ex^a. Nesta Casa, que é plural, quantas vezes ouvi nas Comissões, que V. Ex^a tanto frequenta, ou aqui no Plenário, companheiros nossos dizendo não concordarem com nada do que defende V. Ex^a, ressaltando, porém, a impossibilidade de deixarem de reconhecer que se trata de uma grande cabeça, de um homem supinamente trabalhador, presente e que engrandece o Parlamento brasileiro. Então, Deputado Roberto Campos, esse tipo de manifestação, inclusive de adversários seus – o que não é o meu caso; admiro muito o que V. Ex^a escreve, fala e faz, tanto que leio seus artigos permanentemente –, é o coroamento de um trabalho que engrandeceu a Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que, como eu, os nossos companheiros que estão saindo desta Casa levarão a gratidão de ter tido essa convivência fraterna com V. Ex^a durante estes quatro anos. Muito obrigado. Felicitades para V. Ex^a.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Agradeço ao Deputado Adroaldo Streck e ouço o Deputado Paes Landim.

O Sr. Paes Landim – Sr. Embaixador, Deputado, Senador, Ministro Roberto Campos, hoje, em função da despedida de V. Ex^a, uma das maiores figuras deste País, como já assinalou o Deputado José Bonifácio de Andrada, esta Casa marcará a trajetória dos grandes brasileiros que honraram e ilustraram o Parlamento brasileiro. Ainda há pouco tempo, relendo "Lanterna na Popa", livro em que V. Ex^a conta a despedida do "Governo dos Mil Dias", do Presidente Castelo Branco, revê a frustração sobretudo de Otávio Gouveia de Bulhões, exatamente porque pressentia que a política de estabilidade monetária – e V. Ex^a lançou o primeiro plano de estabilização monetária do País – não teria continuidade. O Governo populista e inconsequente

de Costa e Silva, sem nenhum compromisso, sem o perfil estadista de Castello Branco, não daria continuidade à política de austeridade, que preparara um grande patamar para o desenvolvimento do País, assim como às várias políticas públicas que V. Ex^a lançou junto com Bulhões, exatamente para preparar o País para uma grande largada rumo ao desenvolvimento. A própria independência do Banco Central também é uma idéia de V. Ex^a e do Prof. Bulhões, que, por intermédio da Sumoc, já vinha tentando uma política monetária própria no País, independente dos humores do Governo. Tal idéia, entretanto, foi também desrespeitada pelo governo seguinte, que, ao invés de dar ao Banco Central tal condição, disse a V. Ex^a que o guardião da moeda seria ele próprio, o Presidente da República. Se as propostas de V. Ex^a tivessem tido continuidade, tenho certeza, repito, que o País seria muito diferente hoje. V. Ex^a e San Tiago Dantas tiveram o compromisso de usar a inteligência para servir o País. Eu acho que ambos se serviram da grande tese daquela conferência magistral de San Tiago, "D. Quixote, o apólogo da alma ocidental". E V. Ex^a disse muito bem, na elegia no túmulo de San Tiago Dantas, sobre o compromisso que antes assumiram: usar a inteligência, a cultura e a grande erudição de ambos a serviço do País. Eu tenho certeza, Sr. Embaixador, grande Senador, grande Deputado, de que V. Ex^a não pregou no deserto. Pela sua persuasão, grande capacidade intelectual e grande autoridade moral, as suas idéias vão conquistando o País, exatamente derubando os grandes "muros de Berlim" que infelizmente atrasaram o País por longas décadas. Tenho certeza, portanto, de que a pregação de V. Ex^a será sempre uma das maiores lições que este País recebeu ao longo deste milênio. Muito obrigado.

O Sr. Júlio Redecker – Deputado Roberto Campos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Júlio Redecker – Gostaria de registrar nossa alegria, não pela partida, de V. Ex^a, mas pelo que deixou para o Brasil, em todos os cargos públicos que ocupou. Das idéias claras e definidas de V. Ex^a não perdemos contato. Os artigos do nobre Deputado são um norte para todos aqueles que querem conhecer um pouco do que acontecerá, do que está acontecendo e do que já aconteceu no País. Muitos economistas formuladores de idéias brilhantes, sob sua análise, são equiparados a idéias

antigas já conhecidas e muitas vezes não realizáveis, porque já tiveram os seus erros constatados através da História. Espero que o Brasil possa ter mais Robertos Campos, mesmo com a sua idade, com as idéias sofrendo com erosão – como V. Ex^a mesmo falou –, o que não concordamos. Que os jovens deste País possam ter no seu exemplo a oportunidade de serem obreiros, trabalhadores de idéias e de construção de novas realidades, para que possamos conviver com o futuro neste País. E que não sejamos apenas o País do futuro, mas que possamos construir uma realidade. Se V. Ex^a acredita que a sua geração não deu tudo aquilo que poderia ter dado para o Brasil, certamente procurou dar a sua parte – e ela foi essencial. Meus parabéns, Deputado Roberto Campos.

O Sr. Moisés Bennesby – Nobre Deputado Roberto Campos, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não, Excelência, com muito prazer.

O Sr. Moisés Bennesby – Tive a alegria, o prazer e a honra de conhecê-lo quando V. Ex^a era Ministro do grande e honrado Presidente Humberto de Alencar Castello Branco. V. Ex^a nos recebeu em 1967, quando eu representava o maior sindicato de plantadores e extratores de borracha natural. O nobre Deputado teve muita competência em editar a Lei nº 5.267, a qual sempre cito, passando aos demais o conhecimento de V. Ex^a. Não querendo ser redundante, e respeitando o pedido do Presidente para sermos breves, pois há ainda muitos que gostariam de falar, quero apenas dizer que, acima dos graus que os demais colegas o colocaram, tenho-o como um cientista no campo econômico. V. Ex^a tem de continuar bravo, escrevendo seus artigos e, por que não, participando da tão difícil vida que o País atravessa. Receba, caro amigo Roberto Campos, o mais sincero afeto. Como V. Ex^a, também não retorno a esta Casa, por uma questão soberana de decisão do povo do meu Estado. Muito obrigado. No Rio de Janeiro e em Rondônia estaremos sempre perto para conversar e receber a cultura de V. Ex^a. Os cinco filhos que tem – dois formados em Boston, nos Estados Unidos – permanentemente nos falam da teoria e dos conhecimentos científicos que V. Ex^a tem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo Fortes) – A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados que sejam breves e simplifiquem suas manifestações. Esta é a terceira prorrogação que damos ao tempo de que o nobre Deputado Roberto Campos

dispõe. S. Exª, com certeza, deseja concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Pedro Correa – Sr. Presidente, quero solicitar à Mesa prorrogação do tempo do nobre Deputado Roberto Campos. Outros companheiros que se despediram ontem e anteontem tiveram maior tempo. No momento em que fala o Sr. Ministro Roberto Campos....

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nobre Deputado Pedro Correa, parece-me que V. Exª acaba de entrar no plenário. Esta é a terceira prorrogação que fazemos.

O Sr. Pedro Correa – Não, estou aqui desde o princípio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Não seja injusto com a Mesa.

O Sr. Pedro Correa – Gostaria que V. Exª transgredisse o Regimento Interno e concedesse maior tempo a S. Exa. Todos os companheiros querem apartá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nobre Deputado, quem está sendo injusto com todos nós aqui é o tempo. Infelizmente já estou vendo a cara feia de alguns oradores que se pronunciarão depois do Deputado Roberto Campos.

O Sr. Pedro Correa – Vou fazer uma rápida intervenção ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Ah, ao fundo do plenário, o Deputado Wilson Campos, de cara amarrada, será um dos próximos oradores. Dêem, por favor, tranqüilidade ao nobre Deputado Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Concedo ao nobre Deputado Pedro Correa um aparte.

O Sr. Pedro Correa – Nobre Ministro e Deputado Roberto Campos, vou fazer uma intervenção muito rápida. Certamente, as nossas reuniões de bancada não serão as mesmas com a ausência de V. Exª; sobretudo com as citações que fazia, inclusive com humor, quando discutíamos questões com tanta atenção. Quero, como médico, dizer-lhe o seguinte: as multidões famintas do nosso País certamente vão fazer-lhe justiça. V. Exª nunca propôs a quem quer que seja anestesia temporária, como fazem comumente os demagogos. Pelo contrário, sempre propôs, em favor dessas multidões famintas, a cirurgia definitiva. Meu abraço fraterno, Ministro e Deputado Roberto Campos. V. Exª continuará brilhando pelos caminhos da vida pública em relação ao nosso País.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Ouço com prazer o nobre Deputado Ricardo Barros.

O Sr. Ricardo Barros – Sr. Ministro e Deputado Roberto Campos, agradeço a V. Exª por tudo que pude aprender na nossa convivência nas Comissões Especiais, na discussão da privatização, quebra do monopólio do petróleo, telecomunicações, na escolha dos destaques mais importantes para aquelas matérias; enfim, na convivência diária que tivemos aqui com as suas idéias. Quero dizer que, ontem, o PFB reunido disse que viria aqui ouvir o discurso de V. Exª. Os Ministros Francisco Dornelles e Francisco Turra, o Prefeito do Rio de Janeiro, nosso amigo Eduardo Conde, o Prefeito de São Paulo, Celsó Pitta, e a grande maioria dos colegas viriam a esta Casa para acompanhar o discurso do nobre Deputado, homenageá-lo e dizer-lhe que suas idéias continuarão sempre sendo nossa lanterna da população.

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado.

Farei um agradecimento coletivo para poder prosseguir de forma resumida minha exposição.

Agradeço aos Deputado Hugo Rodrigues da Cunha e Bonifácio de Andrada, colegas ideológicos, que defendem o ideário liberal, o apoio extremamente importante que me deram tanto no passado como hoje.

Adicionaria à lista o Deputado Adroaldo Streck, gaúcho, também um liberal, – coisa um pouco exótica em se tratando de um Estado caracterizado pela tradição paternalista e castilhistas. O Deputado Júlio Redecker está na mesma categoria dos liberais.

Agradeço ao Deputado Moisés Bennesby as recordações do tempo em que tive de tratar de problemas amazônicos.

Agradeço muito aos Deputados Pedro Correa e Ricardo Barros, colegas de partido e, diria também, de ideário.

O Deputado Paes Landim cometeu ato de justiça ao recordar minha estreita colaboração com Otávio Gouvêa de Bulhões. O destino, aliás, foi injusto com dois dos grandes mestres liberais que tive: Eugênio Gudin e Bulhões, falecidos antes da queda do Muro de Berlim. O destino foi mais justo comigo. Assisti a tudo isso e também à conversão do Brasil, que passou de uma ideologia estatizante, na qual o Governo era o motor do desenvolvimento, para uma ideologia privatizante, caracterizada pela redução e eliminação de monopólios.

É bom lembrar a figura dos grandes liberais, que não chegaram a ter sua visão confirmada no

seu tempo, mas que a têm confirmada no tempo atual.

Sr. Presidente, continuarei minha exposição resumindo-a, porque vários dos conceitos que desejava emitir já o foram em resposta a vários dos apêndices, os quais interpreto não como acidentes de percurso, mas como sinalizações de rota.

Resumindo o que pretendia dizer, mencionarei o problema das ondas de crescimento. Houve três ondas de crescimento no pós-Guerra. Crescimento sincronizado, afetando países subdesenvolvidos e desenvolvidos. A primeira onda foi depois da criação do Mercado Comum Europeu. O Brasil dela participou na era juscelinista, infelizmente de curta duração, por falta de embasamento financeiro. Crescemos cinquenta anos em cinco, dizia o slogan. Ao fim dos 50 anos, infelizmente, o Brasil estava na bancarrota.

A segunda onda de crescimento foi no fim da década de 60 até a primeira crise do petróleo. Foi a época do "milagre brasileiro". O Brasil participou plenamente dessa onda realizando, vinte anos antes dos asiáticos, taxas de crescimento de 10% ao ano.

A terceira onda de crescimento veio no fim da década de 80, após absorvidos os efeitos da recessão mundial, da crise da dívida e do segundo choque do petróleo. Dessa onda o Brasil não participou, afligido pela ladainha de erros que antes mencionel, responsáveis pela nossa década perdida; uma década em que redescobrimos a democracia mas não descobrimos o capitalismo.

Antecipo que no começo do milênio, provavelmente após a instauração bem sucedida do euro e a dilatação do espaço econômico europeu, haverá uma quarta onda de crescimento – e é importante que nos preparemos para ela.

Todas as ondas anteriores, das quais o Brasil participou, foram precedidas de reformas. O juscelinismo das metas foi precedido pelos esforços de planejamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do BNDE, então recém-criado, assim como pela criação de agências estatais e fundos de desenvolvimento, e, *last but not least*, pelo saneamento fiscal e monetário empreendido pelo Prof. Eugênio Gudin, num ministério de transição entre Getúlio e Juscelino. Essas reformas foram o que poderíamos chamar as "reformas de primeira geração".

O milagre brasileiro do fim da década de 60 foi precedido das grandes reestruturações institucionais do Governo Castelo Branco, como a criação do

Banco Central, a organização do mercado de capitais e a revolução fiscal trazida pelo Código Tributário de 1966. Foram as "reformas de segunda geração".

Na soturna década dos oitenta, quando se renunciava a terceira onda, em vez de reformas tivemos a grande "contra-reforma", que foi a Constituição de 1988. Foi um "avanço do retrocesso" que nos colocou na contramão da história. Em realidade, as chamadas reformas de terceira geração, que o Congresso está agora votando após o Plano Real – as reformas administrativa, previdenciária e fiscal, assim como a privatização, que é uma reforma patrimonial – não são propriamente avanços inovadores, e sim o simples desfazimento dos irrealismos da contra-reforma. Assim, por exemplo, o propósito da reforma administrativa foi desfazer o "hexágono de ferro" que impossibilitava um tratamento gerencial dos problemas da administração pública: a estabilidade do funcionalismo, a irredutibilidade de vencimentos, a isonomia, o regime único dos servidores, a tolerância para com o grevismo e um sistema previdenciário atuarialmente inviável.

Para termos idéia das oportunidades perdidas depois da contra-reforma, basta dizer que, se na década 1988-1998 o Brasil tivesse crescido à taxa modesta de 5% ao ano, que prevaleceu de 1900 a 1980, nosso PIB excederia 440 bilhões de dólares o PIB atual, com substancial alta do padrão de vida.

O grande evento desta década, que esperávamos marcasse a retomada do crescimento, mas que será apenas de transição, foi sem dúvida o Plano Real. Trouxe um avanço econômico e cultural que não deve ser subestimado, apesar de nuvens negras e tempestades à vista. Primeiramente, entronizou a estabilidade de preços como valor fundamental e como objetivo factível. Segundo, descartou métodos heterodoxos de congelamentos e confiscos, incompatíveis com a dinâmica capitalista. Terceiro, permitiu a identificação do verdadeiro inimigo – o déficit global do serviço público –, pondo fim ao "escapismo" que nos levava sempre a inculpar demônios externos. Quarto, baseou-se numa reconsideração do papel do Governo, que não é mais visto como engenheiro social e motor do crescimento, devendo antes ser um jardineiro que deixa as plantas crescerem e um samaritano que priorize o social. O Plano Real marcou a transição de uma cultura acomodaticia para uma cultura reformista.

Quando ele foi lançado, argumentei que houvera uma inversão de seqüências. A lógica política prevalecera sobre a lógica econômica. Isso era inevitável à época, mas também perigoso. Segundo a lógica econômica, a reforma do padrão monetário seria a cumeceira do edifício, cujo alicerce e colunas de sustentação seriam as reformas estruturais. Tal como se fez na criação do euro, na União Européia. Os critérios severos de disciplina fiscal foram fixados no Tratado de Maastricht de 1992, enquanto a moeda única se criou em 1999, após confirmado o saneamento fiscal.

A lógica política exigia, ao contrário, resultados imediatos na decapitação da hidra inflacionária, até mesmo para conferir ao governante credibilidade para lancetar mitos e executar reformas de estrutura. O Plano Real nasceu, assim, como uma esplêndida ginástica aeróbica num corpo de frouxa musculatura. Trouxe resultados rápidos e surpreendentes. Seus componentes foram a âncora cambial, a política monetária restritiva de juros altos, a abertura às importações e apenas um miniajuste fiscal – o Plano Social de Emergência.

As reformas viram para a consolidação, antes que para a construção da nova moeda. Que a lógica política tem sua secreta sabedoria, às vezes mais relevante que a ciência dos economistas, prova-o o fato de FHC ter sido eleito e reeleito presidente, em primeiro turno. Se a lógica política tem sábios segredos, a lógica econômica tem implacável capacidade de vingança. Essa vingança é representada pela dupla crise, fiscal e cambial, que ora nos aflige.

Houve atrasos no processo reformista em todos os seus três componentes: abolição de monopólios estatais; reformas estruturais do Estado (administrativa, fiscal e previdenciária); privatização de estatais e outorga de serviços.

Havia duas premissas subjacentes ao Plano que, infelizmente, não foram adequadamente explicitadas. Uma é que a solução de nosso problema cambial exige também medidas extracambiais de redução dos custos dos exportadores, cujos efeitos poderiam ser mais benignos e duradouros que os das desvalorizações.

A segunda é que a solução do problema fiscal não é puramente fiscal, e sim também patrimonial, servindo as privatizações como instrumento de redução do "estoque" da dívida pública.

Sou muito mais otimista que muitos de meus colegas quanto às vantagens polimórficas das privatizações. Além do efeito fiscal benigno, elas contribuem para democratizar o capital, para reduzir a taxa de corrupção, para aumentar a eficiência global

da sociedade e para atrair capitais estrangeiros permanentes.

Ao contrário das alienações do setor privado, nas quais o vendedor captura o valor da venda mas perde os fluxos de receita, o Governo, ao privatizar, continua sócio oculto das empresas, através do Imposto de Renda. Como as empresas estatais não são fanáticas no pagamento de dividendos ao Tesouro e não primam pela pontualidade nos impostos, o fluxo de caixa para o Governo pôde até melhorar continuamente após a privatização. Em certo sentido, o Tesouro tem o que se poderia chamar "o privilégio" do gigolô.

Ocoreram, na trajetória reformista, interferências e insuficiências. A interferência foi a da tese da reeleição, que provocou usura de calendário e desgaste de capital político. A insuficiência resultou da timidez das propostas. A reforma previdenciária, por exemplo, visou apenas corrigir algumas das principais distorções do atual regime de "solidariedade invertida". Mas o necessário seria uma mudança sistêmica do modelo de "repartição" para o de "capitalização individual". A compulsoriedade das contribuições para o INSS é antidemocrática, principalmente para os pobres, porque os priva do direito de decidirem sobre o administrador a quem confiar suas poupanças previdenciárias. É anti-social porque as contribuições versadas numa vasa comum são expostas à predação de classes politicamente mobilizadas, que caçam aposentadorias precoces e especiais. É antidesenvolvimentista porque os recursos não são capitalizados para a alavancagem do desenvolvimento.

A transformação do modelo de repartição, total ou parcialmente, num sistema de cadernetas previdenciárias individuais, em que o benefício é definido pelo valor das contribuições capitalizadas, deverá figurar entre as reformas de quarta geração.

Estamos também atrasados na reforma fiscal e daí advém uma das grandes ameaças ao Plano Real, pelo aumento explosivo do déficit e do endividamento. O tratamento do problema tem sido emergencial antes que sistêmico, com a criação de pacotes tributários ou melhoramentos tópicos (por exemplo, simplificação do Imposto de Renda ou distribuição de exportações). Está ainda para ser estruturada uma reforma fundamental que deveria satisfazer pelo menos a dois critérios:

a) desincentivar a informalização da economia, que coloca parte da população fora da lei e reduz a receita fiscal e previdenciária; e

b) coibir a sonegação e a evasão fiscal, que reduzem a receita efetiva a quase metade da arrecadação potencial.

A atual proposta tributária do Governo mantém os impostos declaratórios clássicos sobre renda, consumo e serviços, concebidos antes da era da eletrônica e da informática. Faz-se mister a substituição dos impostos declaratórios por tributação automática cobrada eletronicamente na fonte. E o imposto sobre movimentação financeira, com alíquota adequada, deveria substituir todas as contribuições sociais que hoje oneram a contratação de mão-de-obra. O projeto do Deputado Luis Roberto Ponte (PEC nº 46/95), já aprovado em Comissão Especial, avança muito mais na direção desses objetivos que qualquer das propostas do Executivo, redolentes de um fiscalismo obsoleto.

Preparação para o novo milênio.

Tendo perdido a terceira onda de crescimento da década passada, o Brasil precisa se preparar para a quarta onda, que espero surgirá no começo do milênio, detonada talvez pela restauração do crescimento europeu após a implantação definitiva do euro. Essa onda virá no contexto de uma economia globalizada e no bojo da sociedade do conhecimento. Isso nos impõe reformas modernizantes mais amplas, que chamarei de "reformas da quarta geração".

Entre elas figura uma reforma "política", que tome nossa democracia menos disfuncional. O objetivo dessa reforma seria conferir funcionalidade à nossa democracia, dando maior agilidade e relevância ao processo legislativo. Isso exigiria medidas de contenção da proliferação partidária e melhor ordenamento do processo legislativo, com a substituição do voto proporcional pelo voto distrital misto, a restauração do princípio de fidelidade partidária, a instauração da "cláusula de barreira" para a participação dos partidos no Congresso, o voto facultativo e a correção de distorções na representação estadual na Câmara dos Deputados, que hoje favorece demasiado alguns Estados de densidade demográfica inexpressiva.

Curiosamente, algumas das medidas anteriormente listadas constituem mera ressurreição de dispositivos que já existiram no passado, sem nunca serem ativados. O voto distrital fora previsto na Emenda Constitucional nº 22, revogada quando da convocação da Constituinte de 1987/1988; o princípio de fidelidade partidária existia na Emenda Constitucional nº 1, de 1989; e a cláusula de barreira constava da Constituição de 1967, como pré-requisito à formação de partidos. Era uma barreira no lugar errado, pois a criação de partidos deve ser livre,

limitada entretanto a participação no Legislativo aos partidos que representem parcela significativa da opinião pública e não apenas esquilhões ideológicos.

Componente importante nas reformas de quarta geração será a reforma do Judiciário. Reconhece-se hoje na literatura econômica que o progresso econômico está intimamente ligado ao respeito aos direitos de propriedade, à execução fiel de contratos e à solução expedita de conflitos. As linhas naturais de evolução devem ser: a ampliação da esfera de mediação extra-oficial, já iniciada com a criação de tribunais arbitrais privados; a implantação em maior escala dos juizados de pequenas causas, importantes sobretudo para a pequena e média empresa; a simplificação dos ritos processuais, com limites à orgia recursória; e o aligeiramento da carga dos tribunais em litígios de constitucionalidade, pela aceitação do efeito vinculante das decisões do STF, sempre que haja identidade na natureza da impugnação.

Outra reforma de quarta geração é a da Legislação Trabalhista, cuja intimidante complexidade desencoraja a contratação e encoraja a informalização. Cada vez mais a intervenção tutelar do Estado, cuja manifestação extrema é a capacidade normativa da Justiça do Trabalho, deve ser substituída pela livre negociação, apoiada em instrumentos de mediação, sob pena de asploração do desemprego. A pouca flexibilidade da legislação trabalhista é reconhecida hoje como um dos componentes maiores do desemprego europeu, sendo talvez mais importante que o deslocamento da mão-de-obra por novas tecnologias. O sindicalismo brasileiro parece estar tomando consciência disso e o Governo tem apresentado propostas de flexibilização, curiosamente semelhantes, na presente recessão, às que apresentei dezesseis anos atrás em meu primeiro discurso no Senado. "Nihil novum sub sole..."

Duas carências.

Não conseguiremos ingressar numa trajetória de desenvolvimento sustentado se não corrigirmos duas carências: a falta de poupança doméstica e as deficiências de educação básica.

O aumento da taxa de poupança deve começar pela diminuição da despoupança do Governo deficitário, assim como pela reformatação do maior pool de poupança disponível nas sociedades modernas: a Previdência Social. O modelo chileno de capitalização privada, já adotado na Argentina e no Peru, e parcialmente na Colômbia e no México, devem servir-nos de inspiração para transformarmos

nosso sistema de solidariedade negativa, em que rendas se transferem de pobres para burgueses e burocratas, num instrumento de alavancagem do desenvolvimento.

A outra carência é de educação básica. A escolaridade de nossa mão-de-obra, em média de menos de quatro anos, é baixa mesmo para os padrões latino-americanos. E certamente inadequada para as modernas sociedades eminentemente tecnificadas. O Governo tem-se empenhado corretamente em deslocar maiores recursos para a educação básica, mas ainda não teve ânimo para desafiar o tabu da universidade pública gratuita, à qual os pobres têm difícil acesso e na qual os ricos e remediados recebem subvenção desnecessária. O ensino terciário é necessário para criar elites produtivas, que trazem "incrementos de produtividade", mas os "saltos de produtividade" dependem muito mais da educação de massa.

Um ensaio de autocritica.

Falei muito, num exercício de análise crítica, dos problemas do Brasil e do mundo. É chegado o momento da autocritica. Como Congressista, não consegui ser nem um grande articulador, nem um grande operador, nem um grande mobilizador. Fui antes um pregador, quase um profeta sem carisma, pois que conseguia detectar na bruma do futuro a silhueta das coisas, sem grande capacidade para mobilizar outros em função dessas visões. Previ o colapso do socialismo, a vitória das economias de mercado, a necessidade do adelgaçamento do Estado pela privatização, a crise previdenciária tomada inevitável pelas mutações demográficas e a necessidade de abertura internacional. Combati os monopólios estatais, criadores de ineficiências, assim como a política de informática, quando ainda eram tabus venerados. Sempre achei que a inflação era a maior das injustiças sociais e que o Governo nada pode dar ao povo que primeiro não tenha dele tirado.

Insisti em ser, como dizia Nelson Rodrigues, "um idiota da objetividade", procurando equidistância entre o fei de Cassandra e o mel de Pangloss. E aceitei muitas vezes a solidão da verdade, de preferência às blandícias aconchegantes do erro. Procurei ser, por assim dizer, a consciência liberal do PPB, partido do qual nunca me afastei, acompanhando-o em todas as suas metamorfoses, exemplo comovente de fidelidade partidária.

Sobre a identificação de inimigos.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre a difícil arte de identificar inimigos. Sempre achei que

um dos mais graves problemas dos subdesenvolvidos é sua incompetência na descoberta dos verdadeiros inimigos. Assim, por exemplo, os responsáveis pela nossa pobreza não são o liberalismo nem o capitalismo, em que somos noviços destreinados, e sim a inflação, a falta de educação básica, e um assistencialismo governamental incompetente, que faz com que os assistentes passem melhor que os assistidos. Os inimigos do desenvolvimento não são os "entreguistas", que, aliás, só poderiam entregar miséria e desenvolvimento, e sim os monopolistas, que cultivam ineficiências e criaram uma "nova classe" de privilegiados: os burgueses do Estado. Os promotores da inflação não são a ganância dos empresários ou a predação das multinacionais, e sim esse velho safado, que conosco convive desde o albor da República: o déficit do setor público.

É mais fácil dizer o que o Brasil não deve temer do que o que o Brasil deve fazer. O Brasil não deve temer as ameaças do neoliberalismo, já que, segundo análise comparativa de graus de liberdade por vários institutos econômicos internacionais, ainda somos um país de baixo grau de liberdade, comparativamente não só a vizinhos da América Latina, como Chile, Argentina e Peru, mas até mesmo a ex-membros da Cortina de Ferro, como Hungria e República Tcheca. Temos ainda graves resquícios dirigistas, com limitações à ação empresarial, um regime tributário complexo e punitivo, uma legislação trabalhista minudente e tutelar e, até recentemente, profusos controles cambiais. Nem sequer se pode dizer que o País seja vítima do capitalismo selvagem, pois não saímos ainda do mercantilismo patrimonialista. Experimentamos, sem dúvida, alguns aspectos do pior dos capitalismos, que é o capitalismo do Estado. Mas estamos distantes do capitalismo competitivo, que pressupõe a ausência de monopólios estatais, o respeito à liberdade de preços e ao direito da propriedade. No máximo poderíamos dizer que estamos num estágio pós-dirigista e pré-liberal, numa lenta transição de um capitalismo de Estado para um capitalismo competitivo.

A globalização e seus descontentes.

Permitir-me-ei um comentário sobre a globalização, processo que entevi como inevitável em função da revolução tecnológica e que, basicamente, considero benigno e desejável. O que há a dizer primeiramente é que não se trata de fenômeno inédito, ou invenção diabólica recente. A história registra várias globalizações. A mais antiga foi a do Império Romano que, no mundo relevante de então, criou uma moeda única e propalou uma língua franca, o latim, além de unificar instituições jurídicas e tornar

dominante sua tecnologia de infra-estrutura. A segunda foi a das Grandes Navegações, que abriram caminho para novos continentes, incorporando-os ao comércio internacional. A terceira foi a eclosão do liberalismo democrático no fim do século passado, espraiando-se também neste século até a Primeira Guerra Mundial. Foi a *belle époque*, na qual se chegou a um grau de integração internacional superior ao atual, pois além do livre movimento de capitais, havia a livre migração de pessoas.

A ressalva que se pode fazer é que há vários graus de desejabilidade na globalização. A globalização comercial é inquestionavelmente desejável, pois aumenta a produtividade dos produtores e a satisfação dos consumidores. A impressão negativa que alguns têm no Brasil deriva de deficiências de comportamento. Ao manter taxas cambiais sobrevalorizadas aguçamos demasiado a penetração das importações. E nossa burocracia não aprendeu ainda a usar adequadamente legítimas defesas e salvaguardas internacionalmente admitidas, como os direitos compensatórios e *antidumping*.

A globalização tecnológica é também benigna e restringi-la seria suicídio competitivo. Haverá deslocamentos de mão-de-obra destreinada, com aumento setorial do desemprego, mais do que compensados, entretanto, no médio prazo, pelo aumento de renda e de produtividade. Parte do desemprego que é atribuído à globalização tecnológica é de natureza estrutural, provocado sobretudo pelos custos e pela rigidez da legislação trabalhista, como no caso europeu.

A terceira das globalizações é a financeira. Ela é benigna e desejável no tocante aos investimentos estrangeiros diretos, que cumprem uma tripla função: trazer poupanças, injetar tecnologia e expandir mercados. A dúvida é quanto aos capitais chamados "voláteis", que emigram maciça e rapidamente, em resposta a flutuações de juros e câmbio. Ainda aqui é preciso notar que os capitais voláteis são instrumentos de teste de mercado, antes de se transformarem em investimentos fixos. E que os países vítimas da volatilidade são os que tinham desequilíbrios fundamentais, seja no setor privado, como na Ásia, seja no setor público, como na América Latina. No continente asiático escaparam do vendaval Cingapura, Taiwan, Austrália e Nova Zelândia. Em nosso continente, Chile e Argentina, que tinham razoável equilíbrio fiscal e orientação exportadora. No Brasil, os desequilíbrios eram evidentes, quer no tocante à taxa cambial, quer no tocante à desordem do setor público.

Os descontentes com a globalização esqueçam-se de que nunca na história humana tanta gente conseguiu escapar da miséria, sobretudo na Ásia, como sob o império da quarta globalização.

Minhas últimas palavras são aos dois eleitorados que possibilitaram minha presença no Congresso: o de Mato Grosso, minha terra natal, e o do Rio de Janeiro, minha terra adoçada. Procurei prestar-lhes bons serviços. Para Mato Grosso, estado de desenvolvimento recente, a receita está no tradicional binômio juscelinista: energia e transporte. O Rio de Janeiro exige um polinômio mais complexo, que lhe permita desenvolver seu elenco de variadas vocações: a vocação turística, a de pólo tecnológico, a de entreposto marítimo e de construção naval, a de indústria metal e mecânica e a de diversificação de serviços, especialmente financeiros, que no passado foram apanágio do Rio.

Falei em melancolia, mas há momentos de alegria. Talvez a maior tenha sido a de ter conseguido uma surpreendente votação em minha última campanha senatorial entre os jovens e os trabalhadores. Os proprietários do futuro afinal entenderam um inquilino do passado, que lhes pregava as virtudes do capitalismo liberal, esse casamento singular entre a economia de mercado e a democracia política, que abre oportunidades e premia o mérito. Os trabalhadores captaram que a estabilidade de preços e os instrumentos de poupança, que ajudai a conquistar, são fatores de melhoria social.

O Sr. Betinho Rosado – Deputado Roberto Campos, permissão-me V. Exa. um aparte?

O SR. ROBERTO CAMPOS – Pois não.

O Sr. Betinho Rosado – Deputado Roberto Campos, neste momento, de sua despedida desta Casa, desejo registrar o privilégio de ter convivido com V. Exa, de ter desfrutado de seu conhecimento, de sua experiência de vida e de suas teses econômicas. Quero parabenizá-lo por ver que esta Legislatura transformou em lei grande parte do pensamento econômico e democrático defendido por V. Exa. durante toda a sua vida. Meus parabéns a V. Exa.

O Sr. Luiz Carlos Hauly – Deputado Roberto Campos, também aproveitando este momento, quero dizer que foi uma honra e um privilégio acompanhá-lo e aprender com seus ensinamentos. Espero que esta "lanterna" continue iluminando o Brasil por muitos e muitos anos, a fim de que possamos realmente encontrar o caminho definitivo e certo para o nosso País. Parabéns a V. Exa. Muito

obrigado por esses oito anos de convivência com que V. Exa. nos honrou. Foi uma honra para nós.

O Sr. Paulo Bornhausen – Deputado Roberto Campos, também quero deixar registrada a alegria de ter podido conviver com V. Exa. nesses quatro anos e dizer que V. Exa. não parte; simplesmente vai desempenhar suas atividades não mais em Brasília, mas provavelmente no mundo agora, proferindo palestras. V. Exa. pode ficar certo de que minha geração terá ainda muito a aprender com seus ensinamentos sobre economia, sociedade e construção de um país. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. ROBERTO CAMPOS – Muito obrigado aos Deputados Luiz Carlos Haufy, Belinho Rosado e ao meu caro amigo Paulo Bornhausen. São colegas que, além do coleguismo natural, têm comigo afinidade ideológica.

Prossigo, Sr. Presidente. Deixo muitos amigos, presentes nesta Casa, e alguns que se foram. Entre os que partiram citarei dois com saudade, Luiz Viana Filho, no Senado, e Luis Eduardo Magalhães, na Câmara. Um velho e outro jovem. Tinham em comum duas qualidades relativamente escassas no cenário nacional: realismo político e intuição econômica.

Os que ficam nesta Casa têm pela frente uma formidável agenda reformista. Desejo-lhes, como na oração do teólogo Reinhold Niebuhr, que Deus lhes dê serenidade para aceitar as coisas que não possam mudar, coragem para mudar as coisas que possam mudar e sabedoria para saber a diferença.

Comecei este discurso dizendo de minha frustração por ter ao fim de três mandatos encontrado o País com os mesmos problemas do início. Isso me faz lembrar o famoso e quase intraduzível poema de T.S. Eliot, o "East Giddings", nos "Four Quartets":

**The end of all our exploring
Will be to arrive where we started
And know the place for the first time**

O fim de toda a nossa busca

Será chegar ao lugar onde começamos

E ter a sensação de descobri-lo pela primeira vez

Muito obrigado a todos. (Palmas. O orador é aplaudido de pé.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa associa-se às manifestações do Plenário neste momento de despedida ao Deputado Roberto Campos.

A Mesa deseja a S. Exa. pleno êxito nas novas missões que certamente terá daqui para frente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Campos, o Sr. Nelson Trad, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Sr. Israel Pinheiro.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PTB – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo lendo discurso do Sr. Israel Pinheiro, pronunciado nesta Casa.

Sr. Presidente, desde 1960, temos batido, aqui desta tribuna, pela modificação da política econômico-financeira vigente no País. Em todos os tempos essa política tem sido preponderantemente financeira enquanto deveria ser preferencialmente econômica.

A crise que hoje enfrentamos começou a caracterizar-se a partir de 1948, quando o custo de vida passou a subir em ritmo acentuado. Em 1951, procuramos demonstrar à Câmara que a crise não seria debelada com medidas de ordem exclusivamente financeira dentro do esquema que orientava a ação do Governo: equilíbrio orçamentário e restrição de crédito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse discurso foi pronunciado na sessão de 26 de junho de 1956 pelo meu pai, o então Deputado Israel Pinheiro, Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa.

Vejam os senhores que a situação não mudou. O Brasil atravessa a mesma crise e a perspectiva de sua solução caminha no mesmo sentido que meu pai denunciava em 1956.

O que aconteceu com este País? Este País, Sr. Presidente, tinha um déficit nas contas íntimas e externas. Esses dois déficits eram financiados pela moeda estrangeira e pelas crises de outros países. Secou a fonte, e a Nação brasileira perdeu esta fonte de financiamento. Resultado: entramos numa encruzilhada. Não temos financiamento nem poupança interna. Temos, sim, um déficit orçamentário que se vai acumulando cada vez mais. Solução: eficiência. Eficiência é fundamental para este País.

